



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO

IRANI DO SOCORRO FREITAS DA COSTA GEMAQUE

**TERRITORIALIDADE, AGRICULTURA E MINERAÇÃO
(PEDRA BRANCA DO AMAPARI-AMAPÁ)**

Belém
2010

IRANI DO SOCORRO FREITAS DA COSTA GEMAQUE

**TERRITORIALIDADE, AGRICULTURA E MINERAÇÃO
(PEDRA BRANCA DO AMAPARI-AMAPÁ)**

Tese apresentada para obtenção do título de Doutora em Ciências - Desenvolvimento sócio ambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof.^a Dra. Tereza Ximenes.

Belém
2010

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPa)

Gemaque, Irani do Socorro Freitas da Costa
Territorialidade, agricultura e mineração (Pedra Branca do Amapari-
Amapá); Orientador, Tereza Ximenes. – 2010.
241 f.: il. ; 29 cm
Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

1. Territorialidade humana – Amapá. 2. Agricultura – Aspectos ambientais
– Amapá. 3. Capital social – Amapá. 4. Desenvolvimento econômico –
Aspectos sociais – Amapá 5. Agricultura e política – Amapá.. I. Ximenes,
Tereza, Orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 305.76098116

IRANI DO SOCORRO FREITAS DA COSTA GEMAQUE

**TERRITORIALIDADE, AGRICULTURA E MINERAÇÃO
(PEDRA BRANCA DO AMAPARI-AMAPÁ)**

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutora em Ciências - Desenvolvimento
sócio ambiental, Núcleo de Altos Estudos
Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Aprovada em: 30.09.2010

Banca Examinadora:

Prof^a Dra. Tereza Ximenes
Orientadora – NAEA/UFPA

Prof^o Dr. Índio Campos
Examinador –NAEA/UFPA

Prof^o Dr. Josep Vidal
Examinador –NAEA/UFPA

Prof^a Dra. Márcia Jucá Diniz
Examinadora externa – ICESA/UFPA

Prof^o Dr. Adalberto Carvalho Ribeiro
Examinador externo – UNIFAP

Ao meu pai, Iolando Leão da Costa, um dos primeiros funcionários contratados pelo empreendimento mineral ICOMI. *In memoriam*. Dedico.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pela paz espiritual e proteção diária.

Ao meu esposo Rubens e minhas filhas Natália e Rubia Nicole, por estarem ao meu lado, pela compreensão e incentivo.

À professora Dra. Tereza Ximenes, não apenas pela firme orientação demonstrada na elaboração desta tese, mas pelo incentivo, confiança nesse período de convivência.

Aos professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônico (NAEA)/UFPA, que me fizeram desconstruir a concepção que tinha de desenvolvimento para a Amazônia. Obrigada!

Ao governo do Estado do Amapá agradeço a licença concedida, apesar de dois anos após ter iniciado este doutorado.

Aos meus colegas de turma, pelo aprendizado conjunto.

Ao professor Dr. Adalberto Carvalho Ribeiro, colega de mestrado, que em último instante concedeu-me valiosas sugestões.

Agradeço a todas as instituições públicas e privadas que cederam gentilmente seu tempo, respondendo aos instrumentos de coleta de dados.

Às associações que representam as comunidades de Sete Ilhas, Riozinho e Arrependido, no município de Pedra Branca do Amapari, agradeço o tempo que dedicaram para responder ao questionário.

Aos meus alunos do curso de turismo do Instituto de Ensino do Amapá (IESAP), apoio fundamental para a pesquisa de campo.

Meus agradecimentos de coração a todos!

RESUMO

Explicar a interação entre as atividades agrícolas e de mineração, a capacidade organizacional dos atores sociais e as singularidades do processo de desenvolvimento local do município Pedra Branca do Amapari constituem os objetivos centrais da tese. A unidade espacial de referência desse estudo é Pedra Branca do Amapari, que constitui um dos quatro municípios do território centro-oeste, localizado no Estado do Amapá. Como procedimento metodológico, procurou-se entender como os atores sociais (indivíduos, instituições públicas, privadas e associações) se relacionam. A tese teve como hipóteses - o território de Pedra Branca do Amapari reúne potencialidades produtivas no meio rural, cuja compreensão é facilitada pela concepção de territorialidade capaz de fazer articular o contínuo do rural-urbano, dando visibilidade a elementos que se relacionam entre si; o investimento na dimensão territorial opõe-se à ideia dominante do rural setorial agrícola e incorpora uma ampla diversidade de setores econômicos e não-econômicos de forma interdependente, estabelecendo relações de integração com o urbano. Foi constatado que os vínculos relacionais exercidos no contexto da agricultura familiar e da mineração influenciam no desenvolvimento local. A conclusão é que, a atuação das instituições locais faz cooperar com a densidade da vida associativa do local, constituindo um capital social intensivo e que influencia internamente nas principais atividades produtivas do local.

Palavras-chave: Territórios rurais. Capital social. Desenvolvimento local. Redes sociais.

ABSTRACT

This work aims at explaining the interaction between agricultural and mining activities, the organizational capacity of the social actors and the singularities of the local development process in the municipality of Pedra Branca do Amapari. The spatial unit of reference of this study is Pedra Branca do Amapari, one of the four counties located in the Midwest territory of the State of Amapá. The methodology intends to understand how social actors (individuals, associations, public and private institutions) relate to each other. The thesis hypothesis was the county of Pedra Branca do Amapari. This territory gathers productive potentialities in its rural areas, making it easier to understand the concept of territoriality which is able to articulate the rural-urban continuum and gives visibility to elements that are relate to each other. Investment in territorial dimension is opposed to the dominant idea of the rural agricultural sector and incorporates a wide range of economic and non-economic sectors interdependently, establishing relations of integration with the urban. It was found that relational bonds exercised in the context of family farming and mining influence local development. The conclusion is that the performance of local institutions is cooperating with the density of local associational life, forming an intensive social capital that internally influences the main productive activities of the place.

Keywords: Rural areas. Social capital. Local development. Social networks.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Municípios que compõem o território centro-oeste.....	24
Mapa 1 - Pedra Branca do Amapari localizando dois projetos de assentamento, Terra Indígena Wajãpi e Unidades de Conservação.....	25
Figura 2 – Localização das Unidades de Conservação do Estado do Amapá..	30
Figura 3 - Área abrangida pela Floresta de Produção no Município de Pedra Branca do Amapari.....	31
Figura 4 - Localização das comunidades pesquisadas.....	33
Mapa 2 - Uso do solo e cobertura vegetal da área do projeto de Assentamento Perimetral.....	38
Mapa 3 - Territórios rurais apoiados pela SDT/MDA no Brasil.....	50
Figura 5 - Visualização da operacionalização do PRONAT.....	51
Figura 6 - Atividades potencialmente dinâmicas para o desenvolvimento do Estado do Amapá.....	122
Diagrama 1 - Processo de beneficiamento.....	133
Mapa 4 - Territórios rurais apoiados pela SDT/MDA no Brasil.....	159
Mapa 5 - Territórios rurais apoiados na região norte.....	160

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades de Conservação no município de Pedra Branca do Amapari.....	29
Quadro 2 - Zoneamento Socioambiental.....	35
Quadro 3 - Tipologia das famílias produtoras.....	36
Quadro 4 - Produção agrícola municipal- PAM em 2003 e 2004.....	80
Quadro 5 - Operação agulha oficial (2009).....	82
Quadro 6 - Assistência grupal.....	94
Quadro 7 - Aporte financeiro liberado ao FMDC_Pedra Branca do Amapari/MPBA-15/12/2009.....	95
Quadro 8 - Aporte financeiro liberado ao FMDC_Serra do Navio MPBA-15/12/2009.....	96
Quadro 9 - Principais potencialidades e vantagens competitivas na agricultura familiar em Pedra Branca do Amapari.....	103
Quadro 10 - Produtos comercializados nas feiras pelas comunidades de Riozinho e Sete Ilhas-2009.....	106
Quadro 11 - Escoamento da produção agrícola, 2009.....	107
Quadro 12 - Produtividade obtida por 1 tarefa de roça e o destino da produção.....	108
Quadro 13 - Tipologia das famílias produtoras.....	113
Quadro 14 - Espécies cultivadas pelas famílias de origem amazônica e famílias nordestinas.....	113
Quadro 15 - Atividades agrícolas e extrativistas desenvolvidas em Riozinho	126
Quadro 16 - Composição da renda familiar das famílias de Riozinho.....	126
Quadro 17 - Efetivo de rebanho suíno em Pedra Branca do Amapari - 2003 a 2006.....	127
Quadro 18 - Efetivo de rebanho de bubalino existente no Estado do Amapá, por município 2003 – 2004.....	128

Quadro 19 - Uso da CFEM pelos maiores municípios mineradores do Brasil– 2005.....	135
Quadro 20 - Dados econômicos que incidem sobre a arrecadação fiscal em Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio.....	139
Quadro 21 - Territórios rurais-Norte 2007.....	158
Quadro 22 - Territórios rurais homologados pelo colegiado.....	159
Quadro 23 - Metas do Programa de Produção Integrada (PPI) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural- Amapá.....	161
Quadro 24 - Critérios para seleção dos agricultores familiares e organizações rurais ao PPI.....	162
Quadro 25 - Principais vocações do município de Pedra Branca do Amapari..	163
Quadro 26 - Projetos divulgados pela Anglo Ferrous Gold.....	165
Quadro 27- Impactos tributários do projeto Amapá (2009).....	166
Quadro 28 - Número de contratos vigentes (julho de 2009).....	166
Quadro 29 - Acesso das comunidades ao crédito rural-município de Pedra Branca do Amapari.....	169
Quadro 30 - Demonstrativo das metodologias do Plano de Ação Local 2009	171
Quadro 31 - Frequência de reuniões nas organizações.....	183
Quadro 32 - Conquistas alcançadas pelas organizações no ano de 2005.....	189
Quadro 33 - Aportes financeiros alcançados pelas organizações – 2009.....	193
Quadro 34- Organizações com as quais a Associação dos Trabalhadores de Arrendido (ATRA) se relaciona.....	197
Quadro 35 - Organizações com as quais Associação de Mulheres Produtoras da Comunidade de Riozinho AMPCR se relaciona.....	199
Quadro 36 - Organizações com as quais Associação dos Produtores Rurais de Sete Ilhas (APRC SI) se relaciona.....	201
Quadro 37- Empresas que operam com ônibus rodoviários.....	203
Quadro 38 - Organizações com as quais a Anglo Ferrous Brazil se relaciona.	205

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa geométrica de crescimento anual da população, no período de 1991/2000, para os municípios do Estado do Amapá.....	27
Gráfico 2 - Índice de condições de vida Pedra Branca do Amapari.....	32
Gráfico 3 - Numero de dependentes dos titulares dos lotes- Área de Assentamento da Perimetral Norte.....	102
Gráfico 4 - Demonstrativo de venda de mão de obra para ampliar a renda familiar-Riozinho.....	109
Gráfico 5 - Demonstrativo de venda de mão de obra para ampliar a renda familiar-Sete Ilhas.....	109
Gráfico 6 - Demonstrativo de venda de mão de obra para ampliar a renda familiar-Arrependido.....	110
Gráfico 7 - Demonstrativo de compra de mão de obra – Riozinho.....	110
Gráfico 8 - Demonstrativo de compra de mão de obra -Sete Ilhas.....	112
Gráfico 9 - Demonstrativo de compra de mão de obra –Arrependido.....	112
Gráfico 10 - Diversificação dos sistemas de produção na composição renda familiar: Extrativismo animal (caça e pesca). Comunidade de Arrependido.....	117
Gráfico 11 - Diversificação dos sistemas de produção na composição renda familiar: Extrativismo animal (caça e pesca) - Riozinho.....	118
Gráfico 12 - Diversificação dos sistemas de produção na composição renda familiar: Extrativismo animal (caça e pesca) - Sete Ilhas.....	119
Gráfico 13 - Diversificação dos sistemas de produção na composição renda familiar: Extrativismo vegetal- Arrependido.....	120
Gráfico 14 - Diversificação dos sistemas de produção na composição renda familiar: Extrativismo vegetal-Comunidade de Riozinho.....	123
Gráfico 15 - Diversificação dos sistemas de produção na composição renda familiar: Extrativismo vegetal - Comunidade de Sete Ilhas.....	123
Gráfico 16 - Produção da agricultura familiar nas áreas de assentamento da Perimetral Norte.....	129

Gráfico 17 - Comercialização dos bens minerais por Unidade da Federação..	140
Gráfico 18 - Distribuição da Comercialização dos bens minerais por Unidade da Federação, 2006.....	141
Gráfico 19 - Distribuição do CFEM por Unidade da Federação, 2006.....	142
Gráfico 20 - Distribuição da TAH por Unidade da Federação, 2006.....	142
Gráfico 21 - Valor da CFEM/Habitante.....	143
Gráfico 22 - Empregos gerados pela atividade mineral, 2006.....	143
Gráfico 23 - Empregos gerados pela atividade mineral, 2005-2006.....	144
Gráfico 24 - Interação das empresas de mineração com as organizações sociais.....	178
Gráfico 25 - Composição da renda familiar proveniente da venda mão de obra familiar as empresas mineradoras.....	179
Gráfico 26 - Formas de escolha da associação.....	180
Gráfico 27 – Financiamento da organização.....	181
Gráfico 28 - Confiança no grupo.....	182
Gráfico 29 - Aspectos da confiança em relação às instituições locais - Comunidade de Arrendido.....	183
Gráfico 30 - Aspectos da confiança em relação as instituições locais - Comunidade de Riozinho.....	184
Gráfico 31 - Realiza troca de mão-de-obra com outros agricultores – Comunidade de Arrendido.....	185
Gráfico 32 - Realiza troca de mão-de-obra com outros agricultores – Comunidade de Riozinho.....	185
Gráfico 33 - Em uma viagem poderia contar com os vizinhos para tomar conta de sua casa.....	186
Gráfico 34 - Realiza troca de mão-de-obra com outros agricultores – Comunidade de Sete Ilhas.....	186
Gráfico 35 - Três fontes de informações mais importantes.....	187
Gráfico 36 - Poder para tomar decisões importantes que podem melhorar sua localidade.....	188

Gráfico 37 - Qual o maior benefício de fazer parte dessa organização- Comunidade de Sete Ilhas.....	190
Gráfico 38 - Qual o maior benefício de fazer parte dessa organização- Comunidade de Arrependido.....	190
Gráfico 39 - Qual o maior benefício de fazer parte dessa organização- Comunidade de Riozinho.....	191
Gráfico 40 - Três diferenças que mais freqüentemente tornam as relações entre as pessoas difíceis.....	207

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contagem da população: situação do domicílio e sexo.....	26
Tabela 2 - Estabelecimentos rurais segundo grupo de atividade econômica por município.....	77
Tabela 3 - Indicadores Econômicos do território – renda total e <i>per capita</i> , produção animal.....	78
Tabela 4 - Culturas temporárias existentes no município de Pedra Branca do Amapari – 2003 a 2006.....	79
Tabela 5 - Efetivo da arrecadação federal, estadual para o município de Pedra Branca do Amapari 2003 – 2004.....	83
Tabela 6 - Perfil dos investimentos: 2002-2010.....	87
Tabela 7 - Demonstrativo do ICMS e IPVA repassados a prefeitura de Amapari no ano 2009.....	91
Tabela 8 - Projetos implementados pela secretaria de agricultura de Minaçu (2001 a 2004).....	151

LISTA DE SIGLAS

ACITA - Associação Comercial e Industrial e Agro-pecuária de Itabira
ADAP - Agência de Desenvolvimento do Amapá
ADI - Agência de Desenvolvimento de Itabira
AEFAPEN - Associação da Escola Família Agrícola da Perimetral Norte
AMPCR - Associação de Mulheres Produtoras da Comunidade de Riozinho
APRONORTE - Associação dos Produtores da Perimetral Norte
APRORIO - Associação dos Produtores de Riozinho
APRCSI - Associação dos Produtores Rurais de Sete Ilhas
ARS - Análise de Redes Sociais
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATRA - Associação dos Trabalhadores de Arrendido
BASA - Banco da Amazônia
BID - Banco Internacional de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAESA - Companhia de Água e Esgoto do Amapá
CADAM - Caulim da Amazônia
CDRNs - Comunidades Dependentes de Recursos Naturais
CEA - Companhia de Eletricidade do Amapá
CEICOM - Coordenadoria da Indústria e Comércio
CI - Conservação Internacional
SIF – Serviço de Inspeção Federal
CIAT - Conselhos de Desenvolvimento Territorial
CFEM - Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COAGRO - Coordenadoria de Agronegócio
COOPERSERRA - Cooperativa Agro-extrativista dos Produtores Rurais da Comunidade de Serra do Navio
CPMF- Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DIAGRO - Agência de Inspeção e Defesa Agropecuária
DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
DNPM - Departamento Nacional de Exploração Mineral

DTTR - Divisão de Transportes e Terminais Rodoviários
ECOMETA – Industria de metal
ECF - Comercial e Financeira
EFA - Estrada de Ferro do Amapá

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FASE - Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional

FDLIS - Fóruns de Desenvolvimento Local Sustentável

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FLOTA-AP - Floresta Nacional do Amapá
FMDC - Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário

FPM - Fundo de Participação dos Municípios
FRAP - Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá

FUNDESI - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social de Itabira
GECF - Gestão Estratégica, Comercial e Financeira

GTZ - Agência de Cooperação Técnica Alemã.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICOMI – Comércio de Minérios S.A.
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IEF - Instituto Estadual de Florestas
IEPA - Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS - *Instituto Nacional do Seguro Social*

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRPJ - Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica

ISA - Instituto Sócio Ambiental
ISS - Imposto Sobre Serviços
ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA - Ministério do Meio Ambiente,
MMX - Mineração Metálicos S.A
MPBA - Mineradora Pedra Branca do Amapari
NRATER - Núcleo Rural de Assistência Técnica e Extensão Rural
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OEMAs - Órgãos Estaduais de Meio Ambiente
ONU - Organização das Nações Unidas
PAM - Programa de Assentamento Municipal
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
PDF - Programa de Desenvolvimento de Fornecedores
PDSA - Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá
PED - Projeto de Execução Descentralizada
PESCAP - Agência de Pesca do Estado do Amapá
PIB – Produto Interno Bruto
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
PNUD - *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*
PPI - Programa de Produção Integrada
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PQF - Programa de Qualificação de Fornecedores
PROCERA - Programa de Crédito Especial Para Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rural
PRORURAL - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autônoma dos Açores
PST - Plano Safra Territorial
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RS - Responsabilidade Social
RURAP - Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SDR - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural

SDT/MDA - Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de
Desenvolvimento Agrário

SEAF - Pesca, Floresta e do Abastecimento

SEMA - *Secretaria de Estado do Meio Ambiente*

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETRAP - Secretaria de Estado dos Transportes do Amapá

SOCEAP- Sociedade Central dos Produtores do Amapá

SST - Saúde e Segurança do Trabalho

STR - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

TAH - Taxa Anual por Hectare

TELEAMAPÁ - Telecomunicações do Amapá

UF - Unidade de Federação

UFAM - Universidade Federal da Amazônia

VABP - Valor Anual Bruto de Produção

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 LOCAL DA PESQUISA - CARACTERIZAÇÃO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI	24
2.1 PERFIL DAS COMUNIDADES RURAIS ESTUDADAS: RIOZINHO, SETE ILHAS E ARREPENDIDO.....	32
3 TERRITÓRIOS RURAIS SUSTENTÁVEIS	39
3.1 TERRITÓRIO E CAPITAL SOCIAL.....	53
3.2 TERRITÓRIOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	65
4 CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E A DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS LOCAL: AGRICULTURA E MINERAÇÃO	77
4.1 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR E USO DA TERRA EM PEDRA BRANCA DO AMAPARI	97
4.2 A PARTICIPAÇÃO DO EMPREENDIMENTO MINERAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	131
4.3 A PARTICIPAÇÃO DO PRONAT NA ATIVIDADE PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA MINERAÇÃO.....	157
5 ATORES SOCIAIS E REDES SOCIAIS EM PEDRA BRANCA DO AMAPARI	174
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS	212
ANEXO	228

1 INTRODUÇÃO

Explicar a interação entre as atividades agrícolas e de mineração, a capacidade organizacional dos atores sociais e as singularidades do processo de desenvolvimento local do município Pedra Branca do Amapari constituem os objetivos centrais da tese.

Esse município tem como principais atividades econômicas a agricultura, a pecuária, a produção mista entre lavoura e pecuária, a silvicultura, a pesca e a aquicultura, além da mineração industrial e da garimpagem do ouro. A agricultura familiar no território centro-oeste representa 92,7% (709 estabelecimentos) do total de estabelecimentos rurais em uma área de 87% do território. Pedra Branca do Amapari é o maior município produtor de arroz e milho, quando comparados aos demais municípios que compõem o território rural centro-oeste (Serra do Navio, Porto Grande e Ferreira Gomes). Dados de 2009 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR) confirmam a diversificação de produtos comercializados nas feiras de Macapá e Santana, e mostram a integração da agricultura familiar na economia local.

No conjunto de práticas da agricultura familiar, as famílias organizam uma diversidade de sistemas de cultivos (roça, sítio e sistemas agroflorestais), de criação (aves porcos, piscicultura) e extrativismo (pesca, madeira, óleos e cipó-titica, açaí e caça). No campo do extrativismo vegetal, a extração da madeira, do cipó-titica e do açaí se apresenta de forma complementar à agricultura. Em 2006, o município produziu 12.178 m³ de madeira em tora, 7.930 m³ de lenha, 80 toneladas de carvão vegetal e 34 toneladas de açaí (fruto). Compõe ainda a renda familiar de alguns produtores o emprego público municipal e estadual, e há ainda a disposição para troca de mão de obra com outros agricultores, o que caracteriza ação cooperativa entre as organizações estudadas.

Os estudos sobre a mineração industrial revelam que a prefeitura em 2006 recolheu da empresa Mineradora Pedra Branca do Amapari (MPBA) entre Imposto de Serviço de Qualquer Natureza (ISS), Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FMDC) e Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), R\$ 2,1 milhões. No mesmo período, houve um repasse de R\$ 1,5 milhões de Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por sua vez, a empresa mineradora Anglo Ferrous Brasil divulgou em 2009 uma arrecadação da CFEM na ordem de

R\$ 4.402.827,28, distribuídos nos três níveis de governo. Para Pedra Branca do Amapari foi repassado R\$ 2.861.837,37. Contudo, o município hoje apresenta a segunda maior renda *per capita* do Estado, ficando logo atrás de Macapá.

Dentre as categorias teóricas que subsidiaram esse estudo, destacam-se a territorialidade (SANTOS, 1986; 1996; 2002; ABRAMOVAY, 1999; 2000; 2003; LITTLE, 2002; CAMPANHOLA; SILVA, 2000; PERICO; RIBEIRO, 2005; SHENEIDER, 2008), o capital social (BOURDIEU, 1980; COLEMAN, 1980; GRANOVETTER, 1973; WASSERMAN; FAUST, 1994; PUTNAM, 2000; FUKUYAMA, 1996; LIN, 2001; FRANCO, 2001, WOOCOOCK; NARAYAN, 2007; MARTELETO, 2001; MARTELETO; SILVA, 2004) e o desenvolvimento local (BARQUERO; 2001; BUARQUE, 2006; ZAPATA, 2007; FRANCO, 2002; ABRAMOVAY, 2003; PERICO; RIBEIRO, 2005; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Essas categorias teóricas foram selecionadas porque elas trazem elementos que rompem com a fragmentação do rural e urbano e permitem a compreensão da intrínseca relação dos aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais em uma determinada realidade. Conforme Abramovay (2003), o território não é somente uma base física para as relações entre indivíduos e empresas, todavia é lá que está presente um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vai muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações.

Os questionamentos que orientaram o estudo foram:

1. Qual a relação rural / urbano decorrente das atividades produtivas do local?
2. Como os atores sociais organizacionais (cooperativas, sindicatos, associações) estão conectados?
3. Quais os fatores que favorecem ou dificultam as redes de relações entre as organizações e o processo de desenvolvimento local?

As seguintes hipóteses foram tomadas nesse estudo:

a) O território de Pedra Branca do Amapari reúne potencialidades produtivas no meio rural, cuja compreensão é facilitada pela concepção de territorialidade capaz de fazer articular o contínuo do rural-urbano, dando visibilidade a elementos que se relacionam entre si.

b) O investimento na dimensão territorial opõe-se à ideia dominante do rural setorial agrícola e incorpora uma ampla diversidade de setores econômicos e não-

econômicos de forma interdependente, estabelecendo relações de integração com o urbano.

Como procedimento metodológico, procurou-se entender como os atores sociais (indivíduos, instituições públicas, privadas e associações) se relacionam e utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário (ANEXO A). Este instrumento auxiliou mapear a vida associativa dos atores sociais nas comunidades estudadas, ajudou a compreender a relação rural/ urbano e o processo de desenvolvimento local. Para buscar responder ao questionário, foram entrevistados os agricultores familiares vinculados as organizações das comunidades de Sete Ilhas, Riozinho e Arrependido. Na Associação dos Trabalhadores de Arrependido (ATRA) foram entrevistados 08 associados, na Associação dos Produtores Rurais de Sete Ilhas (APRSI) 15 associados e na Associação das Mulheres Produtoras da Comunidade de Riozinho (AMPCR) 15 associados. Além do questionário adotou-se a análise de conteúdos de documentos oficiais dos programas e projetos e outros dados secundários provenientes de instituições de pesquisa que auxiliaram na interpretação dessa realidade.

Durante as observações diretas no local de estudo, foram descobertas singularidades daquela localidade, discutidas nos capítulos que caracterizam o local de pesquisa, incluindo: o perfil das comunidades rurais estudadas; territórios rurais sustentáveis; capacidade organizacional e a diversificação das atividades produtivas local; atores sociais e redes sociais em Pedra Branca do Amapari, além das considerações finais, que estruturam esta tese.

A tese foi estruturada em cinco capítulos, incluindo esta introdução e as considerações finais.

No capítulo 1, faz-se a caracterização de Pedra Branca do Amapari a partir da perspectiva de territórios rurais, abordando a infraestrutura existente, apontando a diversificação da atividade produtiva do local, tendo como foco o extrativismo mineral e a produção agrícola familiar para, em seguida, apresentar o perfil das comunidades rurais estudadas.

O Capítulo 2 refere-se ao suporte teórico da tese e enfatiza a integração de territórios rurais com o capital social e o desenvolvimento local, além de estabelecer o contínuo do rural com o urbano. Faz-se a leitura da atual política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário relevando importantes pontos que constituem as políticas públicas com domínio do conceito de

territórios rurais no Brasil. O capital social é explicitado enquanto categoria teórica capaz de analisar a capacidade organizacional em torno da produção, bem como a disposição dos atores em colaborar com o desenvolvimento local.

O Capítulo 3 apresenta a capacidade organizacional e a diversificação do sistema produtivo da agricultura e da mineração. Primeiramente é mostrado a estrutura e funcionamento da unidade de produção familiar e a composição agrícola e não agrícola na renda das famílias, além de destacar a presença do empreendimento mineral no financiamento de projetos das Associações dos produtores. Em seguida, destaca-se a participação da indústria mineral, dando relevância à mineração no tempo da ICOMI e, posteriormente, indicam-se as dimensões socioeconômicas que vêm ocorrendo no território desde a retomada do ciclo da mineração em 2004.

O Capítulo 4 trata da identificação dos atores sociais, analisando a dinâmica econômica e social a partir das redes sociais constituídas pelos atores chaves da economia local. Com o questionário utilizado, foi possível identificar os vínculos relacionais estabelecidos em laços fortes e fracos, realizados no contexto da agricultura familiar, que assinalam a participação de cada uma das atividades produtivas – agricultura e mineração e suas influências no desenvolvimento local, além de expor a participação e a cooperação que as organizações despendem para buscar superar problemas que lhes sejam comuns. Durante as observações, procurou-se reconstruir gradualmente o espaço dos entrevistados e compor a amostra com atores que realmente fundamentariam as conclusões aqui obtidas. O requisito para definição do público alvo para responder ao questionário era ser membro da organização social que representam as comunidades de Sete Ilhas, Riozinho e Arrependido.

Por fim, no capítulo 5, sistematizam-se as conclusões.

2 LOCAL DA PESQUISA - CARACTERIZAÇÃO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI

Na política de formação de territórios do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o município de Pedra Branca do Amapari faz parte do território rural centro-oeste, juntamente com Ferreira Gomes, Serra do Navio e Porto Grande (Tabela 1), criado a partir de 2007, sob a luz do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rural (PRONAT). O programa atende 2.519 municípios das regiões brasileiras e é responsável pela dinamização desses territórios, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário¹ (SDT/MDA). O objetivo deste programa é “promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia” (BRASIL, 2010, p.1).

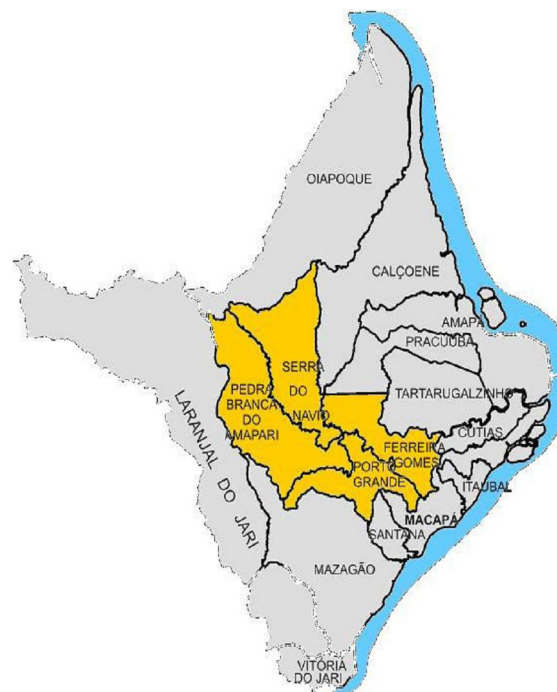


Figura 1- Municípios que compõem o território centro-oeste.
Fonte: SDR/MDA (2006).

¹ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, órgão colegiado da estrutura do MDA, coordenou, durante quase dois anos, a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, com a participação de mais de quatro mil pessoas, representando mais de trezentas entidades públicas e da sociedade civil, e concluiu a necessidade de se adotar a abordagem territorial na concepção e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável, especialmente para aquelas com maior repercussão nos espaços rurais (BRASIL, 2010).

O território de Pedra Branca do Amapari foi transformado em município em 1º de maio de 1992 (Lei nº 008/92) e está localizado na região centro-oeste a uma altitude de 75,95m, longitude de 51º56'36" W e latitude de 00º 46'19" N, na extensão da Perimetral Norte no Estado do Amapá e faz parte da região denominada Planalto das Guianas. O município se distancia de Macapá, sede da capital do Amapá, cerca de 180 Km e seu acesso se dá por via ferroviária, rodoviária e fluvial, tendo como principais atividades produtivas a agricultura, o extrativismo mineral e vegetal e a pecuária. No entanto, foi no extrativismo mineral, especialmente ouro, que sustentou sua histórica ocupação, bem como a criação do Território Federal do Amapá², em 1920.



Mapa 1 - Pedra Branca do Amapari localizando dois projetos de assentamento, Terra Indígena Wajãpi e Unidades de Conservação.

Fonte: INCRA/AP (2008).

O município ocupa uma área de 9.537,9 Km² e tem como principais comunidades: Pedra Branca do Amapari (sede), Cachorrinho, Riozinho, Porto Alegre,

² Porto (2005), a respeito da origem do Território Federal do Amapá sugere os seguintes motivos que levaram a sua criação: questões geopolíticas historicamente efetivadas com a região das Guianas; extração mineral, notadamente aurífera; influência de políticos locais; a criação do Território Federal do Acre (1904); a proposta pela Comissão Nacional de Redivisão Territorial, em 1933; justificativa militar, decorrente da 2ª Guerra Mundial; Defesa Nacional e Jurídica embasados em uma diretriz constitucional, que aproveitaram a experiência do primeiro exemplo deste tipo de ente federativo e de suas bases legais.

São Sebastião do Cachaço, Xivete, Centro Novo, Cachaço, Sete Ilhas, Arrependido, Nova Divisão, Tucano I e Tucano II.

Sua hidrografia é composta por rios e igarapés, sendo os mais importantes o Rio Amapari e seus afluentes, no sentido Sudeste/Nordeste; o Rio Mururé, que ocupa toda a porção Centro-oeste; o Rio Cupixi na porção Sul e Rio Araguari, na porção Leste do município. Em geral, os rios são piscosos e suas águas são de boa qualidade para o consumo humano e animal. Dentre as principais espécies de peixes capturadas, que entram na composição da renda familiar, estão o trairão, pacú, acará, etc.

Até 2004, o município possuía uma população de 4.965 habitantes (IBGE, 2004) e, mais recentemente esse número subiu para 7.332 habitantes³ (IBGE, 2007), tendo como indutor desse processo migratório a instalação das empresas MPBA e a Mineração Metálicos S.A (MMX) na época e, hoje, Anglo Ferrous Brazil, com exploração de jazidas de Ferro.

Em termos de distribuição da população, o local apresenta uma população proporcionalmente bem dividida entre a área urbana e rural, totalizando 4.083 habitantes na zona urbana e 3.249 habitantes na zona rural.

Tabela 1 - Contagem da população: situação do domicílio e sexo.

POPULAÇÃO RESIDENTE							
ESTADO/ MUNICÍPIO	TOTAL	URBANA			RURAL		
		TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
Amapá	587 311	527 145	260 084	263 415	60 166	31 940	26 922
Pedra Branca do Amapari	7 332	4 083	2 148	1 935	3 249	1 732	1 513

Fonte: IBGE (2007).

Estudos da Secretaria de Estado do Planejamento (2006) mostram que, no período de 1991 a 2000, a taxa geométrica de crescimento anual de Pedra Branca do Amapari era de 11,99%, a maior do Estado.

³ O Relatório do Banco Mundial em 2002 registra uma taxa de crescimento demográfico de 7,25% ao ano, no período de 1996 e 2000, maior do que a taxa 5,82% verificada para todo o Estado do Amapá. Analisa-se pelo relatório que o município esteja recebendo fluxos migratórios orientados mais para o pequeno núcleo urbano do que para o campo, além de prever que essa tendência se acelere num próximo ciclo econômico marcado com o início da retomada da extração de ouro na região, através da Mineradora Amapari, que promete gerar trezentos empregos diretos e seiscentos indiretos nos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari.

Por sua vez, os Estudos de Impactos Ambientais da MPBA (2006) confirmam essa informação inferindo que a implantação da MPBA acelerou o fluxo migratório para a região, pois na fase de construção do empreendimento de mineração e beneficiamento de ouro, a mineradora chegou a empregar cerca de 2.000 trabalhadores.

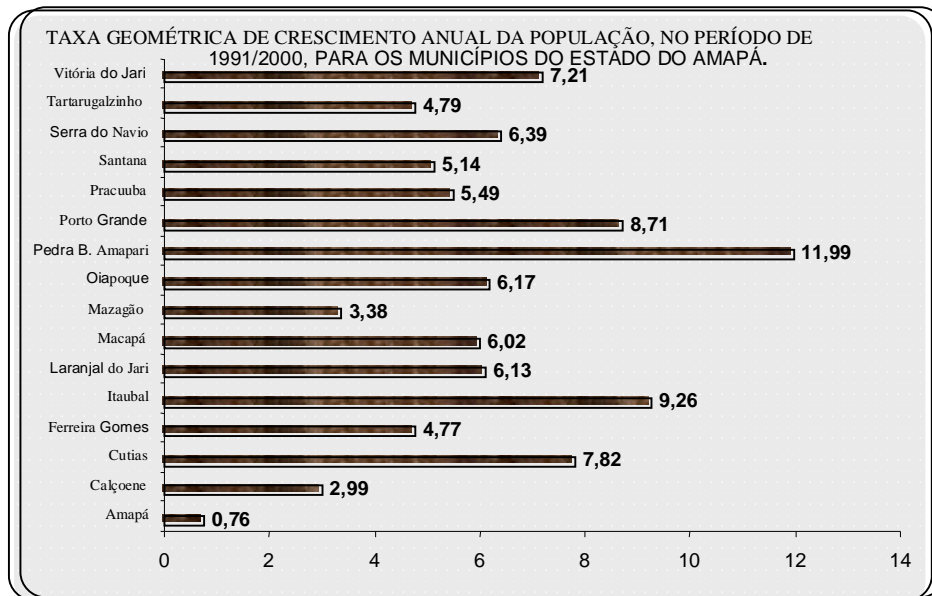


Gráfico 1- Taxa geométrica de crescimento anual da população, no período de 1991/2000, para os municípios do Estado do Amapá.

Fonte: SEPLAN (2006).

Ultimamente, esse território vem mostrando a inversão do fluxo migratório no sentido urbano-rural, especialmente no período que compreende os anos de 2004 a 2007. Durante esses anos, o crescimento populacional foi na ordem de 67,7%, ou seja, em 2004 a população que era 4.965 habitantes e subiu em 2007 para 7.332. Houve um acréscimo nesses três anos de 2.367 habitantes, motivados especialmente pela instalação das empresas mineradoras, além dos programas de assentamento que colaboram com as taxas de migração desse município.

Além dos migrantes impulsionados pelas empresas mineradoras, ocorreu a migração estimulada pela política de assentamento rural, que trouxe migrantes oriundos da região nordeste do país, ocupando não só os assentamentos implantados pelo Programa de Assentamento Municipal (PAM) na localidade de Cachorrinho, em linhas vicinais (A, B, C, D e E), mas também os projetos mais antigos de Centro Novo, Riozinho, Sete Ilhas e Arrependido, que se originaram dos Planos de Colonização dirigida para a Amazônia, vinculados ao do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em sua maioria na década de 70/80.

A região é habitada também por índios que vivem na Reserva Indígena Wajãpi, homologada em 1996, pelo Decreto nº 1.775, com 607.017ha. A Reserva está em uma área de floresta tropical densa, com relevo acidentado nas suas porções norte e leste, localizada entre as bacias dos rios Jari (a oeste), Amapari (a

leste) e Oiapoque (ao norte). Atualmente, tem 49 aldeias e uma população de aproximadamente 980 índios que vivem da roça de subsistência na forma de corte e queima, onde plantam quarenta e três variedades de mandioca, milho, macaxeira, batata doce, cará, jerimum, banana, cana-de-açúcar, abacaxi e várias outras espécies. Ao redor da aldeia também plantam espécies como laranja, limão, urucum, algodão, flecha, cabaça e pupunha. Sua dependência econômica⁴ parte também do artesanato que é comercializado pelo Conselho das Aldeias Wajãpi - APINA (não é uma sigla, mas um nome que foi escolhido para o conselho pelo fato de significar o nome dos antigos Wajãpi), que se responsabiliza em vendê-los em Macapá e enviar para outros Estados.

De um modo geral, o município de Pedra Branca do Amapari dispõe de uma unidade de saúde (sede), cinco postos de atendimento médico nas comunidades de Água Fria, Sete Ilhas, São Sebastião do Cachaço, Riozinho e Tucano I. Dispõe de dois médicos (sendo um médico da família), três enfermeiros de nível superior, quatro profissionais de nível médio. O saneamento é deficitário. O abastecimento de água é realizado pela Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA), no entanto, não atende a demanda da população. A energia é fornecida pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), porém acontecem interrupções que demoram dias para restabelecer. Somente a sede do município e comunidades circunvizinhas são atendidas por energia 24 horas alimentada pela Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes-Paredão, enquanto as demais localidades são servidas por pequenos grupos geradores. A limpeza e a coleta de lixo se dão de maneira precária, mesmo tendo sido construído um aterro sanitário financiado pela empresa Anglo Ferrous Brazil. Recentemente, pavimentaram-se algumas ruas da cidade, com aporte financeiro da empresa mineradora Anglo Ferrous Brazil. As demais ruas, durante o período chuvoso, ficam quase intrafegáveis. Na sede do município, há serviços de táxi e de moto-táxi, mas não há transporte coletivo. Circulam cerca de 35 motos e é cobrada uma taxa de R\$ 2,00 para trafegar na sede e, entre R\$ 3,00 a R\$ 5,00 para as demais localidades.

⁴ A reserva constantemente vem sofrendo pressão por parte de garimpeiros, nos limites do rio, em decorrência da presença de ouro no local.

O território do Centro Oeste possui 85,7% de sua área ocupada por florestas, que representam 43,4% das áreas de floresta natural do Estado e 89,4% das áreas de floresta plantada, esta última concentrando-se no município de Porto Grande.

Além da Reserva Indígena Wajãpi, o município de Pedra Branca do Amapari, internamente, se encontra constituído por três Unidades de Conservação, tanto de uso sustentável quanto de proteção integral, o que totaliza 85,7% do território.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	CATEGORIAS	DECRETO-LEI	ÁREA (Ha)	MUNICIPIOS ABRANGENTES
Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru	Uso sustentável	Decreto estadual Nº 0392, de 11/12/1997	806.184	Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jarí e Mazagão
Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque	Proteção integral	Decreto Federal s/nº, de 22/08/2002	3.867.000	Pedra Branca do Amapari, Calçoene, Laranjal do Jarí, Oiapoque e Serra do Navio no estado do Amapá e Almeirim no estado do Pará.
Reserva Extrativista Municipal Beija-Flor Brilho de Fogo	Uso sustentável	Decreto Municipal Nº 139/2007, em 16/11/2007	68.524,20	Pedra Branca do Amapari

Quadro 1 - Unidades de conservação no município de Pedra Branca do Amapari
Fonte: IBAMA (2008). Adaptado pela autora (2010).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru está em domínio de floresta amazônica densa, tem sua situação fundiária legalizada e possui grande potencial econômico e ecológico. Por sua vez, o Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque com 3.867.000 hectares é a segunda maior área protegida em florestas tropicais no mundo, além de ser considerada uma das unidades de conservação mais relevante da Amazônia brasileira. Já a Reserva Extrativista Municipal Beija-Flor Brilho de Fogo está localizada na parte sul do município de Pedra Branca do Amapari e sua proteção não se limita exclusivamente aos atributos naturais, mas também da proteção das populações extrativistas, no sentido de protegerem seus meios de vida e sua cultura.

O Relatório de Impacto Ambiental intitulado Projeto Amapari – expansão minério de ferro Estudo de Impacto Ambiental, pela empresa de consultoria NATRONTEC (2006) – indica a predominância em quase toda a região a floresta ombrófila densa, excetuando as áreas que margeiam os igarapés. Pode-se afirmar que a floresta ombrófila densa observada apresenta uma composição florística

variada, onde podem ser encontrados muitos indivíduos com potencial econômico⁵. Dentre as espécies ocorrentes na região, nota-se a presença de algumas que se destacam na cobertura vegetal pelo elevado porte que alcançam e, principalmente, pela circunferência muitas vezes elevada, como, por exemplo, o mandioqueiro (*Qualea paraensis*), a ucuúba (*Virola cuspidata*), o tauari (*Couratari pulchra*), a caraperana (*Licania mollis*), o angelim rajado (*Pithecolobium racemosum*), a maçaranduba (*Manilkara huberi*), o matamatá (*Eschweilera* sp.), a abiurana (*Pouteria guianensis*), a carapanaúba (*Aspidosperma oblongum*), o Amapá (*Brosimum paraensis*), o ingá xixi (*Inga paraensis*) e a quaruba (*Vochysia guianensis*).

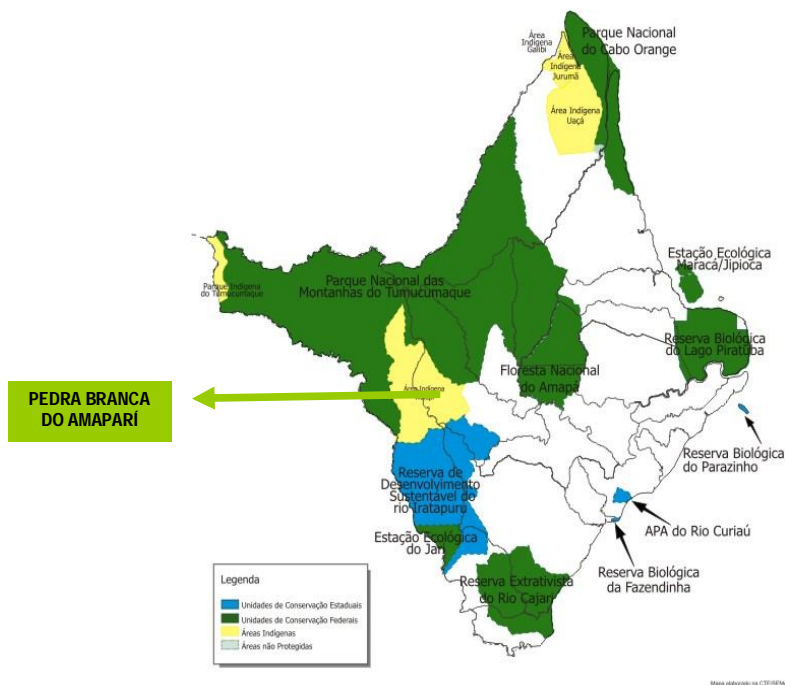


Figura 2 – Localização das Unidades de Conservação do Estado do Amapá
Fonte: SEMA (2003).

Recentemente o Governo do Estado do Amapá criou a Floresta Nacional do Amapá (FLOTA-AP), por meio da Lei nº 1.028, de 12 de julho de 2006, com uma

⁵ As principais espécies comercializadas são: a Acoaricoara, para postes de iluminação, o Angelim, a Sucupira e a Maçaranduba, utilizada para pontes e dormentes; o Flechau e o Esteio são usados para estrutura de construção de casas e a Itaúba e a Piquiá para a construção de barcos.

área estimada em 23.694 Km². A ideia é proporcionar uma atuação ativa na administração do seu patrimônio florestal, através de modelo de concessão de uso (BRITO, 2006). Dos quatro módulos⁶ definidos, três abrangem municípios do território Centro-Oeste, compondo uma área de 1.829,6 km² em Serra do Navio; 1.772,2 km² em Porto Grande; 907,2 km² em Ferreira Gomes e 1.564,2 km² em Pedra Branca do Amapari. A proposta é beneficiar os municípios que abrigam a área composta pela floresta produtiva por meio da cobrança de *royalties*, com gestão do Governo do Estado.

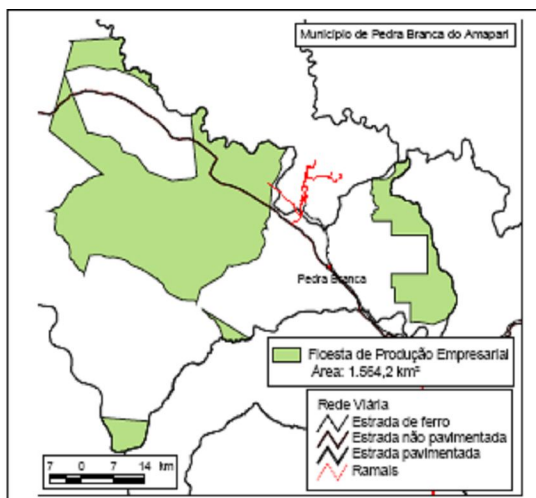


Figura 3 - Área abrangida pela Floresta de Produção no Município de Pedra Branca do Amapari.

Fonte: Consulta Pública Floresta Estadual de Produção.

Sobre as condições de vida da população, em 2002 o Banco Mundial realizou um estudo (ROCHA, 2002) combinando as seguintes variáveis: (a) o grau de pobreza, (b) a taxa de analfabetismo e serviços de esgotamento sanitário, (c) o acesso à rede de abastecimento de água e (d) a proporção de pobres que apresentam uma renda inferior a um salário mínimo por mês em área rural. Segundo esses critérios, a pesquisa apresentou os seguintes resultados (Gráfico 2): 94,12% dos domicílios estão sem acesso à rede geral de abastecimento de água; 96% apresentam esgotamento sanitário inadequado; 37% dos domicílios não apresentam

⁶ As áreas selecionadas para a criação da floresta estadual de produção constam de quatro módulos distintos que em conjunto somam 2.369.400 ha e, geograficamente, orientam-se no sentido centro-norte do estado, guardando maior conectividade possível com a BR-210 e Estrada de Ferro do Amapá para aqueles módulos do centro-oeste e, com a BR-156, para o módulo centro-norte.

banheiro ou sanitário; a taxa de analfabetismo é de 31%; e 66,20% da população é pobre porque apresenta uma renda inferior a um salário mínimo. Ainda nesse mesmo estudo, o município é o que apresenta maior proporção de pobres, com uma renda inferior a um salário mínimo para a área rural e de um salário mínimo e meio para a área urbana.

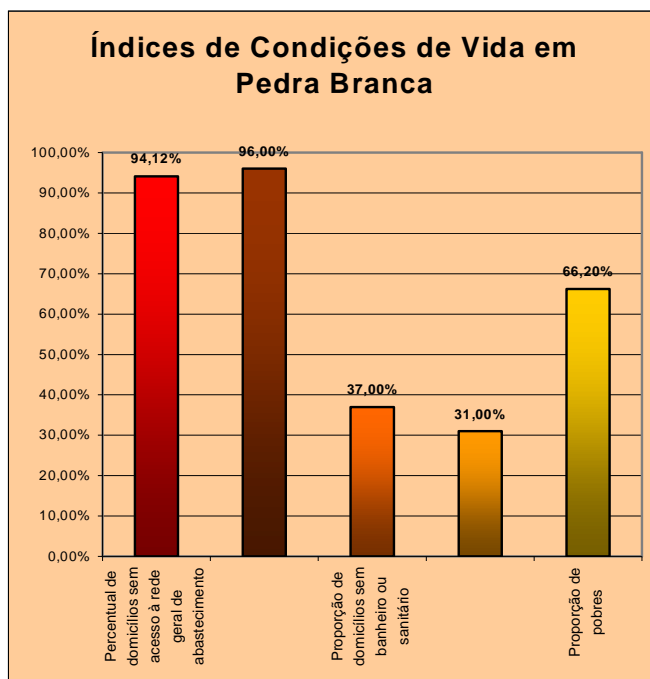


Gráfico 2 - Índice de condições de vida Pedra Branca do Amapari.
Fonte: Rocha (2002).

2.1 PERFIL DAS COMUNIDADES RURAIS ESTUDADAS: RIOZINHO, SETE ILHAS E ARREPENDIDO

Atualmente, as comunidades de Riozinho e Sete Ilhas fazem parte da área de Assentamento da Perimetral criada em 01/04/1987 por meio da Portaria INCRA de Nº 00290, localizado a 70 km da sede do município e a 244 km da cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, correspondendo à longitude 52° 28' 34,4" W e latitude 01° 05' 13,1" N.

O assentamento abrange uma área de aproximadamente 34.000ha, com capacidade de assentamento para 680 famílias, mas com apenas 263 beneficiários, até o momento. Os lotes têm área média de 80 ha e abrange as comunidades do Riozinho, Sete Ilhas, Nova Divisão, Tucano I e Tucano II. Possui limites ao norte

Por sua vez, a comunidade de Arrependido está localizada há 8 km de distância da sede local, em área fundiária que compreende toda a região ocupada pela população ribeirinha e por estabelecimentos instalados pela migração espontânea. O acesso à comunidade se dá por meio de uma malha rodoviária de chão batido, paralela a Estrada de Ferro do Amapá (EFA), com as vicinais que recebem o mesmo nome das comunidades. No caso, a comunidade de Arrependido recebe o nome de Ramal do Arrependido. Ao todo, cerca de 250 famílias possuem licenças de ocupação concedida pelo INCRA.

Em relação à renda média das famílias dos produtores rurais do assentamento, destaca-se: 62% dos produtores mostraram ganhar até 1 salário mínimo. As outras faixas de renda reveladas tiveram ligações com atividades do tipo: serviços, aposentadoria, comércio e o extrativismo. Contudo, confirma-se a complementaridade da renda familiar com atividades não agrícolas, essencialmente em trabalhos como caseiros, pedreiros, funcionalismo público estadual e municipal, além de rendas provenientes do comércio (feirantes e mini-boxes).

Quanto à procedência geográfica, os titulares do lote de Sete Ilhas e Riozinho são provenientes de diversas regiões, sendo a maioria do Estado do Maranhão, mas com a presença significativa de indivíduos dos Estados do Piauí e Pará, mas há também famílias vindas de Goiás, Tocantins e Ceará.

Sobre a participação dos produtores em organizações sociais na Perimetral Norte, constatou-se que: 53% participam de algum tipo de organização social; 47% não participam de nenhuma organização. Dos 53% que responderam participar, 26% participam de Associação, 4% de Cooperativa, 10% de sindicato, 3% participam tanto de associação como de cooperativa; e 10% são associados ao sindicato e associação.

As comunidades selecionadas para realização da pesquisa de campo estão organizadas em associações, sendo que as famílias de Sete Ilhas são representadas pela Associação dos Produtores Rurais de Sete Ilhas (APRCSI), as de Riozinho pela Associação de Mulheres Produtoras da Comunidade de Riozinho (AMPCR) e as famílias de Arrependido pela Associação dos Trabalhadores de Arrependido (ATRA).

No que se refere aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) oferecido pelo Estado, as organizações recebem orientações técnicas e de acesso a programas de crédito rural por meio de dois extensionistas rurais. No total,

são atendidas 10 famílias de Arrependido, 28 famílias em Riozinho e 70 famílias em Sete Ilhas, além das outras comunidades que compõem as áreas de assentamento e área fundiária de Pedra Branca do Amapari.

O Zoneamento Socioambiental (Quadro 2) é definido por critérios agroecológicos e socioeconômicos de ocupação do território e uso dos recursos naturais. De acordo com esses critérios a atividade agrícola desenvolvida nas comunidades de Riozinho, Sete Ilhas e Arrependido, se classificam tanto na zona ribeirinha quanto na zona roceira.

ZONA	COMUNIDADES	CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS	CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS
Ribeirinha	Riozinho, Porto Alegre, Xivete, Cachorrinho beira e Rio Pedra Branca, beira do Amapari (Sete Ilhas)	População ribeirinha <i>Atividades:</i> pesca de subsistência, coleta de fruto do açaí, extração de oleaginosas para consumo próprio, roça de vazante, caça, pecuária bovina e bubalina, criação de pequenos animais	Domínio de várzea (Platô aluvial)
Perimetral Norte Zona pecuária	Cachorrinho, Km-173 e Pedra Branca sede	População de beira de estradas e vicinais <i>Atividades:</i> pecuária de gado de corte, roça, extrativismo de madeira e cipó. Criação de pequenos animais	Domínio de Floresta densa de terra – firme, capoeira e pasto plantado
Perimetral Norte Zona roceira	Tucano I e II, Sete Ilhas, Riozinho, Centro Novo, Cachaço, Arrependido, Nova Divisão	População de beira de estradas e vicinais <i>Atividades:</i> roça de terra firme, extração madeireira e serrarias, extração de cipó, criação de pequenos animais, caça e pesca de subsistência, alguns criadores de gado bovino.	Domínio de Floresta densa de terra – firme, capoeiras
Perimetral Norte Zona madeireira	Assentamento Pedra Branca	População de beira de estradas e vicinais <i>Atividades:</i> roça de terra firme, extração de madeira e cipó, produtos medicinais, criação de pequenos animais, caça, alguns criadores de gado bovino	Domínio de Floresta densa de terra – firme, capoeira e pouco de pasto

Quadro 2 - Zoneamento socioambiental.

Fonte: SDR; GTZ (2005).

Quando as comunidades estão localizadas na zona ribeirinha, como é o caso de Riozinho e parte da comunidade de Sete Ilhas, que se encontram as margens do Rio Amapari, elas apresentam como principais atividades socioeconômicas a pesca de subsistência, coleta de fruto do açaí, extração de oleaginosas, roça de vazante, caça, pecuária bovina e bubalina e criação de pequenos animais. Enquanto que, a comunidade de Arrependido e a outra parte da comunidade de Sete Ilhas, localizada

na Perimetral Norte, na zona denominada de roceira, desenvolvem a roça de terra firme, extrativismo da madeira e cipó, criação de pequenos animais, caça e pesca de subsistência, alguns criadores de gado bovino, além da presença de algumas serrarias. Destacam-se as unidades de produção familiar de Arrependido que, em grande parte, estão localizadas nas áreas de encostas de montanhas, cuja classificação do solo é do tipo argilo-arenoso, acidentado, com rochas, tendo como resultado uma agricultura de baixo impacto.

Além disso, o ramal que dá acesso a comunidade de Arrependido possui uma declividade acentuada o que dificulta o transporte que faz o escoamento da produção e, por conta disso a comunidade deixa de ser atendida pelos caminhões da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR) e prefeitura, por isso a comercialização desses produtos é restringida ao município de Pedra Branca do Amapari, especialmente ao atendimento da cozinha da empresa de mineração, que atende aos seus funcionários. Vale enfatizar que a comunidade está distante da sede do município apenas 8 km e é constituída por 10 famílias ligadas não somente à agricultura, mas a renda também é composta pelo extrativismo do açaí, do cipó-titica, das carvoarias, além dos benefícios sociais e do trabalho do serviço público e alguns são empregados da empresa de mineração Anglo Ferrous Brazil. Quanto à classificação dos trabalhadores das famílias produtoras, percebe-se que a grande maioria é de agricultores empregados (Quadro 3).

TIPOS	AGRICULTOR EMPREGADO
SOLOS E RELEVOS	Solo argilo-arenoso, acidentado, com rochas.
RECURSOS HIDRICOS	Água apropriada para consumo humano, perene, navegável e piscoso.
RESERVA LEGAL	Comprometimento das áreas de Reserva Legal, com ocorrência de madeira de lei.
ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE	Comprometida pela atividade agrícola.
FORÇA DE TRABALHO	04 pessoas.
SUBSISTEMA DE PRODUÇÃO	Diversificado e integrado com destaque para a roça, especialmente no cultivo da mandioca.
RENDA	Acima de 04 salários mínimos.

Quadro 3 - Tipologia das famílias produtoras

Fonte: SDR; GTZ, 2005. Adaptado por esta autora (2010).

De um modo geral, a comunidade de Arrendido cultiva arroz, feijão, milho, mandioca, cupuaçu, banana, pupunha, citrus, além de extrair e cultivar o açaí. Ainda na propriedade criam galinha caipira, extraem madeira e cipó titica (*Heteropsis flexuosa*). Por sua vez, as comunidades de Sete Ilhas e Riozinho que distam uma da outra em apenas 10 Km e por pertencerem ao mesmo assentamento, cultivam especialmente o arroz, feijão, milho, mandioca e fruticultura nos quintais com cultivo de banana, coco, cupuaçu e limão, além do extrativismo, com coleta de açaí, caça, madeira, cipó titica (*Heteropsis flexuosa*) e outras atividades complementares, não agrícolas, como serviços de pedreiro, desenvolvimento do comércio (donos de miniboxes, lanchonetes e feirantes) e outros ganhos vindos de benefícios sociais como aposentadoria, bolsa família e bolsa cidadã. Riozinho, além da agricultura familiar, desenvolve a garimpagem do ouro, conforme foi relatado por alguns produtores, porém não foi possível vincular a complementação da atividade com a agricultura porque essas informações não foram reveladas pelos prováveis envolvidos nesse processo.

Nos aspectos ambientais, estudos na área de Assentamento da Perimetral Norte mostram um quadro preocupante quanto à integridade de sua cobertura florestal, especialmente porque o assentamento está localizado no entorno do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque. Segundo a pesquisa da Universidade Federal da Amazônia (2006), 72,06% da área possui cobertura florestal natural e 24,94% é de área antropizada. Esse quadro é agravante porque a área apresenta capacidade de assentar 680 famílias, e naquele momento havia apenas a ocupação de 39% dos lotes, o que revela um potencial impacto ambiental à medida que a área for sendo ocupada.

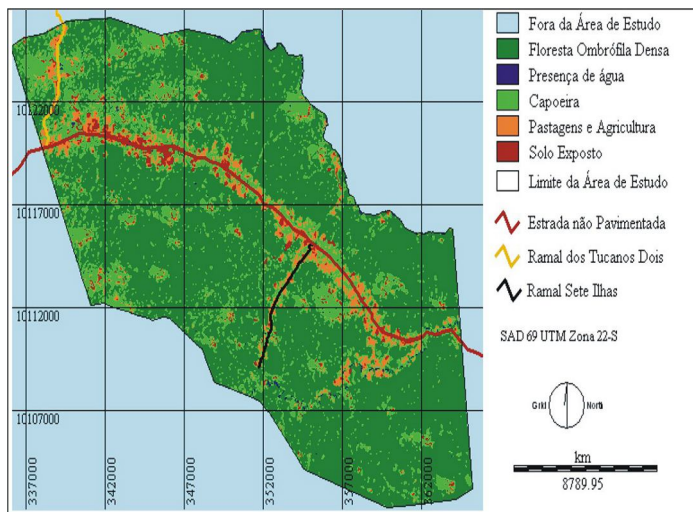
[...] A área total do Assentamento da Perimetral norte foi de 39.455,46 ha e as classes de uso da terra e cobertura vegetal em % no ano de 2004, foi de 72,06% de floresta ombrófila densa, 0,43% teve presença de água, 19,12% capoeira, 5,86% agricultura e pastagem e 2,53% de solo exposto.

[...] Foi verificado [...] que a área do Assentamento Perimetral encontra-se com 72,06% de sua cobertura vegetal natural, e somente 27,94% antropizada.

Vale ressaltar que este estudo não contabilizou as áreas sem desmatamento, mas perturbadas, como é o caso daquelas com exploração madeireira e extração de cipó titica, atividades verificadas na região, e que não são facilmente visíveis nas imagens LANDSAT utilizada para este estudo, gerando assim uma pequena subestimativa do total de áreas antropizadas.

Considerando que o assentamento tem 19 anos de existência e que antes de sua criação já existam 37,9% dos atuais produtores, o mesmo apresenta um bom estado de conservação.

Neste estudo verificou-se taxas de impacto ambientais ainda incipientes no assentamento perimetral norte ao longo dos seus 19 anos de existência. Entretanto, considerando que o assentamento tenha capacidade para assentamento de 680 famílias, atualmente ocupado somente com 263 famílias, o que corresponde somente a cerca de apenas 39% dos lotes ocupados há potencial para danos ambientais preocupante. (COSTA, 2006,p. 115-116).



Mapa 2 - Uso do solo e cobertura vegetal da área do projeto de Assentamento Perimetral.

Fonte: Laboratório de geotecnologia da FCA/UFAM (2006).

No levantamento histórico de ocupação dessas áreas pelas famílias de agricultores, constam revelações dos antigos moradores que se relacionam com o período de instalação e desenvolvimento do projeto Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) na Serra do Navio. Por exemplo, o morador mais antigo da comunidade de Arrendido chegou no período de instalação da empresa mineradora, no final dos anos de 1950. Segundo os moradores, “ele veio para produzir para a ICOMI e trabalhou dia e noite plantando macaxeira, arroz, milho, cará e frutas”. Com isso, pode-se concluir que as comunidades de Riozinho e Sete Ilhas apresentam moradores que residem desde a década de 1950. Assim, Pedra Branca do Amapari tem sua ocupação vinculada à história de ocupação de Serra do Navio, em 1947, com a exploração do manganês pela ICOMI, associada a uma empresa americana. Seu processo de desenvolvimento e sua história de ocupação – construída enquanto local detentor de riquezas minerais e a participação da agricultura familiar desde esse tempo – fazem configurar o arranjo espacial, social e cultural desta tese de doutorado.

3 TERRITÓRIOS RURAIS SUSTENTÁVEIS

A abordagem territorial, no Brasil, vem sendo objeto de discussão na comunidade acadêmica, nas organizações governamentais e não governamentais, assim como está presente em muitos projetos federais e regionais, sob diferentes óticas.

De acordo com Santos (1986), para que a dinâmica territorial seja entendida, é necessário retomar o conceito de espaço, cuja definição é dada por um conjunto de relações sociais ocorridas no passado e no presente, constituindo “campo de forças” desiguais, fazendo como que a evolução espacial ocorra de formas diferentes nos diversos lugares.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como um testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada de relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças, cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 1986, p.22).

Ainda conforme Santos (1996), o conceito de território não pode ser separado dos seres humanos que habitam e que o modificam permanentemente. Ao mesmo tempo em que é forma ou um conjunto de objetos – como estruturas de uma imagem de satélite – o território é função ou um conjunto de ações representadas por processo de atividades antrópicas, que alteram essa paisagem. O território também pode ser entendido como o resultado de um processo de atuação histórica, cultural, política e econômica dos diversos atores que dele se apropriam e transformam seu curso histórico, em um processo de metamorfose do espaço. Segundo Santos (2002), o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, pois o território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

O posicionamento de Little (2002), a respeito do conceito de territorialidade, exerce um importante papel na constituição dos grupos sociais, especialmente quando expõe que “as condutas das territorialidades de um grupo social implicam que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos”. Portanto, a territorialidade passa a ser definida como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*⁷. Para Little (2002), o significado de território de um grupo social pode mudar ao longo do tempo devido às forças históricas que exercem pressão sobre ele e, por conta dessa dinâmica ocorrem processos de ocupação que chamados de “choques territoriais”, provocam novas ondas de territorialização. Little (2002) entende que a região geográfica serve como seu palco principal para atender as necessidades dos atores sociais presentes no processo, juntamente com a tecnologia disponível.

Para Little (2002), a categoria de identidade é ampliada à medida que um grupo passa pela relação com os territórios construídos com base naquilo que chama de cosmografias⁸. Desse modo, pertencer a um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, mas sim manter uma relação com um espaço físico determinado.

De um modo geral, a territorialidade humana estudada por Little (2002) produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais, como as terras das comunidades indígenas, comunidades quilombolas e “populações residentes” em Unidades de Conservação. Nesse aspecto, a marginalidade econômica dos distintos grupos sociais e sua localização em áreas intersticiais dos centros econômicos são fatores que, conforme Little (2002), atraem, o interesse do mercado capitalista pelos diversos recursos naturais e mercadorias, os quais somente puderam ser salvos da cobiça, devido grupos sociais deterem o uso e apropriação dessa natureza. Isto se exemplifica a partir das histórias de diversas frentes econômicas que procuravam e

⁷ A palavra inglesa “*homeland*” tende a ser traduzida como “pátria” em português. Mas o significado mais comum de pátria faz referência a um Estado-nação, o que desvia o termo “*homeland*” de seus outros significados possíveis referentes às territorialidades de distintos grupos sociais dentro de um Estado-nação (LITTLE, 2002).

⁸ No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, Little utiliza o conceito de cosmografia, definindo-o como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002).

comercializavam as drogas de sertão, a borracha, o ouro, as peles de animais e tantos outros produtos que entraram e saíram do foco do mercado mundial.

Abramovay (2003) considera territórios não como um conjunto neutro de fatores naturais e de dotações humanas capazes de determinar as opções de localização das empresas e dos trabalhadores: eles se constituem por laços informais, por modalidades não mercantis de interação construídas ao longo do tempo e que moldam uma certa personalidade e, portanto uma das fontes da própria personalidade dos indivíduos e dos grupos sociais. Abramovay (2003) afirma também que nos territórios integrados ao meio rural, cada um pode participar do processo de desenvolvimento, desde que seja acompanhado do acesso a um conjunto de condições que alteram o ambiente institucional local e regional. O acesso à terra, por exemplo, é uma das condições básicas para que a população rural brasileira concretize a interiorização do crescimento econômico, baseado fundamentalmente na mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural.

Para Abramovay (2003), ainda é incipiente entre nós a reflexão sobre o potencial que a valorização dos atributos territoriais das diferentes regiões pode trazer para o desenvolvimento, porém, ele analisa que é em torno dos territórios que poderão ser descobertas novas configurações entre cidade e campo, capazes de propiciar oportunidades de geração de renda até aqui adormecidas. É neste sentido que o meio rural passa a ser encarado de maneira positiva, não como o local onde se espera o momento de integrar-se na vida urbana, mas como a base de projetos capazes de motivar o surgimento local e regional de novas oportunidades. Assim, os fatores que tem o poder de alterar o ambiente institucional do meio rural para que ele deixe de ser assimilado ao atraso e abandono, são aqueles relacionados à organização local, à ampliação do círculo com os quais se relacionam os agricultores, à pressão para que aumente o acesso ao crédito e aos investimentos públicos em infraestrutura e serviços e, sobretudo, os investimentos em educação e formação.

Assim, a proposta de Abramovay (1999), a respeito da valorização do meio rural enquanto território de realizações sociais e econômicas, não é fazer com que o meio rural se “urbanize”, mas que ele tenha ao mesmo tempo um conjunto de organizações que planejem o aproveitamento econômico de atributos que os mercados convencionais dificilmente serão capazes de revelar, justamente porque o território não é somente uma base física para as relações entre indivíduos e

empresas, já que lá está presente um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações.

Ademais, Abramovay (1999; 2000) mostra com base nos estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) o sucesso de certas regiões rurais dos países desenvolvidos na geração de ocupações produtivas, fundamentado não na composição setorial agrícola, mas na diversificação da produção. Além disso, sua pesquisa assinala que bons desempenhos na criação de empregos resultam de uma dinâmica territorial específica que ainda não é bem compreendida, mas que comporta provavelmente aspectos como a identidade regional, um clima favorável ao espírito empreendedor, a existência de redes públicas e privadas ou a atração do meio ambiente cultural e natural das áreas rurais.

Em síntese, Abramovay (2003) avalia que

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados (ABRAMOVAY, 2003, p.10).

Por outro lado, a concepção de territorialidade rural proposta por Perico e Ribeiro (2005)⁹ considera como desafio ajustar políticas rurais setoriais apoiadas no território, guiadas pelo critério espacial na definição de políticas públicas. Ou seja, a concepção de territorialidade rural apoia-se na

[...] Revalorização do espaço rural e de sua geografia como unidade de gestão que permite integrar uma realidade econômica multissetorial e dimensões políticas, sociais, culturais e ambientais que vêm construindo uma institucionalidade dinâmica, ainda complexa, que oferece possibilidades de resposta e muitas das falências mostradas pelo desenvolvimento rural nas últimas décadas (PERICO; RIBEIRO, 2005, p.25).

⁹ A publicação de Rafael Echeverri Perico e Maria Pilar Ribeiro, intitulada "Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável", reflete a intenção do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), em implementar políticas que promovam o desenvolvimento dos territórios rurais, estimulando o bem-estar das populações rurais.

Para esses autores, a visão de territórios “abre espaço ao conceito de integralidade de mercados diversificados, fatores produtivos, investimentos e de bens e serviços” (PERICO; RIBEIRO, 2005, p. 65). Dessa forma, a visão integral de território passa a ser mais exigente em termos de inovação do que os enfoques setoriais centrados somente na agricultura.

Perico e Ribeiro (2005), além dessas explicações, sintetizam trinta e sete pontos que caracterizam a visão de territórios rurais a partir da articulação entre as dimensões de ordem econômica, ambiental, política, sociais e culturais, na promoção do desenvolvimento rural. Destaca-se a abordagem para uma nova definição do objeto de política do território rural com base nos processos históricos de formação da sociedade, com base produtiva dependente de formas de aproveitamento dos recursos naturais. Um outro fator relevante levantado é o caráter mutissetorial que os territórios rurais assumem, uma vez que a agricultura continua sendo a atividade estruturante da história, porém conta com crescente diversificação econômica.

O território rural é multissetorial, com o predomínio da agricultura como atividade estruturante da história dos mapas de distribuição espacial da população e da constituição de regiões, mas conta com crescente diversificação econômica, produto de processos de consolidação de cadeias de valor agregado da atividade agrícola, para agroindústria e a consolidação de setores econômicos secundários e terciários, produto das demandas agregadas da população rural, em particular, o setor de serviços (PERICO; RIBEIRO, 2005, p. 183).

Nessa totalidade, o território rural incorpora formas diferentes de assentamentos humanos, populações dispersas ou concentradas, mantendo uma lógica articuladora da economia, definida pelo aproveitamento de recursos naturais. Dessa articulação, decorre a relação urbano-rural, pois há concentrações urbanas que têm como base econômica atividades vinculadas ao aproveitamento dos recursos naturais, ou cuja essência é prestar serviços ao seu entorno rural. Essas concentrações são consideradas integrantes do território rural.

A relevância da visão territorial rural apresentada está na direção que é dada para articulação dessa política, em que o território rural é compreendido por dois eixos econômicos. Um eixo de ordem setorial, envolvendo as cadeias produtivas, os quais incluem os setores agroindustriais, comerciais e de serviços à produção, assim como modelos de cadeias de serviços turísticos ou de serviços ambientais. Outro eixo de ordem territorial, compreendendo as dinâmicas de integração, complementaridade e diversificação, próprias de modelos de economia territorial que

se baseiam em processos de racionalização do emprego e aproveitamento conjunto dos fatores produtivos disponíveis em determinados espaços, os quais dependem das vantagens do entorno – infraestrutura, instituições, segurança, dotação de recursos humanos ou físicos que oferecem as empresas ali localizadas (PERICO; RIBEIRO, 2005).

Nesse processo, a nova institucionalidade é colocada de forma decisiva para que permita, entre outras coisas, (a) ampliar a participação, cooperação e autonomia dos agentes privados e comunitários como desenvolvimento do princípio de demanda que busca incrementar, de forma real, o protagonismo dos agentes privados e comunitários na construção da sociedade rural mais eficiente, equitativa, estável e sustentável; (b) elevar a eficiência do gasto público, permitindo que os recursos públicos tenham maior impacto e sejam multiplicadores, alavancando a mobilidade dos recursos da sociedade na empreitada comum de construir dinâmicas socioeconômicas capazes de realizar o sonho da sociedade rural, constituída por homens e mulheres do campo e da sociedade em geral; (c) reforçar, como princípio básico, a demanda de políticas públicas, ou seja, dar protagonismo muito maior aos atores da sociedade – as comunidades e, em particular, os empresários; e (d) redefinir estratégias que permitam que a oferta oriunda do Estado adquira flexibilidade e compromisso com a natureza e as condições de tal demanda (PERICO; RIBEIRO, 2005).

No sentido de orientar a formação de organizações fortes, esses mesmos autores confiam ao Estado a capacidade institucional para fortalecer os agentes da sociedade, permitindo ajustes na implementação das políticas públicas. Porém, os autores advertem que isso não pode significar o enfraquecimento da institucionalidade pública, em contra partida, as instituições públicas do setor rural devem ser muito mais fortes do que são hoje, mas sua força deve definir-se a partir de maior relação entre os agentes públicos e a sociedade. A ideia é admitir sistemas de oferta de política pública que tenha melhor vínculo com a demanda, e não o inverso, pois, geralmente, é a política pública que induz à oferta para que ocorra a demanda. Com essa estratégia, espera-se gerar uma nova agenda pública capaz de otimizar os recursos técnicos, humanos e financeiros aplicados, assim como motivar a formação de organizações mais autônomas e empoderadas (PERICO; RIBEIRO, 2005).

As mudanças no papel que o Estado deve desempenhar no desenvolvimento implicam novo sistema de organizações públicas para o setor rural. Tal como foi evidenciado, a institucionalidade remanescente que compõe o atual cenário de gestão pública padece de diversas debilidades, em especial pela falta de adequação entre o novo discurso político, os novos instrumentos de investimento e as organizações públicas encarregadas de fazê-lo. Uma política apoiada na visão de demanda, diante da dominante visão de oferta, e um enfoque de território, diante de enfoque de setor, implica uma reordenação das organizações públicas, de seus procedimentos, de suas regras e de seus instrumentos de ação. É requerida uma nova agenda pública que tenha a capacidade de dar uso eficiente aos recursos técnico, humanos e financeiros aplicados (PERICO; RIBEIRO, 2005, p. 168).

Em síntese, o fortalecimento institucional é compreendido, sobretudo, pelas responsabilidades empreendidas pelo Estado, organizações das comunidades, dos empresários e outras entidades territoriais, com ênfase nas localidades e municipalidades.

Dallabrida e Becker (2008) se baseiam em Santos (1997) para formular sua compreensão acerca da concepção de territórios como “relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” e conferem à territorialidade o sentido de “pertencer àquilo que nos pertence”. Ou seja, consideram a territorialização do espaço como sua apropriação, que desencadeia uma (re)ordenação dos territórios e que, por consequência, “cria novas formas de territorialidades que, dialeticamente, provocam novas formas de desterritorialidades e dão origem a novas territorialidades” (DALLABRIDA; BECKER, 2008, p.182).

A expansão do território ocupado ao mesmo tempo em que amplia a territorialidade, provoca em certos casos, a desterritorialização nas populações locais, como os indígenas, por exemplo. Outro exemplo de desterritorialização é a desapropriação de populações em consequência da instalação de projetos de hidrelétricas, ou quando da valorização imobiliária nos grandes centros urbanos. Da mesma forma, sempre que um projeto de desenvolvimento, estruturado sem levar em conta a realidade sócio-econômica-cultural e ambiental regional, for implementado, provoca formas mais ou menos radicais de desterritorialização (DALLABRIDA; BECKER, 2008).

Assim como o território é o espaço revestido da dimensão política, a territorialidade refere-se ao “conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, como o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas” (DALLABRIDA; BECKER, 2008, p.182). Deste modo, além

do potencial econômico, o conceito de território traz outros valores como a tradição histórico-cultural, ocasionando a coesão territorial, por exemplo.

Froehlich (1998), do mesmo modo, compreende por meio do paradigma territorial que a localidade funciona como um suporte de uma sociedade composta por atores que se relacionam com capacidade de atuação diante dos problemas a serem resolvidos e contam com recursos, possibilitando suas participações no processo de desenvolvimento. Assim, torna-se estratégico investir no desenvolvimento dos territórios rurais e opor-se a ideia dominante de ações compensatórias e assistenciais limitadas a economia agropecuária, porque o rural incorpora, concomitantemente, áreas dispersas e concentrações que envolvem uma ampla diversidade de setores econômicos e não-econômicos de forma interdependente, estabelecendo relações funcionais de integração com o urbano e fundamentado na dimensão territorial. Também, torna-se proeminente realizar profundas revisões nas políticas oficiais dominantes para que possa valorizar os espaços rurais como continuidade do urbano, pois o rural tem a capacidade de contribuir para o crescimento econômico, para a justiça social, para o equilíbrio político-institucional, para a preservação e para a sustentabilidade dos territórios.

O conceito de ruralidade é de natureza territorial e não setorial “agrícola”, e, cabe à coletividade a propriedade de realizar as transformações que os territórios podem passar, na medida em que houver um sentido de pertencimento, de identidade com esse local. Dallabrida e Becker (2008) inferem que a participação conjunta de *stakeholders*¹⁰ locais no processo de tomada de decisão – levando-se em conta as organizações públicas e privadas, tais como os sindicatos, os governos locais, as associações empresariais e outras organizações não governamentais –, torna-se decisiva no desenvolvimento local (DALLABRIDA; BECKER, 2008).

Em Campanhola e Silva (2000), também, pode-se perceber o enfoque territorial ao invés do ultrapassado critério de separação dos espaços urbanos e rurais, uma vez que o local é representado por um conjunto de relações econômicas, sociais e culturais que lhes conferem características que os tornam únicos.

¹⁰ O termo *stakeholders* parece não ter uma tradução do inglês para o português, porém sua definição está muito próxima da seguinte interpretação: refere-se aos atores sociais que têm interesse numa determinada decisão; ou são as lideranças locais/regionais atuando nas suas instituições ou organizações como os balizadores do processo de desenvolvimento local ou regional (SAXENIAN, 1994 apud DALLABRIDA; SIEDENBER; FERNANDEZ, 2004).

Grandes mudanças também têm ocorrido no meio rural brasileiro em decorrência da incorporação de atividades tipicamente urbanas. Com a crise de empregos, nas áreas urbanas, que vem se acentuando desde os anos 80, houve uma maior procura pelo meio rural, não somente para moradia, mas também para desempenhar atividades, tais como prestação de serviços domésticos, para autoconsumo ou trabalho por conta-própria, empregos em agroindústrias, serviços públicos, professor de primeiro grau, mão-de-obra temporária na agricultura, pedreiros, balconistas/atendentes, motoristas, ajudantes, vendedores ambulantes, etc. (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 12-13).

Shneider (2008) discute as principais vertentes teóricas das ciências sociais que utilizam o conceito de território para analisar os processos de desenvolvimento e mudança social no meio rural. Aponta três perspectivas: (1) a da geografia política que se utiliza do conceito para analisar o poder as formas de dominação no espaço; (2) a visão da antropologia e da sociologia que analisam os territórios na perspectiva da identidade social e da construção do capital social; e (3) a abordagem da geografia econômica que concebe o território como uma variável do desenvolvimento econômico. Para o autor, o processo de uso e apropriação do espaço pelos homens é entendido como um processo de produção de espaço, que para muitos é a expressão da territorialização e afirma que abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas da agricultura, indústria, comércio e serviços.

Quanto ao território na perspectiva da identidade, Sheneider (2008) diz que os estudos partem da proposição de que as formas de ação entre indivíduos e atores dependem, necessariamente, da formação de uma identidade, de um grupo social que vive e utiliza um determinado espaço social. Ainda conforme o autor, analistas e formuladores de políticas passaram a perceber a identidade territorial e o capital nele disponível como importantes variáveis para o desenvolvimento territorial.

No Brasil, a abordagem territorial vem sendo objeto de política pública a partir de 2003, momento em que o governo federal cria a SDT/MDA e com essa estrutura assume a missão de apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e a integração de políticas públicas. Com a instituição se inicia uma política de promoção de desenvolvimento dos territórios rurais, considerando que esses são espaços de integração, articulação e consertação da diversidade de atores sociais, identidades culturais, interesses políticos e políticas públicas que nele se manifestam (BRASIL, 2003).

Em 2006, o MDA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) elaboraram o documento “Diretrizes para o desenvolvimento rural sustentável”, servindo como referência para o PRONAT. As Diretrizes para o desenvolvimento rural sustentável reconhecem que

[...] O Brasil rural comporta uma multiplicidade de ambientes físicos, recursos naturais, agroecossistemas, sistemas agrários, etnias, culturas, relações sociais, padrões tecnológicos, formas de organização social e política, linguagens, simbologias, demonstrando que o espaço rural brasileiro não é uniforme, mas diverso plural e heterogêneo (DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2006, p.13).

Entre os pressupostos gerais, o Conselho recomenda a abordagem territorial para esse projeto, uma vez que “considera a multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável, buscando construir uma política de fortalecimento da gestão social e das redes sociais locais de cooperação, visando dinamizar a economia e melhorar a qualidade de vida da população” (DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 2006, p.18).

Em seguida, o PRONAT (2006) foi elaborado e apresenta o conceito de territórios rurais como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (REFERÊNCIAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL, 2005).

As exposições de motivos que relevam a constituição de territórios rurais no Brasil apontam que faltam capacidades locais, humanas e institucionais nos municípios para o enfrentamento de seus principais problemas, contribuindo para a segurança alimentar, combate à pobreza e à exclusão social. Além desses aspectos que asseguram o emponderamento das comunidades, o programa emprega uma abordagem multidimensional e intersetorial para mobilização e capacitação dos atores sociais para a construção de alianças e de entidades locais, capazes de superar as deficiências estruturais que inibem a sua capacidade de geração e de distribuição de riquezas, em direção à autonomia de fato e à autogestão.

Entre as justificativas para a adoção de uma abordagem territorial para o desenvolvimento rural, Monzoni et.al (2008, p.24) cita:

a) Que a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com esse tipo de iniciativa.

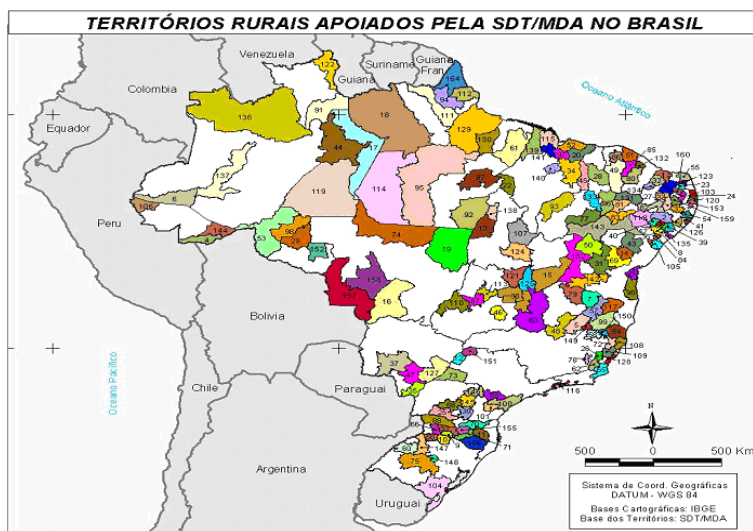
b) A necessidade de descentralização das políticas públicas, com a atribuição de competências e atribuições aos espaços e atores locais.

c) O território é a unidade que melhor dimensiona os laços entre as pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

Para o MDA (2005) o desenvolvimento na abordagem territorial é decorrência da criação de condições para que os agentes locais mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento. Além disso, a instituição entende que a perspectiva territorial permite a formulação de uma proposta centrada nas pessoas, que leva em consideração os pontos de interação entre os sistemas socioculturais e os sistemas ambientais e que contemplam a integração produtiva e o aproveitamento competitivo desses recursos como meios que possibilitam a cooperação e corresponsabilidade ampla de diversos atores sociais. Nesta perspectiva, a abordagem territorial é vista como integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas de intervenção, por meio da qual se pretende alcançar a geração de riquezas com equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social e a inclusão social.

Inicialmente, a SDT teve que adotar na formação de territórios rurais critérios que fizessem configurar um “rearranjo do espaço nacional, a partir de um processo de descentralização que reduz (ou modifica) o raio de atuação do ente público federal (União), em consonância com o aumento do empoderamento e da participação das instâncias de poder inferior” (REFERÊNCIAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL, 2005, p. 27). Foram estabelecidos os seguintes critérios: (1) “rural”; (2) maior concentração do público-alvo (agricultores familiares, concentração de famílias assentadas por programas de reforma agrária, famílias de trabalhadores rurais sem terra, mobilizados ou não); (3)

municípios beneficiados pelo PRONAF infraestrutura; e (4) o componente político (REFERÊNCIAS PARA UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL, 2005, p. 28).



Mapa 3 - Territórios rurais apoiados pela SDT/MDA no Brasil.
Fonte: SDT/MDA (2010). Adaptado por esta autora (2010).

O critério “rural” adotado pela SDT/MDA não é exclusivamente de caráter residual e administrativo, como o que é adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas abrange aquele desenvolvido por Veiga (2001), em que se considera como rural, o município com densidade demográfica de até 80 hab/km² e população total até 50.000 habitantes, compreendidos por pequenas e médias cidades, vilas e povoados.

Portanto, a formação de territórios rurais não inclui os elementos “rurais” de forma isolada, mas em permanente relação com os espaços urbanizados, compondo um ambiente de identidade particular.

Para a consolidação do referencial teórico do PRONAT, a SDT atua com duas linhas de ação: a implementação de ações de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento da Rede Nacional de Órgãos Colegiados – formada pelos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável –, assim como, pelas instâncias de gestão do desenvolvimento territorial SDT/MDA – Série Documentos Institucionais n.2, maio 2005. A disposição desse ambiente institucional é definida pela heterogeneidade dos sujeitos na

composição do ¹¹ CONDRAF, dos Colegiados Estaduais, dos Conselhos Municipais e das Comissões de Implantação das Ações Territoriais e/ou Conselhos de Desenvolvimento Territorial (CIAT); Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER).

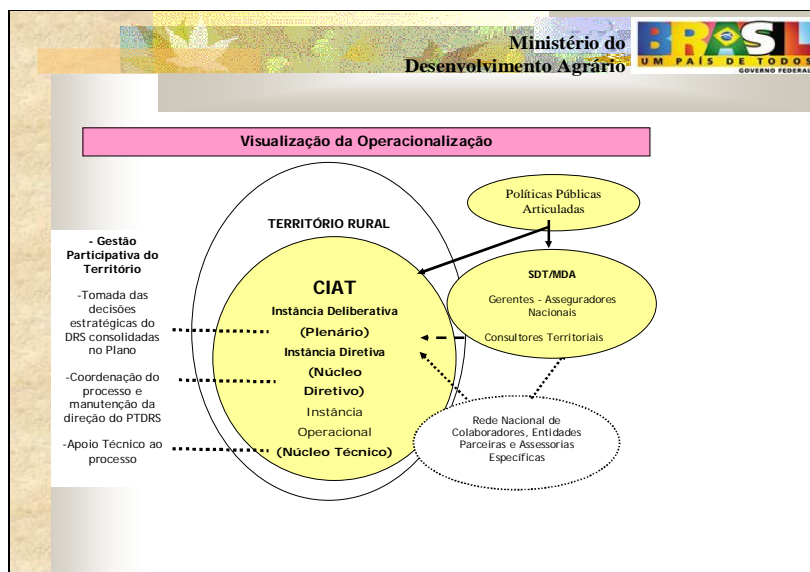


Figura 5 - Visualização da operacionalização do PRONAT.
Fonte: MDA (2010).

Os indicadores que irão examinar os resultados do PRONAT foram definidos em quatro áreas: fortalecimento da gestão social; fortalecimento das redes sociais de cooperação; dinamização econômica nos territórios rurais; e, articulação institucional.

O fortalecimento da gestão social, por exemplo, garante a constituição de espaços de participação popular, pois esses, além de serem requisitos fundamentais

¹¹ De acordo com as orientações do CONDRAF na composição dos colegiados, deve-se considerar a pluralidade, que pressupõe que as diferentes organizações (associações, sindicatos, cooperativas, etc) de uma mesma categoria estejam representadas, assim como todas as concepções de desenvolvimento rural existentes; a diversidade, definida como sendo a representação dos diferentes atores sociais que atuam no processo de desenvolvimento rural sustentável sejam jovens, mulheres, quilombolas, agricultores familiares ligados a diferentes comunidades e/ou arranjos produtivos, pequenos empreendedores, etc; a representatividade - entende-se que a base das organizações sociais esteja representada por essas entidades; Essas institucionalidades podem ter conformações distintas, segundo o entendimento dos próprios atores sociais, mas deverão sempre expressar a diversidade social, buscando a representatividade, a pluralidade e a paridade entre as forças sociais, para que processos horizontais de negociação e decisão transformem práticas verticalizadas de gestão em acordos multissetoriais de gestão social em processos de planejamento ascendente.

para o fortalecimento da rede social, são avaliados como necessários para a gestão social do programa.

Em linhas gerais, o PRONAT propõe superar as persistentes desigualdades econômicas e sociais no meio rural mediante três eixos estratégicos: organização e fortalecimento dos atores sociais; adoção de princípios a práticas da gestão social; promoção da implementação e integração de políticas públicas (MARCO REFERENCIAL PARA APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS RURAIS, 2005. p. 7).

De acordo com essa discussão, cada território foi orientado a construir seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), considerando as institucionalidades já existentes e abrindo possibilidades para que outras possam ser criadas.

Em 2008, o governo federal lançou o programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais, denominado territórios da cidadania, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania em regiões mais carentes do Brasil, com base na integração das ações do governo federal e dos governos estaduais e municipais, com a participação da sociedade civil organizada. Cada território incluído no programa é formado por um conjunto de municípios carentes que foram selecionados por critérios como baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baixo dinamismo econômico e maior concentração de agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária e populações de quilombolas e indígenas. No Amapá, foi criado o território sul do Amapá, constituído pelos municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Vitória do Jarí.

Tanto a política de territórios da cidadania quanto à de territórios rurais sustentáveis asseguram processos de desenvolvimento local, cujas estratégias assumem formas diferentes por conta de suas condições específicas, como também de sua especialização produtiva, dos recursos naturais e humanos disponíveis, da abertura da economia local aos mercados nacionais e internacionais, da organização de seu sistema produtivo e da capacidade de aprendizagem e de resposta da comunidade local.

Ademais, os autores que defendem a territorialização do desenvolvimento argumentam que aumentou consideravelmente a capacidade dos territórios de atuar sobre os fatores estruturais, implicando uma maior capacidade de se utilizar e aproveitar dos fatores globais em função das próprias especificidades do local

(DALLABRIDA; BECKER, 2008). Assim, o território de Pedra Branca do Amapari reúne a agricultura e a mineração como principais atividades produtivas, porém para que se alcance as vantagens teóricas que a territorialidade rural pressupõe, torna-se relevante o desenvolvimento de ações que envolvam não somente o setor agrícola, mas o eixo territorial que compreende a integração, complementaridade e diversificação, garantindo o planejamento integrado no conjunto das instituições públicas e privadas, fortalecendo, especialmente, o capital social proveniente do exercício das organizações sociais rurais, mantendo os vínculos de relações institucionais para o aprendizado interativo de desenvolvimento local. Destacam-se tanto os atores sociais quanto os agentes governamentais como criadores de territorialidades, expandindo territórios e provocando desterritorialidades.

3.1 TERRITÓRIO E CAPITAL SOCIAL

Verificou-se que cada território possui um tecido social constituído de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades, desempenhando um importante papel no desenvolvimento econômico. Nesse contexto, essas estruturas sociais compõem o capital social de um território e seus estoques são considerados condições essenciais para que processos de desenvolvimento possam dar certos.

Ressalta-se que o conceito de capital social é conhecido no meio acadêmico desde 1916, com os estudos de Hanifan sobre as escolas comunitárias rurais dos EUA. No entanto, esse conceito somente se popularizou a partir dos anos 1980, com os estudos de Pierre Bourdieu (1980), James Coleman (1990), Robert Putnam (1996), Francis Fukuyama (1996), Woocock e Narayan (1998), Bernardo Kliksberg (2000), Lin (2001), Augusto de Franco (2001), dentre outros. Diante da diversidade de concepções de capital social propostas por esses autores, todos são unânimes em assegurar que sua presença ou ausência influencia intensamente o desenvolvimento social e econômico de uma região.

Do mesmo modo que a comunidade acadêmica, no que concerne a literatura produzida pelas principais instituições internacionais da área de fomento do desenvolvimento, aponta a falta de participação da comunidade como uma das principais causas de fracassos de políticas, programas e projetos de diferentes tipos. Segundo essa avaliação, a ausência de uma interação com os segmentos

relevantes da sociedade tende a fazer com que muitas das ações públicas sejam incapazes de alcançar integralmente os objetivos propostos (VALENTIM, 2008).

Higgins (2005) realizou um trabalho epistemológico sobre o capital social e sua expansão nas políticas econômicas, chegando a algumas conclusões: (1) a inserção do capital social na agenda de desenvolvimento pelos formuladores de políticas públicas e técnicos de instituições multilaterais se justifica, principalmente, pela necessidade de ampliar a perspectiva econômica, já que os objetivos do desenvolvimento não foram alcançados pelos contraditórios resultados das políticas neoliberais (PORTES, 1998); (2) a corrupção e seus altos custos de transação¹² fizeram com que criadores de políticas, investidores estrangeiros e agências começassem a reconhecer a importância dos fatores institucionais, os quais não eram levados em conta pelas teorias tradicionais do desenvolvimento (WOOCOCK, 2000); (3) a teoria de Douglas North afirma as instituições formais e informais como chaves para entender o desempenho econômico, pois além do entorno institucional¹³, redes sociais e compromissos cívico constituem um conjunto de fatores-chave para a sustentabilidade dos programas de desenvolvimento.

Ximenes (2008) aponta quatro dimensões distintas na abordagem do capital social: uma baseada no trabalho de Bourdieu (1985); uma estruturada em torno das ideias de Coleman (1974 e 1990); uma originária dos trabalhos de Putnam (2002); e uma situada na abordagem de Lin (2001), que enfatiza a teoria de rede na análise do capital social.

Entre aqueles que impulsionaram o conceito de capital social está Bordieu¹⁴ (1980). Este o considera como um “conjunto de relações e redes de ajuda mútua

¹² A economia institucional desenvolveu este conceito para entender melhor que as relações de troca mercantis não acontecem de forma direta e imediata. Estas são mediadas pelas instituições sociais (públicas e privadas), que introduzem custos adicionais em tempo, capital e esforço. Por exemplo: as disputas entre operários e patrões podem gerar conflitos que demandam uma intervenção da burocracia estatal. Tudo isso exige grandes esforços em tempo, pagamento de advogados, greves etc., o que, da ótica do rendimento dos negócios, eleva os custos de produção e os preços finais. Nas sociedades, onde as relações operários/patrões são levadas em espírito de cooperação, os custos adicionais de negociação são menores (HIGGINS, 2005).

¹³ Barquero (2001), utiliza o conceito de entorno local (empresas, organizações e instituições) associado à noção de distrito industrial, destacando as relações entre os atores de um território e a relevância da dimensão cognitiva dos mesmos, sua capacidade de tomar decisões estratégicas em assuntos de interesses do sistema produtivo em sua totalidade.

¹⁴ Bordieu e Saint Martin (1978) desenvolveram uma metodologia para conhecer a origem e o comportamento do patronato francês, analisando desde sua origem familiar, passando pelas escolas e clubes que frequentavam, até as associações das quais faziam parte. Ao evidenciar as relações existentes entre as estratégias econômicas de sobrevivência familiar, o papel do sistema de ensino e das redes familiares e empresariais e das redes oriundas das escolas de nível superior, os autores demonstram a importância das diferentes redes nas quais os membros do patronato francês estão inseridos. Elas representam, assim, o seu *capital social*. Embora não se utilize com frequência o conceito de rede, fica clara a sua importância para a solidez da análise.

que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social” Ou seja, capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo; também, é concomitantemente estoque e base de um processo de acumulação que permite a pessoas bem situadas na rede a terem mais êxito na competição social. O autor desenvolve o conceito de capital social com caráter de instrumento (da mesma forma que o capital econômico ou o capital cultural) com vistas a manter ou reforçar seu estatuto e seu poder na sociedade.

O autor chama os espaços onde se manifestam as relações de poder de campos sociais e esclarece que cada agente ocupa posições desiguais na estrutura de dois pólos opostos. Os agentes do primeiro pólo (dominantes) são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social, enquanto os que se situam no pólo dominado definem-se pela ausência ou pela escassez do capital do seu campo de pertencimento. (BOURDIEU, 1980, p. 2). Esclarece ainda que “o volume do capital social que um agente particular possui depende da extensão da rede de ligações que ele pode mobilizar e do volume de capital – econômico, cultural ou simbólico – possuído por cada um daqueles a quem ele está ligado”.

Coleman (1990) possui um foco utilitarista ao tratar do capital social. Seu ponto de partida consiste em comparar as perspectivas a partir das quais a sociologia e a economia entendem a ação social e o ator social. Dessa forma, o capital social é entendido em termos funcionais, isto é, consiste em todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses. Dentro das estruturas sociais, há pelo menos três grupos de elementos com essa funcionalidade: (1) as obrigações, expectativas e lealdade; (2) os canais de informação e (3) as normas e sanções estabelecidas. As obrigações podem contar com diferentes graus de reciprocidade, levando em conta o tempo e o motivo; os canais de informação, por sua vez, reduzem custos a partir das pessoas que têm informação pertinente e a compartilham com a rede social, e as normas inibem os comportamentos negativos que debilitam o capital social.

Coleman (1998) imprime no capital social um caráter instrumental, como se as relações sociais fossem unicamente estabelecidas em “mercados sociais”, análogas aos mercados econômicos, deixando de fora outras formas de troca social. De forma diferente, Bourdieu (1980) propunha o desenvolvimento de uma ciência geral e prática da economia, capaz de estudar o capital em todas as suas formas

(cultural, simbólica, social, financeira etc) (HIGGINS, 2005). Para nós, o capital social é determinado segundo a forma como os indivíduos se articulam em busca de estratégias de superação de problemas comuns, adquirido especialmente pela sua vinculação direta a organizações que os representam. É por meio desse comportamento cooperativo que as pessoas se conectam e se fortalecem dentro e fora das redes de relações sociais apropriadas para atingirem objetivos, pois, efetivamente, as organizações são fontes de capital social e se constituem em um importante aprendizado nos processos de participação e tomada de decisão para o desenvolvimento local, tendo o território como referência espacial dessas transformações.

Putnam (2000) realizou um estudo empírico de capital social mostrando os contrastes entre as regiões sul e norte da Itália, onde explorou questões fundamentais como a relação estabelecida entre a vida cívica e as mudanças institucionais que afetam as identidades, o poder e as estratégias dos atores políticos. O estudo está diretamente ligado ao trabalho pioneiro de Aléxis de Tocqueville (*A democracia na América*, 1977), que deu grande importância ao caráter associativo e participativo dos americanos em formar organizações civis e políticas. Para Putnam, (2000, p. 393) a ação recíproca entre as pessoas é fundamental para a edificação do sentimento comunitário, pois se os “sentimentos e as idéias não se renovam, o coração não cresce e o espírito não se desenvolve a não ser pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros” A forma mais produtiva da igualdade de condições provém da arte de se associar “para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na medida em que cresce a igualdade de condições” (PUTNAM, 2000, p.394).

Putnam (2000) possui uma concepção culturalista¹⁵ do capital social, uma vez que compreende esse recurso como sendo um conjunto de características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Para ele, as realizações de certos objetivos não seriam alcançadas caso isso não existisse e, por esse motivo o considera extremamente produtivo e ajuda a superar os dilemas da

¹⁵ Putnam recebe muitas críticas pelo fato de sua tese dar ênfase para a base cultural, ou seja, ele associa as possibilidades de avanço democrático à existência de ingredientes culturais a certas sociedades, destituindo assim a grande maioria dos países em desenvolvimento a possibilidade de alcançar a civilidade.

ação coletiva. Além disso, seu estoque (de capital social) é reforçado pela confiança resultante de duas fontes conexas: as regras da reciprocidade e os sistemas de participação cívica, gerando “sociedade forte, economia forte; sociedade forte, Estado forte” (PUTNAM, 2000, p.186). Contudo, a confiança torna-se a condição fundamental para existência e criação de capital social e, quanto maior o nível de confiança de uma comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação.

As associações comunitárias, as cooperativas, os clubes desportivos, os partidos de massa e similares são exemplos de participação cívica e de forma essenciais de capital social, que autor diz ter haver uma intensa interação horizontal, por isso, quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. Putnam (2000) é enfático quando anuncia que a pobreza e o atraso se devem em grande parte (mas não inteiramente) a incapacidade de seus habitantes de agir em conjunto pelo bem comum ou mesmo visando a qualquer objetivo que transcenda aos interesses materiais imediatos da família nuclear.

Fukuyama (2006) avalia o capital social como um bem privado, que faz reduzir os custos de transação, além de relacioná-lo às virtudes tradicionais como honestidade, a manutenção dos compromissos. O trabalho deste autor é tido como muito próximo de Putnam.

Franco (2001) apresenta a concepção de capital social a partir da existência de “parcerias”, entendendo essa relação como capaz de gerar contextos onde se manifesta um *ethos* de comunidade¹⁶, consistindo em interações sociais que promovem o reconhecimento mútuo, a confiança, a reciprocidade e a ajuda mútua, a solidariedade e a cooperação. Franco (2001) adota a expressão de padrão organizacional de Maturana para explicar a comunidade como sendo constituída pelo conjunto de elementos ligados por interdependência, configurado num padrão de rede. Pessoas conectadas com pessoas, a partir de padrão de rede, geram normas e instituições capazes de consolidar e reproduzir, numa dimensão, as virtudes atribuídas ao capital social. Franco (2001) acrescenta que as relações de parcerias estão sempre presentes em algum grau em qualquer coletividade humana durável, porém ressalta que não basta apenas a sua existência, é necessário

¹⁶ O conceito adotado por Franco presume comunidades conformadas a partir da interação em rede entre pessoas, conectadas por laços de interdependência, definindo normas e instituições que consolidam e reproduzem valores e atitudes de parceria.

também que sejam capazes de conformar arranjos de sociabilidade suficientemente estáveis e duráveis para gerar normas e instituições que consolidem as interações sociais. Contudo, o capital social analisado em Franco (2001) está relacionado com o grau de interdependência presentes ou não na dimensão social: pessoas subordinadas a pessoas (dependentes ao invés de interdependentes) a partir de um padrão piramidal de organização (*mainframe* ao invés de *network*) podem até continuar, individualmente, a praticar essas virtudes, porém não conseguem reproduzi-las socialmente numa escala ampliada. Ou seja, quanto menor for a incidência de relações horizontais (redes), quanto maior for a presença de estruturas verticalizadas (Estados totalitários), menor será o nível de capital social.

Woolcock e Narayan (2007) tratam o capital social¹⁷ no campo do desenvolvimento e orientam na investigação do capital social e desenvolvimento econômico seis recomendações gerais: (i) em primeiro lugar, ao efetuar intervenção de desenvolvimento em todos os setores e níveis (especialmente em nível de país), é necessário realizar um estudo institucional, social, com o propósito de identificar corretamente as partes interessadas e sua inter-relação; (ii) em segundo lugar, é importante investir na capacidade organizacional dos pobres e ajudá-los a construir pontes entre comunidades e grupos sociais. Isso é particularmente importante, pois muitas decisões que afetam os pobres não se tomam em nível local. Com este propósito, recorrer a processos participativos pode facilitar a construção de consenso e o estabelecimento de interações sociais entre partes interessadas com interesses e recursos diversos. Encontrar formas e meios para transcender as divisões sociais e construir coesão social e confiança é, na realidade, um elemento chave para o desenvolvimento econômico; (iii) em terceiro lugar, as perspectivas do capital social clamam por políticas que revelem informações em todos os níveis e assim fomentem a existência de uma cidadania informada, tanto dos atores privados quanto públicos; (iv) em quarto lugar, dá-se ênfase em melhorar o acesso aos serviços e recursos, assim como à tecnologia comunicacional moderna, os quais podem promover um intercâmbio de informação entre grupos sociais de maneira a

¹⁷ Em relação à mensuração do capital social, os autores dizem que não existe uma medida única para dimensionar capital social. E que esta é também considerada uma tarefa provavelmente impossível por várias razões: em primeiro lugar, a definição mais completa do conceito é multidimensional, pois incorporam diferentes níveis e unidades de análises; em segundo lugar, a natureza e as formas do capital social trocam com o tempo e variam o equilíbrio entre organizações informais e instituições formais; por último, neste campo de investigação nunca se desenvolveram estudos multinacionais de longo prazo para medir este capital.

complementar, a interação social baseada em trocas cara a cara; (v) em quinto lugar, as intervenções de desenvolvimento devem abordar sob o prisma do capital social, pois as redes sociais dos pobres são recursos importantes para enfrentar a vulnerabilidade. Por último, (vi) o capital social deve ser visto como um componente dos projetos ortodoxos de desenvolvimento, pois quando as comunidades pobres contribuem de maneira direta para o desenho, a implementação, a gestão e a evolução dos projetos, aumentam as vantagens para a sustentabilidade do projeto.

Em Abramovay (2003), explicam-se as vantagens que os grupos usufruem quando fazem parte de uma estrutura organizacional. Aqui, o autor se sustenta em Coleman (1990) quando observa o capital social como uma espécie de garantia, estando, porém, disponível para os que não têm acesso aos mercados de crédito regulares.

O capital social ensina Coleman (1990:302), não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura.

O capital social, neste sentido, é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência. Quando, por exemplo, agricultores formam um fundo de aval que lhes permite acesso a recursos bancários que, individualmente lhes seriam negados, as relações de confiança entre eles e com os próprios bancos podem ser consideradas como um ativo social capaz de propiciar geração de renda (ABRAMOVAY, 2003, p. 3).

Nesse contexto, o autor orienta que antes de se construir novas instituições favoráveis ao desenvolvimento rural, deve-se fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. O desafio para tal construção consiste em dotar as populações que vivem em áreas rurais com as prerrogativas necessárias para que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios.

Capital Social, conforme Abramovay (2003), é antes de tudo a resposta para o dilema neoclássico da ação coletiva. A base do raciocínio está na constatação de que “as soluções privadas nem sempre funcionam” e que por seus interesses imediatos os agentes sociais teriam, diante da cooperação, uma conduta de caráter oportunista. Para ilustrar seu raciocínio, Abramovay (2003) apud Putnam (1996, p.173), fazendo também referência a David Hume:

Teu milho está maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que também não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua.

Há em processo uma outra interpretação de capital social, objetivamente previsível que se presta a atender os propósitos de redução de custos de transação de pessoas em interação e, por outro lado, uma situação de empoderamento que o capital social mobiliza, tornando possível os indivíduos se afastarem de uma situação de risco, como é a pobreza, e caminharem juntos rumo a uma história mais virtuosa, repleta de aprendizagem tendo como alicerce o contexto social, cultural e ambiental do local.

Romano e Antunes (1977) referem-se ao empoderamento¹⁸ como um processo que visa fortalecer a autoconfiança de grupos populacionais desfavorecidos, com o propósito de capacitar indivíduos para articulação de interesses individuais e comunitários na busca do bem comum, dotando-os de autonomia e de capacidade de intervenção na realidade de modo a lhes permitir uma vida autodeterminada e autorresponsável nos processos de participação, discussão e decisão.

No nosso estudo, a concepção de Lin (2001, 2007) torna-se relevante, pois este autor entende o capital social como um conjunto de recursos enraizado nas redes sociais que são acessíveis e utilizados pelos indivíduos nas suas ações. Considera a rede social como um reconhecimento mútuo, e argumenta que o capital social, enquanto investimento nas relações sociais com resultados esperados no mercado, deve ser definido como recursos inseridos na estrutura social, que são acessíveis e/ou mobilizados para a concretização de um objetivo. Para o autor, a noção de capital social – o capital apreendido nas relações sociais – é visto como um bem social em virtude das conexões dos atores e do acesso aos recursos da rede de que eles fazem parte (XIMENES, 2008).

¹⁸ A expressão *empowerment* diz respeito à capacidade de aquisição de poder dos habitantes de um local e, sua acumulação forma o estoque de capital social. Essa terminologia (ABRAMOVAY, 2003; ROMANO; ANTUNES, 2002) vem se consagrando junto às organizações internacionais de desenvolvimento.

Lin (2001, 2007), nas argumentações sobre as conexões dos atores em rede, apresenta quatro fatores para explicar o modo como os recursos disponíveis por meio das redes sociais condicionam os resultados das ações dos indivíduos: (a) o fluxo é facilitado: os laços sociais colocados em posições estratégicas fornecem aos atores informações úteis sobre oportunidade e escolhas; (b) esses laços influenciam os agentes que têm um papel importante nas decisões; (c) os laços sociais podem ser concebidos como credenciais que garantam as possibilidades individuais de acessar recursos disponíveis em suas redes; e (d) as relações sociais reforçam a identidade e o reconhecimento, ou seja, o reconhecimento público no que diz respeito ao direito de determinados recursos.

Os estudos de Wasserman e Faust (1994) nos forneceram elementos para entender a Análise de Redes Sociais (ARS). Para esses autores, os conceitos fundamentais que compõem a ARS são: (a) atores, unidade de diferentes tipos: pessoa ou um conjunto de pessoas agregadas em uma unidade social coletiva, como subgrupos, organizações e outras coletividades; (b) atributos ou características individuais, como idade, sexo e profissão, instituição com a qual se está vinculado, formação, etc.; (c) o foco da ARS são os laços relacionais, sendo que o laço relacional (*relational tie*) ou laço de ligação (*linkage*) estabelece ligação entre pares de atores. O laço indica direcionamento, podendo ser direcional, quando um ator é transmissor e outro receptor, e não direcional, quando a relação é recíproca (MARTELETO; SILVA, 2004; XIMENES, 2008).

Nesse sentido, a metodologia estuda padrão de relacionamento entre pessoas, organizações, estados etc., e mapeia redes de relacionamento com base no fluxo de informação, além de se tornar cada vez mais uma importante ferramenta que permite identificar indicadores que aprimoram a cooperação – importante componente do estudo de capital social, além de estar intimamente ligado com a promoção do desenvolvimento.

Portanto, as relações sociais na ARS são estabelecidas por laços relacionais responsável por estabelecer a ligação entre pares de atores, denominado ainda de laço ou ligação (*linkage*), e se diferenciam entre laços fortes (*strong ties*), laços ausentes (*absent ties*) e laços fracos (*weak ties*). Em relação aos laços fracos, estes são produzidos devido a sua função de ligação entre partes de uma rede social, que não são ligadas diretamente através de laços fortes, dando origem ao conceito de ponte (*bridges*). O ator que faz a ponte é responsável pelos laços entre dois

subgrupos de uma rede social. Dito de outra forma o agente ponte é um indivíduo fortemente ligado a um [sub] grupo primário que interage regularmente com uma pessoa de outro [sub]grupo (GROSSER, 1991, p. 354). Dessa forma, a capacidade de um grupo obter benefícios se relaciona com sua capacidade de atingir outros grupos e indivíduos. Por conseguinte, os laços fortes estabelecidos no interior de um grupo não trariam informações novas, porque essas são obtidas por ligações com outros grupos ou indivíduos. Os adjetivos forte e fraco se relacionam com o tempo e esforço para a manutenção dos laços. No que diz respeito aos buracos estruturais existentes nas redes, os indivíduos que conseguem superar esses “vazios”, passam a usufruir as vantagens de serem os intermediários (*brokers*) de informações para fora e dentro das fronteiras de seu grupo, e teriam um capital social maior que os demais atores de sua rede (GRANOVETTER, 1973).

Ximenes (2008) concentra seus estudos de capital social em comunidades rurais amazônicas, especialmente as que estão envolvidas com o manejo florestal comunitário e manejo da pesca em comunidades ribeirinhas e chama atenção sobre as formas de abordagem da diversidade produtiva e sociocultural da região. Para a autora, as iniciativas de manejos comunitários com os quais essas atividades estão diretamente vinculadas se relacionam não somente com o acesso ao recurso em questão, mas também com os fatores da estrutura interna das comunidades. Ou seja, as várias iniciativas em comunidades permitem analisar a organização social, os arranjos institucionais construídos para a superação de problemas e os aspectos que dificultam ou facilitam as ações coletivas e os vínculos de relacionamento em uma rede social. (XIMENES, 2008, p.15). Conclui dizendo que as “ações organizativas e de gestão comunitárias, analisadas neste trabalho, revelam que onde há rede relacional com laços fortes de entrelaçamentos dos atores e com vínculos de confiança, as iniciativas de inovação têm mais chances de sucesso”.

Marteletto e Silva (2004) chamam atenção sobre a importância de identificar um indivíduo central em uma rede, pois isso significa informar que este pode comunicar-se diretamente com muitos outros, ou que muitos atores o utilizam como intermediário em suas comunicações. Aqueles que têm mais ligações com outros atores têm posição mais vantajosa, podendo utilizar formas alternativas para satisfazer seus interesses e aproveitar os recursos da rede. Logo, os dados devem-se orientar para obter informações sobre as relações sociais que constituem a unidade de análise. Marteletto (2001, p. 73) compreende redes sociais como:

As redes nas ciências sociais designam normalmente – mas não exclusivamente – os movimentos fracamente institucionalizados, reunindo indivíduos e grupos em uma associação cujos termos são variáveis e sujeitos a uma reinterpretação em função dos limites que pesam sobre suas ações. É composta de indivíduos, grupos ou organizações, e sua dinâmica está voltada para a perpetuação, a consolidação e o desenvolvimento das atividades de seus membros.

Para a referida autora, os conceitos de capital social e redes de relacionamentos estão intensamente imbricados, pois tanto um quanto o outro é fundamentado em normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais. A interdependência dos conceitos passa a ser definido como um recurso dos grupos ou comunidades, constituídos pelas suas redes de relações, cujos laços se constituem em canais pelos quais passam informações.

Por sua vez, Fazito (2002), em estudos de redes sociais e migração, diz que a ARS não se preocupa com indivíduos isolados, mas sim com suas conexões em uma coletividade. Por isso, a abordagem das redes totais é mais indicada para se atingir o objetivo principal que é explicar a ocorrência de diferentes estruturas e como elas interferem ou não nos comportamentos dos atores.

Nesse sentido, a ARS é uma metodologia que trata de um instrumental distinto dos tradicionais métodos estatísticos e de análise de dados e vem sendo incorporado na ciência social, subsidiando pesquisadores para descrever fenômenos empíricos nos quais se dá importância às interações entre os atores de um determinado contexto social. No entanto, Marteleto e Silva (2004) ressaltam que a operacionalização dos conceitos como “confiança”, “comunidade” e “redes” deve ser cuidadosa, pois eles são difíceis de serem quantificados e qualificados pelo motivo de haver um acordo entre os estudiosos do tema, segundo o qual não basta identificar o número de componentes das redes (ligações e nós), mas sim apreender a sua importância para a comunidade.

Ximenes (2008) apud Bourdieu (1980) mostra claramente a interconexão entre o capital social e as redes sociais, com o intuito de assegurar que o volume de capital social disponível numa rede depende da capacidade de mobilização dos indivíduos.

Ainda no que tange ao assunto, o autor diz que ‘o volume do capital social que um agente particular possui depende da extensão da rede de ligações que ele pode mobilizar e do volume de capital – econômico, cultural ou

simbólico - possuído por cada um daqueles a quem ele está ligado' (BOURDIEU, 1980, p. 2 apud XIMENES, 2008, p. 390-391).

Vale destacar que grupos exitosos em capital social que se caracterizam por contar com densos laços comunitários os quais impedem que outros grupos possam alcançar esse mesmo êxito por causa da articulação interna da rede que se encontra mais bem organizada em relação à outra. Conseqüentemente, a perspectiva de redes implantada nas comunidades se caracteriza por ter essas dimensões de capital social, e são essas distintas combinações que produzem uma grande variedade de resultados associados a este capital (WOOLCOCK; NARAYAN, 2007).

Assim, a metodologia de ARS no estudo de capital social se justifica diante das diversas concepções que o conceito de capital social vem apresentando, permitindo dentro ou entre os diferentes grupos sociais a cooperação na qual se configuram em redes de relações.

Nos aspectos da compreensão da relação desenvolvimento econômico e social das comunidades, ressalta-se que o uso dessa metodologia tem limitações no processo de explanação sobre o comportamento de diversos atores numa determinada rede que se apresenta em uma conjuntura específica para explicar outros aspectos externos que colaborem para o conhecimento daquela realidade. Daí a necessidade de trabalhar com instrumentos de coleta de dados que auxiliarão na interpretação dessa totalidade (MARTELETO, 2001).

Radomsky (2006) considera fundamental a metodologia de ARS para a compreensão do desenvolvimento econômico e social de comunidades e grupos sociais, já que a inclusão da espacialidade na análise, sobretudo a partir do conceito de território, significa reconhecer que o local reúne os atores sociais e estabelecem particulares tipos de relações sociais, como de confiança, cooperação, reciprocidade, solidariedade, sentimento de pertença, etc. Ou seja, as redes se projetam num espaço, formando um território, cujos atores sociais organizam suas práticas e dão sentido às suas ações de modo específico – são redes de relações sociais que combinam, ao mesmo tempo, trabalho, produção e reciprocidade.

Assim, o suporte teórico do capital social, juntamente com a ARS aplicado nas organizações do território rural de Pedra Branca do Amapari, ajudará a constituir as redes de relações sociais, conferindo os laços fortes e fracos estabelecidos entre elas.

3.2 TERRITÓRIOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Segundo Barquero (2001), a teoria territorial do desenvolvimento constitui uma das referências obrigatórias da teoria do desenvolvimento local¹⁹, pois ambas compartilham dois princípios metodológicos fundamentais: por um lado têm a mesma concepção de espaço econômico e, por outro, dão prioridade às ações vindas “de baixo para cima” nas políticas de desenvolvimento e insere a noção de que os agentes do desenvolvimento (e não classes sociais) são os atores que tomam as decisões e controlam os processos de mudança através das iniciativas locais.

Para este mesmo autor, nas duas teorias, o território é visto como uma rede de atores do desenvolvimento, permanentemente preocupados em manter e defender a integridade e os interesses territoriais nos processos de mudança estrutural. Do mesmo modo, ambas as teorias consideram que o território não deve aceitar as decisões externas impostas pelas empresas globais, podendo responder estrategicamente a tais desafios e tomar decisões que busquem realizar seus próprios objetivos.

Silveira (2002) explica que o desenvolvimento local é uma resposta que está associada a um contexto de globalização²⁰, reestruturação produtiva e crise do padrão de desenvolvimento. E esclarece que sua inserção representa disputas em torno de alternativas e caminhos, a partir de processos de desterritorialização e reterritorialização para a construção endógena.

¹⁹ Há na construção dessa teoria uma profusão de alguns princípios da Teoria do Crescimento Dualista, da Teoria da Dependência e da Teoria Territorial do Desenvolvimento. Da Teoria do Crescimento Dualista, se resgata o conjunto de mecanismo que contribuem para o funcionamento dos processos de acumulação e crescimento das economias de mercado; da Teoria da Dependência, retoma a idéia de que as abordagens do desenvolvimento devem incluir uma visão sistêmica dos processos capaz de inter-relacionar as dimensões econômicas, sociais, políticas e institucionais de uma estrutura organizada e da Teoria Territorial do Desenvolvimento recupera a noção de que os agentes do desenvolvimento (e não classes sociais) são os atores que tomam as decisões e controlam os processos de mudança através das iniciativas locais (BARQUERO, 2001).

²⁰Sunkel (2001) define globalização como a forma pelo qual um dos estágios de notável aceleração e ampliação do processo de expansão capitalista vem se desenvolvendo, há séculos, e que se manifesta nesse momento histórico específico, com características que são peculiares a esse período. O autor acrescenta ainda que, nesse período histórico atual, emerge por completo o neoliberalismo globalizado. Considera, também, que o caminho do neoliberalismo foi aberto pela política de redução e desmantelamento do Estado e que o processo de globalização e as políticas neoliberais são os dois lados da mesma moeda no qual atual revolução tecnológica facilita a difusão instantânea das notícias e informações por todo mundo, produzindo efeitos positivos em termos econômicos, sociais, ambientais, políticos, culturais e internacionais, e também ao mesmo tempo efeitos profundamente negativos, desestabilizadores e destrutivos.

Retomando as avaliações em Barquero, (2001) a reestruturação e crise do padrão de desenvolvimento nos meados dos anos 1980, fez com que áreas tidas como relativamente e essencialmente rurais despontassem economias virtuosas combinando eficiência e altos níveis de emprego, proporcionando uma nova configuração do campo, como ocorreu em Toscana e Emilia-Romana (Itália), Baden-Württemberg (Alemanha), Cambridge (Inglaterra), Smalan (Suécia) e West-Jutland (Dinamarca). Para Barquero, (2001), existem três dimensões em que esse desenvolvimento deve persistir: (a) uma econômica, caracterizada por um sistema específico de produção, capaz de assegurar aos empresários locais o uso eficiente dos fatores produtivos e a melhoria dos níveis de produtividade; (b) uma sociocultural, na qual os atores econômicos e sociais se integram às instituições locais e formam um denso sistema de relações e incorpora os valores da sociedade ao processo de desenvolvimento; e (c) uma terceira que é política e se materializa em iniciativas locais, possibilitando a criação de um entorno local que incentiva a produção e favorece o desenvolvimento sustentável. Em síntese, a forma de organização da produção, a estrutura familiar, a estrutura social e cultural e os códigos de conduta da população condicionam os processos de desenvolvimento facilitando ou limitando a dinâmica econômica.

Por sua vez, Buarque (1999) define o desenvolvimento local como um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Para haver essa especial transformação nas bases econômicas e na organização social, o autor sugere a mobilização das energias da sociedade, explorando suas capacidades e potencialidades específicas para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Buarque (2006) sugere que três grandes pilares que devem compor as estratégias de promoção de desenvolvimento local de forma consistente:

Organização da sociedade, contribuindo para a formação do capital social local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão; agregação de valor na cadeia produtiva, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais; e reestruturação e modernização do setor público

local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local (BUARQUE, 2006, p. 27).

Buarque (2006) é enfático quando diz que o “desenvolvimento local depende da capacidade de os atores e a sociedade local se estruturarem e mobilizarem, com base nas suas potencialidades e na matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades” (BUARQUE, 2006,p.30). Ainda sobre esse aspecto, ele acrescenta:

[...] o desenvolvimento de uma localidade – município, microrregião, bacia, ou mesmo espaço urbano – deve ter um claro componente endógeno, principalmente no que se refere ao papel dos atores sociais, mas também em relação as potencialidades locais. O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto externo (BUARQUE, 2006, p.30).

O autor chama a atenção novamente quando se refere à participação determinante dos atores locais na reestruturação socioeconômica, mesmo quando a decisão é externa ao local onde esse desenvolvimento se processará.

Retomando as considerações de Barquero (2001), pode-se dizer que o alcance da reestruturação do sistema produtivo é baseado em duas distintas estratégias: a primeira estratégia pressupõe a produção de novos bens a partir de um “salto tecnológico”, portanto representa uma mudança radical, formada por um conjunto de ações, cujo objetivo prioritário seria o aumento da competitividade (eficiência/eficácia) do sistema produtivo local, não importando o custo em termos do emprego e do meio ambiente. A segunda opção objetiva inserir mudanças estruturais partindo do tecido produtivo atual, combinando a incorporação de inovações com a manutenção do emprego e conduzindo a transformações, tais que possam ser assumidas, lideradas e adotadas pela sociedade local. Essa última opção procura combinar os objetivos de eficiência e de equidade, constituindo uma alternativa em que a ênfase é posta na dimensão social.

A segunda opção é considerada mais adequada, especialmente pelas experiências apresentadas nos espaços urbanos e rurais de regiões europeias e latino-americanas, pois indicam a “conveniência de adotar-se uma estratégia baseada em mudanças progressivas, mediante a utilização do potencial de desenvolvimento endógeno e, portanto, dos recursos disponíveis nos próprios territórios” (BARQUERO, 2001, p. 201).

Perico e Ribeiro (2005, p. 31), de forma semelhante, orientam a reestruturação do sistema produtivo para que as inúmeras possibilidades econômicas possam surgir, a partir de uma nova visão do rural.

O primeiro passo na construção de uma nova visão é modificar a imagem por meio da qual o cidadão comum associa o espaço rural com o agrícola. Sem dúvida, o espaço rural deve ser visto como o âmbito no qual se desenrola um conjunto de atividades econômicas que excedem muito a agricultura. O espaço rural e os recursos que estão nele contidos são a base do crescimento de atividades econômicas e sociais. É evidente que a atividade agrícola (incluindo a pecuária e as atividades florestais) são as principais. Não obstante, há um conjunto de outras atividades que tem uma grande importância, as quais, geralmente, estão relacionadas a um nível mais alto de desenvolvimento. Entre estas, as atividades vinculadas à agroindustrialização, o turismo, e os artesanatos regionais são, talvez, as de maior transcendência. Adicionalmente, a forma que se organizam e desenvolvem todas essas atividades econômicas incide na capacidade para cumprir importantes funções vinculadas à conservação dos recursos naturais e à construção do capital social, incluindo o funcionamento social e político das comunidades.

Froehlich (1998) também mostra, por meio da valoração-localista, as relações que incidem entre o campo e cidade e que fazem repensar o sistema produtivo de caráter endógeno.

O mundo urbano está redescobrando os valores do rural para além da agricultura. Constatam-se melhorias da infra-estrutura e serviços públicos nos povoados rurais, enquanto piora a qualidade de vida nas cidades (trânsito, violência, insegurança, poluição, etc)[...] o que vem alterando o uso do território: aumento do número de residências secundárias, moradia de empregados urbanos e/ou aposentados, sítios de lazer, pesque-pagues, turismo rural, artesanato, fazenda-hotel, feiras e exposições agropecuárias, leilões agropecuários, complexos hípicas, festas religiosas e folclóricas, rodeios, lazer, comércio, prestação de serviços (públicos, pessoais, auxiliar de produção, etc).

Sobre o assunto, Barquero (2001) diz ser possível que as empresas desenhem um papel dinâmico nos processos de desenvolvimento endógeno, desde que lhes permitam fortalecer as relações entre as unidades operativas de sua rede espacial e os territórios em que estão localizadas. Portanto, a resolução dos problemas socioeconômicos amplia a atuação das instituições que, por sua vez, passam a intervir ativamente nos processos de reestruturação produtiva fazendo cooperar com o poder local, atores públicos e privados, no sentido de difundir economias mais enraizadas, com forte significado cultural.

Quando se refere à concepção de territorialidade no desenvolvimento local, Dowbor (2006) se apoia em Friedmann (1992, p.1-2), apreendendo-o como o “ambiente físico: a base dos recursos da economia, o valor estético de paisagens tradicionais, e a qualidade de vida no ambiente construído onde têm lugar todas as nossas ações e que afetam a nossa vida, direta e indiretamente”. Além do mais, o autor faz uma pertinente observação a respeito do papel do Estado no desenvolvimento local. Apesar desse paradigma de desenvolvimento apontar para uma política localmente enraizada, este requer um Estado forte, porém ágil e comprometido com os cidadãos organizados nas suas próprias comunidades.

Apesar de apontar para uma política localmente enraizada, um desenvolvimento alternativo requer um Estado forte para implementar as suas políticas. Um Estado forte, no entanto, não precisa ser pesado no topo, com uma burocracia arrogante e enrijecedora. Será mais bem um Estado ágil e que responde e presta conta aos seus cidadãos. É um Estado que se apóia amplamente numa democracia inclusiva na qual os poderes para administrar os problemas serão idealmente manejados localmente, restituídos às unidades locais de governança e ao próprio povo, organizado nas suas próprias comunidades. (DOWBOR, 2006, p. 2).

Para este mesmo autor, o desenvolvimento local deixa de ser uma coisa que se espera pacientemente e torna-se se uma coisa que se faz, inclusive no aspecto da organização dos aportes externos. Isso significa dizer que “uma comunidade deixa de ser um receptor passivo de decisões longínquas, seja do Estado que vai ‘doar’ um centro de saúde, ou de uma empresa que irá chegar e poderá ‘dar’ empregos” (DOWBOR, 2006, p.03). Além disso, as novas orientações para o desenvolvimento local apontam a mudança dos tradicionais municípios para formas intermunicipais de gestão, assim como as comunidades deixam de ser “pequenas demais” e passam a se articular de maneira criativa e diferenciada nas diversas territorialidades, permitindo surgir, por exemplo, consórcios intermunicipais de saúde, comitês de bacias hidrográficas, conselhos regionais de desenvolvimento, redes de cidades-irmãs, etc.

Zapata (2007) compreende o conceito de desenvolvimento local/endógeno a partir de um ambiente dotado de uma conexão espacial, que oferece a uma grande variedade de atores, condições de informações e facilidades de comunicação suficientes para garantir os laços entre as diferentes redes. Desse modo, o conceito compreende as estruturas sociais, a solidariedade familiar e linguística, formação e pesquisa, colaboração entre o setor público e privado, entre outros. E o território,

para esta mesma autora, “se constitui num objeto de construção social e política que nesta mesma dinâmica se transforma em sujeito deste novo paradigma do desenvolvimento” (ZAPATA, 2007, p.23).

Nesses aspectos, Zapata (2007) apresenta, baseada nas avaliações de diversas experiências de desenvolvimento local, alguns fatores limitantes para o sucesso do desenvolvimento local a inexistência do fomento produtivo territorializado, uma vez que os serviços de apoio às microempresas e aos empreendedores são concebidos sem a adequação à demanda concreta do perfil dos atores produtivos dos territórios; o capital social incipiente, já que a maioria dos territórios tem encontrado dificuldades de cooperação entre atores e de realização de ações solidárias efetivas; a frágil participação do empresariado local nas iniciativas do desenvolvimento local brasileiras; autoritarismo e o clientelismo dos prefeitos e quadros políticos em geral, entre outros.

Para Campanhola e Silva (2000, p. 30), o desenvolvimento local passa a ser compreendido como um processo de reconstrução social, que deve ocorrer “debaixo para cima” e contar com a participação efetiva dos atores sociais, “pois este é um processo microssocial de construção coletiva e que devem estar sincronizados com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos da inserção no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação” Para o alcance do desenvolvimento local e democratização dos espaços rurais, os autores justificam **quatro forças estimuladoras** desse processo, as quais se encontram associadas à globalização, à descentralização da administração pública, às novas formas e mecanismos de gestão dos recursos naturais e à organização dos atores.

A respeito da globalização nos países em desenvolvimento, Campanhola e Silva (2000, p.17) dizem está havendo uma mudança com o propósito de “deslocar o poder e as políticas de um arcabouço forte nacional/fraco local para um arcabouço fraco nacional/forte local”.Nesse caso, a globalização de mercados tem maior chance de aumentar a diferenciação territorial do que a sua homogeneização. Como exemplo, citam os chamados “nichos”²¹ de mercado que têm criado novas

²¹ Nem todas as atividades produtivas locais e regionais estão integradas em redes ou cadeias transnacionais. Há demandas por produtos locais e regionais que também são importantes e que se constituem em grandes oportunidades de negócio para os pequenos e médios produtores agropecuários ou empresários. Cada área ou região é capaz de competir melhor se ela estiver apta para integrar os conhecimentos e capacidades locais historicamente acumulados com informações e

oportunidades para pequenos produtores e agricultores familiares. Como consequência disso, está se estimulando a reorganização local, com uma série de vantagens no que concerne às particularidades de uso do espaço e dos atores sociais envolvidos.

A descentralização da administração pública apresenta-se como um importante estímulo no processo de desenvolvimento local e democratização dos espaços rurais, uma vez que a municipalização²² possui um importante papel no reconhecimento das particularidades do local, pois é lá que os atores sociais interagem, que as políticas públicas se viabilizam, enfim que as ações efetivamente se realizam. Porém, esses mesmos autores observam que o desenvolvimento dessas áreas somente pelo viés agrícola, como única alternativa de melhoria da renda dos agricultores familiares, não trará o desenvolvimento local. Há muitas atividades não-agrícolas e outras agrícolas não-tradicionais geradoras de renda familiar complementar em andamento e a serem incluídas nos programas e projetos de desenvolvimento rural local.

A gestão dos recursos naturais estimula igualmente os processos de desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais porque os problemas ambientais estão vinculados à escala territorial e, portanto existem características ambientais particulares em cada espaço que, somadas as variáveis sociais e econômicas podem desenvolver estratégia de desenvolvimento local, que é efetivamente onde as ações e reações ocorrem, e onde as políticas ambientais²³ específicas podem corrigir os rumos e objetivos de políticas ambientais nacionais.

trocas junto a mercados não locais. Consequentemente, com as redes globais de alimentos, os processos de acumulação agrícola e de alimentos tornam-se mais distintos uns dos outros e não mais semelhantes como se poderia supor, com o valor dos alimentos sendo cada vez mais construído nas etapas de pós-produção agropecuária das redes alimentícias.

²² A municipalização tem sido uma das decorrências do processo de descentralização da administração pública brasileira e, embora tenha um papel importante para o desenvolvimento local, a prática tem mostrado muitas dificuldades advindas de uma cultura autoritária, "clientelista" e pouco participativa.

²³ Para que o planejamento do uso do espaço ou local seja efetivo é imprescindível que os métodos e estratégias incluam e integrem ao desenvolvimento as variáveis ambientais, sociais, econômicas e de políticas públicas. Entre os princípios a serem observados estão a participação da comunidade local no encaminhamento das decisões, a introdução de mecanismos públicos que possibilitem a igualdade de acesso aos benefícios gerados e o compromisso com a conservação dos recursos naturais e recreativos e da qualidade ambiental. O manejo ambiental nas bacias hidrográficas tem sido o mais difundido no país e exige, uma gestão que consiste em ações de manejo dos recursos naturais, em instrumentos de implementação das ações e nos arranjos institucionais e organizacionais.

Por fim, Campanhola e Silva (2000) inferem as organizações dos atores sociais²⁴ enquanto como influenciadoras nos processo de desenvolvimento local, especialmente pela necessidade que a globalização trouxe no sentido de gerar novos conceitos de política para o planejamento do meio rural, como o envolvimento dos atores sociais beneficiários desse processo. Entretanto, (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p.30) alertam que:

[...] Para o exercício pleno da democracia, há muitos desafios a serem vencidos, entre os quais as barreiras culturais existentes para a consolidação das representações; o poder de grupos fortes já consolidados; a falta de homogeneização na educação formal dos representantes dos atores sociais; a inexistência de representações de alguns atores; a abertura política local para facilitar a participação nas discussões e decisões; a transparência em todas as etapas de discussão e decisão; a adoção de mecanismos de monitoramento e avaliação dos resultados, com correção dos rumos, se necessário; e a segurança de que as decisões sejam mantidas pelo poder executivo municipal.

Silveira (2002) discute as concepções e estratégias de desenvolvimento local e faz uma importante avaliação sobre as formulações, proposições e experimentos de desenvolvimento local em curso no Brasil. Entre as metodologias e modelos de gestão sistematizados está presente a ideia de institucionalidade, no qual o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) predomina. Sua difusão institucional envolve métodos definidos como de indução ou apoio, porém sua implementação não é, em si, o desenvolvimento local, mas um fator visto como facilitador de processos de mudança, cuja condução caberia aos atores locais do setor produtivo, das organizações da sociedade civil, dos atores governamentais. No âmbito das estratégias de apoio, o autor cita a estratégia do programa Comunidade Ativa, lançada em 1999, cuja estruturação dos Fóruns de Desenvolvimento Local Sustentável (FDLIS) desencadeou a elaboração da Agenda Local por meio da participação de instituições capacitadoras no processo de expansão do programa. O programa teve como coordenação a Secretaria Executiva da Comunidade Solidária no governo de Fernando Henrique Cardoso. Além da Comunidade Ativa, fazem

²⁴ Aqui, os autores não utilizam o conceito de capital social para explicar a participação dos atores locais nos processos de desenvolvimento local e atribuem, exclusivamente, a globalização o sentido de envolvimento dos atores sociais beneficiários desse processo.

parte das experiências de desenvolvimento local a Metodologia Gespar²⁵, as Agendas 21²⁶ locais e o Projeto de Cooperação SUDENE/PNUD²⁷.

Outro autor que analisou a metodologia participativa do DLIS foi Augusto Franco (2002, p.95). Ele esclareceu que “a hipótese estratégica do DLIS [...] é implantar um processo de desenvolvimento local, [...] em que todo território nacional seja coberto por uma rede de iniciativas capaz de promover o desenvolvimento humano e social sustentável do país” Para Franco (2002), o DLIS orientou o estabelecimento de parceria entre a comunidade local e as empresas locais, como também com as organizações da sociedade civil, uma vez que o Estado, sozinho, não seria capaz de dar conta dessa tarefa, pelo motivo de ser sua estrutura inadequada, pelo perfil da oferta de programas fechados e centralizados, pela falta de recursos ou inadequada distribuição orçamentária, pela falta de capilaridade, pela natureza clientelista e assistencialista de boa parte de suas políticas.

Brandão (2010), apesar de em seus ensaios se contrapor criticamente ao processo de desenvolvimento construído totalmente no âmbito local, dependente apenas da força de vontade dos agentes empreendedores que mobilizariam as potencialidades endógenas de qualquer localidade, observa o possível papel a ser desempenhado pelo território, uma vez que “[...] as políticas de desenvolvimento devem agir sobre a totalidade do tecido sócio- produtivo; pensar o conjunto territorial como um todo sistêmico, promovendo ações concertadas naquele território” (BRANDÃO, 2010, p.153).

Para o autor, deve-se trabalhar para o desenvolvimento brasileiro em múltiplas escalas (nível macro, regional e local) e identificar a dimensão das questões inter e intra-regionais, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento.

[...] Há certo consenso no papel possível e desejável que deve ser desempenhado pelo território nesse contexto. Tratado devidamente como arena e campo catalisador, este pode assumir toda a conflitualidade

²⁵ A metodologia da Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local (GESPAR) foi criado pelo Banco do Nordeste em 1993 e busca a capacitação das organizações dos produtores rurais e urbanos.

²⁶ As Agendas 21 locais estão sendo implantadas desde 1996 e são definidas como um processo participativo, integrando as dimensões socioeconômica, político-institucional, cultural e ambiental.

²⁷ O Projeto de Cooperação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) envolve uma metodologia de mobilização e articulação, análise participativa da realidade, elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento e identificação dos projetos prioritários e implementação e cogestão do desenvolvimento local sustentável.

inexorável e necessária à adequada pactação social pelo desenvolvimento. Assim, o território deve ser tomado como palco de conflitos, pressupondo a necessária construção permanente de canais institucionais, legitimação de interlocutores e de um espaço público de reflexão, mediação, barganha, incentivo ao diálogo e à constituição coletiva de diagnósticos de problemas e meios de seu enfrentamento compartilhado (BRANDÃO, 2008, p.146).

Desse modo, o desenvolvimento local/endógeno não deve ser tomado como um sistema fechado, e sim ser compreendido no sentido holístico, capaz de conceber a economia como parte de um todo em evolução da cultura. Portanto, concebe-se esse desenvolvimento por meio de instituições tanto empresariais como instituições de ação pública, dinamizando não somente a escala econômica, mas deve destacar o conhecimento e as aptidões da comunidade local se inter-relacionarem por conta do capital social e cultural existente, para que a incorporação de inovações tecnológicas se constitua em economias enraizadas, intervindo no processo de letargia de localidades rurais.

Assim, a noção de desenvolvimento passa a ser explicada por seus valores culturais, ambientais e suas estruturas sociais, pois estas são vistas como recursos, como um ativo de capital que os territórios podem dispor para se afastarem da situação de pobreza, orientando a construção de uma história mais virtuosa.

Observou-se que os espaços rurais ganham cada vez mais dimensões promissoras para o processo de desenvolvimento local sustentável, que envolve não somente as questões ambientais, mas questões mais amplas de equidade, governabilidade e justiça social. De tal modo, não cabe apenas à cidade a capacidade de responder aos desafios impostos pelo aumento da concorrência e pela globalização, cabe também ao meio rural dispor de vicissitudes para que ele seja protagonista do desenvolvimento local, valorizando as manifestações culturais e os laços de confiança nas formas de capitais, determinando o desenvolvimento e a gestão dos próprios recursos.

Retomando Abramovay (2003), a proposta de valorização do meio rural enquanto território de realizações sociais e econômicas não é fazer com que ele se “urbanize”, mas que ele tenha ao mesmo tempo, um conjunto de organizações que planejem o aproveitamento econômico de atributos que os mercados convencionais dificilmente serão capazes de revelar, justamente porque o território não é somente uma base física para as relações entre indivíduos e empresas, já que lá está presente um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito

além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Do mesmo modo, o autor assinala que a ruralidade como um conceito de natureza territorial e não setorial e diz que esta não pode ser encarada como um passo para que ocorra o desenvolvimento social exclusivamente pela via do progresso e da urbanização. Essa discussão vai mais adiante, pois um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades desempenhando um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. E conclui, a economia tem prestado bastante atenção aos aspectos temporais (ciclos econômicos) e setoriais (complexos agroindustriais, por exemplo) do desenvolvimento, mas é recente o interesse por sua dimensão territorial.

Perico e Ribeiro (2005) também preferem redefinir o rural²⁸ como território e solicitam que se reconsidere a visão de que o rural é população dispersa centrada no setor agropecuário, depreendendo daí os recursos naturais enquanto fatores de produção localizados.

Assim, torna-se estratégico investir no desenvolvimento dos territórios rurais e opor-se a ideia dominante de ações compensatórias e assistenciais limitadas a economia agropecuária, porque o rural incorpora, concomitantemente, áreas dispersas e concentrações que envolvem uma ampla diversidade de setores econômicos e não-econômicos de forma interdependente, estabelecendo relações funcionais de integração com o urbano e fundamentado na dimensão territorial.

Assim, o território enquanto categoria teórica central desta tese, associado à valorização do meio rural, é um processo com resultados de atuação histórica, cultural, política e econômica dos diversos atores que dele se apropriam e originam inúmeras possibilidades econômicas. Como consequência dessa articulação, os territórios rurais assumem um caráter multissetorial, de relação urbano-rural e determinam a identidade de “pertencer àquilo que nos pertence”. Com efeito, essas estruturas sociais perfazem o capital social de um território, constituem seu tecido

²⁸ Essa visão inovadora de ruralidade foi discutida em 1998 em Cartagena nas Índias, na Conferência internacional sobre o papel do setor rural no desenvolvimento da América Latina. No evento consignaram o documento Consenso de Cartagena, dirigida por uma discussão que superou a visão setorial no meio rural. A realidade rural da região é heterogênea e, portanto, exige políticas integrais e diferenciadas para abordar a diversificação produtiva encontrada, como os serviços ambientais, turismo, cadeias agroindustriais e agroalimentares em processo de transição econômica, compreendendo assim a importância das rendas e o emprego rural não-agrícola como elemento determinante dos mercados de trabalho rural. Dessa forma, a economia rural é composta por uma ampla diversificação dos setores produtivos (não somente agrícola) que contradizem as ênfases agraristas que ainda dominam as políticas rurais dos países do continente (PERICO; RIBEIRO, 2005)

social, conformam redes de relações sociais, cujos laços funcionam como canais de informações acessíveis, que fazem concretizar objetivos. Em suma, a matriz do desenvolvimento local soma a capacidade de mobilização dos atores locais, à valorização da identidade sociocultural de cada território, fortalecem e diversificam a economia local, por meio da construção de novas institucionalidades.

4 CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E A DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS LOCAL: AGRICULTURA E MINERAÇÃO

Pedra Branca do Amapari apresenta uma diversificada economia que abrange os setores primário, secundário e terciário. A Tabela 2 apresenta os principais grupos de atividades econômicas no município, destacando a horticultura, lavoura temporária e permanente, pecuária, produção mista entre lavoura e pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura e produção de carvão vegetal, em destaque nas unidades de produção familiar.

Tabela 2 - Estabelecimentos rurais segundo grupo de atividade econômica por município.

Municípios	Total	Estabelecimentos Rurais Por Grupos de Atividade Econômica							
		Lavoura Temp.	Hort. e Produtos de Viveiro	Lavoura Perman.	Pecuária	Prod. Mista (Lavoura e Pecuária)	Silvic. Expl. Flor.	Pesca e Aquicultura	Carvão Veget.
Ferreira Gomes	90	32	-	26	31	-	1	-	-
Pedra Branca	281	96	48	48	29	5	28	11	16
Porto Grande	312	111	33	117	15	1	24	-	11
Serra do Navio	82	15	38	13	7	1	5	1	2
a) Total do Território	765	254	119	204	82	7	58	12	29
b) Total do Estado	3.349	1.337	193	570	765	67	359	17	41
c) % de a/b	22,8	19,0	61,7	35,8	10,7	10,4	16,2	70,6	70,7

Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - SDR/MDA (2006).

Brito (2006, p. 24) a respeito da agricultura familiar no território rural centro-oeste informa:

A agricultura familiar no território centro-oeste representa 92,7% (709 estabelecimentos) do total de estabelecimentos rurais, em uma área de 87 % do território (2013 ha), ocupa 68,4% do pessoal e possui um Valor Anual Bruto de Produção (VABP) de 11,8% do total. Porto Grande e Pedra Branca são os municípios que abrigam o maior número de estabelecimentos familiares, ocupando, conseqüentemente, maiores áreas.

No que diz respeito à produção agrícola familiar, sua exploração se dá em torno da produção de farinha, milho, mandioca, arroz, macaxeira, feijão, além da fruticultura com plantios de acerola, banana, abacaxi, cupuaçu, pupunha, maracujá, graviola e açaí. Entretanto, os produtos que mais se destacam na localidade em termos de produção por área são os cultivos de mandioca, arroz, banana, cupuaçu e açaí.

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro-oeste (BRITO, 2005) diz que a produção vegetal e animal para o território centro-oeste correspondem a 60,7% (41.810 mil/ano) do total produzido no Estado (68.871 mil/ano). Os maiores valores da produção animal e vegetal são dos municípios de Porto Grande (39.505 mil/ano) e Pedra Branca do Amapari (1.272 mil/ano).

Tabela 3- Indicadores Econômicos do território – renda total e *per capita*, produção animal e vegetal, trabalhadores nos estabelecimentos rurais e empresas e receita pública de transferência.

Municípios	Valores absolutos						Receita Pública (R\$ Mil)	
	Renda Total (1)	Renda Per Capita (2)	Produção Animal e Vegetal (3)	Arrecadação de ICMS* (R\$ 1000)	Trab. nos estab. Rurais	Trab. Nas Empresas com CNPJ	Total R\$ Mil*	**de Transf. R\$ Mil
	Ferreira Gomes	382,00	107,19	656		289	23	
Pedra Branca do Amapari	354,00	88,37	1.272		1.361	20		821.446,55
Porto Grande	1.617,00	146,45	39.505		2.408	75		1.719.406,47
Serra do Navio	482,00	146,38	377		390	58		980.991,55
a) Total do Território	2.835,00	0,13	41.810		4.448	176		4.813.005,50
b) Total do Estado	100.415,00	0,21	68.871		16.660	49.738		
c) % de a/b	2,8	61,6	60,7		26,7	0,40		

(1) Em R\$ mil/mês

(2) Em R\$/mês

(3) Em R\$ mil/ano

** Para o ano de 2004 Nota:Valores Nominais(1) Menos 15% do FUNDEF

* Essas informações não foram obtidas junto a Secretaria da Fazenda e prefeituras.

Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - SDR/MDA (2006).

A produção agrícola utiliza basicamente a mão-de-obra familiar, sendo que 95% desta é manual e 5% é mecanizada. O PTDRS (2006) aponta que as principais potencialidades no território são: a existência de solos férteis, recursos naturais, clima, grande percentual de produtores da produção familiar e o alto índice de organização social. Além desses, sinaliza ainda como seus principais conflitos a questão fundiária e a inadimplência no pagamento dos créditos recebidos.

Tabela 4 - Culturas temporárias existentes no município de Pedra Branca do Amapari – 2003 a 2006.

CULTURAS TEMPORÁRIAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI - 2003 – 2006					
Ano	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (Tonelada)	Rendimento Médio	Valor da Produção (Mil Reais)
Arroz					
2003	300	300	270	900	108
2004	320	250	178	712	86
2005	260	260	185	711	91
2006	200	190	85	447	64
Feijão					
2003	30	30	15	500	6
2004	40	40	20	500	10
2005	70	70	50	714	23
2006	100	100	82	820	52
Mandioca					
2003	600	600	6.300	10.500	2.205
2004	650	650	6.520	10.030	3.134
2005	800	750	7.800	10.400	3.863
2006	800	765	9.147	11.956	6.543
Milho					
2003	120	120	100	833	35
2004	150	90	70	777	29
2005	120	120	100	833	44
2006	130	126	125	992	76

Fonte: Anuário estatístico do Estado do Amapá. SEPLAN (2005-2006).

Os dados do anuário estatístico de 2005 a 2006 e os dados expostos no PTDRS (2006) confirmam que o maior produtor de arroz e milho no território centro-oeste é o município de Pedra Branca do Amapari.

Município	Culturas	Área Plantada (ha) 2003	Área Plantada (ha) 2004	Área colhida (ha) 2003	Área colhida (ha) 2004	Produção (t) 2003	Produção (t) 2004
Ferreira Gomes	Arroz	50	50	40	30	32	20
	Feijão	15	25	15	25	8	16
	Milho	45	50	40	30	33	25
	TOTAL	110	125	95	85	73	61
Pedra Branca do Amapari	Arroz	300	320	300	250	270	178
	Feijão	30	40	30	40	15	20
	Milho	120	150	120	90	100	70
	TOTAL	450	510	450	380	385	268
Porto Grande	Arroz	150	130	125	100	90	70
	Feijão	60	70	60	70	40	50
	Milho	60	70	60	55	45	42
	TOTAL	270	270	245	225	175	162
Serra do Navio	Arroz	100	100	100	70	70	48
	Feijão	35	50	35	50	21	25
	Milho	90	100	90	80	72	58
	TOTAL	225	250	225	200	163	131

Quadro 4 – Produção agrícola municipal- PAM em 2003 e 2004.

Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - SDR/MDA (2006).

Em relação aos Sistemas Agroflorestais (SAFs), pode-se dizer que esse modelo é pouco disseminado na região pela importância que essa prática representa para o desenvolvimento rural local sustentável. Sua difusão se deu somente a partir de 1997, no âmbito do Projeto de Execução Descentralizada (PED), coordenado em nível federal pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no final da década de 1990. Posteriormente, esse sistema foi difundido pelo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) e Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL).

De um modo geral, o extrativismo vegetal nas unidades de produção familiar se apresenta de forma complementar a agricultura, o que faz com que a renda seja ampliada e/ou substituída em períodos que determinados cultivos não se encontram no tempo certo para a colheita. Os principais produtos nessa categoria são: a madeira, a caça, o cipó títica e o açaí. Inclusive, houve participação (até dezembro de 2009) da empresa de mineração MPBA e, mais recentemente, da Anglo Ferrous Brazil como financiadoras dos projetos voltados para a produção de açaí, especialmente pelo elevado preço no mercado local, transformando seu cultivo numa importante fonte de renda, já que 50% da produção é destinada à comercialização e o restante da coleta serve como base da alimentação, especialmente da população ribeirinha.

A extração da madeira é realizada por madeireiras e feita, também, nas unidades de produção, contribuindo com a renda das famílias envolvidas, que passam a comercializar na região e em Macapá. Além da madeira, ocorre a exploração de outros produtos florestais secundários como, a copaíba, andiroba e leite do Amapá, extraídos de forma artesanal e vendidos nas feiras locais e em Macapá e Santana. O extrativismo do cipó titica (*Heteropsis flexuosa*) do mesmo modo tem aumentado a composição da renda das famílias, mesmo com a legislação ambiental que proíbe sua exploração. Estima-se que mais de 2.000 famílias estejam envolvidas na sua extração e comercialização (CARVALHO, 2004).

A respeito da pecuária, os municípios que apresentam a maior área de pastagem, são os territórios de Ferreira Gomes e Pedra Branca do Amapari, que juntos somam 5.206 ha (BRITO, 2006). Porém, a pecuária se apresenta tanto como complemento na renda familiar quanto atividade principal. Dados recentes provenientes da Operação Agulha Oficial (2009) revelam que existem um rebanho com cerca de 2.019 bovídeos. Todavia, esses dados não são confiáveis, pois há na região um proprietário²⁹ que, sozinho, possui um rebanho de mais de 2 mil cabeças de bovídeos.

²⁹ No diagnóstico da socioeconomia, que faz parte do Relatório de Impacto Ambiental intitulado Projeto Amapari - expansão minério de ferro Estudo de Impacto Ambiental, pela empresa de consultoria NATRONTEC (2006), informa haver em frente a Escola Família Agrícola uma grande fazenda de gado, contando com três aviões, com extensão até a ponte do rio Amapari, no qual emprega mão-de-obra local e cujo proprietário mora em Macapá.

RESUMO DA OPERAÇÃO DENOMINADA DE AGULHA OFICIAL – 2009	
DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Nº DE AMOSTRAS	30
Nº DE PROPRIEDADES	107
Nº DE PRODUTORES	113
PROPRIEDADES COM BOVIDEOS	75
Nº DE BOVIDEOS CADASTRADO	2.019
BOVIDEOS VACINADOS	1.987
BOVIDEOS NÃO VACINADOS	32
VACINAÇÃO INCOMPLETA	9
DOSES DE AFTOSA RECEBIDAS	3.000
DOSES DE AFTOSA USADAS	2.099
PROPRIEDADES COM SUIDEOS	58
Nº DE SUIDEOS CADASTRADOS	661
SUIDEOS VACINADOS	649
SUIDEOS NÃO VACINADOS	12
VACINAÇÃO INCOMPLETA	5
DOSES DE PSC RECEBIDAS	1.000
DOSES DE PSC USADAS	662

Quadro 5 - Operação agulha oficial (2009).

Fonte: DIAGRO (2010); Adaptado pela autora (2010).

Devido o município ser desprovido de áreas de campos de cerrado e planícies inundáveis, a maioria das criações é desenvolvida ao longo do rio Amapari e seus afluentes, bem como nas rodovias do município.

O extrativismo mineral representa uma forte expressão na economia do local, o que fez o município se tornar o segundo maior em renda *per capita* do Estado, ficando logo atrás de Macapá, sede da capital. Em 2006, a prefeitura recolheu da (MPBA)³⁰ entre ISS, Fundo Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FMDC) e *royalties*, cerca de R\$ 2,1 milhões, referente ao primeiro ano de atividade comercial da empresa. No mesmo período, o município também recebeu por volta de R\$ 1,5 milhão de repasse do FPM e cerca de R\$ 519 mil de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) repassados pelo Estado. O Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico anunciou o município como o segundo maior em renda *per capita* do Estado, sem contabilizar o recolhimento de impostos de empresas terceirizadas que prestam serviços ao município. Por outro lado, mesmo sendo considerado o segundo maior em renda *per capita* do Amapá, até este período não havia agência bancária no município. Existia apenas um “Caixa Aqui” da Caixa

³⁰ No RIMA (2009), para o projeto Amapari previa-se 80% de aumento na arrecadação tributária, aumento das receitas anuais no valor de US\$ 400.000 para o município, somente de impostos da extração mineral, sem contar o ISS e ICMS dos insumos e materiais a serem adquiridos pela implantação e operação.

Econômica, mas os moradores reclamavam que nunca tinha dinheiro. No correio funcionava um caixa eletrônico do Banco Bradesco. Somente no início desse ano é que a prefeitura, com recursos provenientes do royalty da empresa Anglo Ferrous Brazil construiu a estrutura física do prédio, abrigando uma agência do Banco do Brasil.

Tabela 5 - Efetivo da arrecadação federal, estadual para o município de Pedra Branca do Amapari 2003 – 2006

DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL PARA O MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI 2003 -2006				
Arrecadação	2003	2004	2005	2006
Total Geral	1.273.143,64	1.862.727,77	2.293.857,33	3.112.537,74
Total Federal	987.189,27	1.474.431,15	1.846.353,88	2.564.554,31
FPM	795.595,65	843.748,87	1.059.297	1.137.670,30
ITR	661,06	585,15	546	1.743,53
IOF (Ouro)	-	-	-	961,61
ICMC 86 97	20.205,38	20.119,44	20.119	65.508,12
FEP	13.939,72	15.992,07	20.111	24.005,28
FUNDEF (União)	156.787,46	320.165,84	386.713	455.753,16
FUS	-	211.862,85	264.438	274.371,90
SAE	-	3.905,58	6.159	857,06
FEEX	-	18.721,33	22.350	30.365,22
CID	-	39.330,02	66.502	65.816,42
CFM	-	-	1.677,03	507.501,71
Total Estadual	285.954,37	388.296,62	447.503,45	547.983,43
ICMS	262.142,96	329.512,29	432.866,48	519.601,84
IPVA	-	5.458,82	14.636,97	28.381,59
FUNDEF (Estado)	23.811,41	53.325,51		

Fonte: Ministério da Fazenda/ Secretaria do Tesouro Nacional. Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ/DAT. (2006)

No setor secundário há ocorrências de serrarias, madeireiras, marcenarias, panificadoras etc., e no setor terciário, há a presença de sorveterias, borracharias, oficinas mecânicas, posto de combustível, mercados, mercearias, açougues (mas não há matadouro no município, nem no município vizinho de Serra do Navio), restaurantes, bares, lanchonetes, Feira Municipal para comercialização dos produtos agrícolas, farmácias, lojas de tecidos e calçados, casas de materiais de construção, cabeleireiros, Cartório de Registros, agência de viagens, pousadas etc. Vale destacar que os hotéis e pousadas que lá existem estão todos alugados para as empresas mineradoras ou para as empreiteiras, ficando, portanto, sem leitos para turistas.

O funcionalismo público municipal também participa dessa economia com um quadro de quinhentos e quarenta e sete funcionários, dos quais duzentos e trinta e um foram (231) contratados sem concurso público, além de oitenta e nove (89)

ocupantes de cargos em comissão, como chefes de seção, chefes de divisão, assessores, dentre outros.

A diversificação da atividade produtiva por meio da agricultura familiar e da mineração em Pedra Branca do Amapari baseia-se fundamentalmente na forma de ocupação desse território no início do século XX quando seus primeiros habitantes constituíram a Vila de Pedra Branca. Durante essa trajetória, o local passou por um processo de aprendizagem baseado em conflitos, seja em relação ao próprio ritmo da atividade da garimpagem do ouro, seja pela forma como a ICOMI iniciou a exploração do minério de manganês em 1957, buscando em todos os aspectos se autossuprir nas áreas da saúde, alimentos, lazer, hospedagem, transporte, coleta e tratamento do lixo, abastecimento de água, garantia de educação aos filhos dos funcionários até o ensino médio e, inclusive, igreja sugerindo o catolicismo como religião aos funcionários, etc.

Drummond e Pereira (2007) confirmam o comportamento que a ICOMI adotou quando a empresa enclausurou-se do entorno social que lá estava agindo, tanto em relação à presença de garimpeiros na área quanto à permanência das famílias de agricultores, especialmente dos migrantes vindos do Pará e Maranhão. Contudo, os administradores locais, desde a criação do município em 1992, vêm enfrentando o desafio de estar à frente de uma estrutura de administração pública, que seja capaz de dar respostas de enfrentamento a duas atividades econômicas de fundamental importância para o município: agricultura familiar e mineração.

A atual planta produtiva da mineração adotada inicialmente pela MPBA, seguida pela MMX e, atualmente, pela Anglo Ferrous Brazil, não se assemelha em nenhum aspecto com a ICOMI, quando se trata de comparar a autossuficiência criada por ela. Na retomada do ciclo mineral, as empresas não investiram na construção de uma *company town*, portanto tiveram que buscar fora da mina, serviços de apoio à cadeia de produção e, conseqüentemente, contratos com empresas de transportes, aquisição de materiais de consumo de atendimento a atividade, hospedagem, alimentos, saúde etc, tiveram de ser efetuados, o que fez com que recursos financeiros passassem a circular no local e novos empreendimentos passassem a ser instalados para atender a essa demanda. Além do mais, o contato com a comunidade local é mais intenso, já que não há como o empreendimento retrair-se da relação desse entorno social historicamente construído, especialmente entre aqueles que desenvolvem a agricultura familiar.

Nesse sentido, para que haja a participação desses influentes sistemas produtivos na política de desenvolvimento local, esses devem passar por uma reestruturação, incluindo o reconhecimento das institucionalidades rurais existentes, sucedido de outros ajustes institucionais. Destaca-se que o desenvolvimento local profere a capacidade de surgir de forma difusa, e não trata apenas de privilegiar grandes empreendimentos industriais concentrados nas grandes cidades, mas sim incentivar todas as dimensões de projetos que façam uso do potencial local.

É nesse sentido que a mineração e agricultura familiar, se planejadas, passam a fazer parte de uma política de desenvolvimento na qual, inicialmente, os impostos pagos pelas empresas de mineração – CFEM, Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), ICMS, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), ISS etc, sejam destinados a um fundo de reserva para financiar projetos de fomento à atividade de produção familiar ou outro que possuam identidade com o local. Seguidamente, a qualificação do capital humano torna-se pertinente, pois assim como a participação em uma política de descentralização implica em dar autonomia à administração municipal que será o local onde esse desenvolvimento se processará, do mesmo modo trata em ativar a participação das organizações sociais nos processos decisórios, dando visibilidade ao capital social constituído.

As atuais políticas de responsabilidade social e ambiental do setor privado da mineração orientam vetores que influenciarão a mineração no longo prazo, como os que tiverem associados às relações com as comunidades, à responsabilidade corporativa e ao fechamento de mina, à sustentabilidade das operações, à contribuição da indústria para o desenvolvimento econômico, à obtenção de licença social³¹, dentre outros. Diante dessas pertinentes observações, destacam-se os municípios que detêm as jazidas minerais, pois possuem vantagens decorrentes da rigidez locacional³², que o faz diferenciar das demais atividades produtivas. Por conta disso, o território rural onde essa exploração mineral ocorrerá, numa relação custo-benefício, pode extrair vantagens comparativas, com compensações que motivem criar espaço institucional e adoção de infraestrutura favorável ao

³¹ A licença social exigida para os empreendimentos minérios implica a garantia da participação da comunidade em todo processo de instalação, incluindo o respeito às pessoas que lá se encontram e pela obrigação de prepará-las para a pós-mineração por meio da qualificação e diversificação produtiva.

³² Rigidez locacional significa que o empreendedor não pode escolher livremente o local, a comunidade, o ambiente político e geográfico onde deseja exercer sua atividade produtiva, porque as minas passam a ser lavrada onde há seu surgimento (FREIRE, 2009).

fortalecimento de economias já existentes e originadas outras a partir das especificidades culturais, sociais e ambientais proporcionadas no local.

Na oportunidade, diverge-se de Drummond (2002 – quando sustentado em Freudenburg 1992, 1994, 1996 e 1998) no momento em que realiza uma discussão sobre os diferenciais de poder que determinam a instabilidade socioeconômica das Comunidades Dependentes de Recursos Naturais (CDRNs), no artigo intitulado “Natureza rica, povos pobres? - Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea”. Lá, o sociólogo confirma: “[...] As escalas crescentes dos empreendimentos extrativistas individuais tendem a favorecer as grandes empresas extrativistas nas suas relações com as CDRNs”[...] (DRUMMOND, 2002, p. 18-19), pois as considera como pequenas, isoladas e politicamente fracas.

Em síntese, Drummond (2002) se detém em mostrar relações de poder dos empreendimentos extrativistas em presença das comunidades, tomando como referência as experiências dos países desenvolvidos, Estados Unidos especialmente, que excluem regiões extrativistas do papel de condutores de processo de desenvolvimento. Ao generalizar essa situação, divulga-se, por exemplo, a impossibilidade de haver interação entre o empreendimento minerador e os agricultores familiares, uma vez que a questão não é somente medir forças entre as empresas e a comunidade, mas sim perceber a presença do empreendimento mineral como catalisador de outras economias, já que a aplicação de recursos oriundos de *royalties*³³ pode originar a diversificação da produção. Além disso, Drummond (2002) não considerou que o mercado vem sofrendo profundas modificações, já que certas empresas exportadoras passam por restrições e perdas de espaço por conta da falta de adequação socioambiental no processo produtivo. Assim, as relações com a comunidade e a inserção de tecnologias que causem menor impacto ambiental nos modos de produção, passam a compor a sobrevivência em longo prazo também da mineração. A exigência internacional para

³³ Drummond, ao citar Hirschman (1977), ressalva que as autoridades políticas e funcionários públicos, eventualmente incumbidos de direcionar o reinvestimento de lucros de empresas extrativistas, trabalham, como outros atores, com uma visão incompleta do mercado de oportunidades. Ainda sobre os reinvestimentos das empresas extrativas, diz ser um erro clássico aplicar os recursos dos *royalties* ou outras contribuições de empresas em expansão do próprio aparelho de Estado e do funcionalismo público locais, já que estas não conduzem à diversificação produtiva típica do desenvolvimento contemporâneo.

obtenção de produtos certificados é intensa, especialmente entre aquelas associadas à poluição ambiental.

Abaixo, consta o alto investimento que o setor mineral vem aplicando nos últimos oito anos, o que fez o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES - 2006) estimar uma previsão de crescimento de 12,1% ao ano. Assim, essa é uma atividade produtiva de relevância para o país e, se aproveitado seu potencial de atração para investimentos de economias secundárias, como é o caso da agricultura familiar presente em Pedra Branca do Amapari ou até mesmo o incentivo à indústria de serviços como é o turismo, etc. A proposta de se criar um sistema produtivo competitivo, necessariamente passa pelo ajuste de um modelo institucional compatível com as condições sociais e culturais desse território.

Tabela 6 - Perfil dos investimentos: 2002-2010

	Investimento (R\$ bilhões)		Previsão de Crescimento (% ao ano)
	Realizado (2002-2005)	Previsão (2007-2010)	
Petróleo e gás	99,2	183,6	13,1
Extrativa mineral	29,8	52,7	12,1
Siderurgia	14,4	37,1	20,8
Papel, celulose e produtos florestais	9,2	20,0	16,9
Petroquímica	8,8	17,6	14,8
Automotivo	20,9	28,5	6,4
Eletroeletrônica	8,2	15,6	13,9
Fármacos	3,9	4,6	3,4
Sucroalcooleiro	12,5	20,5	10,3
Total	207,0	380,2	12,9

Fonte: BNDES (2006).

Nesse sentido, a capacidade de resposta da comunidade local frente à transformação do sistema produtivo que envolve a interação entre a mineração e a agricultura familiar vem se tornando possível, já que em Pedra Branca do Amapari há o estabelecimento de diálogo em meio às organizações dos produtores familiares, os empreendimentos minerais e a prefeitura. Certamente, os benefícios que decorrem dessa mobilização social, contribuem fundamentalmente para as ações de desenvolvimento local.

Mesmo com a precária interpretação do que sejam territórios rurais e o desenvolvimento local, surge, tanto em Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, uma construção de interatividade entre a mineração e a agricultura, envolvendo a

participação das prefeituras, das organizações sociais e dos empreendimentos minerais, capazes de viabilizar projetos agrícolas e não agrícolas, a partir dos aportes financeiros das mineradoras Pedra Branca do Amapari e da Anglo Ferrous Brazil. Esses recursos correspondem a 1% do faturamento líquido da empresa e fazem parte de um acordo de compensação exigido pela promotoria pública do município, alocados no FMDC³⁴, criado especialmente para esse fim.

Em 2009, o município teve acesso a mais de R\$ 4 milhões provenientes do FMDC, sendo R\$ 2.950.000,00 para Pedra Branca do Amapari e R\$ 1.050.000,00 para Serra do Navio. Esses recursos têm sido investidos em diversas atividades econômicas, como: apicultura, horta comunitária, formação de costureiras, serigrafia, piscicultura, projeto bambuzeria que capacita a comunidade para a confecção de móveis e objetos de artesanatos a partir da matéria prima do bambu, beneficiamento do cipó titica, etc. Segundo a empresa Anglo Ferrous Brazil, para 2010 estão sendo previstos valores semelhantes aos do ano passado.

Do mesmo modo, em dezembro de 2009, a empresa MPBA destinou para esse mesmo FMDC recursos na ordem de R\$ 474.796,55, beneficiando diretamente 204 famílias (Quadro 7) em Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio.

De um modo geral, a literatura pertinente à mineração torna a discussão do desenvolvimento local contornada em efeitos negativos seja pelos impactos ambientais³⁵ que acompanha a atividade, seja na concentração de capitais³⁶ que atividade enseja, porque a transferência de recursos que essa planta produtiva provoca (capital, tecnologia e trabalho qualificado), das regiões desenvolvidas para as atrasadas, resulta numa redução do potencial de desenvolvimento da área de difusão. Além disso, afirma-se que as plantas produtivas externas acabam por converter-se em enclaves econômicos, mantendo escassas vinculações com o

³⁴ Os recursos financeiros alocados anualmente ao FMDC não são *royalties*, esses fazem parte de acordo de compensação exigido pela promotoria pública do município desde 2003, entre as Prefeituras de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, organizações sociais, câmara de vereadores de ambos os municípios e pequenas empresas das áreas do comércio e serviços. As primeiras empresas que realizaram depósitos no FMDC e que já não atuam mais no município foram as mineradoras MPBA e a MMX.

³⁵ Quando a mineração é analisada sob os efeitos dos impactos ambientais que gera no meio ambiente é unânime a interpretação sobre o padrão de degradação que a atividade provoca. Inclusive, a legislação pertinente ao Sistema de Licenciamento Ambiental (SLAP), prevê a recuperação das áreas a partir de um Programa de Recuperação de Área Degradada (PRAD) a ser realizado pela empresa, durante e após a exploração mineral.

³⁶ Quando a análise é econômica diz-se que a "atividade requer elevadíssima concentração de capitais que enseja também a concentração de renda e não colabora para que se estenda a propriedade de meios de produção a seguimentos mais amplos da sociedade" (MONTEIRO, 2007).

sistema produtivo local e realizando a subcontratação e a compra de produtos intermediários e de serviços junto a redes e a fornecedores de outras regiões com as quais as empresas externas mantêm relações econômicas.

Outra externalidade negativa que o modelo exógeno é acusado de trazer é a redução da capacidade empresarial da área onde se localiza a nova planta, por conta da incorporação de recursos humanos qualificados das firmas locais oferecendo salários relativamente elevados, gerando uma redução da capacidade empresarial, enfraquecendo a cidade ou região frente aos desafios colocados pelo aumento da concorrência. As funções para exercer o alto escalão das empresas, as comerciais e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) são mantidas na sede central. Essa economia é vista como um modelo que apresenta limitações para o desenvolvimento auto-sustentado da região, pois esse restringe o surgimento de empresas locais, reduzindo a capacidade difusora dos investimentos externos, porque está sendo fomentado um crescimento alheio ao seu entorno, contrário ao desenvolvimento endógeno que prioriza o potencial local.

Todavia, Pedra Branca do Amapari tem mostrado um aprendizado inverso, pois tanto a MPBA quanto a Anglo Ferrous Brazil tem contratado serviços de terceiros privilegiando as empresas locais, o que proporciona, até certo ponto, uma externalidade positiva em torno da atividade mineral. Segundo dados da empresa, há contratação de mão-de-obra direta dos amapaenses. Atualmente a empresa emprega mais de 2 mil pessoas, entre colaboradores próprios e contratados, sendo que mais de 90% da mão-de-obra é recrutada no próprio Estado. E cerca de 400 colaboradores próprios, ou seja, mais de 50%, do quadro da empresa são residentes de Pedra Branca do Amapari.

No entanto, há necessidade de rever os postulados em torno das externalidades negativas esquematizadas para os empreendimentos minerais, sempre marcados por uma “deseconomia” de impacto ao município minerador. A partir do momento que o empreendimento mineral estiver interagindo com outra atividade econômica, de caráter endógeno, ele passa a compor uma política sistêmica de desenvolvimento local, tornando-se capaz de viabilizar por meio de seus tributos, taxas, impostos entre outros, projetos que poderão dar visibilidade diferente ao rural amazônico que detém exploração mineral em seu território.

Silva (2007) explica que ainda não houve por parte dos gestores municipais um investimento dos *royalties* provenientes da exploração mineral na Amazônia,

capaz de localizar empreendimentos produtivos e/ou serviços inerentes ao local, diversificando a economia. Além disso, a pesquisadora observa que esses tributos oriundos dos *Royalties* da mineração, as taxas deveriam incidir sobre a receita bruta ao invés da líquida para facilitar a tarefa de fiscalização e cobrança porque este é o único meio, a médio prazo, de assegurar que o Estado minerador se beneficie de sua riqueza mineral, pois o tributo recolhido deve ser reinvestido para assegurar que o volume de capital permaneça constante.

Na opinião de Paulo Haddad (REVISTA VEJA, 2010), o desenvolvimento proporcionado pela atividade mineradora é capaz de levar as regiões que abrigam as minas, como as do Pará e Minas Gerais, a gerarem benefícios socioeconômicos. Haddad toma como base para essas afirmativas os dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que equivale ao IDH da Organização das Nações Unidas (ONU), porém orientados para os municípios. O indicador mede não apenas o crescimento econômico do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, mas principalmente seu desenvolvimento socioeconômico, considerando emprego, renda, educação e saúde.

Em 2006, entre os sete melhores valores do IFDM do Estado do Pará, cinco tem na sua base econômica a atividade mineral, direta e indiretamente. É de esperar que, na segunda década do século 21, os municípios com base na cadeia minero-metallúrgica do Pará venham a assumir a liderança dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico no Estado (em particular por causa de seu componente de emprego e renda, como já vem ocorrendo em Minas Gerais) (REVISTA VEJA, 2010).

Contudo, em outras regiões do Brasil, os prefeitos têm planejado a participação desses tributos, taxas, impostos em setores que vêm dinamizando outras economias, além da mineral. Em Rio das Ostras, município do Rio de Janeiro, a prefeitura investiu 100% dos *royalties* provenientes da exploração mineral em saneamento básico da cidade.

Do mesmo modo, a criação do ³⁷ FMDC em Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, mantido por meio de acordos entre as empresas mineradoras e as organizações locais, possibilita assistir uma mudança a partir da gestão desses

³⁷ O FMDC foi um acordo firmado em 2003 entre a empresa, prefeituras (Pedra branca do Amapari e Serra do Navio) e câmara de vereadores de ambos os municípios com anuência do governo do Estado do Amapá.

recursos porque ele passa a ser discutido junto às organizações locais, e vem implicando investimentos em outras economias a serem desenvolvidas na localidade.

Portanto, a participação das organizações sociais rurais nesse processo (Prefeituras, Associações e pequenos empreendedores do comércio e serviços) e os recursos financeiros procedente da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CEFEN), Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), incorporados na receita do município, podem apoiar outras importantes atividades desvinculadas da mineração, valorizando economias enraizadas e potencializando outras.

Tabela 7- Demonstrativo do ICMS e IPVA repassados a prefeitura de Amapari no ano 2009.

ESPECIFICAÇÃO	IMPOSTO		TOTAL
	MESES	ICMS	
JANEIRO	155.639,76	180,40	155.820,16
FEVEREIRO	119.610,66	786,17	120.396,83
MARÇO	131.525,40	19.843,50	151.368,90
ABRIL	127.028,20	4.334,60	131.362,80
MAIO	142.133,19	5.203,39	147.336,58
JUNHO	126.591,28	1.371,24	127.962,52
JULHO	136.218,56	1.263,26	137.481,82
AGOSTO	147.094,97	1.860,16	148.955,13
SETEMBRO	154.359,62	2.614,25	156.973,87
OUTUBRO	145.879,08	4.248,72	150.127,80
NOVEMBRO	4.550,10	63,42	4.613,52
DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.390.630,82	41.769,11	1.432.399,93

Fonte: NUPAR/COARE/SRE (2009).

A MPBA, em dezembro de 2009, liberou um aporte financeiro para o FMDC no valor de R\$ 474.796,55, beneficiando diretamente 204 famílias (Quadro 7).

O exercício do FMDC apoiando a agricultura familiar por meio das organizações sociais faz repensar a mineração enquanto atividade econômica excepcionalmente derivada de uma estrutura rigidamente pensada em fatores globais, pois esta vem colaborando para o fortalecimento da economia local,

contrariando a ideia de que a planta produtiva exógena da mineração é que deveria produzir uma nova lógica territorial, voltada exclusivamente para o surgimento de economias de escala.

As comunidades de Riozinho, Sete Ilhas e Arrependido foram contempladas com recursos para serem investidos em atividades agrícolas, ampliando assim os rendimentos em torno de dois importantes produtos para a economia do município: açaí e farinha.

Por sua vez, para o município de Serra do Navio, onde a empresa utiliza a infraestrutura disponível desde os tempos da ICOMI, especialmente os meios de hospedagem aos seus funcionários, foi destinado cerca de R\$ 262.981,57 (Quadro 8) com projetos que variam desde a construção de padaria, miniboxes, mercado de carne, construção de salão de beleza, manejo de açazais, criação de galinha caipira, aquisição de roçadeiras etc.

Ultimamente, o desenvolvimento local difundido nas regiões europeias alcança uma diversidade de setores, como agricultura, têxtil, calçados, indústria naval, indústria manufatureira e serviços em cidades e localidade de todos os tamanhos, inclusive localidades de áreas rurais, o que motiva nesse contexto analisar as diversas possibilidades de desenvolvimento local de uma área rural como a que representa Pedra Branca do Amapari, salvaguardando suas especificidades históricas, sociais, políticas, culturais e ambientais.

Ressalta-se que tanto os sistemas produtivos da mineração quanto o da agricultura, ao lado da capacidade de resposta da comunidade local, são conformados em lógicas de produção diferentes, pois uma tem a liberdade de estabelecer seu próprio ritmo de trabalho, em outra, possui uma rígida divisão de trabalho fundamentada em um forte esquema de hierarquia. Entretanto, há disposição concreta dessas economias continuarem operando no local, seja pelo potencial mineral ali existente, seja pelos aspectos culturais, sociais e econômicos que agricultura familiar compreende. Sob essa perspectiva, cabe propor a interação da mineração com a agricultura num projeto de desenvolvimento local desde que assim sejam criadas as condições institucionais e de infraestrutura para servirem de atratores tanto para o fortalecimento das pequenas e médias empresas existentes, quanto para o surgimento de outras.

Em síntese, com o FMDC se possibilita assistir uma mudança nas relações entre a empresa, a prefeitura e as organizações sociais locais, porque o uso dos

recursos financeiros passa pela aprovação de um conselho criado especificamente para este fim. Com isso, vem sendo implementados investimentos tanto na agricultura familiar assim como outras economias não agrícolas. Dessa forma, as organizações sociais, a prefeitura e a empresa mineradora vêm ganhando autonomia, espaço, capacidade e experiência para negociar em torno das atividades produtivas próprias daquele local. Ressalta-se que as instituições, especialmente as públicas, são fundamentais na formação e fortalecimento das organizações sociais no meio rural (cooperativas, fóruns, conselhos, associações etc), pois entre outros valores potencializam a participação dessas no desenvolvimento local, valorizam aspectos da cultura na definição das economias a serem processadas e solidifica o capital social.

Todavia, é intensa a presença de organizações rurais, estimuladas, especialmente, pelas exigências dos programas do governo federal que condiciona o acesso aos programas, em especial os de crédito agrícola, na formação de Fóruns, Conselhos, Cooperativas, Associações etc. No Plano de Ação local (2009) do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), há treze organizações que recebem assistência grupal do órgão de assistência técnica e extensão rural.

COMUNIDADE	SIGLA	NUMERO DE SÓCIOS	NOME DA ENTIDADE
Arrependido	ATRA	15	Associação dos Trabalhadores de Arrependido
São Sebastião do Cachaço	APSSC	32	Associação dos Produtores de São Sebastião do Cachaço
Centro Novo	APCN	23	Associação dos Produtores de Centro Novo
Pedra Branca	COOPERNORTE	200	Cooperativa Agro-extrativista dos Produtores Rurais da Comunidade de Pedra Branca
Água Fria	AMPAAP	93	Associação dos Moradores e Produtores Agro-extrativistas de Água Fria e Arredores
Sete Ilhas	APRC SI	32	Associação dos Produtores Rurais de Sete Ilhas
Munguba	APRAM	90	Associação dos Produtores do P.A Munguba
Munguba	ATRAM	30	Associação dos Trabalhadores do P.A Munguba
Munguba	AAGAM	60	Associação dos Agricultores do P.A. Munguba
Tucano II	GAT	10	Grupo dos Amigos de Tucano II
Cachorrinho	AEFAPEN	150	Associação da Escola Família Agrícola da Perimetral Norte
Riozinho	AMPCR	15	Associação das Mulheres Produtoras da Comunidade de Riozinho
Pedra Branca	AAPRAP	40	Associação Agro-extrativista dos Produtores do Amapari

Quadro 6 - Assistência grupal

Fonte: RURAP (2009).

Efetivamente, as organizações enquanto instrumento de participação é uma fonte de capital social e constitui um importante aprendizado em torno das estratégias de intervenção que buscam soluções para os problemas que os atingem. De forma geral, em Pedra Branca do Amapari, a marca das políticas de desenvolvimento rural, inclusive a formação da organização social foram orientadas para a visão setorial do rural agrícola. Esse fato se confirma na forma como os investimentos dos recursos vindos de um programa federal extremamente avançado como é o de formação de territórios rurais, sob a coordenação da STR do Ministério do Desenvolvimento Agrário, empregando uma abordagem multissetorial e intersetorial, que extrapola em muito a visão setorial agrícola, o qual vem sendo implementado no território rural centro-oeste, do qual Pedra Branca do Amapari faz parte. Essas afirmativas serão analisadas a seguir, no item que se limita a atuação do PRONAT em Pedra Branca do Amapari.

De todo modo, a participação social é fundamental para o sucesso da cidadania e para o fortalecimento da capacidade de auto-organização dos atores e, seguidamente para o empoderamento dos indivíduos e da coletividade frente aos desafios para o enfrentamento do desenvolvimento nos territórios em que vivem.

Portanto, a institucionalidade local (Prefeituras, empresa mineradora, associações e pequenos empreendedores do comércio e serviços) e os recursos financeiros procedentes do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica, CEFEN, CPMF, ICMS, IPVA, ISS, incorporados à receita do município, podem apoiar distintas atividades desvinculadas da mineração, valorizando economias enraizadas.

PROJETOS FINANCIADOS PELO FDC – PEDRA BRANCA DO AMAPARI			
COMUNIDADE	BENEFICIADAS	EMPREENHIMENTO	VALOR (R\$)
Pedra Branca	50 famílias	Tele C. Informática	27.382,00
Água Fria	15 famílias	Viveiro de mudas	40.580,50
Porto Alegre	12 famílias	Plantio de açaí	40.800,00
Arrependido	12 famílias	Açaí + Essências Florestais	41.600,00
Xivete	12 famílias	Plantio de açaí	40.800,00
Centro Novo	12 famílias	Criação frango de corte	41.002,00
Cachaço	05 famílias	Piscicultura	38.064,55
Riozinho	23 famílias	Casa de farinha	41.015,90
Tucano I	15 famílias	Casa de farinha	41.015,90
Tucano II	25 famílias	Casa de farinha	41.040,90
Nova Divisão	12 famílias	Casa de farinha	40.478,90
Sete Ilhas	20 famílias	Casa de farinha	41.015,90
TOTAL	204 FAMILIAS		474.796,55

Quadro 7- Aporte financeiro liberado ao FMDC_Pedra Branca do Amapari/ MPBA-15/12/2009

Fonte: Jornal Diário do Amapá/Entrevista de César Torresini - Diretor Superintendente da MPBA, 2000.

Por sua vez, ao município de Serra do Navio, onde a empresa utiliza a infraestrutura, especialmente de hospedagem aos seus funcionários, foi destinado um recurso financeiro na ordem de R\$ 262.981,57, visando à implantação de projetos que variam desde a construção de padaria, miniboxes, mercado de carne, construção de salão de beleza, manejo de açazais, criação de galinha caipira, aquisição de roçadeiras etc.

PROJETOS FINANCIADOS PELO FDC –SERRA DO NAVIO		
PROJETO	COMUNIDADE	VALOR (R\$)
Panificadora ki-delicia	Colônia	11.473,00
COATECAB	Colônia	11.444,00
Criação de gado	Colônia	11.496,00
Mini-box varejista	Assentamento	11.447,00
Mercearia	Cachaço	3.773,50
Oficina de peças de moto	Colônia	10.354,00
Criação de gado	Colônia	10.450,00
Transporte escolar	Serra do Navio	11.500,00
Transporte escolar	Serra do Navio	11.500,00
Criação de gado	Colônia	11.000,00
Construção de salão	Serra do Navio	11.468,00
Compra de 02 roçadeiras	Assentamento	5.572,00
Compra de 02 roçadeiras	Serra do Navio	7.974,00
Mini-box varejista	Cachaço	11.450,00
Mini-box varejista	Colônia	10.951,33
Cultivo de mandioca	Assentamento	11.494,84
Mercado de carne	Colônia	10.697,00
Porta em porta	Serra do Navio	11.500,00
Operacionalização de padaria	Colônia	2.140,00
Manejo de açaí	Colônia	4.390,00
Ampliação do restaurante	Serra do Navio	9.004,70
Transporte escolar	Serra do Navio	11.500,00
Criação de galinha caipira	Serra do Navio	11.310,20
Criação de frango	Colônia	11.500,00
Transporte escolar	Colônia	11.500,00
Projeto serigrafia	Serra do Navio	8.234,00
Plantio de mandioca	Assentamento	3.508,00
Manejo de açaí	Colônia	4.390,00
TOTAL		262.981,57

Quadro 8 - Aporte financeiro liberado ao FMDC_Serra do Navio MPBA-15/12/

Fonte: Jornal Diário do Amapá/Entrevista de César Torresini - Diretor Superintendente da MPBA, 2000.

Esses são exemplos que, mesmo isolado de uma política pública de dimensão territorial, colaboram com os processos de desenvolvimento local, formando contextos de sustentabilidade, garantindo às comunidades a participação, acumulando em seu interior estoques de capital social e, por outro lado, instituem uma autonomia político-financeira que faz reproduzir os saberes e fazeres dessa cultura.

Nesse contexto, a participação de empreendimentos com características exógenas vem se mostrando um importante veículo para o fortalecimento de

economias endógenas, fortalecendo as organizações rurais em torno da atividade econômica que representam e constituem um ativo de capital que favorece as redes de relações dessas organizações com o processo de desenvolvimento local.

Desse modo, o “mundo rural, isolado e atrasado” passa a enfrentar novos mercados e a infraestrutura, contudo, precisa acompanhar essas mudanças internas e externas, e ao município e Estado cabe a transformação institucional necessária para que esse desenvolvimento se solidifique fundamentado em torno do sistema produtivo local.

4.1 A PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR E USO DA TERRA EM PEDRA BRANCA DO AMAPARI

Este item foi estruturado primeiramente exibindo a definição de áreas rurais adotado pelo IBGE, seguido de uma breve apresentação de autores contrários as correntes de definição do rural de caráter residual e administrativo. Concomitantemente a essa abordagem, faz-se a apresentação da estrutura e funcionamento da unidade de produção familiar de Pedra Branca do Amapari, indicando ocorrências de atividades agrícolas e não agrícolas na composição da renda das famílias, além de destacar a presença do empreendimento mineral no financiamento de projetos das organizações locais.

No Brasil, a definição de áreas rurais adotado pelo IBGE são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. Já o conceito de urbano insere o acesso a infraestruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento populacional. Contudo, interpretação dominante do IBGE menciona que o lugar do rural³⁸ brasileiro possui uma definição de caráter residual e administrativo com base nas seguintes circunstâncias: consideram-se urbanos as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes as cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. Já a população rural envolve a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora destes limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Contudo, o

³⁸ Sobre esse tema, identificam-se duas importantes correntes para pensar o desenvolvimento do meio rural: uma centrada no rural não-agrícola cujo principal expoente é o Professor José Graziano da Silva e outra no desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar cujos principais expoentes são os professores José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay.

IBGE chama de meio rural (o rural isolado) as cidades com menos de 20 mil habitantes, fora das regiões metropolitanas, onde aproximadamente um em cada três brasileiros vive nessas áreas.

Todavia, o rural se define por aquilo que não é urbano, constituído pelo atrasado, pela baixa densidade populacional, pelo isolamento, pela falta ou precariedade de infra-estrutura. Enquanto que o urbano passa a ser caracterizado pela ideia de progresso, porque concentra serviços, infraestruturas, comércio, indústria, ou seja, elementos representativos do desenvolvimento, da dinamicidade, da modernidade. No entanto, quando se definem as áreas rurais com base em características sociais e territoriais e não administrativas ou setoriais, o resultado é bem diferente do quadro desolador de esvaziamento generalizado oferecido pelo Censo Demográfico de 2000.

O sentido de rural compreendido por Abramovay (2003), Veiga (2004), Froelich (1998), Perico e Ribeiro (2005) se dá com base nas potencialidades e singularidades existentes no local, reproduzidas e fortalecidas em volta de economias que se complementam por meio da disposição das organizações, que são capazes de se articular interna e externamente a rede de forma a cooperar diante da superação das dificuldades encontradas.

Veiga (2001) e Abramovay (2003), ao analisar os processos de desenvolvimento do rural no Brasil, orientam essa discussão para o fortalecimento da agricultura familiar³⁹, embasados na experiência dos países desenvolvidos que fortaleceram suas estruturas sociais agrícolas familiares como pilares, não só do desenvolvimento rural, mas também do seu desenvolvimento integrado, rural e urbano.

Nesse sentido, vale ressaltar que a agricultura familiar ultrapassa, a partir dos anos 1980, aquilo que a “pequena produção” representou em um passado recente, ou seja, as expressões que caracterizavam essa agricultura, como “pequeno produtor”, “agricultor de baixa renda” ou até “unidades de subsistência” deixam de ser consideradas declarações com conotações improdutivas e passa a ser

³⁹ A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem contraindo força, impulsionada principalmente pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar³⁹ e desenvolvimento local. Na esfera pública, a agricultura familiar ganha espaço e uma Lei é criada (nº 11.326, de 24 de julho de 2006) no sentido de apoiar a produção familiar no Brasil. Além do crédito rural e da assistência técnica e extensão rural outras atividades passam a ser agregadas no PRONAF, como turismo rural na agricultura familiar, seguro da agricultura familiar, agregação de valor e renda e agroindústria e a instituição do programa biodiesel, etc.

considerado um setor social em torno do qual pode ser construído um ambicioso projeto de desenvolvimento, aglutinando forças importantes vindas do poder das organizações e de importantes setores governamentais (ABRAMOVAY, 2003).

Assim, a incorporação da dimensão social e econômica na agricultura familiar implica buscar entender esse espaço de produção e reprodução a partir da redefinição do rural como território e a reconsiderar a visão de que o rural é população dispersa centrada no setor agropecuário.

Todavia, tanto a corrente para o desenvolvimento do meio rural por meio do fortalecimento da agricultura familiar, quanto a vertente do desenvolvimento do meio rural centrada no rural não-agrícola podem se articular, desde que respeitadas as dimensões sociais e culturais dos envolvidos, potencializando o desenvolvimento social, econômico e ambiental do espaço rural.

Dessa forma, o entendimento do rural setorial agrícola é superado e o paradigma territorial explicado por Froelich (1998) passa a converter-se em suporte de uma sociedade composta por atores que se relacionam e que têm capacidade de atuação diante dos problemas a resolver, que contam com recursos e que podem e devem participar de seu próprio desenvolvimento⁴⁰.

Pongratz (1990 apud CARNEIRO, 2009) reflete a cultura urbano-industrial e encoraja a agricultura familiar tradicional a formular saídas para a crise da economia e do ecossistema provocada pelas medidas modernizadoras, o que vai implicar em políticas públicas diferenciadas e de um novo arranjo institucional para o rural.

Ao invés de se pensar a cultura camponesa através do contraste com a cultura urbano-industrial, o que levaria a repetir o que já fora dito sobre o efeito generalizador do processo de 'descampenização' do campo, alguns autores chamam a atenção para a necessidade de romper com a referência à cultura urbano-industrial para se avaliar as verdadeiras mudanças pelas quais essa categoria social ampla e genérica - o agricultor familiar- estaria passando ao longo do tempo. Nessa linha, Pongratz, ao analisar a situação recente da agricultura na antiga Alemanha Ocidental, chama a atenção para a capacidade de a 'cultura camponesa tradicional'

⁴⁰ Froehlich diz que a superação do "localismo" se deu a partir do surgimento da Revolução Industrial quando esta se articula ao Estado-nação, porque foi na nação que se deu o espaço de afirmação da modernidade. Antes, porém, no feudalismo (feudal=local) estava instalada uma dominação localista que o projeto da modernidade prometeu superar, contrapondo uma aposta ao cosmopolitismo (transcendência do território aldeão e da etnia tribal) e na impessoalidade (relação com a ciência). Tal embate tem se pautado pela construção de uma lógica opositiva e valorativa: de um lado, identificados e valorados positivamente, o universal, o nacional, o moderno, o urbano (a cidade); de outro, negativamente, o particular, o local, o tradicional, o rural (o campo). Dessa forma, a constituição da nação-nacionalidade (identidade nacional) se fez em detrimento das identidades locais, tornando a constituição da nação de forma conflituosa, porque ao se afirmar a unidade do todo, nega-se a particularidade das formações específicas.

formular saídas para a crise da economia e do ecossistema provocadas pelas medidas modernizadoras. Suas afirmações, baseadas em pesquisas antropológicas, são instigantes justamente por se tratar de um país que, consensualmente, teria concluído o processo de industrialização do campo. Elementos tradicionais da chamada 'farming culture' não só persistiram como estão firmemente ancorados em largas camadas da população rural, até mesmo em pessoas empregadas em modernas empresas industriais (PONGRATZ, 1990 apud CARNEIRO, 2009, p. 18).

Desse modo, o significado do que seja rural só faz sentido por meio de sua intensidade territorial, não setorial, observando sua relação com as cidades de tal forma que o desenvolvimento local passe a ser entendido como resultado de relações estabelecidas entre as atividades sociais e econômicas no rural-urbano. Dessas relações, torna-se fundamental estender as vantagens tanto institucionais quanto da disponibilidade de bens e serviços, que colaborem com a descaracterização do rural atrasado e de precariedade de infraestrutura. Ou seja, a interpretação dessa ruralidade propõe políticas de iniciativas destinada a população no território e mobiliza a comunidade local a manter os vínculos que contribuam para o surgimento e o crescimento das pequenas e médias empresas que incentivem, entre outras atividades, o fortalecimento da agricultura familiar, o emponderamento das organizações em torno das atividades produtivas, encorajando-as a participarem de uma vantajosa política de desenvolvimento local .

Perico e Ribeiro (2005) chamam a atenção sobre as necessárias "revisões nas políticas oficiais dominantes" para que aja a valorização dos espaços rurais como continuidade do urbano, pois o "rural" tem a capacidade de contribuir para o crescimento econômico, a justiça social, o equilíbrio político-instrucional, a preservação e a sustentabilidade dos territórios.

Mesmo o MDA, instituição que coordena em nível federal o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), reconhece que há um atraso histórico por parte das elites brasileiras em identificar os agricultores familiares como um grupo social distinto e, sobretudo, reconhecê-los como um dos agentes coletivos do processo de desenvolvimento rural (CAMPOS; CARMÉLIO, 2007). Além do mais, destaca-se a importância dessa agricultura pela capacidade de compatibilizar produção para o autoconsumo e para o mercado, geração de empregos, melhoria das condições das famílias rurais, diversificação de atividades e desenvolvimento de várias ações de promoção de estilos de agricultura mais sustentáveis, em detrimento do modelo de política que prioriza a agricultura intensiva em escala. Diante de todas

essas vantagens, os coordenadores da Secretaria de Agricultura Familiar (CAMPOS; CARMÉLIO, 2007) do MDA, consideram, também, a capacidade que a agricultura familiar tem para assumir a proteção ambiental, a manutenção da diversidade cultural, da biodiversidade, além de grande capacidade de dinamização das economias locais.

Segundo os estudos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), o valor gerado pelas cadeias produtivas de agricultura familiar em 2003 correspondeu a 10% do PIB, traduzindo-se em números absolutos, corresponde a uma participação de R\$ 156 bilhões. Todavia, quando se fala de agricultura familiar⁴¹ no Brasil, fala-se na integração do policultivos – manejando, além de diversas espécies agrícolas, muitas variedades de cada uma delas – com a criação de diversas espécies animais e com o uso múltiplo das plantas nativas.

O censo do IBGE de 2006 aponta que a agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos da agricultura do país, e que mesmo dispendo de uma área de apenas 24% (cerca de 18 milhões de hectares) disponível para essa atividade contribui muito mais economicamente para o PIB do país, do que os estabelecimentos não familiares que dispõem de 250 milhões de hectares. Para confirmar tal afirmativa, suas produções foram comparadas: os estabelecimentos familiares produzem 54 bilhões, enquanto a produção não familiar produz 89 bilhões. Outra importante informação desvendada pela pesquisa diz respeito às ocupações de pessoal. A cada 100 hectares a agricultura familiar utiliza em média quinze trabalhadores, a não familiar utiliza apenas um, o que fez o IBGE concluir: em cada hectare trabalhado anualmente a agricultura familiar gera R\$ 677,00 a não familiar R\$ 358,00.

No entanto, é importante salientar o regime de trabalho das unidades de produção familiar que, entre outros aspectos se caracteriza com o trabalhador

⁴¹ Segundo o MDA, as ações que contribuíram pra o fortalecimento da Agricultura Familiar no país foram: o crédito Rural, Assistência Técnica e Extensão Rural e Capacitação, Seguro da Agricultura Familiar, Agregação de valor e renda e agroindústria e o turismo rural na agricultura familiar. O crédito rural disponibilizado para a agricultura familiar vem crescendo a uma taxa de 40% ao ano quando comparado o ano agrícola de 2002/2003 e a safra de 2006/2007. O montante de crédito disponibilizado para os agricultores familiares em 2002/2003 foi de R\$ 2,38 bilhões (dois bilhões, trezentos e oitenta milhões de reais) e na safra atual a previsão é disponibilizar a cifra de R\$ 10 bilhões (dez bilhões de reais). Em relação à quantidade de contratos realizados na safra de 2002/2003 foi de 905 mil e a expectativa para a safra de 2006/2007 é atingir o total de dois milhões de contratos realizados com o crédito da agricultura familiar. Isto representa uma taxa de crescimento da ordem de 22% ao ano. Crescimento menor do que o crescimento do montante de crédito utilizado, representando não somente o aumento do número de contratos para a agricultura familiar, e sim, um valor maior para cada família (CAMPOS; CARMÉLIO, 2007).

subordinado ao grupo doméstico, através do vínculo de parentesco. A figura do homem, por exemplo, cabe a autoridade da repartição do trabalho e a responsabilidade de prover a reprodução física e social de seus membros. Assim, os sistemas de produção e a casa passam a ser administrado por regras estabelecidas, cabendo ao homem a distribuição das tarefas nos cultivos, nas criações e nas atividades extrativas, bem como a venda dos produtos. Os demais membros da família, mulher e filhos, ajudam. A casa, unidade de consumo, assegurada pelas condições dos subsistemas de produção, é o espaço da administração das mulheres casadas que conciliam o trabalho produtivo com o cuidado dos filhos pequenos e, de resto, com todo o trabalho de cuidar da casa. Em geral, as famílias (69%) possuem até cinco filhos, mas há aquelas que possuem (27%) entre seis a dez filhos e outras (4%), em menor proporção, que apresentam acima de dez filhos.

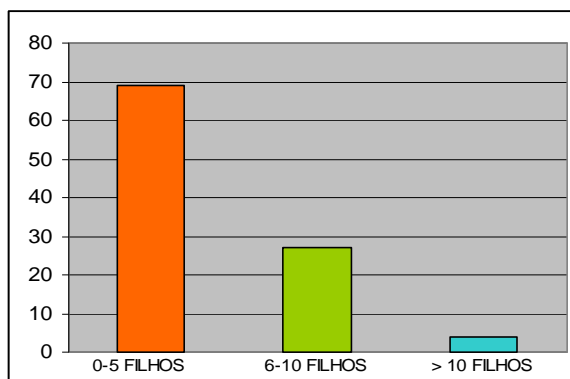


Gráfico 3 - Número de dependentes dos titulares dos lotes- Área de Assentamento da Perimetral Norte
Fonte: Costa (2006, p. 98).

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (AMAPÁ, 2005) reconhece em Pedra Branca do Amapari importantes indicadores de potencialidades e vantagens competitivas reunidos no contexto da agricultura familiar. Assim, a agricultura familiar apresenta nos aspectos da produção, comercialização, organizações de produtores e infraestrutura, características locais específicas desse território rural.

POTENCIALIDADES E VANTAGENS COMPETITIVAS	
PRODUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Clima favorável as principais culturas praticadas no município;</i> ▪ <i>Força familiar compatível com as necessidades do lote;</i> ▪ <i>Formações vegetais e animais preservados;</i> ▪ <i>Consórcio entre culturas;</i> ▪ <i>Quintais com frutíferas diversas e criações de pequenos animais para consumo familiar;</i> ▪ <i>Rios, igarapés e lagos piscosos;</i> ▪ <i>Zona roceira mantém 80% da reserva legal;</i> ▪ <i>As famílias amazônicas otimizam o manejo dos recursos naturais;</i> ▪ <i>Diversificação de culturas na roça;</i> ▪ <i>Produtos extrativistas da floresta têm contribuído com aumento da renda;</i> ▪ <i>Integração de atividades da agricultura familiar.</i>
COMERCIALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Energia em quase todas as comunidades;</i> ▪ <i>Estrada de ferro é um meio de transporte barato;</i> ▪ <i>Produtos potenciais: madeiras, açaí, frutas, arroz;</i> ▪ <i>Equipamentos do Projeto de Execução Descentralizada (PED) podem ser redimensionados para atender as comunidades locais;</i> ▪ <i>Proximidade do maior mercado consumidor;</i> ▪ <i>Vontade de mudanças nas organizações.</i>
ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Organização provoca mudança e realizações na comunidade;</i> ▪ <i>Realização de convênios, mutirão;</i> ▪ <i>Liberação de projetos para associados;</i> ▪ <i>Iniciativa de se organizar;</i> ▪ <i>Apoio do governo.</i>
INFRAESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Dispõe de repetidora e de um canal de televisão na sede do município;</i> ▪ <i>Serviço de som e propaganda em Pedra branca;</i> ▪ <i>Disponibilidade de transporte aéreo, fluvial, ferroviário e rodoviário;</i> ▪ <i>90% das comunidades possuem serviço de energia elétrica;</i> ▪ <i>Porta de entrada do PARNA das Montanhas do Tumucumaque;</i> ▪ <i>Atrativos naturais próximas à sede do município;</i> ▪ <i>Atrativos turísticos: rios, corredeiras, trilhas, esportes radicais, passeio de trem;</i> ▪ <i>Estrutura de segurança: posto avançado da comarca de serra do Navio;</i> ▪ <i>Existência de um conselho tutelar;</i> ▪ <i>Delegacia de policia militar (ambiental);</i> ▪ <i>Incineração do lixo hospitalar;</i> ▪ <i>Coleta de lixo três vezes por semana na sede do município;</i> ▪ <i>Existência de uma unidade mista de saúde;</i> ▪ <i>Existência de um laboratório de análises clínicas;</i> ▪ <i>Existência de serviço de transporte escolar;</i> ▪ <i>Oferta de merenda escolar em toda rede de ensino;</i> ▪ <i>Oferta de ensino modular no município;</i> ▪ <i>Ensino adequado ao meio rural – Escola Família Agrícola;</i> ▪ <i>Presença do IBAMA no Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque e infra-estrutura prevista para inicio de 2004.</i>

Quadro 9 - Principais potencialidades e vantagens competitivas na agricultura familiar em Pedra Branca do Amapari

Fonte: AMAPÁ (2005, p. 80-81). Adaptado pela autora (2010).

Diante dessas observações, foi constatado nas comunidades de Riozinho e Sete Ilhas, o desenvolvimento de uma diversificada produção de cultivos agrícolas e extrativos (Quadro 10), cujos rendimentos em 2009 foram na ordem de R\$124.262,07 e R\$58.414,37, respectivamente. Tanto a diversificação da produção (cultivos consorciados) quanto a agregação de valor aos produtos cultivados (polpas de frutas, goma de tapioca, maniva pré-cozida) tornam-se uma estratégia das famílias para ampliar a renda e garantir a participação no mercado local, introduzindo nessa rede de comercialização as espécies extrativas, nativas da região (fruto do açaí, taperebá, piquiá, Castanha do Pará).

Contudo, as estratégias de organização da produção são estabelecidas de acordo com a sua origem. Por exemplo, as comunidades de Sete Ilhas, Riozinho e Arrependido se configuram pela composição de famílias tanto de origem amazônica quanto de origem de imigrantes vindos do nordeste e do centro-oeste. Assim, a organização da produção se dá de acordo com sua procedência e o tempo que levam para conhecer o ambiente, revelando uma distribuição de espécies de acordo com o interesse cultural e econômico estabelecido, além da adaptação de espécies que são trazidas de suas regiões, o que ajudará a compor distintos arranjos no interior das unidades de produção entre as famílias de imigrantes. Assim, temos sistemas de produção das famílias de origem amazônica e de famílias de imigrantes vindos do nordeste e do centro-oeste, estabelecendo agroecossistemas ⁴² constituídos de processos e interações.

Enquanto aquelas [famílias de origem amazônica] tendem a otimizar o manejo dos recursos naturais, [...] [as famílias de imigrantes do nordeste e centro-oeste] são levadas em maior ou menor ritmo, a um processo de adaptação de um sistema exótico, inicialmente no imaginário de sua experiência anterior, para ir se adequando às condições locais ambientais, sociais e econômicas (AMAPÁ, 2005, p. 58).

⁴² Hech (1989 apud GEMAQUE, 2003) compreende um agroecossistema como um tipo particular de ecossistema que envolve um conjunto de processos e interações entre sistemas das culturas, tendo vários graus de resistência e estabilidade, mas estes não são estritamente determinados por fatores ambientais ou bióticos. Fatores sociais como colapso dos preços de mercado ou mudanças na posse da terra podem romper com sistemas agrícolas tão decisivamente como secas, explosão de pestes ou declínio da fertilidade do solo. Os resultados das inter-relações entre características endógenas biológicas e ambientais dos campos agrícolas e dos fatores exógenos sociais e econômicos geram a estrutura particular de um agroecossistema.

As famílias de imigrantes transformam os sítios, ou quintais agroflorestais, e as roças em áreas de experimentação, observando quais espécies trazidas de suas regiões possuem maior adaptação.

As famílias de imigrantes transformam esses espaços em áreas de experimentação, povoando-as inicialmente com as espécies comuns em sua região de origem e na maioria das vezes com sementes trazidas na mudança. Aos poucos vão percebendo quais plantas são adaptadas e vai introduzindo as espécies locais (AMAPÁ, 2005, p. 58).

Outro importante aspecto observado diz respeito à aquisição do hábito alimentar de apreciar o vinho do açaí pelos imigrantes e em decorrência dessa experiência a inserção dessa palmeira nos sistemas de cultivo dos nordestinos passa a ser mais valorizada.

Os produtos comercializados nas duas comunidades que estão localizadas no Assentamento da Perimetral e na comunidade de Arrependido localizada em área fundiária, também nos permitem avaliar que há ocorrências de cultivo de espécies perenes, desmistificando juntamente com Costa (1992, 1994), Hurtienne (1998), Serrão (1995) e outros, a tese de que a agricultura na Amazônia e, portanto em Pedra Branca do Amapari é itinerante.

As famílias da região amazônica, ao contrário dos imigrantes, implantam diretamente nos sítios e em roças “espécies nativas e tradicionais”. Os subsistemas de cultivos adotados na produção dessas famílias são apresentados em cinco (05) categorias: roça, sítio, SAFs, criações e extrativismo.

De um modo geral, os consórcios mais freqüentes são:

- a) Mandioca+macaxeira+arroz+milho+banana;
- b) Mandioca+milho;
- c) Mandioca+banana;
- d) Mandioca+arroz (colhe)+milho;
- e) Mandioca+milho+abóbora.

Abaixo, constam os produtos comercializados em 2009, o que de certa forma comprova a diversificação dos produtos em Riozinho e Sete Ilhas, bem como os ganhos que obtiveram com a comercialização nas feiras de Macapá e Santana.

COMUNIDADE DE RIOZINHO			
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	RECEITA (R\$)
Farinha de mandioca	L1	23.910	35.865,00
Macaxeira (raiz)	Kg	15.170	30.145,00
Batata doce	Kg	890	2.166,00
Cará	Kg	400	400,00
Abóbora ou jerimum	Und	32	160,00
Feijão caupi	Kg	135	135,00
Maxixe	Mç	60	60,00
Feijão verde (vagem)	Mç	20	52,00
Jambú	Mç	30	15,00
Goma de tapioca	Kg	610	1.235,40
Polpa de cupuaçu	Kg	371	1.204,10
Polpa de graviola	Kg	40	146,00
Polpa de acerola	Kg	30	105,00
Polpa de goiaba	Kg	20	73,00
Polpa de Maracujá	Kg	20	73,00
Polpa de abacaxi	Kg	15	59,85
Polpa de taperebá	Kg	15	54,75
Banana	Ch	3.956	22.304,72
Pupunha in natura	Kg	4.746	14.766,40
Limão	Fruto	81.000	11.053,00
Cupuaçu	Fruto	1.064	2.091,85
Limão galego	Fruto	1.420	1.420,00
Cana de açúcar	M	350	350,00
Açaí fruto	L20	8	140,00
Piquiá	Und	340	107,00
Castanha do Brasil	L1	80	80,00
TOTAL			R\$124.262,07
COMUNIDADE DE SETE ILHAS			
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	RECEITA (R\$)
Limão	Fruto	1.040	162,40
Laranja	Fruto	500	125,00
Farinha de mandioca	L1	11.290	16.935,00
Polpa de cupuaçu	Kg	1.638	5.333,80
Polpa de taperebá	Kg	20	100,00
Goma de tapioca	Kg	545	1.090,00
Maniva pré-cozida	Kg	364	788,00
Macaxeira (raiz)	Kg	400	700,00
Cará	Kg	573	573,00
Tucupi	L1	255	510,00
Milho verde	Und	500	425,00
Abóbora ou jerimum	Und	60	300,00
Gengibre	Pct	65	65,00
Folha de maniva	Kg	100	50,00
Batata doce	Kg	15	35,55
Cajarana	Pct	50	25,00
Jambú	Mç	50	25,00
Cupuaçu	Fruto	764	1.049,72
Banana	Ch	3.127	17.285,00
Pupunha in natura	Kg	3.571	11.463,70
Piquiá	Und	2.900	934,50
Jaca da Bahia	Fruto	53	323,30
Abiu	Und	90	50,40
Cupuí	Fruto	100	50,00
Goiaba	Kg	15	15,00
TOTAL			R\$ 58.414,37

Quadro 10 - Produtos comercializados nas feiras pelas comunidades de Riozinho e Sete Ilhas-2009 .
Fonte: Coordenadoria de Agronegócio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR), 2009.

O Relatório de 2009 da SDR mostra dados do escoamento da produção agrícola nas feiras de Macapá e Santana, confirmando a participação da produção da agricultura familiar na economia do Estado. São 8.164 produtores atendidos pela política de escoamento, com uma produção de 10.406,70 toneladas de 122 diferentes tipos de produtos comercializados nas Feiras dos Produtores, totalizando uma receita de R\$ 18.760.248,04.

RELATÓRIO DE DADOS DO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA ANO 2009	
Comunidades atendidas com o escoamento da produção	282
Produtos comercializados nas feiras	122
Montante de recursos comercializados nas feiras	R\$ 18.760.248,04
Montante de toneladas comercializados nas feiras	10.406,70
Produtores atendidos nas feiras	8.164
Receita média por produtor anual	R\$ 2.297,92
Receita média por produtor mensal	R\$ 191,49
Média tonelada produtor anual	1,27
Média tonelada produtor mensal	0,11

Quadro 11- Escoamento da produção agrícola, 2009.

Fonte: Coordenadoria de Agronegócio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SDR), 2009.

Desse modo, a produção da agricultura familiar mostra a significativa integração na economia local, além de incorporar a dimensão sociocultural nos processos de desenvolvimento endógeno, formando um denso sistema de relações entre atores econômicos e sociais que integram as instituições locais.

De um modo geral, a produtividade obtida por 1 tarefa de roça e o destino da produção observados (Quadro 12), demonstram que mais da metade da produção em Pedra Branca do Amapari é destinada ao mercado local, Macapá e Santana. O restante da produção é reservada à alimentação da família (AMAPÁ, 2005, p. 61).

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	CONSUMO MEDIO %	MEDIA PARA MERCADO %
Arroz com casca	Saco 50Kg	8	30	70
Raiz de mandioca	Saco 50Kg	70	15	85
Raiz de macaxeira	Saco 50Kg	60	5	95
Milho	Saco 50Kg	6	30	70
Raiz de cará	Saco	10	3	97
Banana	Cacho	300	10	90
Abacaxi	Fruta	7.500	10	90
Feijão	Saco 50Kg	4	20	80

Quadro 12 - Produtividade obtida por 1 tarefa de roça e o destino da produção.

Fonte: AMAPÁ (2005, p. 61).

A estrutura e funcionamento da unidade de produção familiar de Pedra Branca do Amapari exibem uma composição diversificada de produtos cultivados e extrativos, bem como apresenta estratégias diferenciadas pelos agricultores familiares para ampliar a renda familiar, tanto interna como externa à unidade de produção, inclusive com venda de mão-de-obra para a empresa de mineração, indicando ocorrências de atividades não agrícolas, além das agrícolas na composição dessas rendas, conforme serão pontuados a seguir.

No que se refere à ampliação da renda familiar, a comunidade de Riozinho desenvolvem entre os membros que compõem a Diretoria da AMPCR a seguinte estratégia de ampliação da renda: 20% dos membros entrevistados vendem sua mão-de-obra por meio de serviços de caseiro; 20% como pedreiro, ambas as atividades bastante demandadas no município por conta do número de sítios e fazendas que começam a se multiplicar por toda essa região. Por outro lado, há na comunidade agricultores que vendem sua mão-de-obra em serviços essencialmente agrícolas, como broca, derruba e coivara, especialmente nos estabelecimentos vizinhos (20%) e outros que não vendem sua mão-de-obra (40%).

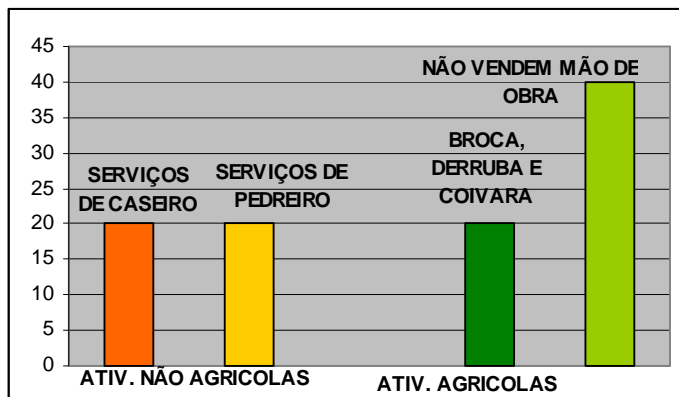


Gráfico 4 - Demonstrativo de venda de mão de obra para ampliar a renda familiar-Riozinho.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Em Sete Ilhas, a estratégia de ampliação da renda é adotada da seguinte forma: 20% dos membros entrevistados vendem sua mão-de-obra pra realização de serviços de pedreiro; 30% vendem sua mão-de-obra em atividades agrícolas como broca, derruba e coivara e 50% informaram que não vendem mão-de-obra no sentido de ampliar a renda familiar.

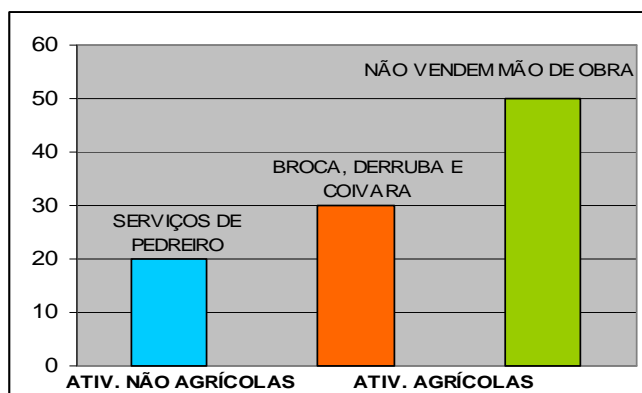


Gráfico 5 - Demonstrativo de venda de mão de obra para ampliar a renda familiar-Sete Ilhas.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Já na comunidade de Arrependido, constatou-se que a ATRA também vende mão-de-obra para ampliar a renda familiar, especialmente pela realização de serviços agrícolas como broca, derrubada e coivara nos estabelecimentos vizinhos (20%); pela execução de serviços de limpeza de pastagem nas fazendas próximas (20%), outros (40%), em sua grande maioria, além de se considerarem agricultores, são funcionários da Prefeitura de Pedra Branca do Amapari e do Governo do Estado.

Nessa comunidade, também foram encontradas famílias que não vendem sua mão-de-obra (20%).

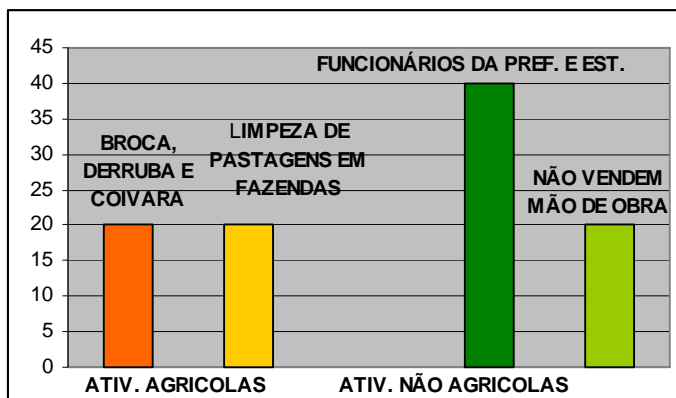


Gráfico 6 - Demonstrativo de venda de mão de obra para ampliar a renda familiar-Arrendido.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Em relação à compra de mão-de-obra na unidade de produção, constata-se que grande parte das famílias sente dificuldades para realizar determinadas tarefas e, portanto compram mão-de-obra que auxiliam em diversas tarefas.

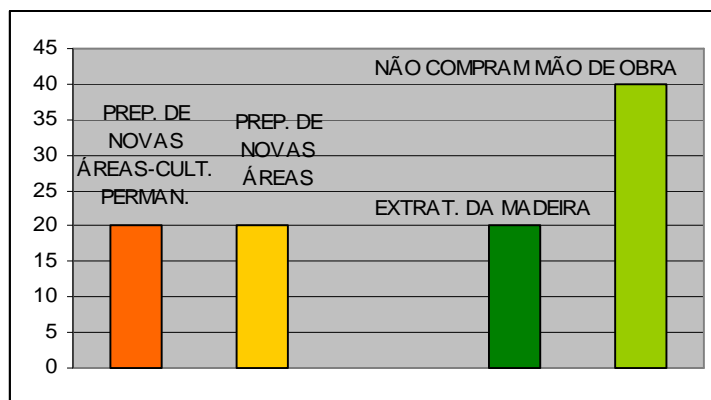


Gráfico 7- Demonstrativo de compra de mão de obra - Riozinho.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

No caso de Riozinho, a comunidade compra mão-de-obra para o preparo de novas áreas para estabelecimento de culturas permanentes (20%), para preparação de novas áreas (20%) e para a realização do extrativismo da madeira (20%). Resumidamente, mais da metade (60%) dos agricultores compram mão de obra para ajudar em tarefas específicas na unidade de produção familiar.

Segundo Wilkinson (1986), ao interpretar a contratação de trabalhadores para cobrir períodos críticos do ciclo agrícola, este não dependeria do critério capitalista

de rentabilidade por unidade de trabalho empregado, pois o uso do trabalho assalariado⁴³ não invalida a lógica não-capitalista da unidade de produção familiar tal como Chayanov⁴⁴ concebe. Nesse sentido, dentre as comunidades pesquisadas que compram mão-de-obra na unidade de produção familiar, Sete Ilhas e Riozinho sugerem uma certa organização porque vem participando de forma articulada com outros mercados, o que faz com que pratiquem arranjos em torno de sua produção para obtenção de novos espaços.

Com isso a demanda pela força de trabalho (extrafamiliar) aumenta no preparo de novas áreas para estabelecimento de culturas permanentes e, no caso Riozinho para a extração de madeira, o que complementa a renda dessas famílias sem que haja o aniquilamento das formas de organização da agricultura familiar e, portanto, de sua reprodução cultural. Ao contrário, esse comportamento indica valores que colaboram na interpretação nas relações que são estabelecidas dentro e fora das unidades de produção e as formas como as organizações estão conectadas para a promoção do desenvolvimento local. Dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário revelam que agricultores familiares comercializaram sua produção nas Feiras de Macapá e Santana (mercados urbanos) e tiveram um rendimento de R\$124.262,07 no ano de 2009.

⁴³ No âmbito da teorização do campesinato, o debate clássico relativo à “exploração familiar” se encontra polarizado entre os enfoques dos trabalhos de Lênin e Chayanov, respectivamente caracterizados, na questão agrária russa, pelo grupo “Marxista” (Social-Democracia) e pela “Escola da Organização e Produção” (Populista), incluindo ainda a teoria de Kautsky sobre a subordinação da agricultura. O critério-chave da teoria de Lênin (1985) consiste no estabelecimento da importância do trabalho assalariado no contexto do campesinato russo para a compreensão do desenvolvimento da exploração agrícola capitalista. Num ponto de vista inteiramente diferente, situa-se a perspectiva teórica de Chayanov (1974) que defende a inexistência do trabalho assalariado como um dos fatores que assinalam a economia camponesa e sua dinâmica não-capitalista.

⁴⁴ A teoria de Chayanov observa que a família camponesa não contrata mão-de-obra fora do estabelecimento, pois possui seus próprios meios de produção e, ocasionalmente, é obrigada a empregar parte de sua força de trabalhos em atividades não agrícolas. O recurso a atividades complementares, não agrícolas (manufatura, artesanato etc.) é uma característica histórica do campesinato, mas lembra que o cultivo da terra e a criação de animais constituem as suas ocupações centrais.

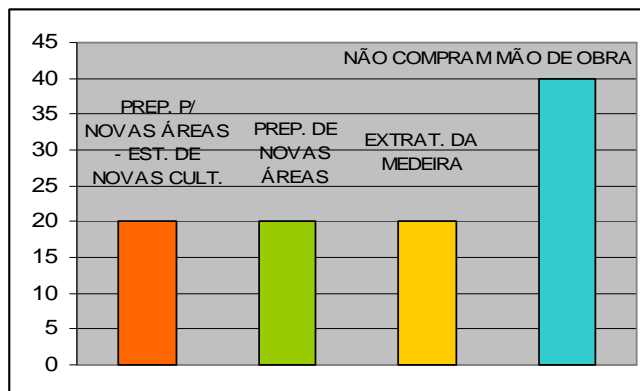


Gráfico 8 - Demonstrativo de compra de mão de obra - Sete Ilhas.
Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Em Sete Ilhas, 40% não compram mão-de-obra e a maioria compra mão-de-obra para o preparo de novas áreas/para o estabelecimento de novas culturas permanentes (20%), para preparação de novas áreas (20%) e para a realização do extrativismo da madeira (20%).

Na comunidade de Arrendido, os agricultores também compram mão-de-obra para preparação de novas áreas e limpezas de terrenos (20%) e para estabelecimento de culturas permanentes (20%). No entanto, a maior parte (60%) trabalha somente com os recursos da mão-de-obra familiar. Uma particularidade observada nessa comunidade diz respeito às condições de solo que essas famílias encontram-se assentadas, apresentando elevado grau de pedregosidade e áreas acidentadas onde, as propriedades em sua grande maioria, encontram-se localizadas nas encostas de montanhas.

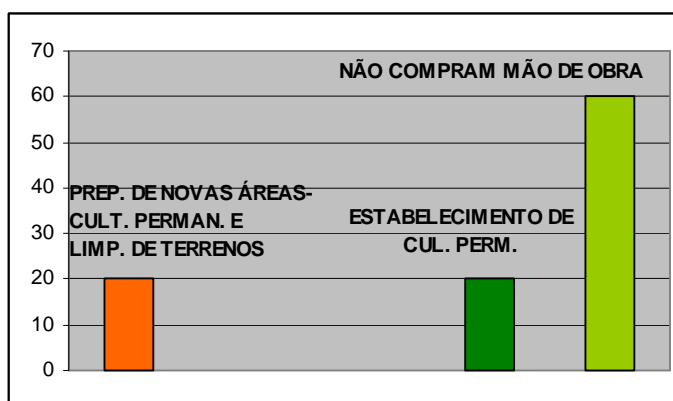


Gráfico 9 - Demonstrativo de compra de mão de obra - Arrendido.
Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

A Secretaria de Desenvolvimento Rural e a GTZ apresentaram um importante estudo sobre os perfis das famílias produtoras que se encontram em Pedra Branca do Amapari. Esses estudos foram organizados com base nos tipos de solos e relevos, recursos hídricos, reserva legal, área permanente, força de trabalho, subsistema de produção e renda. A tipologia em que as famílias de Arrependido se acomodam é a do *agricultor empregado*.

TIPO DE FAMÍLIA PRODUTORA	SOLOS E RELEVO	REC. HIDRICOS	RES. LEGAL	ÁREA DE PRES. PERM.	FORÇA DE TRABALHO	SUBSISTEMA DE PRODUÇÃO	RENDA
Agricultor empregado	Solo argilo-arenoso, acidentado, com rochas.	Água apropriada para consumo humano, perene, navegável e piscoso.	Comprometimento das áreas de Reserva Legal, com ocorrência de madeira de lei.	Comprometida pela atividade agrícola.	04 pessoas.	Diversificado e integrado com destaque para a roça, especialmente no cultivo da mandioca.	Acima de 04 salários mínimos.

Quadro 13 - Tipologia das famílias produtoras.

Fonte: SDR; GTZ (2005). Adaptado pela autora (2010)

Um importante aspecto observado durante a pesquisa empírica diz respeito ao fato da comunidade de Arrependido não ser atendida pelo programa de escoamento da produção da SDR, pois parte dessa produção está sendo consumida no restaurante das empresas de mineração e na própria feira do município.

Outro significativo subsistema adotado pelas famílias é o sítio, combinado por arranjos de espécies ao redor das residências de famílias de origem amazônica, especialmente Pará e Maranhão, e de famílias nordestinas. Porém, é possível encontrar determinadas espécies tanto em um quanto em outro arranjo (Quadro 14).

ESPÉCIES CULTIVADAS	FAMÍLIAS AMAPAENSES	FAMÍLIAS DE NORDESTINOS
FRUTEIRAS	Banana, açaí, manga, limão, biriba, cupuaçu, graviola, laranja e coco	Caju, coco, graviola, cupuaçu, abacate, acerola, limão, laranja, jaca
MEDICINAIS	Catinga de mulata, pau d'angola, mastruz, pirarucu, mururacá, pião roxo e branco, arruda, hortelão, anador, pata de vaca, amor crescido, boldo, verônica, gengibre	Arruda, pião roxo, hortelã, erva cidreira, capim marinho
ORNAMENTAIS	Samambaia, papoula, roseira, cravo, crista-de-galo, onze-horas, papagaio, tajá, aranha-rica	Samambaia, papoula, roseira, cravo, crista-de-galo, onze-horas, papagaio, tajá, aranha-rica

Quadro 14 - Espécies cultivadas pelas famílias de origem amazônica e famílias nordestinas.

Fonte: SDR; GTZ (2005, p. 64).

Os SAFs, enquanto estratégia de uso da terra, são adotados em menor proporção, apesar de oferecerem vantagens de reduzir a incorporação de novas áreas de floresta densa e migração de agricultores, mantendo-os nas propriedades.

Homma et. al. (1995) compreendem que os agricultores ao adotarem os SAFs incorporam atitudes favoráveis ao risco, conduzindo a adoção de sistemas perenes envolvendo poucas espécies arbóreas. Serrão (1995), no entanto, aborda esse sistema como pouco disseminado na Amazônia e totaliza não mais que mil pequenos e médios produtores, praticado em maior escala no Pará, nas áreas de maior intensificação do desenvolvimento agropecuário.

Somente a partir de 1997 é que as unidades de produção familiar em Pedra Branca do Amapari passam adotar o modelo de SAFs, ocasião em que o Projeto “Recuperação de áreas Degradadas e Implantação de SAFs” era implantado no âmbito dos PED⁴⁵, coordenado em nível federal pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), tendo como executores as prefeituras dos municípios de Pedra Branca do Amapari⁴⁶ e Serra do Navio. O projeto totalizou recursos na ordem de R\$ 1.167.891,53 e teve como principais realizações⁴⁷ a capacitação de agentes comunitários e famílias de agricultores, enriquecimento de áreas de capoeiras,

⁴⁵ Os PED constituiu um dos quatro componentes de investimento do Programa Nacional de Meio Ambiente (1990-1998), executado pelo MMA e Amazônia Legal. O principal objetivo do componente PED foi o de fortalecer a diretriz de descentralização da gestão ambiental que a instituição do Sistema Nacional de Meio Ambiente pressupõe. No caso do Amapá, executaram-se dois projetos: Recuperação de áreas degradadas e implantação de SAFs, executado em Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari e Proteção Ambiental e Desenvolvimento da Pesca desenvolvido nos municípios de Tartarugalzinho e Amapá.

⁴⁶ As comunidades diretamente envolvidas e beneficiadas com o projeto foram: Água Fria, Riozinho, Sete Ilhas, Tucano I e II, Arrependido, Centro Novo, Cachaço, Cachorrinho. As instituições mobilizadas nesse período para a execução do projeto foram: a SEAF, órgão de extensão rural RURAP, SEMA, prefeituras dos dois municípios envolvidos (Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio), Coordenadoria da Indústria e Comércio (CEICOM), Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) e POEMA/UFPA.

⁴⁷ Foram executadas as seguintes capacitações e infraestruturas no projeto “Recuperação de áreas degradadas e implantação de SAFs”: (i) capacitação de 218 agentes comunitários e pequenos produtores em técnicas de implantação de SAFs em modelo de agricultura em andares, enriquecimento de capoeiras, plantio adensado e enriquecimento de quintais; (ii) instalação para viveiro comunitário para 80.000 mudas; (iii) plantio de 60.000 mudas entre espécies frutíferas e florestais em sistemas agroflorestais (60,96ha), 100ha de enriquecimento de capoeiras, 3 ha de plantio adensado de pupunha e 2 ha de enriquecimento de quintais; (iv) instalação de 10 apimeliponários para produção de mel (3,6 ton/ano) nas áreas de capoeiras enriquecidas; (v) instalação de 2 agroindústrias para beneficiamento da produção local; (vi) implantação de 20 ha de açaiçais manejados; (vii) instalação da estação comunitária de tratamento de água; (ix) reforma da usina de beneficiamento de arroz e armazenamento de produtos não perecíveis (20 ton. de capacidade instalada); (x) capacitação de líderes comunitários; (xi) capacitação de 80 famílias de produtores em beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização de produtos agroflorestais; (xii) construção da casa de mel e capacitação de 20 produtores em apicultura; (xiii) sensibilização de 30 agentes comunitários em educação ambiental.

plântio de 60.000 mudas entre espécies frutíferas e florestais em sistemas agroflorestais, reforma da usina de beneficiamento de arroz e armazenamento de produtos não perecíveis, instalação de duas agroindústrias para beneficiamento da produção local.

Outros programas após a execução do PED foram implementados (PROCERA e o PRORURAL) no sentido de disseminar o modelo de SAFs e estimulando a implantação de consórcios comerciais, especialmente de pupunha sem caroço, cupuaçu e açaí, os quais até os dias de hoje são comercializados nas feiras de Macapá e Santana. Todavia, a importância e o esforço despendido na incorporação de novas técnicas, como utilização de esterco, raspa de mandioca e caroço de açaí nas covas de plântio e a adoção de espaçamento padrão preconizado pela pesquisa florestal, ainda é pouco disseminado entre as famílias produtoras. Falta um programa amplo e irrestrito para que as áreas de assentamentos agrícolas no território rural centro-oeste, que compreende Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes e Porto Grande, para que tirem as vantagens que o modelo proporciona, evitando o desmatamento de novas áreas, intensificando o uso do solo, fortalecendo os laços de confiança e cooperação entre as organizações existentes, organizando a produção em torno de um mercado composto por uma produção sustentável do ponto de vista social, cultural e ambiental.

As duas agroindústrias instaladas no Projeto “Recuperação de áreas degradadas e implantação de SAFs”, no âmbito dos Projetos de Execução Descentralizada (PED), encontram-se hoje desativadas por conta da falta de articulação institucional para obter o quantitativo de produtos procedentes da agricultura familiar que garantam a produção diária necessária, e assim manter o ritmo de transformação em que as agroindústrias foram dimensionadas. Ou seja, a visão reducionista de que a produção dos agricultores era insuficiente para sustentar o funcionamento das agroindústrias são os argumentos até hoje utilizados.

A concepção territorial do desenvolvimento local, que extrapola as fronteiras de áreas geográficas dos municípios, privilegia a gestão compartilhada entre as organizações públicas e/ou privadas, possibilita surgir estratégias de superação de dificuldades capazes de encontrar soluções para problemas comuns nos territórios. Assim, a articulação necessária para que se desdobrassem importantes alianças entre os atores sociais e organizações locais, e até mesmo em outros níveis como o

Estado e o mercado, eram fundamentais para o fortalecimento do capital social de Pedra Branca do Amapari desde aquela época. Essa iniciativa certamente resolveria o problema da produção, pois seria assegurada a manutenção do estoque de matéria-prima necessária para a transformação da produção pelas agroindústrias.

Serrão (1995), a respeito das agroindústrias, percebe o grande potencial que essas implicam no desenvolvimento da Amazônia por representar uma alternativa viável e capacidade de geração de empregos, fixação do homem, agregação de valor aos produtos agropecuários e florestais, aumento da renda regional, diminuição das tensões sociais e geração e incorporação de tecnologias, além do aproveitamento dos resíduos da agricultura e da própria agroindústria para fabricações de rações e adubos orgânicos e corretivos de jazidas minerais quando ocorrentes na região.

Ainda em relação à justificativa da desativação das agroindústrias, cabe incluir nessa análise o contexto em que as organizações dos produtores rurais e os gestores municipais se encontravam. As limitações administrativas para conduzir o funcionamento das agroindústrias e as limitações para compreender a essência do projeto eram imensas. Ademais, o desenvolvimento local sustentável passa a ser entendido a partir da agregação de valores a produção agroextrativista, valorização da ação coletiva no interior das organizações rurais que, nesse processo, poderiam desenvolver um modelo de gestão compartilhada, instituindo consórcios para garantir o estoque proveniente da produção vinda de municípios mais próximos, como Serra do Navio, Porto Grande e Ferreira Gomes.

Treze anos após a efetivação dos PED, percebe-se que a recente implantação do programa de formação de territórios rurais traz novamente a oportunidade de incluir políticas públicas de combate à pobreza e à exclusão social, assegurando o emponderamento das comunidades. A reativação das agroindústrias em Pedra Branca do Amapari pode constituir um pólo de desenvolvimento, compondo um importante exercício de um modelo compartilhado em direção à autonomia e à autogestão, expresso na política de territórios.

Muitas são as produções acadêmicas para explicar esse quadro. Silva (1999), Carneiro e Maluf (2003) e Carneiro (2009), por exemplo, consideram insuficiente avaliar a viabilidade dos estabelecimentos rurais unicamente do ponto de vista da produção agrícola, pois há outros conjuntos de ativos, fontes de rendas, mercados de produtos e serviços envolvidos nesse processo.

Bebbington (1999; 2002) diz ser fundamental ter uma compreensão clara dos ativos mais importantes para diferentes unidades familiares em distintos lugares, uma vez que as famílias possuem estratégias em um dado momento que potencializam tanto suas aspirações de longo prazo, como as necessidades imediatas. Para o autor, o fracasso de muitos projetos de combate a pobreza⁴⁸, explica-se pela limitada apreensão dos ativos ou por “apostarem” em ativos de capitais que não eram os prioritários ou possíveis às unidades familiares. Por exemplo, investimentos em capital natural, notadamente na produção agrícola, enquanto as estratégias das famílias estavam assentadas em rendas não agrícolas.

O extrativismo enquanto sistema de uso da terra, também é desenvolvido nas comunidades de Pedra Branca do Amapari. As famílias realizam a pesca⁴⁹, a extração da madeira⁵⁰, de óleos, de cipó-titica, de açai e caça⁵¹.

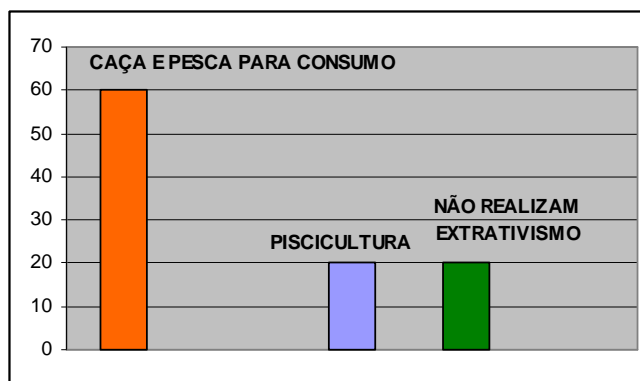


Gráfico 10 - Diversificação dos sistemas de produção na composição renda familiar: Extrativismo animal (caça e pesca). Comunidade de Arrependido.
Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

⁴⁸ Ao tratar a pobreza no desenvolvimento local, torna-se importante levar em conta as concepções de pobreza e seu significado para o mundo das famílias, pois, conforme Bebbington (1999), os agricultores familiares ou grupos indígenas, por exemplo, a residência rural e a relação com a terra constituem importantes dimensões da sua identidade e podem ser determinantes críticos no sentido de se autodefinirem pobre ou não. Estas práticas culturais ou capital cultural dão sentido de identidade, pertencimento, confiança e definem formas de interação e padrões de comportamento, dimensões relevantes a serem consideradas nos projetos de desenvolvimento para que a noção de pobreza utilizada não fique tão divorciada das concepções das famílias rurais (BEBBINGTON, 1999).

⁴⁹ A pesca desenvolvida é a artesanal, praticada em canoas a remo e canoas a motor. Os apetrechos utilizados são: linha de mão, anzóis (pequeno, médio e grande); espinhel; trapo (caniço com linha de 1 metro com anzol nº 04); tarrafa; malhadeira; zagaia. De noite, a atividade é feita com a iluminação de lanterna e poronga. As espécies mais pescadas no verão é o trairão, acará, curupeté e piranha. No inverno são: o pacu, mandubé, mandií e acari.

⁵⁰ A madeira, especialmente pelas famílias de Riozinho e Arrependido é extraída, desdobrada e vendida no município e também em Macapá, na forma de esteio, tábua, flechal, pernamanca, dormente e tarugo.

⁵¹ A caça serve muitas das vezes como uma das principais fontes de proteínas animal para as famílias locais e envolve a captura de pacas, tatus, cutias, antas, veados, mutuns, nambus e os jacús caçados na floresta durante todo o ano.

A comunidade de Arrependido tanto desenvolve a caça quanto a pesca para consumo e para venda. Sendo que, a maioria (60%) caça e pesca somente para consumo, especialmente entre aqueles que possuem outras fontes de renda provenientes do serviço público. Foi identificada uma família (20%) que desenvolve a piscicultura⁵² com criação de tambaqui, cuja despesca foi de 20 toneladas, obtendo R\$ 7.000,00 com a venda do produto. Outros (20%) revelaram não realizar nenhum tipo de extrativismo.

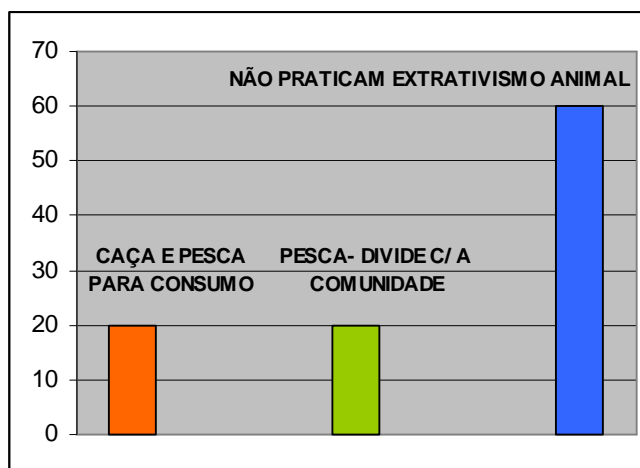


Gráfico 11- Diversificação dos sistemas de produção na composição renda familiar: Extrativismo animal (caça e pesca) - Riozinho.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Riozinho da mesma forma que Arrependido desenvolve a caça e a pesca, porém apenas 20% revelaram caçar paca, veado e anta apenas para o consumo, enquanto 20% apenas pescam trairão, mas não vendem, dividem com a comunidade. Esses que dizem pescar trairão, revelaram também caçar apenas para o sustento. Os outros 60% dos entrevistados disseram não extrair nenhum recurso animal, nem para consumo nem para ampliação da renda familiar. De todo modo, a comunidade de Riozinho apesar de não revelar a comercialização da caça e da pesca, dados do Batalhão Ambiental mostram a apreensão desses animais originários desse local.

⁵² Um programa conduzido pelo RURAP introduziu a criação de Tambaqui em pequenos tanques, alimentado com ração + farelo, farinha de carne, frutas e restos de comidas, cujo objetivo é a oferta abundante e regular de proteína animal para a família e a venda do excedente para a geração de renda.

Em Sete Ilhas, nenhum dos entrevistados confirmou a realização da caça, porém 80% revelaram pescar para consumo próprio e 20% preferiram não responder.

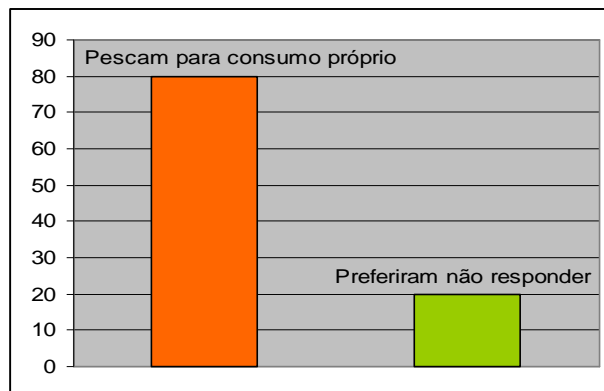


Gráfico 12 - Diversificação dos sistemas de produção na composição renda familiar: Extrativismo animal (caça e pesca) - Sete Ilhas.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Rego (1999), a respeito do extrativismo⁵³, se refere à intervenção das populações tradicionais na Amazônia em ecossistemas naturais, incluindo não só o uso imediato (coleta de recursos animais e vegetais), mas também usos mediatos (cultivos, criações e beneficiamento de produtos) da biota, por meio da produção familiar ou comunitária e dentro dos valores e crenças das sociedades que habitam os ecossistemas da região. Esses sistemas de manejo estão fundados numa relação cultural e harmônica com a natureza possibilitando um amplo conhecimento sobre os recursos naturais amazônicos.

Deste modo, o extrativismo vegetal, especialmente do açaí e cipó titica, tem aumentado a sua contribuição na composição da renda das famílias ao longo desses anos. E os produtos florestais secundários, como os produtos medicinais

⁵³ Estudos realizados por Filocreão (1992) em sua dissertação de mestrado na região sul do Amapá mostra a complementaridade que há entre a agricultura e o extrativismo (agroextrativismo) nos processos de geração de riqueza social, herdado dos indígenas, para quem a agricultura em pequenas lavouras se associa com as atividades de coleta, constituindo na reprodução social das suas populações. Na pesquisa empírica, o autor confere a existência de relações de complementaridade nas diversas fases do desenvolvimento histórico do capitalismo na Amazônia: (i) no início, a agricultura é complementar ao extrativismo; (ii) posteriormente, o extrativismo passa a complementar a agricultura, (iii) anos depois a agricultura concorre com o extrativismo pela força de trabalho e de capitais; (vi) e no final a agricultura e o extrativismo, juntos tornam-se secundários em relação a outras atividades na economia amazônica. Para o autor torna-se problemático analisar historicamente, na geração de riqueza da Amazônia rural, o extrativismo vegetal isolado da agricultura (FILOCREÃO, 2002).

(copaíba, andiroba e leite do Amapá) também entram na composição da renda dessas famílias.

Uma família pode chegar a extrair até 500Kg de cipó por mês, comercializando clandestinamente ao preço de R\$2,00 o Kg, contribuindo para a remuneração do trabalho familiar. Como matéria-prima para utensílios domésticos, o cipó-titica é aproveitado na confecção de vassoura, cestos, abano, chapéu e cadeira (BRASIL, 2005, p. 67).

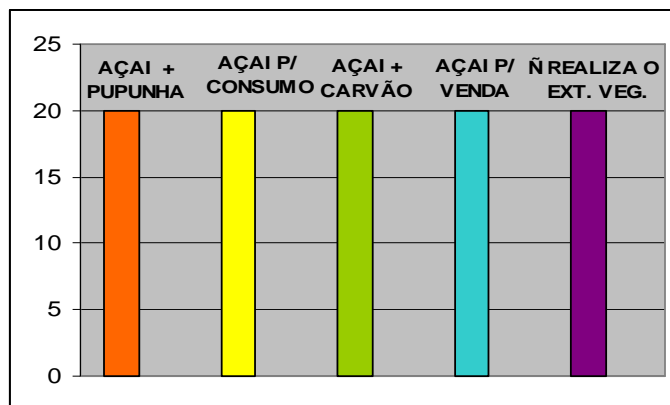


Gráfico 13 - Diversificação dos sistemas de produção na composição renda familiar: Extrativismo vegetal- Arrependido.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Em Arrependido, 20% acusaram extrair açaí e pupunha para consumo, sendo que a maior parte dessa produção é destinada ao mercado urbano de Macapá e Santana. No geral, a saca de 60Kg de açaí custava na época da entrevista R\$ 60,00. Hoje, no mercado de Macapá custa R\$80,00. Por outro lado, 20% utilizam o açaí apenas para consumo, porém informaram que uma empresa de mineração (MMX na época, hoje Anglo Ferrous Brazil) desenvolve um projeto de produção do açaí e que cada um recebeu dinheiro para adquirir 80 mudas. Essa mesma família extrai também o cipó titica e desenvolve a fabricação artesanal de vassouras⁵⁴, vendendo cada uma a R\$ 5,00 a unidade para a Prefeitura de Serra do Navio. Outra família (20%) informou o plantio de 10 tarefas de açaí, sendo que rende, em média R\$ 5.000,00 por safra. Além da renda do açaí, essa mesma família vende carvão, obtendo um rendimento de R\$300,00 por mês. Outra família (20%) diz extrair em média 05 sacas e obtém um faturamento de R\$ 500,00 por mês na época da safra.

⁵⁴ Um agricultor, Senhor Eliezer Conceição do Carmo, informou que as vassouras antes eram vendidas a R\$ 5,00 para a Prefeitura de Serra do Navio, mas agora já não vendia mais por conta da extração do cipó ser proibida por lei estadual. De todo modo, havia na casa um estoque considerável dessas, o que demonstra a continuidade da comercialização do material, complementando possivelmente a renda da família.

Outra família (20%) disse não obter rendimento algum com o extrativismo vegetal e informou desenvolver apenas a olericultura, com produção de couve, cebolinha, chicória e cheiro verde. Quando foi perguntado seu rendimento por mês, a resposta foi que a renda mensal é menor do que um salário mínimo e não revelou outros rendimentos provenientes de atividades não-agrícolas (comércio, serviços públicos e benefícios sociais).

CULTURAS EXTRATIVISTAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI 2003- 2006								
ANO	PRODUTO- QUANTIDADE PRODUZIDA		VALOR DA PRODUÇÃO (MIL REAIS)		PRODUTO- QUANTIDADE PRODUZIDA		VALOR DA PRODUÇÃO (MIL REAIS)	
	Açaí (Fruto) - Tonelada				Carvão Vegetal – Tonelada			
2003		18		7		82		29
2004		25		11		87		35
2005		29		14		16		35
2006		34		19		80		36
	Lenha - Metro Cúbico				Madeira em Tora - Metro Cúbico			
2003		3.974		7		3.270		110
2004		5.670		11		6.270		219
2005		6.435		26		3.241		113
2006		7.930		36		12.178		412

Quadro 15 - Culturas extrativistas existentes no município de Pedra Branca do Amapari 2003-2006

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Amapá; SEPLAN (2005-2006).

Sobre a extração do cipó titica, Carvalho (2004) estimou que nos últimos cinco anos tivesse saído do Amapá uma média de 40 toneladas mensais do cipó sendo que, 90% são extraídos das terras públicas, das Unidades de Conservação (Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e Floresta Nacional do Amapá) e da Terra Indígenas (TI Wajãpi) da região dos municípios de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio. Carvalho esclarece ainda:

A extração desse produto é realizada de forma extrativa predatória, nos meandros da floresta, sem qualquer controle oficial [e] desconhece-se quase que totalmente sua cadeia produtiva, a evasão de renda e principalmente os impactos ambientais provocados por esta exploração desordenada (CARVALHO, 2004).

Em um dos diagnósticos realizados pelo Estado, reconhece-se o cipó titica como produto potencial de agregação de valor.

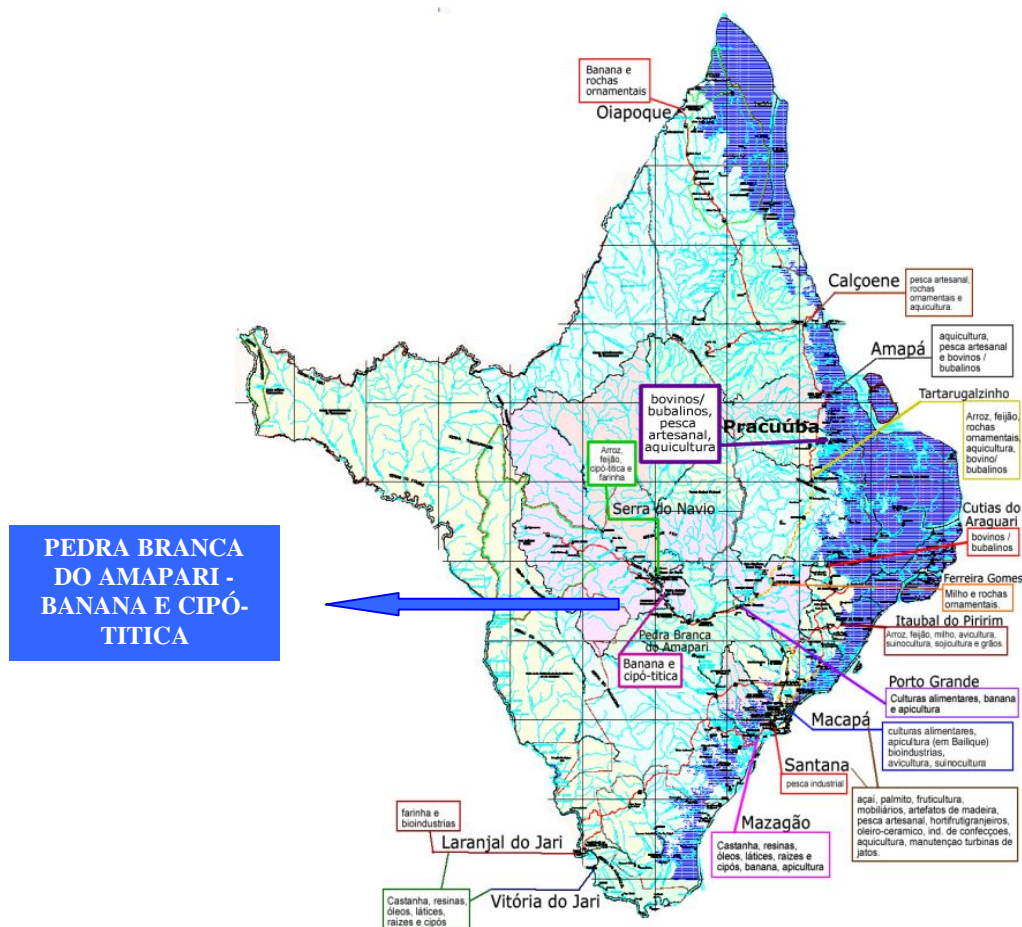


Figura 6 - Atividades potencialmente dinâmicas para o desenvolvimento do Estado do Amapá.
Fonte: Governo do Estado do Amapá - Secretaria Especial de Desenvolvimento da Gestão; Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico (2004).

Riozinho, por sua vez não mostrou participação ativa no extrativismo vegetal, especialmente o açaí. Apenas 20% revelou ganhos com a venda do produto (em média apenas 2 sacas de 60kg) associado ao extrativismo da madeira já beneficiada (em média 35 dúzias por mês). As demais famílias (80%) não apresentaram renda proveniente do extrativismo vegetal.

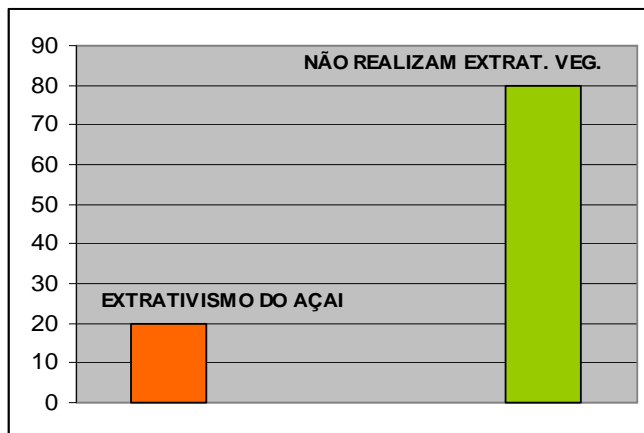


Gráfico 14 - Diversificação dos sistemas de produção na composição renda familiar: Extrativismo vegetal- Comunidade de Riozinho.
Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Em Sete Ilhas, todos confirmaram o extrativismo do açaí e do cipó titica.

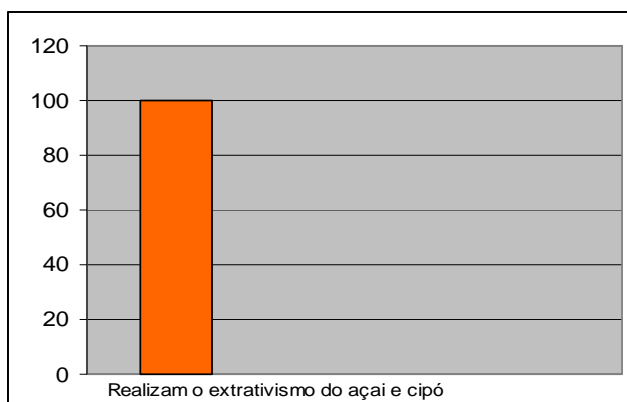


Gráfico 15 - Diversificação dos sistemas de produção na composição renda familiar: Extrativismo vegetal - Comunidade de Sete Ilhas.
Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Ainda em Riozinho, uma família confirmou a participação no projeto Casa de Farinha, financiado pela MPBA, em dezembro de 2009, no valor de R\$ 41.015,90. Do mesmo modo, a mineradora Anglo Gold Ferrous Brazil confirma sua participação na cadeia produtiva do açaí quando garante o transporte ferroviário da empresa para que o produto seja vendido em Macapá e Santana.

No contexto do escoamento da produção, a comercialização tanto é disponibilizada pelos caminhões alugados pela SDR quanto pela empresa de mineração Anglo Ferrous Brazil, que possui a concessão da EFA, deixada pela ICOMI, garantindo a comercialização dos produtos, especialmente nas feiras de

Macapá e Santana. Desse modo, a proximidade com o mercado consumidor proporcionado pela infraestrutura existente no município, exclusivamente o das áreas de transporte e comunicação, indicam uma dinâmica do trabalho rural mais integrada ao cotidiano urbano.

Na territorialidade de Pedra Branca do Amapari é possível vislumbrar o desenvolvimento que favorecem as comunidades locais por meio da cooperação que agreguem as vantagens especializadas em torno da agricultura familiar e da mineração, desde que combinada com orientações de política pública, proporcionando renda e gerando emprego para os habitantes que integram o eixo rural-urbano. Todavia, o espaço rural deve permitir revelar as capacidades dos atores inter-relacionarem e sinalizar um ambiente institucional para geração de conhecimento científico e tecnológico adequado aquele *modus vivendi*, além dos necessários investimentos na formação de capital humano que assumam a re-significação do rural não como setor, mas como território de “pertencer àquilo que nos pertence” (DALLABRIDA; BECKER, 2008).

Vale destacar a participação que a MPBA teve no desenvolvimento da produção do açaí⁵⁵. As comunidades, além daquelas que participaram da pesquisa empírica desta tese, mostraram-se motivadas com essa iniciativa. Essa atitude permite vislumbrar durante o período da mineração e, principalmente da pós-mineração, projetos duráveis, constituindo nesse território uma economia comprovadamente sustentável. Ademais, os projetos demandados por essas organizações rurais atendem diretamente o interesse das famílias, fortalecem a produção familiar e ajudam na manutenção do capital social.

São vinte e quatro (24) famílias das comunidades de Arrependido e Xivete beneficiadas com o projeto plantio de açaí, com um aporte financeiro no valor de R\$ 82.400, liberado em dezembro de 2009. Além desse projeto, a MPBA por meio do FMDC beneficiou nesse mesmo período quarenta e três (43) famílias nas comunidades de Riozinho e Sete Ilhas com duas (02) casas de farinha no valor de

⁵⁵ O açaí entra na composição da renda familiar já que 50% da produção é destinada à comercialização e o restante da coleta serve como base da alimentação, especialmente da população ribeirinha. O bagaço da fruta após a extração do vinho é servido como ração para os animais domésticos, o caroço (semente), quando desintegrado se converte em adubo orgânico de alta fertilidade. As famílias nortistas mantêm uma área de maior ou menor manejo de concentrações naturais ou realizam o plantio dessa palmeira nativa (AMAPÁ, 2005).

R\$ 82.031,80. No total foram R\$ 164.431,80 para as comunidades de Arrependido, Xivete, Sete Ilhas e Riozinho.

Ao analisar o desenvolvimento de uma agricultura sustentável na Amazônia, Serrão (1995) compreende que esta depende de sua permanência, o máximo possível, na mesma área, com crescentes aumentos na produtividade, tanto na terra como na mão-de-obra, reduzindo assim o desmatamento. Nesse ponto de vista, o pesquisador analisa as áreas desmatadas e diz que cerca de 50% dessas áreas na região é possível produzir alimentos, fibras e outros produtos para suprir a demanda da população regional. Isso significa dizer que a futura produção agropecuária e florestal na Amazônia vai depender de níveis mais altos e intensificação do uso da terra em um cenário decrescente de desmatamentos – devido a uma pressão cada vez maior em nível nacional e internacional pelo desenvolvimento de uma consciência ambiental na região –, o aumento da densidade populacional e, conseqüentemente, os preços de terras cada vez mais altos nos atuais polos de desenvolvimento.

Os principais produtos agrícolas produzidos nas comunidades estudadas mostram a opção que fazem os plantios de ciclo curto e ao mesmo tempo a seleção de espécies perenes, o que faz diminuir a pressão por áreas desmatadas. Além disso, a pesquisa mostrou a diversidade de atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades o que faz aumentar a renda dessas famílias sem que abandonem a prática agroextrativista.

A comunidade de Riozinho, por exemplo, além de plantar mandioca, banana, cupuaçu, coco, milho, macaxeira, arroz, feijão e limão, desenvolve atividades extrativistas, sendo que algumas realizam a coleta para consumo, outras para comercialização e outras para consumo e comercialização.

ORGANIZAÇÕES	MEMBROS DAS ORGANIZAÇÕES	CONSÓRCIOS	EXTRATIVISMO (VEGETAL)	EXTRATIVISMO (ANIMAL)
Associação de Mulheres Produtoras da Comunidade de Riozinho (AMPCR)	José da Silva Maia	mandioca + banana	-Comercializa: açaí + madeira + cipó-titica	-Para o sustento: paca, veado, anta; -pesca: trairão (não vende, divide com a comunidade)
Associação dos Produtores Rurais de Sete Ilhas (APRCSI)	José Dailson Gomes	mandioca + cupuaçu + coco	Não revelou	Só para o consumo
Associação de Mulheres Produtoras da Comunidade de Riozinho (AMPCR)	Iza de Souza Ferreira	mandioca + milho + banana	Não revelou	Só para o consumo
Associação dos Produtores Rurais de Sete Ilhas (APRCSI)	Francisca Souza de Marta Souza da Silva	arroz + milho + feijão	Não revelou	Só para o consumo
Associação de Mulheres Produtoras da Comunidade de Riozinho (AMPCR)	Zulene Gomes Moraes	macaxeira + limão	Não revelou	Só para o consumo

Quadro 15 - Atividades agrícolas e extrativistas desenvolvidas em Riozinho.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

O ganho com essas atividades totalizam em torno de 01 até 04 salários mínimos revelados pelos membros das organizações. No entanto, quando somados as atividades não agrícolas, observa-se que há famílias obtendo renda acima de 04 salários mínimos (Quadro 16) quando esse ainda equivalia a R\$ 415,00.

MEMBROS DAS ORGANIZAÇÕES	RENDA AGRÍCOLA REVELADA - AGRICULTURA (SALÁRIO MÍNIMO)	ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS			
		COMERCIO	SERVIÇO PÚBLICO	BENEFÍCIOS SOCIAIS	OUTROS SERVIÇOS
José da Silva Maia	1 a 2	-	-Enfermagem/apoio	- 01 Aposentadoria da mãe; - 01 Bolsa-família	Pedreiro R\$ 30,00 a diária
José Dailson Gomes	1 a 2	Feirante/lanchonet e R\$ 180,00 a R\$ 200,00	-	-01 Aposentadoria - R\$415,00	Pedreiro R\$ 30,00 a diária
Iza de Souza Ferreira	< 1	Possui Mini-boxe, mas não quis revelar o rendimento médio com a atividade	-	-01 Bolsa-família ⁵⁶ no valor de R\$90,00	-
Zulene Gomes Moraes	1 a 2	-	-	-	-
Francisca Souza de Marta Souza da Silva	2 a 4	-	-	-01 Bolsa cidadã R\$ 208,00	-

Quadro 16 - Composição da renda familiar das famílias de Riozinho.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

⁵⁶ O programa bolsa família do governo federal beneficia famílias com renda mensal de até R\$140,00 mensais e o valor do benefício varia de R\$ 22,00 a R\$ 200,00, de acordo com o perfil econômico e composição familiar.

A criação no interior das unidades de produção familiar é composta por aves, porcos e criação de gado. As aves⁵⁷, especificamente as galinhas e patos são criados soltos no quintal, sendo recolhidas à noite em galinheiros construídos com varas amarradas com cipó titica e cobertas com palha para serem protegidas dos predadores. Já os patos têm suas instalações feitas em uma cerca em volta da casa da família, sob o assoalho. A alimentação fornecida é constituída por milho, casca de mandioca, restos de comida, croeira e arroz.

O quantitativo do rebanho suíno no município em 2006 era de 1.980 unidades. Os animais são criados em chiqueiros construídos em estacas de madeira. A ração disponibilizada vem de produtos extrativos coletados próximo das propriedades como o buriti, assim como dos produtos agrícolas produzidos como a macaxeira (raiz e rama), cana, farelo de arroz, arroz em casca e frutas (goiaba, caju, melancia).

EFETIVO DE REBANHO SUINO EXISTENTE NO ESTADO DO AMAPÁ, POR MUNICÍPIO 2003 - 2006				
PEDRA BRANCA DO AMAPARI	2003	2004	2005	2006
	798	899	1.391	1.980

Quadro 17 - Efetivo de rebanho suíno em Pedra Branca do Amapari - 2003 a 2006

Fonte: Anuário estatístico do Estado do Amapá; SEPLAN (2003-2006).

Na economia do setor primário (Quadro 18), a pecuária está presente no município participando como complemento na renda familiar dos produtores e há propriedades maiores que tem nela sua principal atividade.

Os dados relativos ao quantitativo desses rebanhos não são confiáveis, o que dificulta dimensionar a participação que essa criação tem de fato na rendas das famílias. Por exemplo, o IBGE (Quadro 18), apresentou em 2006 um rebanho de 810 cabeças em 2006, o que fez com que o município ocupasse 15º lugar na produção de gado bubalino, perdendo apenas para Serra do Navio com 44 cabeças. No Plano de Ação de 2007, coordenado pelo órgão de extensão rural (RURAP), constam 111 produtores envolvidos com a atividade totalizando 1.875 rezes nas unidades de produção familiar, com uma produção de 52.700 Kg de carne e 9.540 litros de leite.

Por outro lado, dados recentes de novembro de 2009, intitulado “Operação Agulha Oficial”, que objetivam vacinar contra a febre aftosa todo o rebanho do

⁵⁷ Por uma demanda vinda da comunidade de Serra do Navio a empresa de MPBA apoiou em dezembro de 2009, por meio dos recursos alocados ao FMDC, projetos de criação de galinha caipira e criação de frango no valor de R\$ 22.810,20.

Estado, apresenta um quantitativo de 113 produtores envolvidos com a atividade, totalizando um rebanho de 2.019 bovídeos (bubalinos e bovínos). Ou seja, calcula-se um aumento na produção do rebanho envolvido no intervalo de 2006 a 2009 de apenas 954 cabeças. Além disso, vale destacar que há ocorrências na região de um único proprietário⁵⁸ que, sozinho detem um rebanho de mais de 2 mil cabeças de bovídeos. Contudo, os dados oficiais não permitem apreender a ênfase da pecuária no município e, conseqüentemente não há condições sanitárias para abater esses animais. O município não possui matadouro, o que dificulta o domínio de matança, especialmente sua proveniência, bem como o controle da qualidade do produto consumido no local e nas outras localidades onde essa carne é comercializada. É comum nas margens da Rodovia presenciar a matança de boi sem quaisquer intervenções municipal e/ou estadual.

EFETIVO DE REBANHO DE BUBALINO EXISTENTE NO ESTADO DO AMAPÁ, POR MUNICÍPIO- 2003-2006				
MUNICÍPIO	2003	2004	2005	2006
TOTAL	155.026	165.060	193.485	206.210
Amapá	32.462	29.735	34.537	37.191
Calçoene	8.062	7.670	8.118	9.790
Cutias	36.600	42.171	50.073	53.074
Ferreira Gomes	8.750	7.195	8.348	8.791
Itaubal	4.987	8.170	9.710	10.270
Laranjal do Jari	1.565	1.590	1.980	2.119
Macapá	16.415	19.296	23.698	24.151
Mazagão	6.211	6.770	7.890	8.930
Oiapoque	1.695	2.137	2.918	3.450
Pedra Branca do Amapari	48	645	760	810
Porto Grande	122	155	278	346
Pracuuba	15.728	13.790	15.670	16.175
Santana	4.925	5.380	7.195	8.145
Serra do Navio	65	73	86	44
Tartarugalzinho	14.176	17.170	18.354	18.734
Vitória do Jari	3.215	3.113	3.870	11 4.190

Quadro 18 - Efetivo de rebanho de bubalino existente no Estado do Amapá, por município 2003 - 2004

Fonte: Anuário estatístico do Estado do Amapá; SEPLAN (2005-2006).

⁵⁸ No diagnóstico da socioeconomia, que faz parte do Relatório de Impacto Ambiental intitulado Projeto Amapari – expansão minério de ferro Estudo de Impacto Ambiental, pela empresa de consultoria NATRONTEC (2006) –, tem a confirmação desta informação, pois acusa haver em frente a Escola Família Agrícola uma grande fazenda de gado, contando com três aviões, com extensão até a ponte do rio Amapari, no qual emprega mão de obra local e cujo proprietário mora em Macapá.

Costa (2006), ao desenvolver estudos da produção da agricultura familiar nas áreas de Assentamento da Perimetral, composta pelas comunidades do Riozinho, Sete Ilhas, Nova Divisão, Tucano I e Tucano II, organizou as atividades econômicas empreendidas pelos titulares dos lotes da seguinte forma: a agricultura é a principal atividade com 80%, seguida pela agricultura e extrativismo, agricultura e serviços com 7%, respectivamente, 3% agricultura e pecuária, 2% agricultura e aposentadoria, 1% agricultura e comércio e 0% com agricultura e garimpo.



Gráfico 16 - Produção da agricultura familiar nas áreas de assentamento da Perimetral Norte.

Fonte: Costa (2006).

Notou-se há que 0% da associação da agricultura com o garimpo. Newton Costa (2006) chama a atenção para este fato, pois é notória a presença da garimpagem nessa área de assentamento. Contudo, pelo tempo em que essas famílias se encontram do local ainda não há fatos que comprovem a sobreposição de uma atividade sobre a outra. Ao contrário, durante a pesquisa de campo membros da comunidade de Riozinho acusaram determinadas famílias a associar a atividade da garimpagem com a agricultura.

Na pesquisa empírica realizada nas comunidades de Sete Ilhas e Riozinho não foi anunciado pelas organizações entrevistadas nenhum tipo de participação da garimpagem na composição da renda familiar. Torna-se importante acrescentar nessa análise a desconfiança que causa esse tipo de informação, porque esses produtores temem serem penalizados de alguma forma, tornando mascaradas as informações relativas à associação entre agricultura e a mineração.

Dessa forma, a estrutura e funcionamento da unidade de produção familiar em Pedra Branca do Amapari foi analisada sob diferentes racionalidades e representações nesse local que, entre outros aspectos, foi capaz de constituir e

entender uma estrutura organizacional capaz de ir além do ambiente de cultivo agrícola, associando-se a outras atividades econômicas, muitas vezes distintas de seu ambiente, mas que vem cooperando para o histórico fortalecimento dessa economia, estabelecendo laços, apoiando os processos de desenvolvimento local.

A composição da renda das famílias pesquisadas é proveniente tanto de atividades agrícolas, dentre as mais importantes estão a mandioca, macaxeira, limão, banana, cupuaçu, milho, arroz e abóbora, quanto do extrativismo do açaí e de seu cultivo nas unidades de produção familiar. Em menor proporção surge a exploração do cipó titica que, apesar da resistência das famílias não revelarem de forma deliberada sua exploração por causa de sua proibição pelo órgão estadual de meio ambiente, mostram viabilidade econômica⁵⁹ para o interior da unidade de produção de aproximadamente R\$ 750,00 por mês.

Essa pesquisa está relatada no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pedra Branca do Amapari (2005) com o apoio da GTZ, agência alemã de cooperação técnica, e Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). Outros estudos também confirmam a viabilidade econômica, como os estudos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) pelo Engenheiro Agrônomo Carvalho (2004) e a pesquisa de mestrado de José Newton Costa (2006) no qual sustentam que esse recurso extrativo torna-se importante para a renda das famílias. Porém, a falta de uma emergente pesquisa de uso sustentável dessa matéria-prima, pelo não repasse desses conhecimentos científicos pela extensão rural às famílias produtoras e a falta de um programa que viabilize toda a cadeia produtiva que envolve a espécie, inclusive sua transformação em móveis, essas divisas acabam não se estendendo aos cofres públicos do Estado e da prefeitura.

O extrativismo da madeira e a comercialização do carvão também são desenvolvidos no local de forma expressiva. O anuário estatístico elaborado pela Secretaria de Estado do Planejamento revela que, em 2006, a produção foi de 80 toneladas de carvão vegetal, com rendimentos na ordem de R\$ 36.000,00. Enquanto

⁵⁹ No estudo de viabilidade econômica do cipó-titica, estima-se que uma família pode extrair até 500kg de cipó titica/mês, intercalando com outras atividades do sistema de produção, sem prejudicar a produção de alimentos. A simulação mostra que o produto poderia ser vendido aos atravessadores na beira da estrada por R\$ 1,50 /kg. No final, esta família obteria uma renda mensal de R\$750,00, proporcionando uma remuneração por unidade de trabalho equivalente ao dobro da diária de R\$ 12,50 paga na região (AMAPÁ, 2005).

que a produção em 2006 da madeira em tora foi de 12.178m³, com rendimento de R\$ 412.000,00 (Quadro 15).

Outro aspecto examinado na pesquisa foi a participação de rendas não agrícolas por essas famílias. Trabalhos como caseiro, pedreiro, funcionalismo público estadual e municipal, além da venda de mão-de-obra em atividades agrícolas e outras rendas provenientes do comércio (feirantes, miniboxes) foram também identificados durante a pesquisa. A pluriatividade constatada nessas comunidades clama por uma política de desenvolvimento local que atenda a essas emergentes atividades econômicas, baseadas no significado de território rural, fortalecendo cada vez mais as organizações produtivas, estabelecendo uma institucionalidade de fluxos bidirecionais (rural-urbano) do mercado de bens e serviços.

Além dessas rendas, constatou-se a participação dos benefícios sociais (bolsa família, bolsa escola, auxílio gás) na vida dessas famílias. Ademais, a pluriatividade presente na unidade de produção familiar está sendo apoiada com capacitações e recursos financeiros pelas empresas de mineração que atuam no município. A seguir, serão apresentadas a participação do empreendimento mineral no desenvolvimento local e sua capacidade de apoiar a agricultura familiar nos processos de desenvolvimento local.

4.2 A PARTICIPAÇÃO DO EMPREENDIMENTO MINERAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Diante do atual comportamento da empresa mineradora no território de Pedra Branca do Amapari, foi possível compreender a participação e, ao mesmo tempo as limitações do empreendimento no processo de desenvolvimento local.

Inicialmente, Pedra Branca do Amapari fez parte da conjuntura em que não foi presumível delinear políticas públicas que fossem capazes de investir, durante o período de exploração do manganês pela ICOMI, em formação de recursos humanos⁶⁰, melhorias tecnológicas e de infraestrutura e de organização da produção para a participação efetiva do município minerador durante o ciclo de exploração do minério e, até mesmo de outras atividades como a agricultura familiar presente

⁶⁰ Mesmo com toda a potencialidade do Estado para a mineração, o curso técnico na área da mineração e até mesmo o curso de graduação em geologia não é ofertado pelas instituições de ensino.

desde essa época, ou até mesmo ter estimulado outras atividades econômicas latentes no município, como o turismo rural e o ecoturismo.

Consequentemente constatou-se que a mineração, quando isolada do contexto social onde se implanta, torna-se dependente de uma relação contornada de impacto socioeconômico. Por outro lado, quando passa a fazer parte da dinâmica socioeconômica, a planta produtiva da mineração, certamente passa a colaborar com a sustentabilidade dos estilos de vida presentes.

Destaca-se que a organização da produção mineral se dá por meio de processos complexos que consiste em operações unitárias industriais de lavra e metodologia específica para o corpo mineral. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Projeto mineral Amapari⁶¹ (1999) apresenta um diagrama do processo de beneficiamento mineral no qual se inicia, primeiramente com a retirada do minério do subsolo. Em seguida, o material é transportado por caminhões até a Planta de Beneficiamento. Na Planta de Beneficiamento, efetua-se a separação entre o minério e o material estéril, por meio das operações industriais de beneficiamento físico e, em seguida, o concentrado de minério é então transportado da estocagem por correia transportadora até a estação de carregamento ferroviário na Planta, de onde será conduzido pela EFA, com trem de até 30 vagões de carga, primeiro através do ramal ferroviário e em seguida pela linha ferroviária principal até o terminal da empresa, localizada na área portuária da cidade de Santana.

⁶¹ Inicialmente, o Projeto Mineral Amapari era constituído apenas pela MPBA, que inicia sua licença de operação a partir de 2005. Em seguida, a MPBA concede por meio de um acordo de contrato de exploração com a empresa MMX Amapá Mineração Ltda. do Grupo MMX, onde passou a assumir a atividade de lavra e beneficiamento destinados à produção de 6,5 milhões de concentrado de minério de ferro, bem como a logística de transporte. Atualmente, a empresa Anglo Ferrous Gold Brazil é quem detém a licença de lavra do minério de ferro (PROJETO AMAPARI-EXPANSÃO MINÉRIO DE FERRO/ ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL, NATRONTEC, 2005).

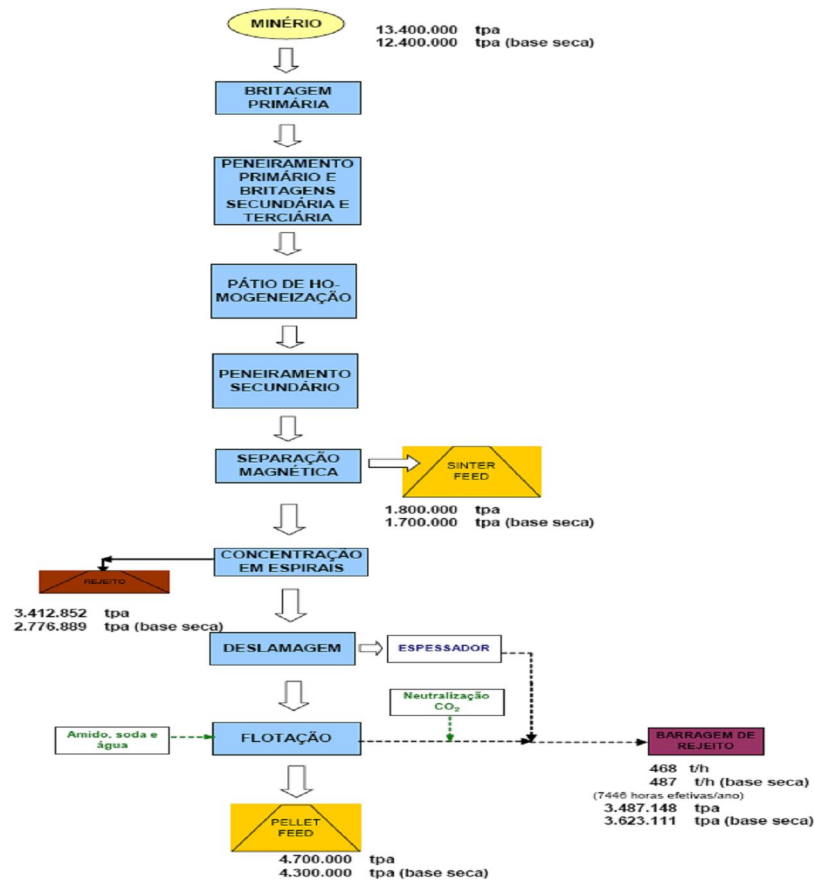


Diagrama 1 - Processo de beneficiamento.

Fonte: Projeto Amapari-Expansão Minério de Ferro / Estudo de Impacto Ambiental, NATRONTEC (2005).

A divisão de trabalho na atividade mineral exige um perfil de funcionários remunerados, engajados nas atividades tanto de exploração quanto de processamento do minério, incluindo o transporte ferroviário e embarque portuário. Nesse processo, estão incluídos engenheiros, geólogos, supervisores, operadores, amostradores e auxiliar de serviço e outros profissionais da área da saúde e outro ligados ainda à infraestrutura da planta produtiva instalada pelas empresas. Conforme o relatório da empresa MPBA, mais de 75% da mão-de-obra utilizada na mina era proveniente dos municípios de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e comunidades vizinhas. A operação da mina de ouro era formada por três turmas que trabalhavam em 2 turnos de 12 horas, num regime de 20 dias trabalhados por 10 dias de descanso. A operação funciona 24 horas por dia e 365 dias por ano. Já a empresa Anglo Ferrous Gold Brazil apresenta um quadro de pessoal com 1.628 funcionários, sendo que 70% são da região norte, todos trabalhando num regime de trabalho que garanta a produtividade planejada.

Nos aspectos socioeconômicos da mineração, especialmente quanto aos seus impactos onde a planta produtiva se instala, Enriquez (2008) estudou quinze municípios mineradores (Quadro 19) e constatou apenas dois com planos formalmente regulamentados para uso da CFEM: Itabira⁶² (MG) e Forquilha⁶³ (SC). No caso de Itabira (MG), o município foi pioneiro em vincular os recursos da CFEM a uma estratégia de diversificação produtiva, além de ser um dos poucos municípios mineradores a ter uma legislação específica para o uso desse tributo. A pesquisadora, também conclui que nenhum município das regiões Norte e Nordeste apresenta um plano específico para o uso da CFEM, enquanto dois municípios das demais regiões têm plano formalizado. No Amapá, a pesquisadora estudou apenas empresa Caulim da Amazônia⁶⁴ (CADAM), localizada em Vitória do Jari, região sul do Estado.

[...] criar condições financeiras e de gerência de recursos destinados ao desenvolvimento de ações de crescimento e diversificação econômica, executados ou coordenados pela Secretaria e Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Itabira que compreendem: incentivar, fomentar o desenvolvimento econômico de Itabira através da concessão de empréstimos (LEI n. 2.823/92).

⁶² No caso de Itabira (MG), a idéia de uso planejado da CFEM iniciou nos anos 1990 com a notícia de encerramento das atividades da CVRD, em 2030, como decorrência do exaurimento das minas de ferro. A pressão social Associação Comercial e Industrial e Agro-pecuária de Itabira (ACITA), Sindicatos, Organizações Sociais, prefeitura local, entre outros) provocou uma forte reação dos segmentos onde originou o plano de desenvolvimento para Itabira denominado "Itabira 2025" e criada a Agência de Desenvolvimento de Itabira (ADI). Além do plano criaram o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social de Itabira (FUNDESI). A primeira fase da criação do fundo foi o de ampliar e diversificar a base produtiva do município, priorizando os ramos para ativos fixos e infraestrutura para as atividades industriais e agroindustriais.

⁶³ Em Forquilha, a vinculação dos recursos provenientes da CFEM foi precedida de muita polêmica entre poder público local e as companhias mineradoras de Santa Catarina, que decidiu vincular esses recursos ao Fundo Ambiental. Posteriormente, esse Fundo passou a ser chamado de Fundo de Agricultura e Meio Ambiente, onde concentra seus gastos essencialmente na construção de galerias pluviais e esgoto, manutenção do Fundo de Agricultura e Meio Ambiente, fiscalização e controle de meio ambiente e aquisição de equipamentos para defesa do meio ambiente.

⁶⁴ A CADAM – que extrai o caulim da mina do Filipe – gera 865 empregos (300 empregados próprios e 565 de terceiros - dados de abril/2006). A prefeitura local, por sua vez, emprega 865 servidores. Segundo dados da RAIS/MTE, em 10 de janeiro de 2006, havia apenas 153 pessoas formalmente empregadas em Vitória do Jari. (ENRIQUEZ, 2008).

região	município	tem plano de uso da CFEM	fator motivante para o uso produtivo da CFEM	usos da CFEM	número de funcionários públicos p/ 1.000 hab
Norte e Nordeste	Vitória do Jari (AP)	Não	-	30% vão para complementar a folha de pagamento e 70% para comprar remédios e outros gastos correntes - complementação do transporte escolar, meio ambiente, agricultura etc.	73
	Jaguarari (BA)	não	-	doação de alimentos, pequenos auxílios para agricultura familiar	59
	Canaã dos Carajás (PA)	não	-	diluído no caixa único da prefeitura.	65
	Ipixuna do Pará (PA)	não	-	diluído no caixa único da prefeitura.	28
	Oriximiná (PA)	não	-	diluído no caixa único da prefeitura.	46
	Parauapebas (PA)	não	-	diluído no caixa único da prefeitura.	31
	Rosário do Catete (SE)	formalmente não	há confusão com antiga lei do petróleo*, iniciativa da prefeitura, face à precariedade do emprego no município.	pavimentação, eletrificação e obras de infra-estrutura. capacitação de jovens para o primeiro emprego, bolsa-renda para 700 famílias.	83
Centro-Oeste, Sudeste e Sul	Crixás (GO)	não	-	diluído no caixa único da prefeitura.	74
	Minaçu (GO)	formalmente não	notícias sobre o possível fechamento da mina, em função da polêmica sobre a saúde dos funcionários e usuários de amianto.	diversificação produtiva: turismo, agropecuária e geração de renda.	42
	Itabira (MG)	sim	iminente esgotamento das jazidas e encerramento das atividades da CVRD.	ciência, tecnologia e diversificação produtiva.	20
	Mariana (MG)	não	-	diluído no caixa único da prefeitura.	48
	Paracatu (MG)	formalmente não	interpretação equivocada da legislação da CFEM, confusão com a com a antiga lei do petróleo.	infra-estrutura-estradas, pontes etc.	42
	Santa Bárbara (MG)	não	-	diluído no caixa único da prefeitura.	40
	Corumbá (MS)	não	-	diluído no caixa único da prefeitura.	26
	Forquilha (SC)	sim	empresas entraram com recursos contra a Lei da CFEM e perderam, a Câmara dos Vereadores vinculou os valores da CFEM ao Fundo de Meio Ambiente.	Fundo de Meio Ambiente e Agricultura.	17

Quadro 19 - Uso da CFEM pelos maiores municípios mineradores do Brasil-2005

Fonte: Enriquez (2007).

Contudo, têm-se experiências de empresas mineradoras que, num contexto mais sustentável, apoiam o desenvolvimento das regiões, apoiando atividades econômicas dissociadas da mineral, preparando caminhos para o período da pós-mineração. O desenvolvimento local, em situações onde a mineração se viabiliza, compete às instituições públicas orientar o planejamento inclinado a apoiar as demandas do tecido social presente, influenciando atitudes cooperativas que evitam a desesperança e, por sua vez, a baixa autoestima, dificultando muitas das vezes a formação de capital social mais disperso para a superação de dificuldades. Além do mais, deve abranger o sistema de apropriação da terra pelas populações, pois antes da instalação do empreendimento mineral existia uma rede anterior aquela.

Com a instalação da ICOMI, havia uma confiança de torná-la um modelo econômico. Vários foram os estudos e relatórios que apontavam o alcance do “desenvolvimentismo” na região amazônica a partir dessa concepção, tanto dentro de instituições acadêmicas quanto de instituições de planejamento e desenvolvimento da época.

Drummond e Pereira (2007), em seu livro intitulado “O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de estado amazônico (1943-2000)”, apresentam uma descrição a respeito do primeiro Plano de Desenvolvimento do Amapá encomendado pelo governador/interventor da época, Janary Gentil Nunes, ao economista suíço Edouard E. Urech, tendo como base a nascente mina de manganês. Esse plano foi publicado em 1955, e mostra segundo os autores o otimismo do economista quanto ao futuro do território, que, para ele, se tornaria o centro de gravidade da civilização amazônica, por causa de sua localização geográfica privilegiada e de suas grandes reservas minerais. Contudo, o relatório aponta um maior interesse na instalação de uma siderurgia de porte expressivo do que pela polêmica em torno da exportação de manganês, porque sabia que era necessária uma percentagem ínfima do enorme volume de manganês a ser extraído na Serra do Navio para produzir aço no Amapá. Porém, a falta de ferro e a escassez de energia⁶⁵ foram os dois fatores locais limitantes à criação de uma grande usina siderúrgica no Amapá, admitem Drummond e Pereira (2007).

Mais tarde, em 1966, os economistas brasileiros Anibal Villela e José Almeida publicaram um artigo apontando como obstáculos para o desenvolvimento da Amazônia, a sua população pequena e esparsa, a grande incidência de analfabetismo, as formas pré-capitalistas de produção, o seu isolamento do resto do país, os seus métodos primitivos de produção extrativista e sua agricultura rudimentar, além da escassez de energia, a corrupção de governantes e as grandes distâncias. No entanto, ao analisarem a ICOMI, concluíram que “[...] gerentes e trabalhadores tinham uma mentalidade favorável aos negócios, que a mina estava conectada aos mercados por transportes confiáveis e que a produção era estável” (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 254-255). Para os economistas, a Serra do Navio era o único empreendimento minerador da Amazônia a aplicar técnicas modernas, duvidando até das perspectivas de outras atividades, tais como fazendas de gado e

⁶⁵ Urech esperava que a usina Hidrelétrica Coaracy Nunes começasse a gerar energia a partir de 1961. No entanto, suas obras foram concluídas em 1978.

plântio de seringueiras que se alastravam nos projetos de perfil desenvolvimentista para a Amazônia.

O Banco da Amazônia (BASA), em 1967, também se dedicou a avaliar a ICOMI, por meio do economista Olegário Pereira Reis, que analisou o empreendimento depois de 10 anos de operação, levando em conta alguns dados de desempenho. Nesse particular, Reis reconhece implicitamente que a ICOMI teve que se autossuprir de quase todos os bens e serviços, o que evitou que ela criasse oportunidades de negócios para outros empresários e assinalou como solução, desde esse período, a diversificação da produção.

A esse respeito Drummond e Pereira (2007) justificam o fato da mineração não ter sido capaz de colaborar com a diversificação da economia local, baseados na ausência de uma siderurgia para transformação do manganês extraído em Serra do Navio.

A mineração de manganês, em si mesma, é uma atividade pouco propensa a gerar conexões produtivas locais e/ou empreendimentos produtivos derivados – traço básicos de países ou regiões desenvolvidos. Como 95% do manganês extraído do mundo servem principalmente para a siderurgia, e como nunca se planejou a sério uma siderurgia de grande ou médio prazo no Amapá, poderia ser previsto, apenas a partir desses dois dados, que Serra do Navio não seria um pólo de desenvolvimento e de diversificação produtiva para o Estado. Não encontramos registro de que um país ou mesmo uma região do mundo tenha se desenvolvido a partir de uma mina de manganês. Levando-se isto em conta e, assim como seria de se esperar, a ausência de desenvolvimento, a trajetória ascendente de bem-estar registrada no Amapá pode ser considerada, até certo ponto surpreendente (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 372).

Dois outros aspectos são levantados por Drummond e Pereira (2007) para tentar justificar as perspectivas de desenvolvimento para além da influência da ICOMI em Serra do Navio: (1) a escassez de investimento produtivos feitos por outros atores privados e públicos; (2) e a escassez de investimentos em infraestrutura pelo poder público. Segundo esses mesmos cientistas, a análise da ausência desses atores fundamentais para deslanchar um entorno econômico e social local não pode ser atribuída a falta de recursos, sobretudo porque a empresa mineradora pagou *royalties* durante 40 anos.

[...] A usina hidrelétrica Coaracy Nunes que foi construída com as taxas desse tributo foi pouco que o Estado fez diante do poder que tem para potencializar economias mais enraizadas naquela região[...].

[...] Pelo que se sabe a única peça de infra-estrutura importante que o governo local ofereceu aos amapaenses a partir dos *royalties* de mineração (embora eles tenham sido insuficientes para complementar a obra) foi a Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes. Embora importante, uma usina de 60

MW é um ativo desenvolvimentista modesto para um período de 40 anos de *royalties* [...].(DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p.).

De acordo com Drummond e Pereira (2007), a receita bruta da ICOMI durante todo o período de extração foi de 3 bilhões e 37 milhões de dólares (valores convertidos pelo valor do dólar em 1994). Por força de contrato, reinvestiu aproximadamente 120 milhões de dólares e pagou, a título de *royalties* (atual Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais - CFEM) cerca de 131 milhões de dólares.

Por outro lado, a retomada do ciclo de exploração mineral em Pedra Branca do Amapari se dá em 2004 com a instalação do Projeto Mineral Amapari⁶⁶ tendo a MPBA, empresa responsável em explorar ouro na região. Segundo o relatório da empresa⁶⁷, 75% dos funcionários contratados são procedentes dos municípios de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e comunidades vizinhas. Posteriormente, em 2006, a MPBA⁶⁸ celebra um contrato de exploração de minério de ferro com a empresa MMX⁶⁹ Amapá mineração Ltda. do grupo EBX, assumindo o desafio de viabilizar a competitividade das atividades de lavra⁷⁰ e beneficiamento destinadas à produção, logística de transporte para exportação anual de 6,5 milhões de concentrado de minério de ferro. Conseqüentemente, o grupo MMX obteve por licitação pública através da sua empresa MMX logística do Amapá Ltda. para concessão dos serviços da EFA com compromissos de investimentos de 40 milhões. A área total ocupada pela MMX até o final de sua vida útil, após 20 anos,

⁶⁶ No RIMA do Projeto Amapari (1999), o item que justifica a exploração do ouro diz que “[...] é justificável sua exploração pelo expressivo potencial econômico representado pelo ouro presente nos minérios denominados colúvio e oxidado encontrado na região, em especial nos corpos minerais das áreas designadas como Taberebá – Fazenda Urucum. Nestes locais, pesquisas geológicas demonstram a possibilidade de uma produção anual de aproximadamente 4 toneladas de ouro.”

⁶⁷ A operação da mina de ouro Amapari é formada por três turmas que trabalham em regime de 2 turnos de 12 horas, num regime de 20 dias trabalhados por 10 dias de descanso. A operação funciona 24 horas por dia e 365 dias por ano.

⁶⁸ A MPBA além da exploração do ouro manteve as pesquisas de avaliação do potencial mineral em suas áreas de direito minerário, o que possibilitou a extensão das atividades de mineração para minério de ferro, de forma que os 6 anos de duração previstos inicialmente para o projeto Amapari pudessem ser estendidos por mais 20 anos.

⁶⁹ A MMX no Brasil compreende três unidades de produção com logísticas independentes: o Sistema MMX Corumbá, o Sistema MMX Minas-Rio e o Sistema MMX Amapá.

No Amapá o Sistema MMX compreende a chamada mina Amapá, a estrada de ferro do Amapá e a construção de um terminal portuário no município de Santana. A empresa pertence ao grupo EBX e conta com sistema de extração do minério de ferro, passando pela transformação em produtos de maior valor agregado como ferro-gusa, HBI e aço. Estima-se que a produção de ferro gusa seja de dois milhões por ano, a contar do mês de abril de 2008.

⁷⁰ A localização para exploração de ferro se encontra na Bacia do Rio Amapari-Araguari, cortada pelo Igarapé Willians com 6,5Km de extensão (RIMA, 1999).

considerando todas as atividades de lavra, beneficiamento, apoio operacional e infraestrutura, foi estimada em 1.078ha. Atualmente, a empresa Anglo Ferrous Brasil é a empresa que possui a licença de operação para exploração de ferro.

Com a operacionalização das empresas de MPBA e empresa Anglo Ferrous Brazil, posterior a finalização da exploração do manganês pela ICOMI há doze anos, reinicia o ciclo de exploração mineral na região. Segundo informações constantes no Projeto Mineral Amapari⁷¹, a empresa Anglo Ferrous Brazil apresenta dados econômicos que frequentemente irão contribuir com o aumento da arrecadação fiscal, especialmente aos municípios mineradores de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, tais como: Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica, CPMF, ICMS, IPVA, ISS, CFEM etc.

Imposto de Renda Pessoa Jurídica	Estando em zona de incentivo de investimentos, o IR incide sobre o Lucro Líquido com a alíquota 6,25% até o ano de 2013 e 25% nos anos seguintes.
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Incide sobre o Lucro Líquido ajustado da empresa com a alíquota geral de 9 %
CPMF	Incide sobre a movimentação financeira, atualmente a alíquota é de 0,38 %.
ICMS	Na implantação, estimado em R\$ 22,0 milhões. Não haverá incidência sobre a Receita de Venda de Concentrado, visto que o produto será exportado. Haverá, portanto, o recolhimento da complementação de alíquota interna sobre as compras efetuadas para a Empresa.
IPVA	Incidiará sobre os veículos automotores que forem emplacados no Amapá.
ISS	Na implantação, estimado em R\$ 2,4 milhões. Na operação, indiretamente a Empresa contribuirá para uma melhor arrecadação de ISS para o Município, em função de empresas que prestarão serviços para o projeto.
IPTU/ITR	Incidiará sobre as propriedades e edificações da empresa no Amapá.
COMPENSAÇÃO FINANCEIRA – Lei Federal 9993 de 2000	Incide à alíquota de 2% sobre o preço de venda do produto, deduzido as despesas de transporte e seguros, e tem a seguinte destinação: Município 65%; Estado 23%; DNPM 10%; FNCDT 2%
IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	As alíquotas variam de acordo com a essencialidade do produto, paralelamente à questão de política governamental e similaridade do item.
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E ENCARGOS SOCIAIS	A contribuição corresponde aproximadamente ao percentual de 80% sobre os valores dos salários.

Quadro 20 - Dados econômicos que incidem sobre a arrecadação fiscal em Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio.

Fonte: Projeto Amapari-Expansão Minério de Ferro/ Estudo de Impacto Ambiental; NATRONTEC, (2005).

⁷¹ Ressalte-se que, até dezembro de 2009, a exploração mineral no município se dava pela participação de duas empresas: a Mineração Pedra Branca do Amapari (MPBA), que encerrou suas atividades em dezembro de 2009 e a Anglo Ferrous Brazil, que permanece em atividade por mais quinze anos. Assim, há pouco mais de dez anos, desde o encerramento da exploração de manganês pela ICOMI, reinicia-se o ciclo de exploração mineral neste território rural.

Convém realçar que o produto da indústria mineral brasileira se situa entre as dez maiores do mundo e cerca de 80% dessas empresas são pequenas ou médias, que, ao lado de centenas de empresas familiares e de cooperativas de garimpeiros, compõem o universo da mineração brasileira (SÁNCHEZ, 2007).

Segundo Mártires (2007) anuncia a região Amazônica como a maior fronteira mineral brasileira e, talvez mundial. As reservas conhecidas são de diferentes tipos de minérios e estão distribuídas por todos os estados da região, com destaque para as reservas de minério de ferro, ouro, bauxita, manganês, cobre, níquel, cromo, cassiterita, zinco e zirconita entre os metálicos, além de caulim, calcário de uso na indústria cimenteira e de corretivo de solo, gipsita, rochas fosfática, sal de potássio, rochas ornamentais e dos agregados utilizados na construção civil (areia, argila, cascalho e brita), estes últimos ocorrem em abundância devido ao propício ambiente geológico que predomina na região.

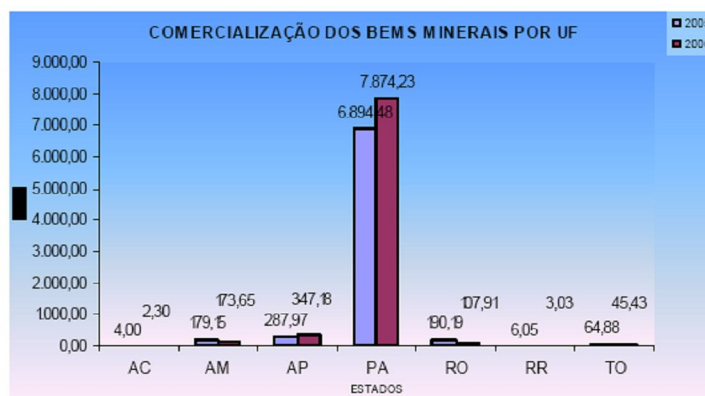


Gráfico 17 - Comercialização dos bens minerais por Unidade da Federação.
Fonte: Mártires (2007).

No entanto, ainda é extremamente baixo na região norte a agregação de valor no beneficiamento e transformação desses bens minerais, com exceção do alumínio na metalurgia, que tem sua cadeia produtiva no estado do Pará, envolvendo desde a produção de bauxita cujas minas encontram-se nos municípios de Oriximiná e Paragominas, sendo transportada para o município de Barcarena onde se encontram as refinarias de fundições que vão produzir alumina e posteriormente alumínio primário (MÁRTIRES, 2007).

No setor de siderurgia, apesar da disponibilidade de todos os insumos, como as grandes disponibilidades de minério de ferro e manganês, energia elétrica, etc.,

ainda não existem usinas de ferro-ligas, entretanto, existem dois projetos em estudos para implantação no Pará.

O mesmo pode ser observado em relação à cassiterita, a tantalita e o nióbio, todos produzidos nos estados do Amazonas e de Rondônia, os quais têm grande parte da produção destinada à região sudeste do Brasil. Assim ocorre com as substâncias metálicas e não metálicas produzidas no Amapá como a cromita e o caulim que têm como destino a região sudeste e o exterior perdendo com isso importantes receitas porque não são transformadas nos municípios produtores.

No gráfico abaixo pode ser observada a distribuição da comercialização dos bens minerais por UF em milhões realizados em 2006. O Estado do Amapá representou o segundo (4%) maior volume de recursos na ordem de R\$ 347,18 milhões, perdendo apenas para o Pará (92%) com R\$ 7.874,23 milhões.

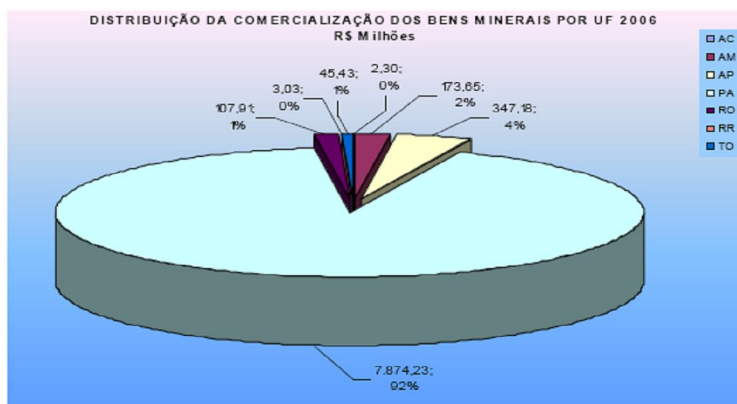


Gráfico 18 - Distribuição da Comercialização dos bens minerais por Unidade da Federação, 2006.

Fonte: Mártires (2007).

A arrecadação da CFEM na Região Norte foi responsável pela arrecadação de R\$ 141,3 milhões de um total de R\$ 465 milhões, representando aproximadamente 30,4%, sendo a segunda maior arrecadação por região do País, perdendo apenas para a região sudeste que arrecadou R\$ 267 milhões, o que representou 57% do total. No gráfico abaixo, pode ser observada a distribuição dos valores e percentuais arrecadados por Unidade de Federação (UF) em 2006 para a região norte.

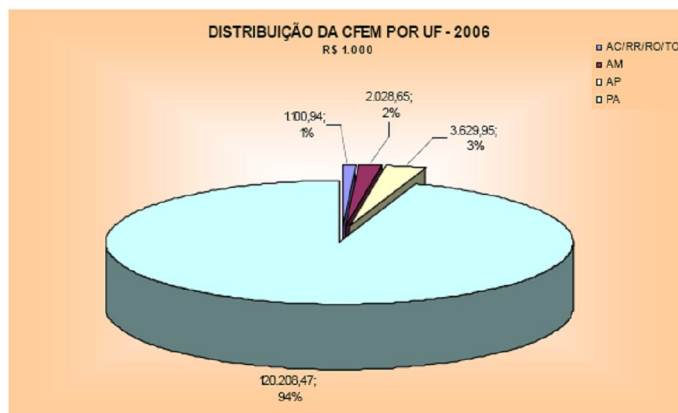


Gráfico 19 - Distribuição do CFEM por Unidade da Federação, 2006.
Fonte: Mártires (2007).

Quando se relaciona o valor da CFEM arrecadado (2006) em cada UF com sua respectiva população, verifica-se que o valor *per capita* mais alto foi obtido pelo Estado do Tocantins, seguido do Pará, Rondônia, Amapá, etc conforme gráfico abaixo.

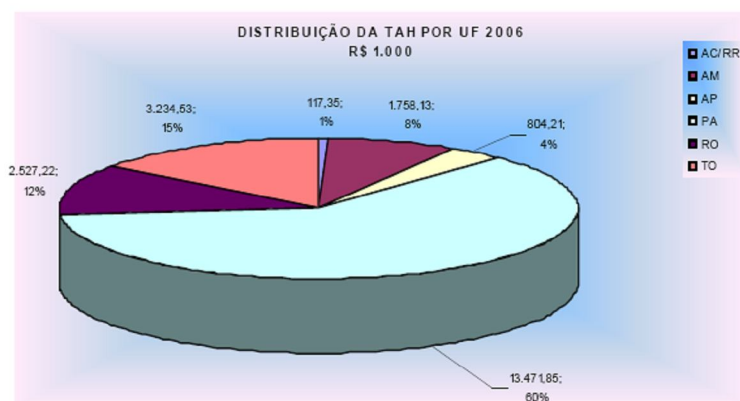


Gráfico 20 - Distribuição da TAH por Unidade da Federação, 2006.
Fonte: Mártires (2007).

Quando se trata da Taxa Anual por Hectare (TAH), a relação entre o valor arrecadado e a população de cada UF mostra que o Pará foi o que proporcionalmente mais arrecadou em termos *per capita*, seguido do Amapá, Amazonas, etc, conforme apresentado no gráfico abaixo.

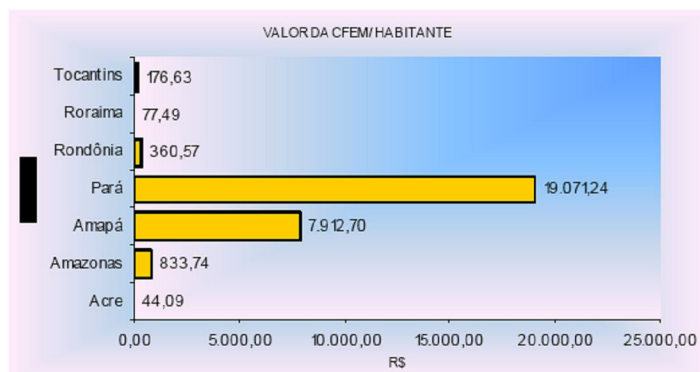


Gráfico 21 - Valor da CFEM/Habitante.
Fonte: Mártires (2007).

A distribuição de mão-de-obra na região por UF encontra-se concentrada nos principais Estados cuja atividade mineral é mais intensiva como no Pará, Rondônia, Amapá, Amazonas e Tocantins, conforme ilustrado no gráfico abaixo. Com exceção de Rondônia que conta com 47% da mão-de-obra nas cooperativas, os demais Estados têm quase a totalidade de sua mão-de-obra ligada diretamente às empresas de mineração e seus prestadores de serviços (terceirizados).

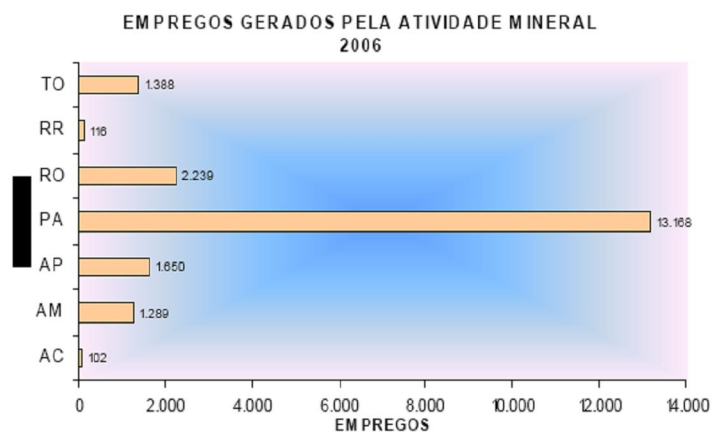


Gráfico 22 - Empregos gerados pela atividade mineral, 2006.
Fonte: Mártires (2007).

Entre os anos de 2005 e 2006, observou-se um salto significativo no número de empregos principalmente nos Estados do Pará, Amapá e Rondônia, resultado do aumento da atividade de pesquisa mineral da abertura e expansão de novas minas bem como de usinas.

No Amapá, a empresa Anglo Ferrous Brazil possui em seu quadro de recursos humanos (2010) 1.628 funcionários, sendo que 70% da mão-de-obra

contratada é proveniente da região Norte, desses 41% são do Amapá e 29% são do Pará. Esses dados foram fornecidos pelo Diretor de Relações Institucionais da empresa, o economista Bruno Cei. Ele disse que a mão-de-obra qualificada na região norte somente tem sido contratada no estado vizinho pelo fato de haver nessa cidade escolas técnicas e cursos de graduação na área da geologia, e acrescentou: “no Amapá não temos cultura mineral”.

O contexto de Pedra Branca do Amapari requer a reestruturação de seu sistema produtivo para a conquista de nichos de mercados, tanto em produtos como em serviços, bem como requer a avaliação de seu mecanismo de gestão participativa para inferir a maior e menor participação dessas organizações e suas influências em projetos que podem desencadear o desenvolvimento local rural sustentável desde que, primeiramente de forma centralizada e, posteriormente, de forma descentralizada para que as ações admitam a capacidade do local assumir seus processos de desenvolvimento.

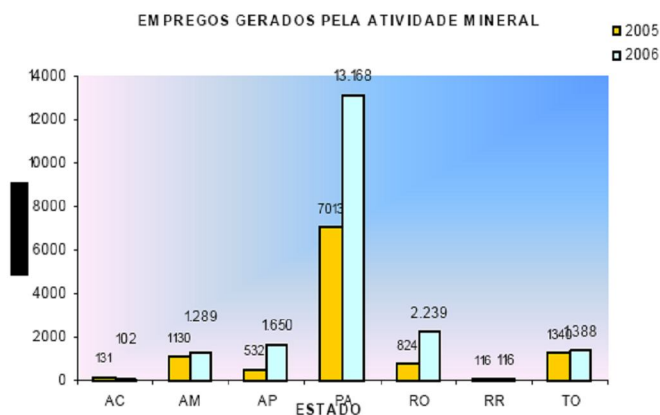


Gráfico 23 - Empregos gerados pela atividade mineral, 2005-2006.
Fonte: Mártires (2007).

Em 2009, o volume da produção de ferro pela Anglo Ferrous Brazil no município de Pedra Branca do Amapari colocou a empresa com a principal exportadora do Amapá, representando quase 50% de todas as divisas contabilizadas no Estado e elevando o município minerador, no 93º lugar do ranking nacional dos municípios exportadores.

Contudo, o estado da arte da mineração impõe um cenário próspero para a economia do Brasil e, por conseguinte para o Estado e município minerador, pois refletem dados positivos quando analisados sob o ponto de vista financeiro e da geração de emprego que a atividade proporciona ao longo da exploração mineral.

No entanto, há uma realidade que precisa ser bem compreendida quanto às causas socioambientais que o fechamento de uma mina implica e o entorno positivo que essa atividade poderá vir a se tornar a partir de um planejamento de *royalties* para investimentos em economias mais enraizadas.

Sánchez (2007), ao analisar os impactos que o fechamento de uma mina implica, orienta a necessidade de um planejamento para reduzir não somente o passivo ambiental e os impactos ambientais remanescentes, mas também os impactos sociais que esse fechamento traz, pois diversos municípios têm forte dependência econômica e tributária da atividade mineira e quando se veem nesta situação, as taxas de desemprego crescem, desencadeando uma forte redução da atividade econômica e queda substancial da arrecadação de impostos.

Serra do Navio vivenciou esses problemas, pois o Estado não soube conduzir ações capazes de irradiar um entorno econômico que pudessem refletir no desenvolvimento social e econômico da localidade, tornando o encerramento do projeto menos traumático. Pedra Branca, nessa época também se encontrava vulnerável com a saída da ICOMI, pois a agricultura familiar dependia da infraestrutura da empresa, especialmente do escoamento da produção que, desde aquela época, era feito pela estrada de ferro, além do transporte cedido pelo Governo do Estado.

Há relatos de antigos moradores a respeito do chamamento que a ICOMI realizava para que famílias de agricultores pudessem produzir para o restaurante da empresa. Esse convite era feito tanto para as famílias que já se encontravam desenvolvendo a atividade no local quanto pelos jornais de Belém. Nessa época surgem os primeiros migrantes vindos, especialmente de Altamira-Pa.

Assim, o período de pós-mineração tem-se tornado traumático nas localidades onde a planta produtiva se instala por não empreender na gestão estadual nem tampouco nas municipais ações concretas que possam induzir a diversificação da economia local, estimulando e colaborando com o empoderamento da comunidade, aumentando, não limitando a capacidade organizativa local para empreender projetos de desenvolvimento social e econômico na localidade.

O desenvolvimento local proporciona um ambiente institucional favorável para que haja a participação do poder público e privado em sinergia com a comunidade, capaz de emergir recursos para formar um denso sistema de relações, incorporando

os valores da sociedade, incentivando a produção e favorecendo investimentos que visam solucionar os problemas locais e aumentar o bem-estar da sociedade.

A experiência com a desativação e o fechamento planejado de minas no Brasil ainda é pequena, apesar dos importantes avanços na parte da recuperação de áreas degradadas, para vários minérios e métodos de lavrar a céu aberto, inclusive no restabelecimento de comunidades vegetais nativas (PARROTTA, KNOWLES, 2001; TOY, GRIFFITH, 2001 apud SÁNCHEZ, 2007). Também no campo governamental ainda não há diretrizes ou critérios para orientar a elaboração ou analisar planos de fechamento, ao passo que está estagnada a discussão sobre o uso de instrumentos financeiros para garantir a disponibilidade de recursos para o fechamento, tais como cauções, fianças, fundos e outros mecanismos.

Alguns Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) tem avançado no sentido de atuar conforme a legislação ambiental de modo a garantir recursos financeiros para o cumprimento de medidas compensatórias decorrentes dos impactos ambientais que a atividade mineral provocou. Como exemplo, os Estudos de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) previstos na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), lei nº 6.938/81, identificam e descrevem as consequências potenciais advindas da implantação, operação e desativação de um empreendimento e suas alternativas, assim como as medidas propostas para evitar, reduzir ou compensar os impactos negativos e valorizar os positivos. Porém, essa ferramenta ainda não permitiu evoluir os estudos para o campo da sustentabilidade econômica e social, de tal forma que se dimensione as contribuições dos empreendimentos minerais para o desenvolvimento sustentável, ou seja, contribuir para redução da pobreza, promover a capacitação de recursos humanos e melhorar a qualidade de vida das regiões mineiras, ou apenas favorecer a concentração de renda. Outro aspecto fundamental a ser incorporado na análise da participação das empresas nos municípios mineradores é saber se os tributos que são gerados pela mineração são aplicados em projetos socioeconômicos e de que forma isso tem refletido no desenvolvimento local.

Monteiro (2005a), a respeito da valorização dos recursos minerais e o desenvolvimento local, diz ter havido ao longo da histórica instalação das empresas na Amazônia, especialmente a ICOMI e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma mercantilização dos recursos minerais incluindo em sua análise empresas com “limitada capacidade de impulsionarem processos de desenvolvimento local.

Essa limitação de a minero-metalurgia impulsionar dinâmicas de desenvolvimento amplas e socialmente enraizadas torna-se mais clara quando se levam em conta as novas abordagens sobre processo de desenvolvimento fundamentadas em interpretações das trajetórias de inovação tecnológica (Dosi *et al.*, 1988; Freeman, 1994) e em novas abordagens acerca da organização institucional e do caráter endógeno de processos de desenvolvimento duradouros (Romer, 1994; Krugman, 1995 e Arthur, 2000) que apontam a necessidade de se considerar o papel assumido pelo capital social (Coleman, 1990) e pelas especificidades sociais, institucionais, culturais e ecológicas como elementos determinantes para se implantar processo de desenvolvimento local. Trata-se assim da capacidade de se estabelecer regionalmente vantagens competitivas que seriam decorrentes de uma ambiência historicamente construída (Dosi *et al.*, 1988) e não da simples utilização de vantagens comparativas cujos supostos teóricos derivam de modelos vinculados à economia neoclássica e embasadas na suposição de que a eficiente alocação de fatores de produção em uma região (teorema de Heckscher-Ohlin-Samuelson) ofereceria condições para seu desenvolvimento mediante a intensificação do comércio (MONTEIRO, 2005a, p.198).

Ao apresentar uma análise dos empreendimentos minero-metarlúrgico na Amazônia, Monteiro (2005a) assegura que a atividade apenas se garante por causa da viabilidade econômica que é dada para garantir as vantagens comparativas decorrentes da possibilidade de acessar recursos e serviços ambientais a baixo custo. Todavia, o autor remove a possibilidade dessa atividade integrar ou interagir com arranjos produtivos locais nos quais, ao lado da existência de recursos naturais, o capital humano e o social sejam elementos determinantes para o estabelecimento de vantagens competitivas que permitam processos de desenvolvimento socialmente enraizados.

Nos casos das mineradoras MPBA e Anglo Ferrous Brazil não foram previstos nenhum tipo de investimento, além dos exigidos pela planta produtiva. Uma parte dos funcionários dessas empresas ocupa os meios de hospedagens privados (pousadas, hotéis, aluguel de quartos e casas) em Pedra Branca do Amapari e a outra parte ocupa a infraestrutura (especialmente as casas e alojamentos) deixada pela ICOMI em Serra do Navio. Para Drummond; Pereira (2007, p. 258), “[...] a ICOMI teve que se auto-suprir de quase todos os bens e serviços, o que evitou que ela criasse oportunidades de negócios para outros empresários”.

Nesse sentido, as mineradoras vêm adotando um procedimento de ocupação diferente da ICOMI e da CVRD, pois os trabalhadores passam a ocupar o mesmo espaço da comunidade que lá estavam assentadas e, por conseguinte, os problemas enfrentados principalmente pela má qualidade dos principais serviços são,

em sua maioria, resolvidos entre as empresas mineradoras, prefeituras (Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari) e seus moradores.

Um exemplo para ilustrar essa situação pode ser visto na empresa Anglo Ferrous Brazil que investiu em Pedra Branca do Amapari na construção de um aterro sanitário para disposição final dos resíduos sólidos, construiu uma quadra poliesportiva, construiu um posto de saúde e doou um aparelho de raio RX para atender a população local. Além dessas aquisições, a prefeitura, por meio dos recursos que compõem as medidas compensatórias, adquiriu retro-escavadeira para utilização na abertura de ramais e recuperação das vias de transporte e abriu poços artesianos.

Destaca-se que a gestão dos recursos que integram as medidas compensatórias destinadas ao FMDC ⁷². O FMDC é gerenciado por um comitê constituído por representantes da prefeitura, da câmara de vereadores, da comunidade e das empresas mineradoras. A aplicação dos recursos por sua vez é feita conforme Lei municipal nº 238/2004, que determina 33% para infraestrutura e saúde; 32% para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Comunitário; 23% para o Fundo de Aval para pequenas e microempresas, por meio de financiamento pelo Banco da Amazônia; 7% a Escola Família Agrícola Perimetral Norte e 5% para atendimento à comunidade indígena Wajãpi, na Perimetral Norte. Só em 2009 foram repassados R\$ 4 milhões aos dois municípios, sendo que Pedra Branca do Amapari o repasse foi de R\$ 2.950.000,00.

Por outro lado, a arrecadação da CFEM em 2009 totalizou recursos na ordem de R\$ 4.402.827,28. O tributo, previsto na Constituição Federal é distribuído entre a União (12%), Estado (23%) e Município (65%). A União Federal, por intermédio do Departamento Nacional de Exploração Mineral (DNPM), recebeu R\$ 528.339,27, ao Estado do Amapá coube a importância de R\$ 1.012.650,27 e ao município de Pedra Branca do Amapari foi repassado R\$2.861.837,37. Com esse recurso, segundo a empresa Anglo Ferrous Brazil, pavimentou-se algumas ruas da cidade e construiu a estrutura física do prédio que funciona a agência do Banco do Brasil.

⁷² A MPBA criou, antes do FMDC, dois fundos de desenvolvimento: o FDC, fazendo um repasse de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) para Pedra Branca (65%) e Serra do Navio (35%) desde sua criação; e o FDS criado em parceria com o Governo, objetivando a aplicação na infraestrutura de ambos os municípios citados. O Relatório da MPBA de 2007 apresentou uma previsão para o FDS no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) a serem repassados em dois anos.

Nesses aspectos, a mineração em Pedra Branca do Amapari pode se tornar um ativo econômico desde que sustentada em um planejamento de *royalties*⁷³, possa fortalecer e potencializar economias enraizadas. A agricultura familiar concebe bem essa economia, uma vez que representa a segunda maior economia do município juntamente com a atividade extrativista, além de mostrar que convive historicamente com a mineração desde os tempos da ICOMI. No entanto, mesmo com a falta de política ancorada na intensidade do significado de desenvolvimento local, territórios rurais e capital social, essas distâncias parecem estar diminuindo quanto se observa a participação das organizações para discutir o planejamento dos recursos alocados para o FMDC⁷⁴; a participação das comunidades em projetos agrícolas e não agrícolas investidos em atividades de apicultura, horta comunitária, formação de costureiras, serigrafia, piscicultura, projeto de capacitação para a confecção de móveis e objetos de artesanatos a partir da matéria-prima do bambu, beneficiamento do cipó titica, etc.

Portanto, as empresas mineradoras quando se instalaram, em 2004, em Pedra Branca do Amapari encontraram uma população residente tanto na área urbana quanto na área rural desenvolvendo uma economia endógena constituída em torno da agricultura familiar. Enquanto que “Serra do Navio, até 1992 não havia uma ‘comunidade’, mas uma cidade particular, um local de residência de empregados de uma mesma empresa” (DRUMMOND⁷⁵, 2009).

Inclusive, o professor Drummond, a respeito da possibilidade da ICOMI ter contribuído naquelas condições com a formação de um capital social, questiona: “Como eles poderiam ter um capital social para além de sua condição de empregados de um mesmo patrão e de residentes num mesmo local e que eles não escolhiam?”.

Não há registros que demonstrem a ICOMI financiando projetos de fortalecimento dessa comunidade que, mais tarde dará origem aos primeiros habitantes do município de Pedra Branca do Amapari. Ou seja, desde esse período, as unidades de produção familiar se encontravam localizadas fora da *company town*.

⁷³ O Brasil é um dos poucos países que repassa a maior parte dos *royalties* para os municípios produtores, e isso é um diferencial para o desenvolvimento de uma política local de desenvolvimento. Porém, ainda não há instrumento capaz de verificar o uso real dado a esses recursos.

⁷⁴ Não são *royalties*, esses são outros recursos que as empresas alocam, num acordo entre Prefeitura, organizações sociais e pequenas empresas das áreas do comércio e serviços.

⁷⁵ E-mail enviado pelo Professor Drummond em 2008, ocasião em que fiz uma série de questionamentos a respeito da “comunidade” em Serra do Navio na era ICOMI.

Contudo, a empresa Anglo Ferrous Brazil e a MPBA encontraram um tecido social em processo e, por conseguinte vem sendo demandada a apoiar projetos que fortaleçam não somente as atividades produtivas, mas também o exercício de manter as organizações atuantes em nível local, tanto para a captação de recursos quanto para a gestão e fortalecimento desse capital social, que pode dá a necessária sustentabilidade para o desenvolvimento local. Nesse sentido, as organizações que representam as famílias de agricultores em Pedra Branca do Amapari vêm acumulando um estoque de capital social, e os empreendimentos demonstram estar dispostos a fortalecer esse tecido social edificado desde a histórica ocupação da ICOMI no Amapá.

Portanto, torna-se pertinente diante da realidade em que está se processando a interação entre a atividade mineral e a agricultura familiar avaliar a importância que essas empresas passam a desempenhar nos processos de desenvolvimento local. Vale destacar nessa análise os resultados que poderão ser alcançados com a aproximação de uma economia exógena com uma economia endógena, pois a tônica para a viabilidade do desenvolvimento local sustentável tem apontado para essa interação. Não restam dúvidas de que esse fato contraria aquela ideia de que a planta produtiva exógena é que deveria produzir uma nova lógica territorial, ou aquela lógica de que a mineração, enquanto atividade econômica “urbana”, derivada de uma estrutura rigidamente pensada em fatores globais não possibilitaria contribuir com o desenvolvimento local do município.

Enriquez (2007) cita uma experiência em Minaçu (GO), cidade em que até o final dos anos 1990, não havia um plano específico para a utilização da CFEM. Porém, notícias sobre o possível fechamento da mina, por causa da polêmica sobre a saúde dos funcionários e usuários de amianto, provocaram a reação do poder público local. A prefeitura se conscientizou de que algo precisava ser feito a fim de criar alternativas de rendas, além da mineração, e passou a utilizar os recursos da CFEM em programas que objetivassem ampliar e diversificar a base produtiva do município. Esses projetos se desdobraram em três vertentes: 1) dinamização do turismo; 2) estímulo às atividades agropecuárias e 3) geração de renda.

Quanto ao estímulo às atividades produtivas, apesar de boa parte do território de Minaçu estar localizada em área rural, até o ano de 2000, segundo relato da Secretaria de Agricultura, a produção agropecuária era incipiente no município e uma das saídas para minimização do quadro de desemprego decorrente da

conclusão da construção das barragens foi estimular o desenvolvimento do setor agropecuário, a partir de políticas direcionadas ao aumento, à melhoria e à diversificação da produção. Os novos projetos⁷⁶ implementados na Secretaria de Agricultura de Minaçu foram: hortas comunitárias/escolares, lavouras comunitárias, o transporte de feirantes, cultura da mandioca e abacaxi, melhoramento genético (inseminação artificial), alimentação animal (silagem), mecanização agrícola e agregação de valor ao leite (Tabela 8).

Tabela 8 - Projetos implementados pela secretaria de agricultura de Minaçu (2001 a 2004)

projeto	início	número de beneficiários	custo/ano R\$1,00	obs
hortas comunitárias/escolas	2001	224 ¹	8.181	área de 37.842 m ² .
lavouras comunitárias	2001	246 ¹	198.088	área de 280 ha.
transporte de feirantes	2001	123 ¹	193.687	abrange 14 associações em 9 regiões do município
cultura do abacaxi	2001	7 ²	81.436	área de 41,4 ha.
cultura de mandioca	2003	26 ²	94.325	área de 50 ha para fornecer mudas para os demais produtores.
melhoramento genético (inseminação artificial)	2001	600 ³	8.592	1.246 vacas inseminadas.
alimentação animal (silagem)	2001	1500 ³	10.887	alimentação complementar no período da seca.
mecanização agrícola	2001	1500 ³	17.875	preparo do solo, represas, tanques de peixe e conservação do solo.
agregação de valor ao leite	2002	70 ¹	60	melhor conservação do leite.
Total			610.909	

(1) famílias (2) propriedades (3) produtoras

Fonte: Secretaria de Agricultura de Minaçu (pesquisa de campo abril/2005)

Fonte: Enriquez (2007).

Dessa forma, avaliar projetos mínero-metalúrgicos somente sob o ponto de vista dominante da mercantilização da exploração, pode se perder a possibilidade de vislumbrar outras vantagens que a atividade pode desencadear em municípios pobres e desprovidos de serviços, de empregos, porém em interação com uma outra economia que persiste no território e, portanto, mais duradoura que a mineração. O que precisa ser aprofundado com certa urgência, conforme Sánchez (2007) já

⁷⁶ Esses projetos, financiados com recursos da CFEM, beneficiaram diretamente 662 famílias, promoveram melhorias em 32 propriedades e contribuíram para a melhoria das condições de produção de 3.600 produtores. Segundo o prefeito da cidade, esses novos empreendimentos somente puderam ser efetivados a partir da aplicação dos recursos da CFEM, uma vez que o orçamento corrente da prefeitura não permitiria que se realizasse este tipo de investimento. Dentre as melhorias introduzidas na produção, houve a introdução da cultura do abacaxi, cuja produção é toda exportada para o Distrito Federal, Rio de Janeiro e Campinas. Houve um significativo incremento da produção de arroz e de milho. Estas duas culturas têm sido promovidas através do projeto de lavouras comunitárias, o que se refletiu no valor da produção que cresceu 218% em cinco anos.

apresenta, é a construção de um programa de pós-mineração para a comunidade local/regional, antes de iniciar as atividades mineradoras. Além disso, devem-se aprofundar questões de responsabilidade social das empresas para que incluam a formação e solidificação do capital social nos processos de desenvolvimento local sustentável e investir em pesquisa e desenvolvimento para que a atividade passe a ser controlada por agentes internos.

A possibilidade de se acessar recursos naturais a baixo custo foi determinante para que houvesse uma drástica alteração nas exportações da Amazônia oriental, o Pará, por exemplo, cujo montante das exportações, em 1976, totalizava US\$ 109,83 milhões, e foi multiplicado por 34, incremento vinculado às exportações de produtos minero-metalúrgicos; estes alcançaram, em 2004, 77% do valor total das exportações paraenses que, naquele ano, somaram US\$ 3,8 bilhões. Todavia, a literatura especializada corrobora que se deve levar em conta que a implantação de novas atividades econômicas pode elevar os níveis de produção de uma região ou de uma localidade sem que, entretanto, ocorra um processo de desenvolvimento econômico e social. Este parece ser o caso das atividades minero-metalúrgicas, pois não foram capazes de impulsionar, na Amazônia oriental brasileira, processos de desenvolvimento de base local, endógenos, socialmente enraizados, por isso, sustentáveis. Portanto, em que pese ao gigantismo dos volumes e cifras movimentados como decorrência da extração, do beneficiamento e da transformação industrial de recursos minerais; à rápida elevação das taxas de crescimento econômico da região; ao favorecimento pelo aparato estatal por meio de concessões de subsídios e de inúmeras facilidades creditícias e fiscais; e à aplicação de vultosos recursos – oriundos de fundos públicos – em infraestrutura ou mesmo diretamente na estruturação de empresas, **a minero-metalurgia não deve ser incluída dentre as atividades que impulsionam dinâmicas de desenvolvimento endógeno e sustentáveis na região** (MONTEIRO, 2005a, p.199, grifo nosso).

Um outro aspecto negativo e que torna o discurso em torno da mineração improvável de impulsionar o desenvolvimento endógeno, é quando se delata a atividade dependente de dinâmicas extrarregionais, impedindo-a de construir arranjos produtivos locais.

As dificuldades de a minero-metalurgia impulsionar processos de desenvolvimento de base local, todavia, não residem fundamentalmente na limitada capacidade de estabelecer encadeamento produtivo. Uma das razões encontra-se no fato de estas atividades serem profundamente dependentes de dinâmicas extra-regionais que, por sua vez, determinam os padrões tecnológicos, de inovação e de organização dentro dos quais as empresas minero-metalúrgicas têm de operar, o que as distanciam da articulação ou mesmo da construção de arranjos produtivos de base local (MONTEIRO, 2005a, p.).

A limitada capacidade que as empresas mineradoras possuem para interagir com a diversidade local também é apontada por Monteiro (2005a) como uma impossibilidade da frágil organização da sociedade local, pois a planta produtiva

demanda por processos produtivos homogêneos, dificultando a interação com outras economias.

A extração e a transformação industrial de minerais na Amazônia oriental brasileira, em função das características dos mercados, necessitam recorrer a procedimentos industriais padronizados em termos globais, de forma que, por exemplo, a lavra da bauxita, sua transformação em alumina e posteriormente em alumínio primário; a lavra do minério de ferro, a pelotização deste minério, a produção de ferro-gusa e, no futuro próximo, do aço, utilizam sistemas industriais homogêneos, ou seja, são processos produtivos que replicam outros existentes no mundo. Essas atividades, ao demandarem processos produtivos desenvolvidos e implementados noutros contextos sociais, culturais e ecológicos, diante da própria fragilidade da organização da sociedade local, consolidam *habitus* e passam a ter dificuldade de interagir com a diversidade regional, pois, a partir desta diversidade, constituem-se em realidades e atores (índios, camponeses, empresários locais etc.) com os quais a minero-metalurgia tem enorme dificuldade de interagir e, com frequência, assume uma postura conflitante e antagônica em relação a estes (MONTEIRO, 2005a, p.).

Segundo Marcelo Tambasco, Gerente de Suprimentos da Anglo, a empresa executa o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF) buscando criar oportunidades de desenvolvimento para pequenos e médios negócios nas comunidades. Entre outras ações, o programa prioriza a contratação de fornecedores locais para garantir o incremento da economia local. A empresa mantém um setor e uma funcionária para contato e cadastro com os fornecedores. Além desse programa existe o Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF) com o objetivo de “estimular atitudes empreendedoras sustentáveis e boas práticas que podem beneficiar a cadeia produtiva e toda a comunidade consumidora” (DIÁLOGO AMAPÁ, 2009, p.2). O Programa está estruturado em quatro etapas e proporciona acesso a informações sobre técnicas e ferramentas de gestão: sensibilização, diagnóstico, qualificação e certificação. Esse programa já promoveu cursos como temas de Gestão Estratégica, Comercial e Financeira (GECF); Qualidade; SST; Meio Ambiente (MA) e Responsabilidade Social (RS). Além desses, a empresa informou que já organizou, juntamente com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), um curso de qualificação para representantes de 20 pequenas empresas em Pedra Branca do Amapari, auxiliando-as na sistematização do trabalho, na organização do fluxo de caixa e em melhoria no atendimento.

Paiva (2008), em uma discussão conceitual sobre o que é desenvolvimento endógeno e exógeno, faz uma reflexão e sugere a possibilidade de economias virem a se tornar endógenas, desde que a inovação do padrão de utilização dos recursos

disponíveis e a acumulação do excedente sejam definidos e controlados por agentes internos.

[...] Um determinado processo de desenvolvimento será tão mais endógeno quanto mais os processos de inovação e acumulação forem definidos, controlados e seus frutos apropriados por agentes internos. Se a inovação e o investimento são definidos e introduzidos por agentes do exterior – vale dizer, cuja origem e destino é o exterior -, então não há desenvolvimento endógeno. Diferentemente, se a inovação e o investimento são determinados por agentes internos (mesmo quando a internalização desses agentes é recente, oriunda de um processo ainda em curso de colonização-povoamento), o desenvolvimento será endógeno, não obstante contar com contribuições marginais de recursos externos.

[...] Numa tradição que vai de Adam Smith a Douglas North (passando por Rosa Luxemburgo, Michal Kalecki e João Manuel Cardoso de Mello), entendemos que a exportação é um instrumento particularmente eficaz de enfrentamento dos limites internos de mercado e de alavancagem da inovação e da acumulação. E sempre que esse processo de integração com o exterior for controlado por agentes internos e determinado pelos seus interesses, o desenvolvimento decorrente do mesmo é, em todos os sentidos, endógeno (PAIVA, 2008, p. 215).

Nesse sentido, Enriquez (2007), ao identificar planos de diversificação produtiva em municípios mineradores a partir de recursos originários da CFEM, identifica dois padrões de uso desse tributo denominados de “armadilha do caixa único” e “uso sustentado”. No primeiro caso, os recursos se diluem nas despesas correntes e no segundo, o uso dos recursos se revela benéfico aos municípios e reduzem a dependência excessiva em relação à mineração.

1. **Armadilha do caixa único** - os recursos entram no caixa da prefeitura e se “diluem” nas despesas correntes. Nesse padrão, lamentavelmente, se enquadram dois terços do universo pesquisado – Vitória do Jari (AP), Jaguarari (BA), Crixás (GO), Mariana (MG), Santa Bárbara (MG), Corumbá (MS), Canaã dos Carajás (PA), Ipixuna do Pará (PA), Oriximiná (PA) e Parauapebas (PA);

2. **Uso sustentado** - os recursos da CFEM entram no caixa da prefeitura e são direcionados (total ou parcialmente) para determinados fins previamente definidos. Nesse padrão encontra-se um terço do universo pesquisado – Itabira (MG), Minaçu (GO), Forquilhina (SC) e, parcialmente, Paracatu (MG), Rosário do Catete (SE) (ENRIQUEZ, 2007, p. 360, grifo nosso).

Essas são construções teóricas que articulam o pensamento para além do exercício de analisar os expressivos aportes de capital externo que a atividade mineral demanda. Desse modo, é preciso que se exceda essa discussão para buscar entender como o desempenho socioeconômico de um território se estrutura e como o capital social, enquanto redes de relações podem favorecer economias endógenas para o processo de desenvolvimento local.

Mathis (1998), em seus estudos sobre a garimpagem do ouro e valorização da Amazônia, no aspecto da formação de relações de trabalho no garimpo, diz que

dados sobre produção de ouro, áreas de produção e população envolvida não são suficientes para analisar a dinâmica econômica que caracteriza a garimpagem. Essa dinâmica, segundo o pesquisador, somente se torna evidente quando se analisa a dimensão social dessa atividade econômica, incluindo as relações de trabalho e as relações sociais que se estabelecem dentro dos garimpos e que ultrapassam a dicotomia capital-trabalho. Da mesma forma, deve-se analisar os empreendimentos minerais na Amazônia, pois em cada caso, há uma dinâmica de comportamento social e econômico diferente dos demais territórios e que podem implicar em processos concretos de desenvolvimento local e, em outros casos, reproduzir um modelo alheio ao seu entorno.

Um outro ponto extremamente relevante apontado por Mathis (1998) e que diz respeito ao que foi observado durante a pesquisa empírica, é o que ele chama de *variáveis externas* que modula a garimpagem na Amazônia. Embora esse estudo tente mostrar os processos de desenvolvimento local a partir da interação de duas atividades econômicas, mineração e agricultura, uma das variáveis externas chama atenção pelo fato de ajudar a compreender a importância que a história possui na formação social, econômica e cultural da região e sua vinculação com esse passado: “A região, que durante o processo histórico desenvolveu uma racionalidade própria no modo de organizar a vida social, econômica e cultural de sua população, incorporando inclusive as várias tentativas de valorização da região no passado” (MATHIS, 1998, p.3).

De fato, essa orientação é importante ser apreendida porque mostra haver correlação entre as ações do passado de uma sociedade com o presente, condição essa essencial para avaliar o capital social. Por exemplo, a Vila de Pedra Branca se constitui a partir da formação de um agrupamento de garimpeiros que exploravam ouro ao longo do Rio Amapari no começo do século XX, depois uma parte dessas famílias muda para diferentes regiões em busca de novos garimpos e outras permanecem no local e se somam a distintas famílias por conta da migração provocada pela instalação da ICOMI, primeiro empreendimento mineral no Amapá no início de década de 1950, que por 50 anos explorou o manganês em Serra do Navio. Posteriormente, esse núcleo é ampliado com a criação do Projeto de Assentamento da Perimetral a partir de 1987, antes mesmo da criação do Município de Pedra Branca do Amapari em 1992.

Assim, a base do capital social presente em Pedra Branca do Amapari foi constituída a partir das relações sociais, econômicas e culturais vindas dessa formação econômica e, mais recentemente, este capital social vem sendo fortalecido por meio de novas formas de cooperação que incrementam não somente a produção familiar, mas também fazem surgir outras atividades econômicas não-agrícolas.

As duas empresas de mineração, isto é, a Anglo Ferrous Brazil e MPBA, esta paralisou sua atividade em 2009, mas com o compromisso de retornar a operar em 2011, são as responsáveis pela implementação dessas ações, possibilitando mostrar nessa realidade que não há apenas uma rede de relações internas organizacionais dos produtores locais, mas uma segunda rede apresentando a dinâmica que a mineração causa nessas comunidades, pois muitas passam a produzir para a empresa, serviços são demandados para suprir essas necessidades (farmácias, supermercados, hotéis, pousadas, serviços bancários, restaurantes, serviços de transporte, motoristas, etc), permitindo imprimir processos de desenvolvimento local.

Sánchez (2007) vê a possibilidade das mineradoras desenvolverem um papel preponderante na preparação da comunidade durante a transição para o período da pós-mineração, entendendo que o capital social é que garante o engajamento dos atores sociais. O autor entende o capital social como um conjunto de normas, instituições e relações que dão forma às interações sociais e sustentam a ação coletiva.

As empresas podem e devem contribuir ativamente para a formação do capital social nas comunidades em que atuam, engajando-se em programas de cooperação e parceria com associações comunitárias, órgãos governamentais e prefeituras. A presença de uma empresa de mineração durante alguns anos ou décadas pode ser uma oportunidade única para alavancar o desenvolvimento social de uma pequena comunidade ou município, mas o processo envolve a construção de parcerias e de uma relação de confiança entre atores sociais e a provável liderança da empresa, como catalisadora. Caso contrário, continuaremos a presenciar o declínio de comunidades mineiras.

Uma comunidade organizada e com alto nível de capital social tem maiores condições de desenvolver projetos economicamente sustentáveis para o período posterior ao fechamento da mina. A carência de capital econômico pode ser, em grande parte, suprida pelo capital social que, entre outros, facilita a obtenção de recursos financeiros.

Com a devida antecipação, a própria presença da empresa de mineração pode facilitar a preparação de projetos viáveis e a capacitação de recursos humanos. A fase do enclave mineiro, caracterizada por uma atitude paternalista da empresa e por poucos vínculos com a comunidade e a economia locais, está em vias de superação (SÁNCHEZ, 2007, p.172).

Ao lado dessa discussão que eleva o emponderamento da comunidade, as áreas rurais passam a se integrar ao ambiente urbano, porque a infraestrutura vai se modificando, os serviços vão melhorando, estabelece-se com essa demanda melhorias nos transportes e comunicação, surge uma diversificação de trabalhos não agrícolas decorrentes das atividades produtivas que estão ocorrendo no local e a agricultura familiar se reproduz com base nas relações de confiança, cooperação e solidariedade entre os atores sociais.

Diante do quadro de análise entre a agricultura familiar e a mineração proposto nesta tese, a mineração pode cooperar com o desenvolvimento local, sobretudo por meio de um planejamento do uso dos tributos provenientes da exploração mineral, além das estratégias de criação de um Fundo com recursos vindos de Termos de Ajustamento de Conduta, a exemplo do FMDC criado especificamente para este fim. No entanto, esse redirecionamento de recursos somente terá sustentabilidade se acompanhado de políticas que envolvam o poder público e privado para fortalecer e atrair economias endógenas, consequentemente mais duradouras que a atividade mineral.

4.3 A PARTICIPAÇÃO DO PRONAT NA ATIVIDADE PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA MINERAÇÃO

No capítulo que trata da concepção de territórios rurais sustentáveis, apresentou-se o programa governamental intitulado PRONAT, cuja estruturação é realizada por meio da criação de territórios rurais e coordenada por conselhos responsáveis em elaborar o PTDRS, a partir das institucionalidades já existentes e as que poderiam ser criadas.

Territórios Rurais ⁽¹⁾		
Norte 2007		
Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios
Alto Acre e Capixaba	AC	5
Vale do Juruá	AC	3
Baixo Acre	AC	6
Alto Juruá	AM	4
Baixo Amazonas	AM	7
Entorno de Manaus	AM	13
Madeira	AM	5
Alto Rio Negro	AM	3
Médio Juruá	AM	3
Centro-Oeste do Amapá	AP	4
Sul do Amapá	AP	3
Dos Lagos	AP	3
Extremo Norte	AP	2
Baixo Amazonas	PA	11
BR 163	PA	7
Nordeste Paraense	PA	15
Sudeste Paraense	PA	7

ca

Territórios Rurais ⁽¹⁾		
Norte 2007		
Nome do Território Rural	UF	Nº de municípios
Sul do Pará	PA	9
Transamazônica	PA	8
Marajó	PA	16
Baixo Tocantins	PA	9
Central	RO	13
Madeira Mamoré	RO	5
Vale do Jamarí	RO	9
Rio Machado	RO	7
Sul de Roraima	RR	4
Terra Indígena Raposa Serra do Sol	RR	4
Apa Cantão	TO	9
Bico do Papagaio	TO	25
Jalapão	TO	8
Sudeste do Tocantins	TO	13
Médio Araguaia	TO	8
TOTAL		248

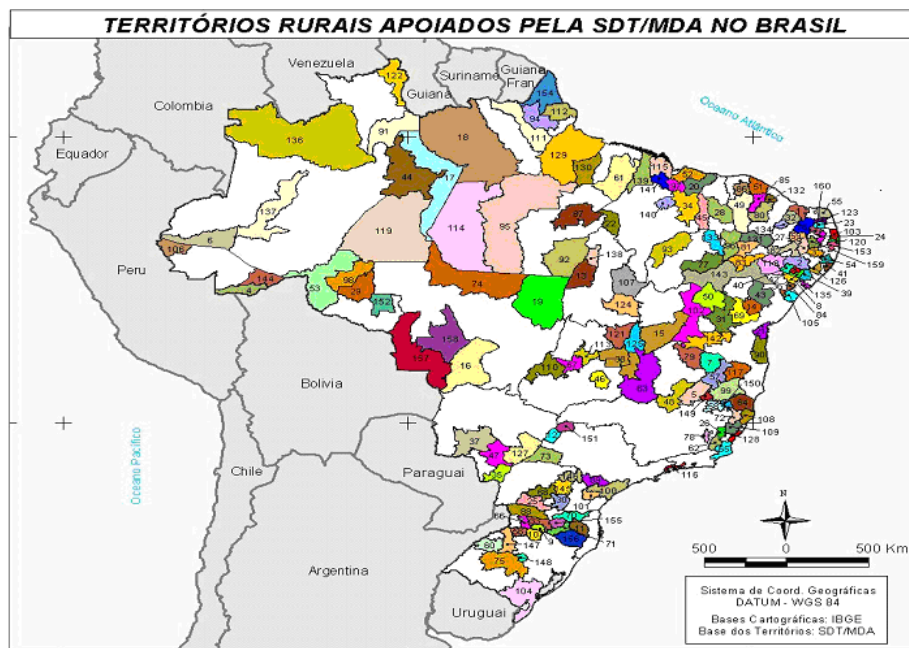
Fonte: MDA. Sistema de Informações Territoriais. Elaboração: DIEESE
 Nota: (1) Apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial

Quadro 21 - Territórios rurais-Norte 2007

Fonte: MDA. Sistema de Informações Territoriais. Elaboração DIEESE (2008).

O território rural centro-oeste/Ap optou pela criação de colegiados com composição paritária, composto por dez instituições de cada um desses municípios, sendo cinco membros de entidades governamentais e cinco não-governamentais

totalizando quarenta membros distribuídos nos municípios de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Porto Grande e Ferreira Gomes.



Mapa 4 - Territórios rurais apoiados pela SDT/MDA no Brasil.

Fonte: SDT; MDA (2010).

No caso do Amapá, além do território do Centro-oeste, foram criados mais dois territórios: territórios dos Lagos, do Extremo Norte, além do território da cidadania sul do Amapá.

Territórios	Municípios	Número de Municípios	Homologação
Centro Oeste - AP	Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Serra do Navio	4	29/06/2005
Dos Lagos - AP	Amapá, Pracuúba, Tartarugalzinho	3	29/06/2005
Extremo Norte - AP	Calçoene, Oiapoque	2	16/05/2007
Sul do Amapá - AP	Laranjal do Jari, Mazagão, Vitória do Jari	3	29/06/2005
Número de Territórios no Estado AMAPÁ: 4		12	-

Quadro 22 - Territórios rurais homologados pelo colegiado.

Fonte: MDA (2010).

O acesso aos recursos do PRONAT se dá pelo PPI, coordenado em nível estadual pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e executado pelo RURAP, órgão responsável pela assistência técnica e extensão rural.

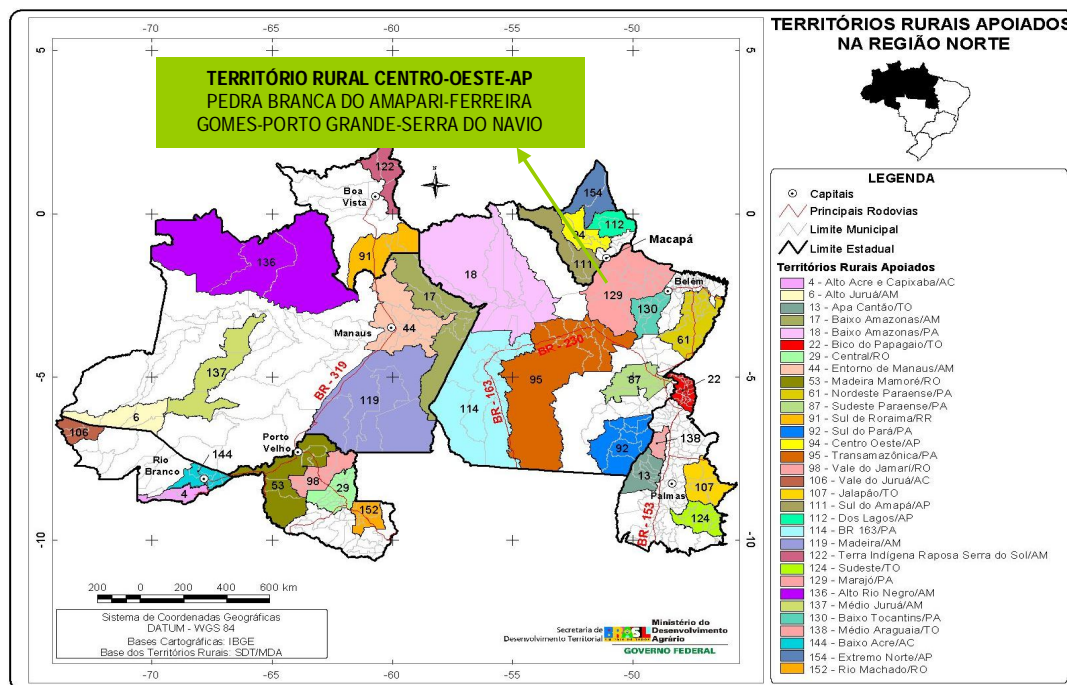
O PPI apresenta a seguinte concepção:

É um projeto de cunho social, econômico e ambiental que trás alternativas para suprir a deficiência tecnológica dos agricultores familiares, gerando melhoria do processo produtivo, e conseqüentemente o aumento da produção estadual e produtividade das lavouras, e que visa a recuperação e reutilização de áreas alteradas no processo produtivo, reduzindo os impactos ambientais (AMAPÁ, 2010).

Fazem parte do programa as seguintes instituições: SDR, RURAP, Agência de Pesca do Estado do Amapá (PESCAP), Agência de Inspeção e Defesa Agropecuária (DIAGRO), Instituto Estadual de Florestas (IEF), EMBRAPA, MDA, Prefeituras Municipais, Escolas Famílias, Associações e Cooperativas de Produtores Rurais.

O PPI tem como objetivo geral “promover o desenvolvimento e garantir a sustentabilidade das famílias rurais, tendo como público-alvo agricultores familiares e as escolas famílias” (AMAPÁ, 2010). E, seus objetivos específicos são:

- Promover a inclusão sócio-econômica de agricultores familiares no agronegócio familiar;
- repovoar áreas alteradas;
- aumentar a produtividade das culturas alimentares com ênfase na mandioca;
- diversificar a oferta de alimentos através de cultivos consorciados;
- incrementar produção e renda na agricultura familiar. (AMAPÁ, 2010)



Mapa 5 - Territórios rurais apoiados na região norte.
Fonte: MDA (2010).

O PPI foi implantado desde 2008 e sua conclusão está prevista para dezembro de 2011. As principais metas a serem alcançadas pelo programa se resumem em implantar o Sistema Bragantino⁷⁷ e a Floresta de Alimentos⁷⁸, que consiste no consorciamento de cultivos de feijão, milho, arroz e outras culturas, além da criação de animais numa mesma área e numa mesma sequência temporal, conforme as orientações estabelecidas para cada um desses modelos. O programa também envolve capacitação de técnicos e produtores e criação de Banco de Sementes de mandioca e feijão.

SAFRAS	ATIVIDADES
SAFRAS 2008/2009	<p><i>Implantar, com fomento do Governo de Estado do Amapá, 600 ha do PPI (mandioca +milho ou arroz + feijão caupi = fruticultura + floresta de alimento), sendo 1 ha/produtor selecionado;</i></p> <p><i>Implantar 40 ha de Banco de Sementes de mandioca propicia ao cultivo consorciado preconizado pelo PPI;</i></p> <p><i>Recuperar, com plantio de leguminosas, 600 ha/ano de áreas alteradas para implantação do PPI;</i></p> <p><i>Capacitar 20 técnicos e os 600 produtores envolvidos.</i></p>
SAFRAS 2009/2010	<p><i>Implantar, com fomento do Governo de Estado do Amapá, de até 60%, 3.000 ha do PPI (sistema bragantino X Floresta de Alimentos), sendo 1 ha/produtor selecionado;</i></p> <p><i>Recuperar, com plantio de leguminosas, 3.000 há de áreas alteradas para implantação do PPI;</i></p> <p><i>Capacitar 60 técnicos e os 3.000 produtores envolvidos no processo produtivo;</i></p> <p><i>Implantar 5 ha de Banco de Sementes de mandioca propicia ao cultivo consorciado preconizado pelo PPI, para distribuir aos agricultores do projeto;</i></p> <p><i>Implantar pelo menos 8 ha de Banco de Sementes de feijão caupi, para suprir demanda dos agricultores familiares em safras futuras.</i></p>
SAFRA 2010/2011	<p><i>Implantar, com fomento do Governo de Estado do Amapá, de até 60%, 5.000 ha do PPI (sistema bragantino X Floresta de Alimentos), sendo 1 ha/produtor selecionado;</i></p> <p><i>Recuperar, com plantio de leguminosas, 5.000 há de áreas alteradas para implantação do PPI;</i></p> <p><i>Capacitar 100 técnicos e os 5.000 produtores envolvidos no processo produtivo;</i></p> <p><i>Implantar 5 ha de Banco de Sementes de mandioca propicia ao cultivo consorciado preconizado pelo PPI, para distribuir aos agricultores do projeto;</i></p> <p><i>Implantar pelo menos 8 ha de Banco de Sementes de feijão caupi, para suprir demanda dos agricultores familiares em safras futuras.</i></p>

Quadro 23 - Metas do Programa de Produção Integrada (PPI) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural- Amapá.

Fonte: AMAPÁ (2010). Adaptado pela autora (2010).

⁷⁷ O sistema bragantino é o cultivo consorciado da mandioca em linhas duplas, mais milho ou arroz, seguido do plantio rotacional do feijão ou outras culturas.

⁷⁸ Floresta densa são formas de uso e manejo da terra nas quais árvores ou arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou com animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou numa sequência temporal (AMAPÁ, 2010).

De forma geral, os critérios para seleção dos agricultores e das organizações rurais ao PPI, seguem as orientações do PRONAT, que visa privilegiar, sobretudo, os agricultores já organizados e aqueles que têm sua renda comprometida em pelo menos 80% em atividades agrícolas. Os resultados que pretende alcançar atende do mesmo modo as orientações do PRONAT, especialmente no que concerne a redução da pobreza e da miséria no meio rural; garantia da segurança alimentar e nutricional das famílias rurais e diversificação e valorização da propriedade familiar.

CRITÉRIOS NA SELEÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES	CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES RURAIS
<ul style="list-style-type: none"> -Ser agricultor familiar, com pelo menos 80% da renda familiar vindo de atividades agrícolas; -Não possuir restrições cadastrais junto as entidades financeiras; -Ocupação na unidade familiar mansa e pacífica; --Ser receptivo as inovações tecnológicas; -Comprometer-se com a contra-partida -Cumprir com as recomendações da assistência técnica; -Está ligado a uma organização rural; -Ter disponibilidade de energia elétrica; -Possuir fonte de água na propriedade. 	<ul style="list-style-type: none"> -Ser representativa de agricultores familiares; -Estar consolidada há pelo menos um ano; -Estar quites com suas prestações de contas e obrigações tributárias; -Os membros da diretoria não podem possuir restrições cadastrais junto ao SPC, SERASA ou CADIN.

Quadro 24 - Critérios para seleção dos agricultores familiares e organizações rurais ao PPI
Fonte: SDR-Amapá (2010). Adaptado pela autora (2010).

Portanto, analisando o PPI, percebe-se que este foi alicerçado segundo as orientações do PRONAT, porém quando se avalia as suas ações, compreende-se claramente a visão do rural setorial que domina o programa. Inclusive, as metas definidas como “safras” (Quadro 23) foram inspiradas nas orientações para a formulação do Plano Safra Territorial⁷⁹ (PST), que constitui um componente de dois processos: o Plano Safra Nacional do PRONAF e os PTDRS, todos sob a coordenação da SDT/MDA. Assim, o PPI é o norteador das políticas de território rural local e o Núcleo Rural de Assistência Técnica e Extensão Rural (NRATER) da área oeste - RURAP (2009) o executor dessas políticas. Porém, quando analisado os Planos de Trabalho do Núcleo não foi possível identificar articulação integrada entre as ações programadas por essas instituições, o que confirma a dificuldade teórica que o termo território rural ainda ocasiona nas organizações públicas.

⁷⁹ O PST tem como objetivo geral integrar os instrumentos de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, às iniciativas territoriais de desenvolvimento rural sustentável, por meio da mobilização e articulação dos atores sociais locais, para o ordenamento e qualificação das demandas, aproveitamento das potencialidades e uso adequado dos recursos naturais, buscando viabilizar a base produtiva de empreendimentos econômicos à segurança alimentar e à geração e apropriação de renda nos territórios rurais (AMAPÁ, 2010).

Ressalta-se, o documento Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural no Brasil (2005) orienta a formação de territórios rurais capaz de fortalecer economias já existentes e fazer revelar outras compondo um mosaico de atividades produtivas no local aptas a superar as persistentes desigualdades econômicas e sociais no meio rural, sobretudo por meio da organização e fortalecimento dos atores sociais e da promoção e integração das políticas públicas.

Existem diagnósticos que apontam economias ainda não exploradas e outras que podem funcionar como eixo vetor de orientação para o desenvolvimento local em Pedra Branca do Amapari. O relatório identificado como Diagnóstico Participativo Local (FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO..., 2002) é um desses importantes documentos construído no Fórum de Desenvolvimento Local Sustentável do Programa Comunidade Ativa⁸⁰, criado especificamente para este fim, onde foram apresentadas três potencialidades que o município revela ter: o ecoturismo, a pequena agricultura familiar e a mineração.

PRINCIPAIS VOCAÇÕES	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
ECOTURISMO	<ul style="list-style-type: none"> -Maior preservação ambiental; -Geração de emprego e renda; -Melhoria da qualidade de vida da população; -Melhoria da infra-estrutura urbana e rural; -Resgate e fortalecimento da cultura local; -Maior nível de informação e conhecimento da população local; -Desenvolvimento dos setores primário e secundário do município. 	<ul style="list-style-type: none"> -Alto custo de investimento, transporte, divulgação, infra-estrutura; -Baixa capacitação local; -Retorno a médio e longo prazo.
PEQUENA AGRICULTURA FAMILIAR	<ul style="list-style-type: none"> -Diminuição do êxodo rural; -Maior índice de sustentabilidade; -Diminuição do custo de vida da população local; -Melhoria da qualidade de vida da população local; -Baixo impacto ambiental; 	<ul style="list-style-type: none"> -Não foram identificados pontos negativos.
MINERAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> -Desenvolvimento a curto prazo; -Aquecimento da economia local; -Geração de impostos; -Melhoria da infra-estrutura e da urbanização; -Geração de emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impacto ambiental; -Aumento da imigração; -Geração de impacto social; -Baixo índice de sustentabilidade; -A fase de desmonte gera: desemprego e aumento do custo com infraestrutura pelo poder público; -Baixo índice de governabilidade.

Quadro 25 - Principais vocações do município de Pedra Branca do Amapari

Fonte: Fórum de Desenvolvimento Local Sustentável (2002). Adaptado pela autora (2010).

⁸⁰ O diagnóstico marca a inclusão de Pedra Branca do Amapari no DLIS, coordenado em nível federal na gestão do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. O DLIS é o precursor de políticas públicas que têm o desenvolvimento local como concepção teórica.

No que concerne à identificação das principais vocações do município, o FDLIS se baseou na valorização dos recursos naturais existentes (floresta de terra firme, rios, montanhas, fauna exuberante e espécies raras, riqueza mineral etc) e na agricultura familiar enquanto atividade econômica endógena. Contudo, quando foram levantados os pontos negativos de cada uma dessas vocações, o que não significa dizer que esses problemas não possam ser superados, assinalou-se no caso do ecoturismo investimentos em infraestruturas como saneamento básico, implantação de uma rede hoteleira, pessoal capacitado, vias de acesso em boas condições, etc.

Já a *pequena agricultura*, chama a atenção por conta da interpretação distorcida que fazem da atividade, pois assim como o PRONAT (SDR/MDA), o DLIS da gestão de FHC, compartilhava teoricamente da concepção de desenvolvimento local. A atividade apesar de não apresentar pontos negativos, não adverte a necessidade de investimentos na organização dos produtores familiares que garantam a participação na vida política do local, no acesso ao crédito rural e em outras vantagens sociais e culturais que colaboram na formação e reprodução do capital social. Além do mais, não se observou no relatório a importância em investimentos que melhorem a capacidade produtiva dessas unidades de produção familiar, apesar do fórum reconhecer a promoção e a “auto-sustentação de produtos alimentícios consumidos pela população local, a geração de emprego e renda tanto na área rural quanto na área urbana e também o baixo impacto ambiental” (FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO..., 2002) da atividade.

Por sua vez, os pontos negativos levantados da atividade mineral chamam a atenção para o impacto ambiental e o aumento da migração para o município estimulada pela busca de emprego nas fases de implantação e operação do empreendimento mineral. Outro aspecto negativo que a mineração suscitou foi “a baixa governabilidade que as autoridades locais e população em geral possui sobre o projeto, pois esse é coordenado por uma empresa privada, que está sujeita às oscilações do mercado mundial” (FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO..., 2002). Nesse caso, o relatório estava se referindo a mineradora ITAJOBÍ, pertencente ao Grupo ANGLO GOLD, maior produtora de ouro internacional, que se encontrava naquela época em fase de licenciamento ambiental. Entretanto, o Fórum não anteviu que, oito anos após esse exercício Pedra Branca vem mostrando justamente o contrário. No local incidem relações entre duas atividades antagônicas em seu modo

de produção, mas que mostram disposição das organizações sociais e do poder público municipal em participar, por meio do acesso aos recursos financeiros do FMDC, da execução de projetos que visam melhorar não somente a produção familiar, mas também indica fortalecer e/ou constituir outras atividades não agrícolas, potencializando a diversidade produtiva do local.

A diversidade produtiva passa a ser entendida como a disposição em explorar o potencial do espaço rural, como a paisagem, a cultura, a biodiversidade, as institucionalidades já existentes (e instituição de outras), orientadas às particularidades históricas desse local onde já existe uma população indissociável desse todo.

Nesse caso, a mineração não somente torna-se um importante ativo à economia do município, mas também uma aliada aos processos de desenvolvimento local porque está provocando o surgimento de economias até então inexistentes e fortalecendo as já existentes. Ou seja, a mineração, além de suas obrigações tributárias e outros acordos que operacionalizam financeiramente o FMDC, está favorecendo processos de desenvolvimento local demandando melhorias em infraestruturas e constituindo pontes para que projetos endógenos possam compor aquela ruralidade territorial.

PEDRA BRANCA DO AMAPARI
Horta comunitária em área de assentamento: a produção é vendida na cidade e abastece os refeitórios da empresa.
Reforma de um prédio e aquisição de 40 máquinas de costura industrial e de serigrafia.
Escola família agrícola: apoio a projetos de piscicultura, horta comunitária e apicultura.
Infra-estrutura: construiu uma quadra poliesportiva, o prédio do posto de saúde e doou um aparelho de Raio X
Garante o transporte de trem para o escoamento da produção agrícola familiar
Com os recursos do CEFEM foram pavimentadas ruas da cidade; construção de uma Agência do Banco do Brasil (até então não havia agência bancária alguma no município) .
SERRA DO NAVIO
Bambuzeria: capacitação, instalação e estruturação de uma unidade produtiva de eco produtos usando bambu como matéria prima.
Costureira
Serigrafia
Laboratório de informática e projeto esportivo da Escola Dr. Hermelino Gusmão
Aquisição de equipamentos para manutenção do sistema de abastecimento de água.
Melhoria na infra-estrutura do sistema de saúde
Transporte de trem para o escoamento da produção agrícola familiar
Com os recursos do CEFEM a prefeitura adquiriu retro-escavadeira para utilização na abertura de ramais, abriu poços artesianos.
MACAPÁ
Projeto Janela para a vida III: fabricação de Eco Bags

Quadro 26 - Projetos divulgados pela Anglo Ferrous Gold

Fonte: Jornal do Dia (2009); Diálogo Amapá (2009; 2010). Adaptado pela autora (2010).

Só em 2009 a Anglo Ferrous Brazil provocou um impacto tributário entre ICMS, ISSQ e CFEM na ordem de R\$ 20.527.201,56, o que demonstra a capacidade econômica do empreendimento ao Estado do Amapá e ao município minerador.

IMPACTOS TRIBUTÁRIOS DO PROJETO AMAPÁ (2009)	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	
Compensação Financeira pela Exploração mineral (CFEM)	
TOTAL DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO	R\$ 20.527.201,56

Quadro 27- Impactos tributários do projeto Amapá (2009)

Fonte: Exposição realizada no SEBRAE-AP, tendo como expositores Stephan Weber (Presidente-CEO Anglo Ferrous Brazil); Carlos Gonzaga (Diretor Operacional da Anglo Ferrous Brazil); José Luiz Martins: Diretor do Sistema Amapá), agosto de 2009.

Do mesmo modo, as contratações de serviços terceirizados vêm causando impactos à economia local. Em 2009 a mineradora possuía 117 contratos (Quadro 28) com empresas que terceirizam serviços para atender tanto os processos de produção quanto para realização de serviços voltados ao atendimento de transporte dos funcionários, confecção dos uniformes da empresa, serviços de alimentação dos funcionários etc. Entre 2006 e 2009 o valor total pago correspondeu a R\$ 87.132.181,15.

Dados mais recentes do dia nove de janeiro de 2010, publicado no Jornal do Dia, com o título *Anglo Ferrous Brazil comemora resultados de 2009 no Amapá*, informa que até este período a empresa já possui cerca de “R\$ 300.000.000,00 em contratos com empresas com sede no Estado do Amapá, gerando valores significativos em contribuição de ICMS e ISS”.

NUMERO DE CONTRATOS VIGENTES (JULHO DE 2009)	
NUMERO TOTAL DE CONTRATOS VIGENTES	117
VALOR TOTAL CONTRATADO VIGENTE	R\$ 193.948.544,77
VALOR TOTAL PAGO (ENTRE 2006 E 2009)	R\$ 87.132.181,15

Quadro 28 - Número de contratos vigentes (julho de 2009)

Fonte: Apresentação realizada no SEBRAE-AP, tendo como expositores Stephan Weber (Presidente-CEO Anglo Ferrous Brazil); Carlos Gonzaga (Diretor Operacional da Anglo Ferrous Brazil); José Luiz Martins: Diretor do Sistema Amapá), agosto de 2009.

O Diretor de Relações Institucionais da empresa revelou⁸¹ que a contratação dos serviços para o fornecimento de alimentos dos funcionários inicialmente se deu com uma empresa de Macapá, porém os serviços não atenderam as inspeções

⁸¹ O Diretor de Relações Institucionais concedeu a entrevista no dia 17/04/2010.

sanitárias exigidas ocasionando a contratação de uma outra empresa de Belém. Deixam de circular por mês no município entre R\$ 210.000,00 a R\$ 220.000,00 no fornecimento de 1.800 refeições por dia. Todavia, a empresa J.C. contratada adquire a produção de frangos⁸² e ovos, bananas, hortaliças etc, produzidas pelos produtores locais, mas ressalta que a produção local ainda é insuficiente para atender a demanda diária da cozinha.

Um outro aspecto importante e que demonstra o quanto a política do território rural centro-oeste não vem atuando de acordo com a demanda local, é o fato da empresa paraense não comprar carne dos produtores locais porque sua proveniência é duvidosa: não há matadouro no município. Essa, sem dúvidas, é uma situação que impede relações virtuosas e dificultam a formação de um entorno produtivo demandado pela empresa. As instituições públicas, por sua vez não estão conseguindo acompanhar e nem intervir nessas transformações para que tirem o máximo de vantagens na composição de arranjos produtivos sustentáveis para esse meio rural. Ademais, se a SDR tivesse apresentado uma política de abrangência territorial estaria, sobremaneira, criando condições para que o local extraísse as vantagens que a economia mineral pode originar. Se, com toda essa desarticulação da política estadual ainda é possível verificar sua importância para a economia endógena, então a atividade mineral por meio de um planejamento envolvendo iniciativa privada, instituições públicas e organizações sociais podem beneficiar as redes de relações entre essas organizações e favorecer os processos de desenvolvimento local.

A concepção do rural setorial agrícola na política estadual é confirmada pelo representante do MDA-Ap quando informa que em 2010 os convênios totalizam R\$ 1.020.000,00 só em aquisição de caminhão e implementos agrícolas para atendimento do território centro-oeste. “Investimentos em atividades não agrícolas não são demandados pelo PPI”, acrescentou o representante. Segundo esse mesmo representante que coordena o programa no Amapá, os comitês têm priorizado projetos essencialmente agrícolas⁸³, demandados pelo PPI, sob a coordenação da SDR do Estado, o que permite interpretar duas questões que são

⁸² Em dezembro de 2009 a então empresa MPBA realizou o último aporte financeiro a 12 famílias da comunidade de Centro Novo para compra de matrizes de frango de corte no valor de R\$ 41.002,00 (JORNAL DIÁRIO DO AMAPÁ/ENTREVISTA DE CÉSAR TORRESINI-DIRETOR SUPERINTENDENTE DA MPBA, 2009).

⁸³ Nos convênios para 2010 estão previstos entre outros a aquisição de um caminhão e implementos agrícolas, que irão atender o território centro-oeste, totalizando 1 milhão e vinte mil reais, sendo 1 milhão destinado para investimentos e vinte mil para custeio.

fundamentais para a compreensão do desenvolvimento local em Pedra Branca do Amapari: a primeira é que a agricultura familiar faz parte de uma economia mais enraizada naquele município, pois mostra que, mesmo nos ciclos de mineração ocorridos e em processo, ela se mantém e, por último vem recebendo apoio por meio de financiamento de projetos procedentes de recursos das empresas mineradoras. A segunda permite analisar que impera nesse meio as políticas setoriais, ignorando outras vantagens vocacionais que o local apresenta, como, por exemplo, vantagens de aproveitamento da produção familiar na agroindústria, agregando valor a esses produtos (beneficiamento das frutas, preparação de compotas, indústria moveleira a partir da extração sustentável do cipó titica etc) e os benefícios agregados pelo turismo rural (valorização das paisagens, alimentos, meios de hospedagens, transporte etc).

Do mesmo modo o NRATER OESTE-RURAP ratifica a visão setorial agrícola. O Plano de Ação Local 2009 previu a realização de atividades por meio do assessoramento dos serviços de ATER a 14 comunidades em Pedra Branca do Amapari e reconhece os serviços de ATER como “novo compromisso com os beneficiários e com os resultados de sua intervenção, buscando-se a integração das dimensões sócio-ambientais” (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO....., 2010, p.).

Nesse contexto, o NRATER OESTE-RURAP apresentou dois programas de crédito acessado pelas doze comunidades durante o exercício de 2009. São eles, o PRONAF e o Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (FRAP), que tem como objetivo “promover a elaboração e a compatibilização de ações específicas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, extrativistas vegetais, agroindústrias, pesca artesanal e aquicultura”.

COMUNIDADE	PROJETO	Nº	ATIVIDADES	VALORES (R\$)
Arrependido	PRONAF	05	Fruticultura, culturas anuais e manejo de açazais	11.008,32
	FRAP	01		11.082,64
S.S. do Cachaço	PRONAF	12	Fruticultura e culturais anuais. Pecuária	47.567,97
	FRAP	01		14.760,00
Xivete	PRONAF	05	Fruticultura, culturas anuais, utensílios, pecuária e manejo de açazais	11.612,01
	FRAP	05		37.568,87
Centro Novo	PRONAF	13	Fruticultura, culturais anuais, cultura do açaí e pecuária	21.508,24
	FRAP	02		42.318,38
Água Fria	PRONAF	04	Açaí, pecuária, cana-de-açúcar	21.983,93
	FRAP	03		89.926,64
Assentamento Pedra Branca	PRONAF	17	Pecuária, fruticultura, olericultura e apicultura	145.609,72
Cachorrinho	PRONAF	09	Pecuária, fruticultura, olericultura	58.263,40
	FRAP	01		10.615,00
Riozinho	PRONAF	07	Fruticultura, eletrificação rural, unidade de processamento de frutas	36.254,53
Sete Ilhas	PRONAF	07	Fruticultura, culturas anuais, suinocultura e unidade de processamento de farinha de mandioca	32.195,43
Tucano II	PRONAF	04	Fruticultura, culturas anuais e unidade de processamento de farinha de mandioca	21.357,42
Tucano I	PRONAF	01	Fruticultura	2.078,96
Munguba	PRONAF	05	Bovino, ovino, açaí	82.431,00
TOTAL	PRONAF	89		491.870,93
	FRAP	14		221.251,53
		103		713.122,46

Quadro 29 - Acesso das comunidades ao crédito rural-município de Pedra Branca do Amapari
Fonte: Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (2009). Adaptado pela autora (2010).

Cabe ressaltar que o acesso ao PRONAF se limitou à produção de fruticultura, a pecuária e a algumas poucas infraestruturas, como a eletrificação rural e construção de uma unidade de processamento de frutas na comunidade de Riozinho. Além dessas atividades acessadas pelos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, o PRONAF dispõe outras linhas de ação, como: ECO-investimento para energia renovável e sustentabilidade ambiental; PRONAF Agroecologia, PRONAF Floresta; PRONAF jovem e Mulher, comercialização, Cota-Parte etc.

Portanto, quando se avalia o conjunto de atividades desenvolvidas no exercício de 2009, institucionalmente indicam ações limitadas no sentido de provocar iniciativas econômicas e sociais de caráter inovador e dinamizador de uma economia diversificada. As ações de ATER continuam priorizando essencialmente o acesso às linhas de crédito, transformando seus escritórios em um organismo auxiliar do sistema bancário. Ademais, as orientações do PRONAT (SDT/MDA), deveriam ser a

referência política para a inclusão de um programa de desenvolvimento local, tendo o território como o local onde está presente um tecido social e um lugar para planejar as realizações econômicas e sociais, até agora não revelam essas possibilidades em seu planejamento rumo a sustentabilidade social, econômica e ambiental. De todo modo, o que se observa são organizações sociais locais mobilizadas em uma mesma unidade territorial rural do empreendimento mineral, isolados de uma política pública estadual, mas evidenciando comportamentos cooperativos para assumir processos de desenvolvimento local, conformados em redes de articulações internas, que viabilizam demandas das famílias produtoras.

É necessário que o conjunto formado por esses municípios, aqui denominado "territórios rurais", apropriem-se dos processos técnicos, sociais e políticos de desenvolvimento, para o que é necessário, dentre outros aspectos: (i) o desenvolvimento de capacidades locais; (ii) o fortalecimento das institucionalidades capazes de operarem os processos; (iii) a estruturação, a modernização e a diversificação das atividades econômicas; (iv) a implementação de iniciativas econômicas, sociais e institucionais que sejam inovadoras, demonstrativas e associativas, resultando na articulação das demandas sociais [...] em benefício da concretização da visão de futuro defendida pela sua população (PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS, 2006).

No entanto, o Plano de Ação Local programou reuniões para incentivar a organização rural e apoio ao gerenciamento das ações da Associação de Produtores Rurais, especialmente nas comunidades de Sete Ilhas e Riozinho, ambas pertencentes ao Assentamento da Perimetral. Porém, Arrependido não foi contemplada com essa atividade, conforme demonstrado no Quadro 30.

SETE ILHAS		
ATIVIDADES	MÉTODO	QUANTIDADE
Cadastrar as unidades produtivas das famílias existentes na comunidade	Visita	55
Elaboração dos cadastros do PRONAF Jovem, para alunos da Escola Família do Cachorrinho	Visita	08
Elaboração de cadastros bancários para financiamento junto ao Banco da Amazônia (PRONAF-A)	Visita	20
Elaborar levantamento de campo para projetos a serem financiados	Visita	28
Elaboração de cadastros bancários para financiamento junto ao Banco da Amazônia (PRONAF-A) e PRONAF Jovem	Visita	28
Incentivar a organização rural através da Associação de produtores rurais, existente na comunidade	Reunião	12
Orientar as famílias na aderência de benefícios sociais junto à previdência social	Palestra	01
Orientar os agricultores sobre a política de crédito rural	Palestra	01
Implantação dos projetos do CONSAD	UD	10
Elaboração de projetos comunitários para a Associação de Produtores Rurais	Reunião	06
Apoio ao gerenciamento das ações da Associação de produtores rurais	Reunião	05
Orientação e acompanhamento na implantação de horta escolar na escola estadual da comunidade	DM	02
RIOZINHO		
Elaboração de cadastros bancários para financiamento do PRONAF-A	Visita	05
Orientar sobre o licenciamento para desmatamento e queimadas para fins agrícolas	Palestra	02
Elaborar levantamento de campo para projetos a serem financiados	Visita	05
Elaboração de projetos para financiamento junto ao Banco da Amazônia (PRONAF-A)	Visita	04
Incentivar a organização rural através da Associação de Mulheres já existente na comunidade	Palestra	03
Orientar as famílias na aderência de benefícios sociais junto à previdência social	Palestra	03
Orientar os agricultores sobre a política de crédito rural	Palestra	01
Elaboração de projetos comunitários para a Associação de Mulheres e comunidade	Reunião	02
Apoio ao gerenciamento das ações da Associação de Mulheres	Reunião	02
XIVETE		
Hortaliças sem agrotóxicos; culinária alternativa	Palestra	-
Elaboração de cadastro FRAP	Visita	-
Levantamento de campo em três propriedades	Visita	-
Elaboração de três projetos	Visita	-
Elaboração de 12 laudos de assistência técnica	Visita	-
Assistência técnica a pequenos criadores (Bovinos)	Visita	-
Realização de 01 treinamento sobre Manejo de Açaizais para capacitação de produtores	Curso	-
Excursão no Projeto de Manejo de açaizais com produtores	UD	-
ARREPENDIDO		
Elaboração de cadastro FRAP	Visita	-
Levantamento de campo	Visita	-
Elaboração de projetos	Visita	-
Elaboração de laudos de assistência técnica	Visita	-
Realização de treinamento sobre manejo de açaizais para capacitação de produtores	Curso	-
Implantação de uma Unidade Demonstrativa (manejo de açaizais), na comunidade de Arrependido	UD	-

Quadro 30 - Demonstrativo das metodologias do Plano de Ação Local 2009

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (2010). Adaptado pela autora (2010).

Nesse processo, torna-se pertinente observar o comportamento que essas comunidades assumem, porque na análise de redes sociais é possível conferir a extensão e as conexões que realizam e compará-las com outras que julgamos estar mais bem organizadas e articuladas com instituições públicas, por exemplo. Os estudos de desenvolvimento local que levem em conta a concepção de território e a capacidade das organizações cooperarem na busca de soluções para problemas comuns que podem ser bem mais estudados.

Por outro lado, aos municípios faltam capacidades locais, humanas e institucionais para organizar suas demandas e desenvolver mecanismos de gestão social para que enfrentem seus principais problemas e aproveitem suas potencialidades, contribuindo para a segurança alimentar, combate à pobreza e à exclusão social (BRITO, 2006). Pedra Branca do Amapari, com as institucionalidades presentes, como as organizações sociais que representam os agricultores familiares, o ministério público, a prefeitura Municipal e as empresas de mineração, vem assumindo um comportamento interativo e pró-ativo, que julgamos estar sendo intensificado desde a retomada do ciclo mineral no município.

Todavia, o comportamento das comunidades locais frente a esses desafios também possui referências desde o tempo da ICOMI, pois essa relação contornada por conflitos, já que a empresa passou a comprar gêneros alimentícios de outros Estados para abastecer o supermercado de uso exclusivo de seus funcionários. Segundo Drummond e Pereira (2007), a empresa até tentou estimular e consumir a produção agropecuária, porém sem sucesso porque eram insuficientes para atender a demanda de seus funcionários.

Vale destacar que, conforme já foi elucidado, essa ocupação fora do perímetro da área da mina se deu primeiramente por garimpeiros e em seguida por famílias de agricultores, especialmente vindos de Altamira no Pará. Depois, o núcleo é ampliado em função da abertura da Rodovia Perimetral Norte na década de 1970 e na década seguinte pela instalação do Projeto de Assentamento da Perimetral Norte em abril de 1987. Assim foi constituído, juntamente com as famílias dos empregados da ex-ICOMI, o primeiro núcleo de habitantes de Serra do Navio e Pedra do Amapari, transformadas em município em 1992. Mais tarde, em 2004, com a instalação do Projeto Mineral Amapari, a possibilidade de relação cooperativa entre uma economia endógena e a mineração passa a despontar. Assim, as organizações que compõem as institucionalidades desse local totalizam um arranjo

ao mesmo tempo social e produtivo, e vem mostrando disposição em assumir processos de desenvolvimento local.

Nesse contexto, Goularti Filho (2008) reconhece a importância que tem os processos históricos para buscar entender as opções políticas das regiões brasileiras e conclui:

É preciso entender que as regiões brasileiras são resultados de um processo histórico, com determinantes e condicionantes específicos, e cada qual reage a sua maneira em função de sua estrutura social, econômica e cultural herdada do passado e das suas opções políticas, no presente (GOULARTI FILHO, 2008, p. 57).

Assim, programas como o PRONAT (SDR/MDA), que emprega uma abordagem multidimensional e intersetorial e aposta na mobilização e capacitação dos atores sociais para o alcance de sua autonomia e à auto-gestão, são fatores externos que podem favorecer as redes de relações entre as organizações e o processo de desenvolvimento local, influenciando positivamente nas atividades produtivas e na própria organização e participação das instituições presentes. Porém, sua gestão e planejamento precisam ser revistos, porque a princípio as ações traçadas no âmbito estadual não vêm provocando a mobilização social e institucional desejada por uma série de questões já levantadas anteriormente.

Assim, no *feed back* desse planejamento faz-se necessário dar visibilidade ao empreendimento mineral ali instalado, pois o desenvolvimento local é justificado pela composição das atividades produtivas ali estabelecidas, e não incide em apenas uma. É impossível pensar o desenvolvimento local orientado na concepção de territórios, sem levar em conta os quinze anos que a mineradora irá levar para explorar o minério de ferro e muito menos sem acompanhar as licenças para estudos de lavras em processo. Sabemos que essa atividade ativa a demanda por serviços, além de adicionar por meio das obrigações tributárias recursos financeiros aos cofres federais, estaduais e municipais, que podem apoiar um conjunto de ações coordenadas capazes de influenciar as redes de relações entre as organizações e o processo de desenvolvimento local, favorecendo as estratégias para superação da traumática pós-mineração.

5 ATORES SOCIAIS E REDES SOCIAIS EM PEDRA BRANCA DO AMAPARI

Explicar a interação entre as atividades agrícolas e de mineração, a capacidade organizacional dos atores sociais e as singularidades do processo de desenvolvimento local do município de Pedra Branca do Amapari constituíram os objetivos centrais dessa tese.

Para entender como os atores sociais organizacionais (instituições públicas, privadas e associações) se relacionam entre si e como interagem nessas redes, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário (Anexo A). Este auxiliou no mapeamento da vida associativa dos atores sociais presentes nas atividades produtivas (agricultura e mineração) e suas influências no desenvolvimento local, além da participação e cooperação que as organizações desenvolvem na superação de problemas comuns. As observações foram realizadas em diversas visitas ao local, procurando reconstruir gradualmente o espaço dos entrevistados, e compor a amostra com atores que realmente fundamentariam as conclusões aqui obtidas. Ademais, o requisito para definição do público-alvo para responder ao questionário, era ser membro da organização social que representam as comunidades de Sete Ilhas, Riozinho e Arrependido. Analisaram-se os conteúdos de documentos oficiais ou não para um exame mais minucioso dos programas e projetos que tais comunidades estão envolvidas, além de dados secundários provenientes de instituições de pesquisa, que auxiliaram na interpretação dessa realidade.

Fez-se um inventário das organizações atuantes no território de Pedra Branca do Amapari a partir de uma pré-listagem contida nos arquivos das seguintes associações: APRCSI e da ATRA e AMPCR. Na análise dos dados, foram também incorporadas outras instituições com as quais alguns entrevistados disseram manter relações. Posteriormente, foi feito um outro levantamento, que deu origem a uma lista de instituições públicas e privadas com as quais a empresa de mineração Anglo Ferrous Brazil tem contato. Para o levantamento dessas instituições foram realizadas entrevistas com funcionários da empresa, especialmente, com a assistente social que ocupa o cargo de Analista das Relações com a Comunidade. Depois, mapearam-se as ações/conexões que a empresa mantém com tais instituições.

As primeiras organizações sociais datam de 1977, isto é, antes mesmo de Pedra Branca do Amapari ser transformada em município. A Sociedade Central dos Agricultores do Estado do Amapá (SOCEAP), nesse período, atuou junto às famílias de produtores da área de Assentamento da Perimetral Norte. Em seguida, em 1988, com a finalidade de implementar projetos agrícolas nas áreas de assentamento da Perimetral Norte, coordenado pelo INCRA, instituiu-se a primeira Associação dos Produtores da Perimetral Norte (APRONORTE). Após, em 1996, a SOCEAP decidiu que cada comunidade deveria fundar sua própria associação, disseminando assim inúmeras associações no local. Outros fatores que contribuíram para o aumento das organizações (AMAPÁ, 2005), foi o volume de recursos disponibilizados a partir de 1996, ocasião da implantação do plano de governo de João Alberto Rodrigues Capiberibe, intitulado de Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá (PDSA), além da instalação do programa Comunidade Solidária do Governo Federal, que estimulou a organização local, criando especialmente os Fóruns de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (FDLIS).

Outras informações constantes no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (AMAPÁ, 2005) confirmam, por meio do diagnósticos de oportunidades e ameaças, as transformações que Pedra Branca do Amapari vem atravessando, tanto no contexto nacional quanto no estadual desde a política de desenvolvimento local iniciada com Fernando Henrique Cardoso e o PDSA. O documento indica alguns comportamentos mais sustentáveis e outros inibidores desse processo. Dentre as mais importantes oportunidades citadas estão o aumento da arrecadação tributária com a implantação das mineradoras, o fortalecimento da agricultura familiar a partir do PROAMBIENTE, a implantação das centrais de abastecimento, a implantação do FDLIS no município para captação de recursos do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Dentre as principais ameaças encontra-se a probabilidade de impacto socioambiental causado pela mineração de ouro (Mineradora Pedra Branca do Amapari), a demora da liberação dos recursos, o compromisso diferenciado entre as instituições envolvidas e a interferência de política partidária.

No que concerne à rede primária de Pedra Branca do Amapari, anterior a 1992, ano de criação do município, como já nos referimos anteriormente, inicialmente, foi constituída por garimpeiros, agricultores e extrativistas no final da década de 1940, com a construção da EFA pela ICOM) e da Rodovia Perimetral

Norte, na década de 1950. Com relação aos agricultores, esses eram imigrantes nordestinos e da própria região, que se instalaram ao longo das principais estradas, do Rio Amapari e seus afluentes na margem direita (LEITE, 1998). Em seguida, próximo à sede do município, o governo implantou a Colônia agrícola de Pedra Branca com pequenos produtores que desenvolveram o plantio de arroz, mandioca, milho, banana e pupunha. Desse modo, o crescimento da cidade deu-se em função de sua posição geográfica localizada na margem direita do Rio Amapari e na EFA, onde funciona até hoje a estação da linha do trem, sob concessão da empresa de mineração Anglo Ferrous Brazil. Ainda na publicação de Leite (1998), observa-se que nesse período foi construído um campo de pouso para pequenas aeronaves, para uso dos garimpeiros da região. Com a criação do município em 1992, a economia no setor primário, especificamente da agricultura, já anunciava a intervenção do Estado, reconhecendo a atividade como sustentação da economia local.

Há necessidade de urgente definição de políticas governamentais voltadas para o fortalecimento deste setor que é a base de sustentação regional através do aproveitamento da mão de obra local que começa a surgir com a infra estrutura implantada após a criação do município e que desponta como fator determinante no processo de desenvolvimento da região (LEITE, 1998, p. 23).

No setor terciário não havia meios de hospedagens (hotéis, pousadas) e constavam 18 pequenos estabelecimentos (mercearias) que vendiam os mais diversos artigos. Os serviços públicos eram executados por um escritório de serviços de extensão rural; tinha-se 07 escolas funcionando de 1ª a 4ª série, atendendo a 400 alunos – somente a partir de 1997 é que o ensino médio seria ofertado. No âmbito da saúde, apenas 04 postos atendiam uma população de 3.018 habitantes, com 03 enfermeiros e nenhum médico, e esses postos estavam localizados na sede do município, em Sete Ilhas, Centro Novo e na aldeia indígena. A infraestrutura econômica, sobretudo o setor transporte, até 1998, era realizada apenas pela EFA⁸⁴ pertencente à ICOMI e por uma única empresa de ônibus de nome Estrela de Ouro.

⁸⁴ Na ocasião da entrevista dada pelo Chefe da DTTR, Lauomar Sabadine, que foi funcionário da ICOMI e trabalhou na manutenção da EFA, fez críticas ao estado de abandono da única estrada de ferro que a Anglo Ferrous Brazil é concessionária. Para ele, a empresa ainda não revitalizou a EFA, pois apenas realiza a troca de dormentes e observou o aumento no tempo de duração da viagem que antes era de quatro horas de duração, hoje, leva até oito horas por falta de manutenção. Além disso, a empresa fez alteração no horário de saída do trem, o que vem tornando seu uso impraticável e, considera que o aumento pela demanda por transporte rodoviário tem se dado por esse motivo.

Todavia, o escoamento da produção mineral e parte do escoamento da produção agropecuária do território centro-oeste é mantido até hoje pela EFA. No setor da comunicação, a cidade era atendida por um posto de serviço telefônico da extinta Telecomunicações do Amapá (TELEAMAPÁ) e as imagens de televisão somente eram captadas com antenas parabólicas.

Atualmente, diante do conjunto de práticas e expressões da agricultura familiar representada na territorialidade rural de Pedra Branca do Amapari, os produtores organizam uma diversidade de sistemas de cultivos (roça, sítio e Sistemas Agro-florestais), de criação (aves, porcos e piscicultura) e extrativismo (pesca, madeira, óleos e cipó-títica, açaí e caça), capazes de garantir a reprodução social, cultural e econômica da atividade, com distribuição do trabalho da família na propriedade. A produção continua empregando a força do trabalho familiar de homens e mulheres de diferentes idades, integrando-os as atividades produtivas, no papel de esposa, esposo, pai, mãe, filho, filha, etc., mas, também, há nesse universo a contratação de mão-de-obra para a realização de determinados serviços (capina, formação de novas áreas de cultivo, estabelecimento de culturas permanentes, extrativismo de madeira), assim como vendem sua força de trabalho em atividades agrícolas (broca, derruba e coivara nos estabelecimentos vizinhos; limpeza de pastagem nas fazendas próximas) e não agrícolas (serviços de caseiro, pedreiro, carpinteiro, emprego na empresa de mineração) para aumentar a renda familiar. Ademais, compõe a renda familiar de alguns produtores o emprego público municipal e estadual. Além disso, há ainda uma disposição para troca de mão-de-obra com outros agricultores (mutirões, plantio de açaí) o que caracteriza ação cooperativa no interior das três organizações sociais estudadas.

Informações coletadas durante a aplicação do questionário “Redes sociais e participação no desenvolvimento local de Pedra Branca do Amapari”, confirmam a dinâmica socioeconômica que a mineradora causa no município. No item que se refere a interação e nível de participação, as comunidades de Arrependido, Riozinho e Sete Ilhas responderam ao questionamento se as empresas de mineração interagem com a organização. Na comunidade de Arrependido 40% responderam que sim, ocasionalmente e afirmaram ter recebido dinheiro para comprar mudas de açaí; 20% responderam que não ajudam; 20% que sim, frequentemente ajudam a organização; e o restante (20%) disse que nunca e reclamam a respeito da madeira retirada pela empresa, pois esta deveria ser doada para os agricultores.

Em Riozinho, todos responderam que as mineradoras nunca ajudaram as organizações e revelaram ter informações de que “as empresas dão recursos para a prefeitura distribuir entre as associações”. Também foi dito por esta comunidade que “existe um projeto de construção de casa de farinha, mas até agora não apareceu o dinheiro”. Vale ressaltar que a entrevista foi realizada em agosto de 2008, portanto, antes da liberação dos recursos pela empresa MPBA em dezembro de 2009, no valor de R\$ 41.015,90 para a construção da referida casa de farinha, beneficiando vinte e três famílias (Quadro 7).

Em Sete Ilhas, 80% responderam que sim, frequentemente as empresas ajudam, especialmente financiando projetos de capacitação da comunidade, como é o caso do PDF em que a empresa realiza capacitações com o objetivo de “criar oportunidades de desenvolvimento para pequenos e médios negócios nas comunidades em que a empresa atua” (DIÁLOGO AMAPÁ, 2009, p.2). O restante, 20% dos entrevistados, respondeu que as empresas nunca interagiram com a comunidade.

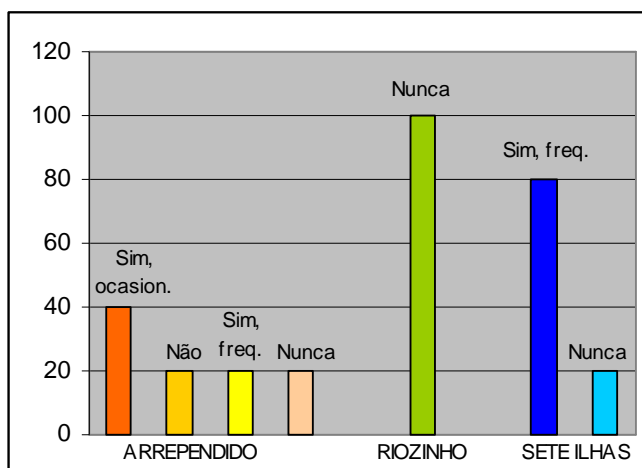


Gráfico 24 - Interação das empresas de mineração com as organizações sociais.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

No que se refere à diversificação dos sistemas de produção na composição da renda familiar, essas mesmas comunidades tiveram que responder se existiam agricultores que vendiam a mão-de-obra familiar para as empresas mineradoras. Em Arrependido, entre aqueles que responderam ao questionário, 40% citaram alguns moradores, os quais trabalhavam efetivamente na empresa, o restante (60%) disse simplesmente que não vendiam mão-de-obra para as empresas. Na comunidade de

Riozinho, sobre este assunto, constatou-se que todos (100%) responderam que não vendiam mão-de-obra para as empresas. No entanto, em Sete Ilhas, todos (100%) informaram que trabalhavam para a empresa, mas “nunca o pai e o filho juntos, justamente para que a unidade de produção familiar não fique só”.

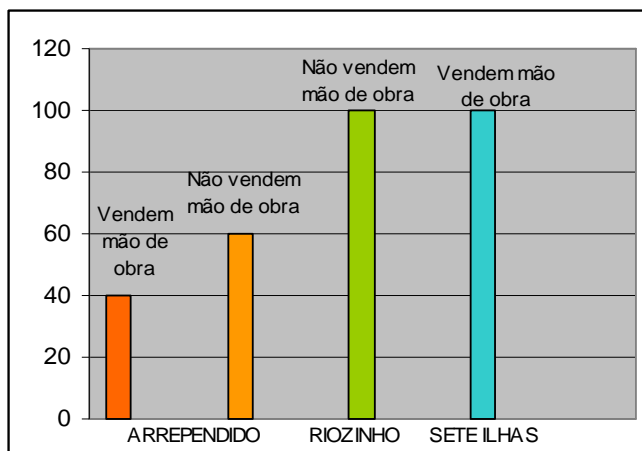


Gráfico 25 - Composição da renda familiar proveniente da venda mão de obra familiar as empresas mineradoras.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

A seguir, busca-se caracterizar e analisar as relações em **laços fortes e fracos** entre os atores sociais presentes nas duas principais atividades produtivas - mineral e agrícola -, tendo como referência a rede primária, constituída antes da retomada do ciclo mineral no local, o que justifica os processos de desenvolvimento local.

No domínio da agricultura, as famílias de Sete Ilhas, Riozinho e Arrependido estão organizadas em associações, sendo que a Associação dos Produtores Rurais de Sete Ilhas APRCSI possui 32 sócios, a AMPCR tem 30 sócios e a ATRA apresenta 15 associados.

A APRCSI foi fundada em 2006, mas seus sócios em sua grande maioria derivam de um outro aprendizado coletivo vindo da APRONORTE, que foi a primeira organização social criada após a SOCEAP, há catorze anos atrás. A AMPCR foi instituída somente em 2004, possuindo em seu quadro de sócios alguns vindos também da APRONORTE e da Associação dos Produtores de Riozinho (APRORIO), extinta em 2005. Por sua vez, a ATRA foi fundada em 1999, ou seja, há onze anos atrás.

Em Arrependido, a escolha da organização é feita por meio do voto (80%) de todos os associados, mas há, entre os membros da organização da ATRA (20%), denúncias de que a indicação vem de fora. Na AMPCR, a maior parte (60%) dos associados que responderam ao questionário informa que a indicação vem de todos os associados e o restante (40%), do mesmo modo que Arrependido, respondeu que vem de fora, com recomendação do INCRA, instituição essa presente no assentamento da Perimetral orientando as famílias no acesso ao crédito instalação e com a infraestrutura básica rural necessária ao assentamento. Em Sete Ilhas, todos os entrevistados associados na APRCSI responderam que os votos vêm de todos os associados.

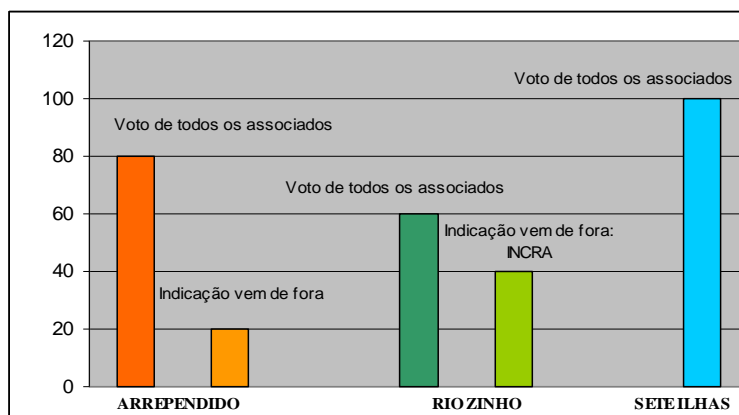


Gráfico 26 - Formas de escolha da associação.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

No que se refere ao financiamento da organização, tanto os associados da APRCSI quanto os da AMPCR, compreenda-se todos, responderam que a organização é mantida pelos próprios sócios. No entanto, a ATRA teve entre seus membros os que responderam que são os próprios sócios (80%) que a mantém, assim como teve quem respondesse (20%) que recebia doação de fora. A doação que os associados se referiam era proveniente da empresa de Mineração de Pedra Branca do Amapari (MPBA) que doou dinheiro à comunidade para aquisição de mudas de açaí.

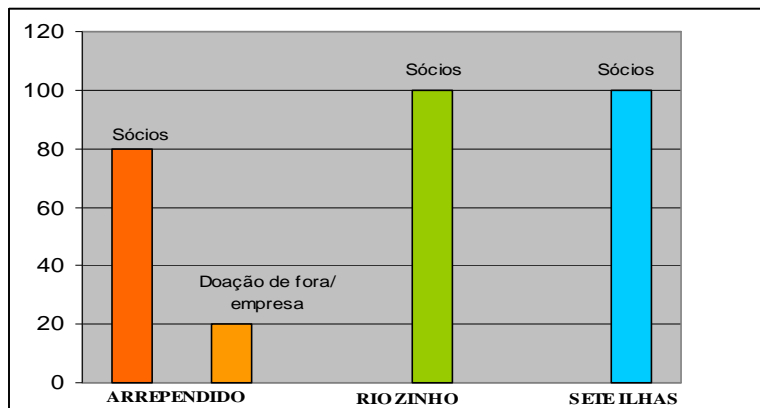


Gráfico 27 – Financiamento da organização.
Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

A seguir, baseada nos pressupostos teóricos do capital social, de territórios e desenvolvimento local, faz-se uma leitura da densidade da vida associativa das famílias no interior das organizações que as representam, incluindo as características que conferem a presença do capital social, como confiança, cooperação, solidariedade e autoconfiança.

Para averiguar aspectos da confiança desenvolvida entre os agricultores familiares e as instituições locais (prefeito, empresas de mineração (MPBA e Anglo Ferrous Gold Brazil] e lideranças locais), perguntou-se às organizações quais eram as suas opiniões a respeito dessas instituições (confio muito pouco; confio pouco; confio muito; confio totalmente). A observação desse comportamento auxilia entender a disposição do grupo em manter atos de solidariedade, cooperação e de autoconfiança entre os agentes públicos e privados e com aquela comunidade, e os reflexos que essas vantagens sociais e econômicas trazem para o local.

Os aspectos da confiança gerada no interior do grupo foram analisados no sentido de se tentar compreender o círculo virtuoso de relações sociais e porque o desenvolvimento local ao mesmo tempo passa a ser explicado a partir das organizações sociais existentes, concebidas como capital social.

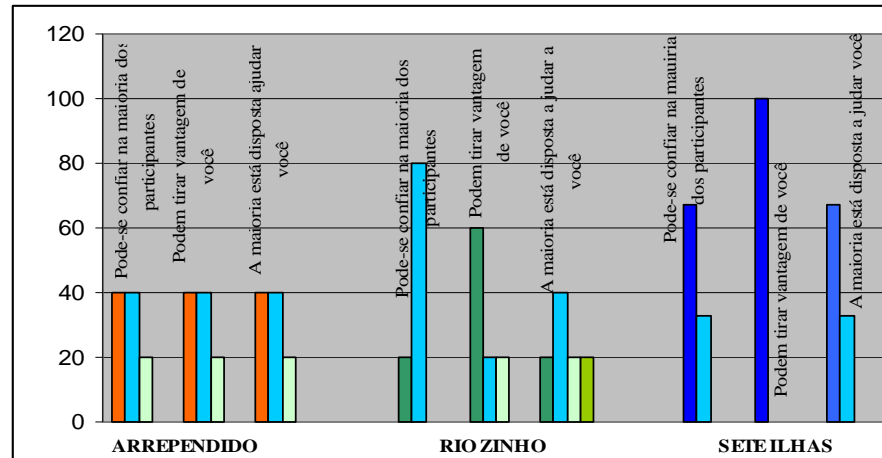


Gráfico 28 - Confiança no grupo.
Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

As respostas obtidas pelas organizações mostraram que a APRCSI é a melhor posicionada em relação às demais organizações no que concerne aos indicadores de confiança e solidariedade uma vez que, mais da metade dos entrevistados (67%) disse concordar quanto à disposição das pessoas a querer ajudar o outro quando ele necessitar, além de ter revelado um melhor índice quanto ao nível de confiança no interior do grupo. No entanto, quando avaliado a afirmativa “No grupo, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você”, a AMPCR foi a que manifestou maior discordância (60%) e na APRCSI todos (100%) responderam que concordam com essa afirmação. Sobre esse posicionamento, avalia-se que não há entre os membros uma unidade nesse pensamento. Porém, admite-se que todos estão atentos no grupo para que não sejam investidas vantagens individuais numa determinada situação. Nesse contexto, a análise da confiança tem sentido quando o desejo consciente de fazer parte de uma organização passa a prevalecer.

Vale observar que o questionário contendo os elementos que constituem a análise do capital social foi aplicado em 2008, ano anterior à primeira liberação dos recursos pela MPBA, com o qual viria o FMDC. Portanto, as comunidades encontravam-se naquele momento atentas à liberação dos recursos que estavam por vir, o que provavelmente fez refletir o comportamento apresentado a seguir.

A comunidade de Sete Ilhas ou confia pouco ou muito pouco nas instituições públicas e privadas indicadas (prefeito, empresa de mineração e lideranças locais). Há, no entanto, uma descrença absoluta nas instituições presentes e esse

comportamento passa a ser um importante indicador para que políticas possam chegar efetivamente a essa comunidade, estimulando a ativa participação no desenvolvimento local.

A respeito das frequências de reuniões por ano, foi observado que a APRCSI foi a que apresentou maior assiduidade. Depois da APRCSI, a ATRA foi a que mais se reuniu e, por último, a AMPCR.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL	FREQUÊNCIA
Associação dos Produtores Rurais de Sete Ilhas (APRCSI)	Mais de 5 vezes ao ano
Associação dos Trabalhadores de Arrependido (ATRA)	3 a 5 vezes ao ano
Associação de Mulheres Produtoras da Comunidade de Riozinho (AMPCR)	Uma vez ao ano

Quadro 31 - Frequência de reuniões nas organizações

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Na comunidade de Arrependido, os agricultores responderam em sua grande maioria (60%) que confiam muito pouco no prefeito, 20% confiam pouco e apenas 20% disseram que confiam muito. Em relação às empresas de mineração, 60% responderam que confiam muito pouco e 40% confiam pouco. Quanto às lideranças locais, as respostas foram, de um modo geral, muito claras a respeito da falta de confiança que o poder local constituído mostra (40% confiam pouco e 20% confiam muito pouco). Porém, há aqueles (20%) que confiam muito e aqueles (20%) que confiam totalmente. Os que revelaram confiar nas lideranças locais estão aqueles que compõem a diretoria da ATRA.

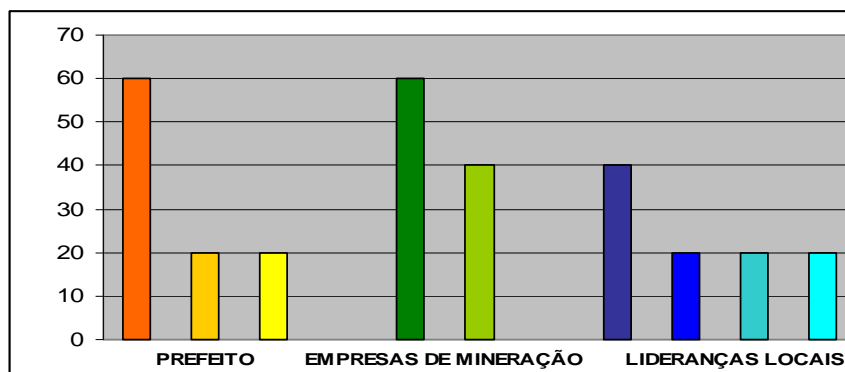


Gráfico 29 - Aspectos da confiança em relação às instituições locais - Comunidade de Arrependido.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

A comunidade de Riozinho por sua vez não apresentou um quadro diferente, pois a grande maioria (60%) respondeu confiar muito pouco no prefeito e apenas

20% confia totalmente. Sobre as empresas de mineração, a maioria também respondeu que confia muito pouco (40%) e 20% confia pouco. Os demais (20%) responderam que confiam muito nas empresas e 20% preferiu não opinar. Da mesma forma que as outras localidades estudadas, grande parte dos agricultores (80%) responderam que confiam muito pouco nas lideranças locais e somente 20% disseram que confiam muito.

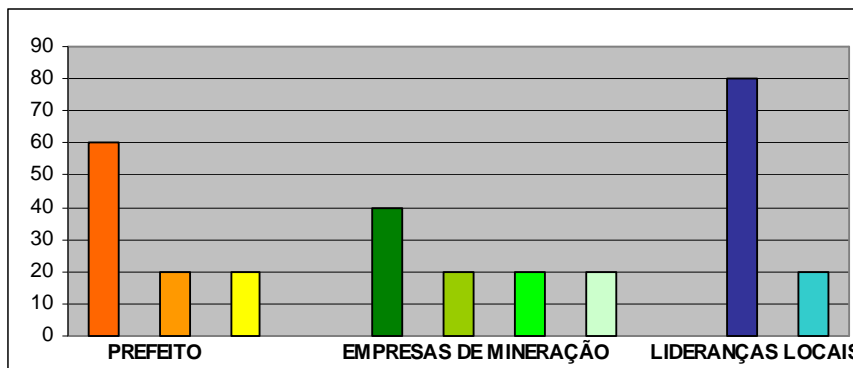


Gráfico 30 - Aspectos da confiança em relação às instituições locais - Comunidade de Riozinho.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Nesse sentido, a disposição de membros de uma comunidade para a prática de troca de mão-de-obra na realização de determinados serviços permite avaliar a cooperação despendida em uma rede de relações sociais. Durante o trabalho de campo, constatou-se nos depoimentos da comunidade de Arrependido que há entre a maioria dos agricultores (60%) disposição para a realização de troca de mão-de-obra, especialmente na realização de mutirões e no plantio de açaí, pois os agricultores foram beneficiados com recursos da FMDC, financiados pela mineradora Anglo Ferrous Brazil e a MPBA. Também há entre eles (40%) indisposição para realização da ajuda mútua (solidariedade, cooperação, confiança, reciprocidade), porque acreditam que “cada um deve se virar só”. Entre esses agricultores encontramos aqueles que não só dependem da atividade da agricultura familiar para sobreviver, mas, sobretudo do salário da prefeitura e dos benefícios da aposentadoria.

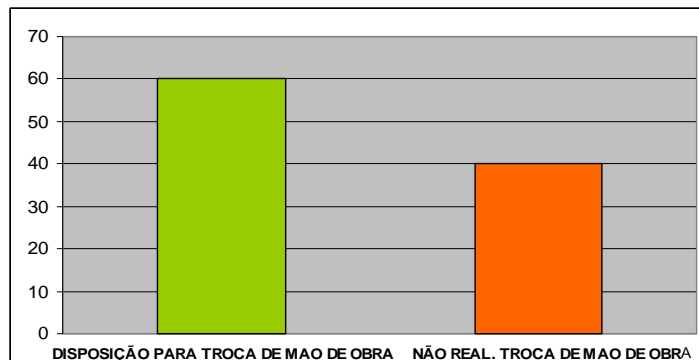


Gráfico 31 - Realiza troca de mão-de-obra com outros agricultores – Comunidade de Arrependido.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Na comunidade de Riozinho encontramos depoimentos inversos aos encontrados em Arrependido. Mais da metade dos agricultores (80%) revelaram não realizar troca de mão-de-obra com outros agricultores e 20% responderam “sim”, e que realizam a troca de mão-de-obra com mutirões. Aqui, há um fato curioso, pois 60% dos que responderam ao questionário eram mulheres e faziam parte da AMPCR, criada em 2004, e os outros (40%) eram homens e participam de outras organizações fora daquela comunidade, pelo fato da própria nomenclatura da única organização social existente, excluir a participação de agricultores homens. Anteriormente, esta comunidade era representada pela APRORIO, criada em 1998 e extinta em 2006.

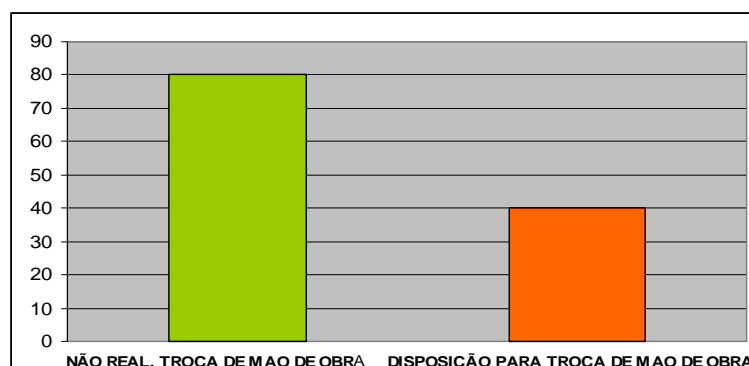


Gráfico 32 - Realiza troca de mão-de-obra com outros agricultores – Comunidade de Riozinho.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Embora Riozinho em sua grande maioria apresente restrições para realizar troca de mão-de-obra, percebe-se que essa comunidade desenvolve com os vizinhos melhor relação de confiança e solidariedade. O questionamento que fez

revelar essas virtudes foi constituído a partir de uma situação em que os agricultores, caso precisassem viajar por uma ou duas semanas, poderiam contar com os vizinhos para tomar conta de sua casa. As respostas que deveriam escolher eram: (1) Definitivamente sim; (2) provavelmente; (3) Provavelmente não; (4) Definitivamente não.

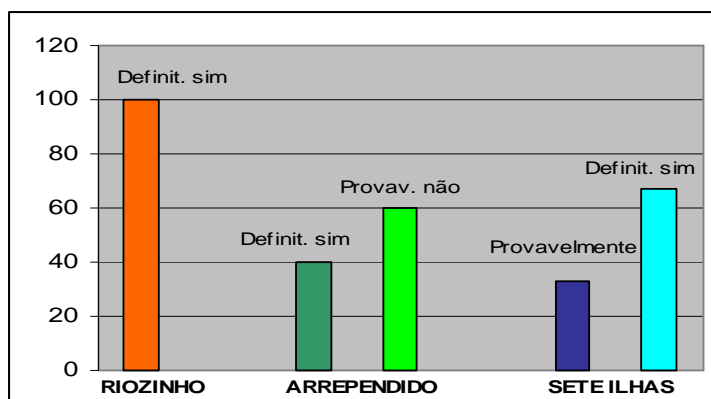


Gráfico 33 - Em uma viagem poderia contar com os vizinhos para tomar conta de sua casa.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Contrários aos agricultores familiares de Riozinho, em Sete Ilhas, todos (100%) revelaram que realizam troca de mão-de-obra com os agricultores. No geral, essa comunidade parece possuir maior capacidade de cooperação com as pessoas da organização. E isso se confirma quando nos depoimentos a respeito das redes de relações de confiança e solidariedade, estes se sentem (100%) empoderados para melhorar sua comunidade, conforme será apresentado a seguir.

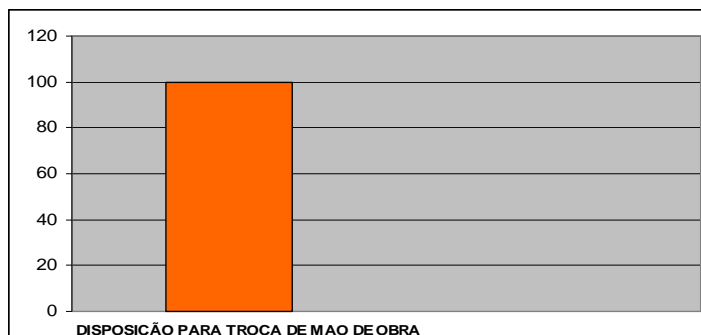


Gráfico 34 - Realiza troca de mão-de-obra com outros agricultores – Comunidade de Sete Ilhas.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Nesse contexto, compreende-se o conceito de capital social como as redes de relações estabelecidas entre os atores sociais locais organizados e empoderados, ligados à diversidade de atividades econômicas capazes de promover o desenvolvimento rural local sustentável.

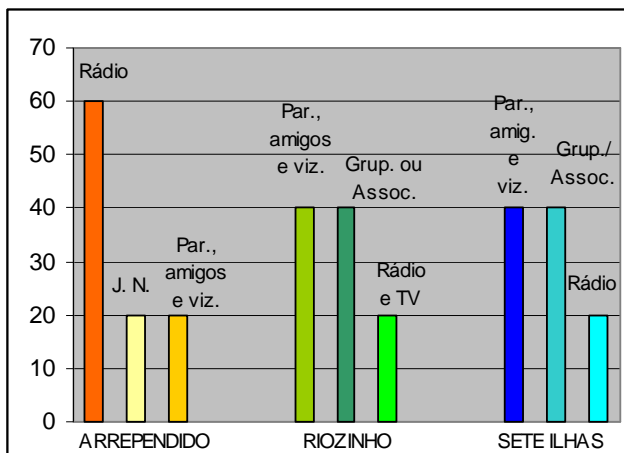


Gráfico 35 - Três fontes de informações mais importantes.
Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

A respeito da opinião das famílias sobre quais fontes de informações consideram mais importantes, as comunidades de Riozinho e Sete Ilhas consideraram os parentes, amigos e vizinhos e os grupos ou associações. Já as famílias de Arrependido, por sua vez não mencionaram os grupos ou associações como uma estrutura capaz de facilitar suas ações, e considerou o rádio (60%) como a fonte mais confiável que dispõem.

Também, foram analisados os dados sobre rede de relações, para verificar o poder que possuem para tomar decisões importantes e que podem melhorar sua localidade, portanto capazes para realizar as transformações sociais e econômicas no local. Em Sete Ilhas, todos (100%) responderam que se sentem capazes para tomar decisões importantes que podem melhorar sua localidade. Em Riozinho, 80% dos entrevistados responderam que são capazes de mudar e 20% se sente um pouco incapaz. Por sua vez, Arrependido mostra que 40% dos entrevistados são capazes de mudar; 40% um pouco capaz e 20% um pouco incapaz.

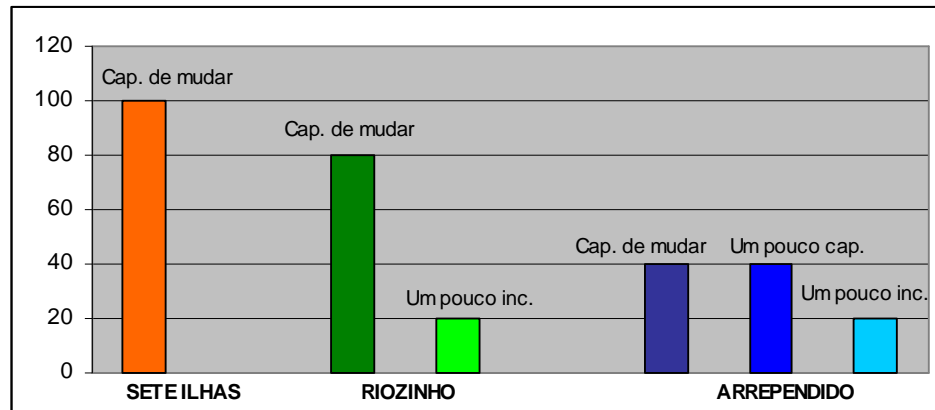


Gráfico 36 - Poder para tomar decisões importantes que podem melhorar sua localidade.
Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Mais que uma ferramenta, o *empowerment* leva a constituição do capital social tendo como consequência a autonomia, responsabilidade e, principalmente, uma maior consciência a respeito da condição de exclusão em que vivem determinados grupos vítimas de atitudes paternalistas de proteção excessiva, em detrimento de ações que levem o fortalecimento em direitos e cidadania. Nesse sentido, o termo empoderamento aliado à força organizativa que o capital social mobiliza, torna-se importante na análise das estratégias de superação da pobreza e precariedade, porque ele é tão essencial como a busca de recursos financeiros para o alcance de poder social e econômico, em que os indivíduos se encontram vitimados. Sua aquisição, sobretudo, ativa a autoestima capaz de vencer desde o simples acesso a serviços públicos, até o ganho por comportamentos cooperativos para investimentos em determinados bens materiais.

Nesse sentido, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (AMAPÁ, 2005) aponta algumas conquistas alcançadas pelas organizações dos produtores rurais em Pedra Branca do Amapari. Dentre as associações que alcançaram benefícios em função do nível de organização em que se encontravam, três fazem parte das comunidades selecionadas para a pesquisa empírica desta tese.

ASSOCIAÇÕES	MOTIVO DA CRIAÇÃO	Nº DE SÓCIOS	CONQUISTAS	INFRA-ESTRUTURA
Associação dos Produtores do Riozinho (APRORIO)	Financiamento do PROCERA, incentivo do RURAP	30 associados	-Solicitação de posto médico/convênio INCRA; -Reconstrução de pontes/DER Amapá; -Depósito para armazenamento/ parceria INCRA; -Abertura e reconstrução de ramais/ Prefeitura de Pedra Branca do Amapari; -Eletificação rural/Governo do Estado do Amapá e prefeitura	-Não há telefone na comunidade; - Apenas 70% da comunidade possui energia elétrica; -Posto médico existe, mas ainda não funciona. -A comunidade é atendida com os caminhões da SDR para escoamento da produção.
Associação dos Produtores Rurais de Sete Ilhas (APRCIS)	Iniciativa própria para financiamento	32 associados	-Solicitação para aquisição de mudas; -Participação do Projeto SUMANO; -Transporte piscicultura/SEPLAN.	-Comunicação: telefone tem, mas funciona precariamente; -Saneamento, não há água tratada e coleta de lixo, e fossas só para 30% dos moradores; - Escola estadual e municipal com 80% de funcionamento; -Ramais de difícil acesso; -Energia atende 80% da vila, porém inexistente nos ramais; -A comunidade é atendida com os caminhões da SDR para escoamento da produção.
Associação dos Trabalhadores de Arrependido-ATRA	Arrecadar recursos para comunidade	15 associados	-Limpeza do ramal em conjunto/ Prefeitura Municipal de Macapá/ GEA; -Construção da escola local/ Prefeitura Municipal de Macapá/GEA com mão- de- obra comunitária -Eletificação rural/GEA	-Declividade acentuada do ramal dificulta transporte dos produtos; -A comunidade não é atendida pelos caminhões da SEAF e Prefeitura; -A comercialização é feita nas cidades de P. Branca e Serra do Navio.

Quadro 32 - Conquistas alcançadas pelas organizações no ano de 2005.

Fonte: SDR; GTZ (2005). Adaptado pela autora (2010).

Ressalta-se que a APRORIO foi desativada em 2006 e em seguida criou-se a AMPCR. A AMPCR, portanto, é uma organização criada em 2004, porém, por uma questão de gênero, não congrega todos os que desenvolvem a agricultura familiar.

Há membros dessa comunidade que participam de outras organizações comunitárias como a SOCEAP e APRCSI, o que faz com que busquem redes externas de contatos para a conquista de benefícios.

Desse modo, na estrutura do questionário foi perguntado qual o maior benefício de fazer parte daquela organização. A comunidade de Sete Ilhas foi a que apresentou maior número de respostas conscientes indicando que fazer parte da associação beneficia a comunidade. As alternativas sugeridas para esta pergunta foram: (i) é importante em situações de emergência; (ii) beneficia a comunidade; (iii) prazer/diversão; (vi) outros.

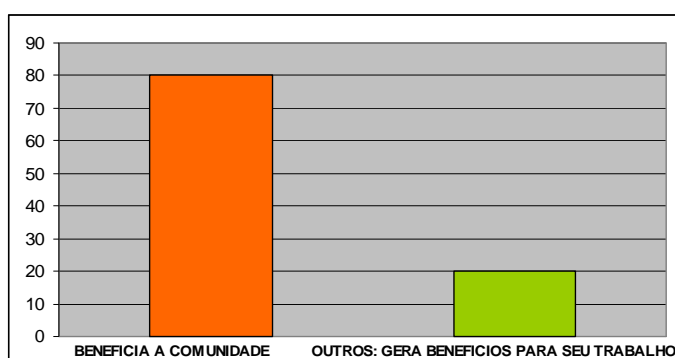


Gráfico 37 - Qual o maior benefício de fazer parte dessa organização – Comunidade de Sete Ilhas.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Na comunidade de Arrependido, as respostas apresentaram-se da seguinte forma: 20% responderam que participar da ATRA é importante em situações de emergência; 20% não souberam responder; 20% responderam outros e explicaram que a Associação nunca ajudou a comunidade, pois pagam R\$ 4,00 e não sabem informar onde investem; e 40% disseram que beneficiam a comunidade.

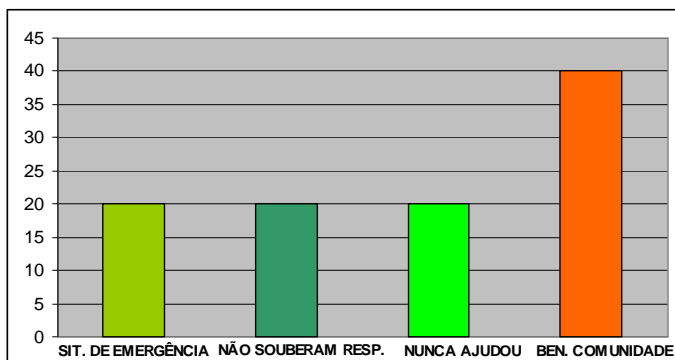


Gráfico 38 - Qual o maior benefício de fazer parte dessa organização- Comunidade de Arrependido.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Em Riozinho, 60% responderam que fazer parte da organização beneficia a comunidade, principalmente com o acesso aos projetos de crédito do INCRA; e 40% responderam que, participar da AMPCR, da SOCEAP e APRCSI gera prazer e diversão.

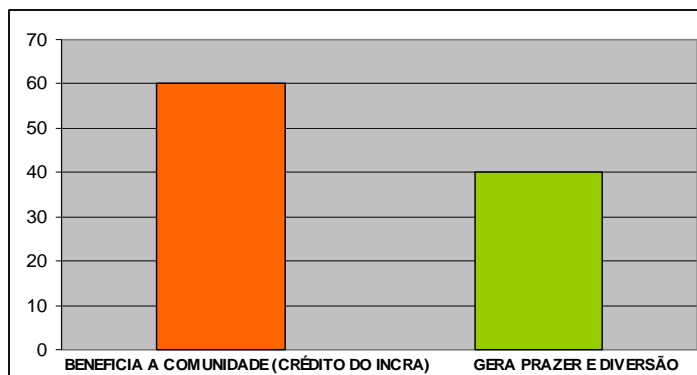


Gráfico 39 - Qual o maior benefício de fazer parte dessa organização-Comunidade de Riozinho.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Nesse contexto, ao se buscar na abordagem de territórios a relação que este possui com o capital social, torna efetivamente possível identificar a interação entre os participantes das organizações, bem como as relações de confiança e solidariedade desempenhada nas comunidades de Sete Ilhas, Riozinho e Arrependido e sua contribuição para os processos de desenvolvimento local em Pedra Branca do Amapari.

Em Sete Ilhas parece haver entre os membros dessa comunidade uma maior disposição em desejar colaborar com o próximo, pois todos os agricultores responderam que realizam troca de mão-de-obra em determinados serviços, assim como uma maior consciência sobre as vantagens que se tem em fazer parte da associação. Embora a associação tenha sido criada em agosto de 2006, esta se diferencia das demais porque o motivo de sua criação foi iniciativa da própria comunidade. As demais, como a ATRA e AMPCR foram criadas por conta das exigências de programas externos. Além do mais, todos disseram que se sentem com maior capacidade, portanto mais empoderados, para tomar decisões importantes que podem melhorar a sua localidade.

Desse modo, as famílias de agricultores de Sete Ilhas passam por melhores condições quando avaliado suas relações de confiança, reciprocidade, cooperação,

ajuda mútua e de seus direitos cívicos, especialmente quanto à mudança que é capaz de proporcionar no local. Porém, essa comunidade conta com um tipo de capital social que Woolcock e Narayan (2007) chamam de capital intensivo, com um tecido compacto construídos por um laço 'de união' dentro da própria comunidade, em inglês, denominado '*bonding*' *social capital*. Esse comportamento é manifesto quando os membros dessa comunidade revelaram serem os que menos confiam nas instituições locais (prefeitos, empresas de mineração e lideranças locais) e ao mesmo tempo ser a organização que mais realiza reuniões durante o ano, mostrando que esperam menos das ações clientelistas do governo e passam a fazer mais pelo grupo.

No item 4, ocasião em se avalia a compra de mão-de-obra para ajudar em tarefas específicas na unidade de produção familiar, Sete Ilhas e Riozinho demandaram força de trabalho extrafamiliar maior, especialmente porque vem aumentando o preparo de novas áreas ou pela busca em outros rendimentos, como a extração de madeira para ampliar a renda familiar. Esses comportamentos são considerados importantes indicadores, porque mostram que as famílias estão procurando aumentar sua produção e por conta disso buscam realizar novos arranjos institucionais em torno de sua produção para obtenção de novos mercados. A princípio, vale ressaltar que esse processo está ocorrendo entre agricultores que apresentam uma melhor estrutura organizacional para o enfrentamento dessa realidade, quando avaliados no âmbito familiar.

Contudo, tanto a APRCSI quanto a AMPCR foram as que apresentaram maior capacidade de captação de recursos provenientes do FMDC constituído de recursos financeiros das empresas mineradoras, do PRONAF e do FRAP (Quadro 33). Além desses aportes financeiros adicionou-se a esses o rendimento dos produtos vendidos nas feiras, com exceção da ATRA, cuja comunidade não é atendida com o escoamento da produção, segundo nos informou a Coordenadoria de Agronegócio (COAGRO), responsável pelo registro da comercialização da produção agrícola nas feiras de Macapá e Santana, vinculada à SDR. As condições do ramal que dá acesso a essa comunidade, notadamente sua acentuada declividade, são os fatores que limitam o atendimento das famílias produtoras com os serviços de transporte para o escoamento da produção.

ORGANIZAÇÃO	FMDC	PRONAF	FRAP	RENDIMENTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS NA FEIRAS	TOTAL
Associação dos Produtores Rurais de Sete Ilhas (APRCI)	41.015,90	32.195,43	-	58.414,37	131.625,70
Associação de Mulheres Produtoras da Comunidade de Riozinho (AMPCR)	41.015,90	36.254,53	-	124.262,07	201.532,50
Associação dos Trabalhadores de Arrependido (ATRA)	41.600,00	11.008,32	11.082,64	-	63.690,96

Quadro 33 - Aportes financeiros alcançados pelas organizações - 2009

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2010).

Assim, durante a análise das manifestações de capital social no território rural de Pedra Branca do Amapari, os indivíduos nas associações estudadas tornaram-se uma importante referência por se tratar da possibilidade de serem esses os ativos de capital social capaz de apoiar a compreensão das relações de troca de confiança e cooperação realizadas interna e externamente ao grupo. Sem dúvidas, essa participação comprova ao grupo as vantagens que se tira por estar associado a uma organização, pois muitas das conquistas alcançadas somente foram possíveis pelo motivo de cada um ter se dedicado às lutas coletivas. Entretanto, essas estruturas organizadas, constituídas de normas sociais e cívicas, transformam-se em espaço do exercício da cidadania e lugar de discussões de problemas comuns, constituindo locais de reivindicações e de articulações para o estabelecimento de contatos dentro e fora da rede, tornando as ações dos grupos virtuosas na busca para soluções comuns no território rural onde se encontram. Portanto, o comportamento coletivo aqui analisado são construções de capital social, seja por iniciativa exclusiva das comunidades de Sete Ilhas, Arrependido e Riozinho seja por iniciativa do próprio Estado (nos níveis federal, estadual e municipal).

Os representantes das famílias de produtores de Sete Ilhas e Riozinho, ambas pertencentes à área de Assentamento da Perimetral Norte, apresentaram maior habilidade de captação de recursos. Porém, esse indicador não autoriza inferir, apenas baseado nessa informação, que essas organizações detêm maior ativo de capital social. Assim como não permite, unicamente apoiado na informação de frequência de reuniões (Quadro 30), qualificar a comunidade de Arrependido como a segunda organização que mais concentra ativos de capital social porque possui uma

história de participação e envolvimento comunitário melhor que a comunidade de Riozinho. Ao contrário, quando se tem outros elementos da pesquisa (disposição para realização de troca de mão-de-obra, poder para mudar sua localidade, os benefícios que fazem participar da organização, confiança nas instituições locais, etc), percebe-se que a ATRA e nenhuma outra organização estudada não podem, de forma reducionista, ser classificada de primeira, segunda ou terceira organização que mais acumula capital social. Existe uma combinação de vantagens que os grupos buscam reunir, como confiança, cooperação, solidariedade, autoconfiança e reciprocidade, que ao serem avaliadas de forma sinérgica, admitem, seguramente, afirmar que essas organizações se encontram em melhor posição para o alcance dos objetivos que se deseja alcançar, ao invés de utilizar categorias de classificação que não atendem aos objetivos mais proeminentes da tese, que é mapear a vida associativa da localidade, identificando sua importância no desenvolvimento local.

Observou-se que as organizações estudadas encontram-se favoráveis a essa mudança, pois a partir da atuação do Ministério Público, da prefeitura e da empresa mineradora, disponibilizou-se uma renda suplementar proveniente da atividade mineral, que mobiliza as famílias de agricultores na captação de recursos, que não são *royalties*. As associações de produtores envolvidos nesse processo indicam em que desejam que esses recursos sejam investidos. E esse exercício, conforme explora Putnam (1996), mostra como as mudanças institucionais afetam as identidades, o poder e as estratégias dos atores políticos.

Efetivamente, os agentes sociais mais dinâmicos, como as organizações rurais, as empresas mineradoras e a prefeitura, apresentam maior engajamento nos processos de desenvolvimento local. Enquanto ao poder público estadual, cabe, conforme já havia sugerido no item anterior, realizar um *feed back* em seu planejamento para que possa reconhecer e atender a composição das atividades produtivas ali desenvolvidas, sob a perspectiva do território rural, dotando os agentes de poder e não incidir seus recursos humanos e financeiros unicamente no setor rural agrícola.

Nesse sentido, o arranjo institucional no território é marcado por duas redes de atores – mineração e agricultura – constituídas por instituições de perfis externo e interno, em que circulam informações que vêm provocando relações intensas de laços fortes e fracos. O Ministério Público é uma importante instituição externa, que surge na rede a partir de 2004, intervindo junto à mineradora MMX por causa dos

impactos ambientais provocados pela atividade. Sua atuação fez interagir a rede da agricultura familiar à rede da mineração, compondo um arranjo institucional peculiar ao território. Seu desempenho está sendo fundamental e já é possível vislumbrar uma configuração distinta da economia local, produzindo uma tônica diferente nos processos de desenvolvimento local em Pedra Branca do Amapari. A ação se deu por meio da Promotoria de Serra do Navio que aplicou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) à MMX, empresa que antecede a Anglo Ferrous Brazil na exploração do minério de ferro, pelas externalidades negativas provocadas pela planta produtiva, atingindo os dois municípios. Nesse processo, a Promotoria determinou que a mineradora repasse 1% do faturamento líquido anual da empresa aos municípios e instituiu-se a Lei nº 238/2004, que criou o FMDC, proveniente de medida compensatória, acordada entre as Prefeituras de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e empresa mineradora. Para Pedra Branca do Amapari, ficou acordado que seriam repassados 65% dos recursos e para Serra do Navio 35%. Para gerir o fundo, foi criado o Conselho do FMDC, que tem como finalidade:

Trabalhar na elaboração de orientação para execução de novas formas de geração de ocupação e renda de maneira participativa, buscando fortalecer a auto-gestão, revigorando o exercício da cidadania, gerando um processo educativo de conscientização, permitindo aos indivíduos terem clareza da realidade em que vivem e se sentirem capazes através de sua participação, de gerenciar o seu próprio desenvolvimento, deixando de ser objeto das ações para ser sujeito da transformação social, que sonhamos para nosso município. (SERRA DO NAVIO, 2009)

Ultimamente, a Secretaria do FMDC fica localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Serra do Navio, pelo motivo de “estar incorporada juridicamente na estrutura dessa prefeitura” (SERRA DO NAVIO, 2009) e possui um funcionário especificamente contratado para prestar informações de acesso ao Fundo.

Em 2008, o MP estabeleceu parceria com o SEBRAE/AP para que se construísse um projeto de geração de renda para mulheres e jovens de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio, a partir dos recursos provenientes do Fundo. Atualmente, o projeto vem permitindo a execução de uma diversidade de cursos, dando suporte para o funcionamento das duas oficinas de confecção e serigrafia instaladas nos dois municípios. Recentemente, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi incorporado a essa rede de instituições, cuja responsabilidade

será a instalação das máquinas e equipamentos destinados a unidade de serigrafia, parte física que constituirá o Pólo integrado de confecções, serigrafia e bordados.

Vale destacar que a exigência por uma concepção de um projeto de caráter territorial fez com que o SEBRAE-AP construísse os Núcleos de Produção Integrada (NPI), um em cada município, com estratégia de atuação conjunta e cooperada, objetivando definir produtos e quantidade a ser produzida, evitando superprodução e concorrência, pelo menos inicial, em mercado ainda em formação (SEBRAE/AP, 2009). O SEBRAE informa ainda que já foram iniciadas negociações com grupo empresarial de Macapá, ligado ao setor de confecções, serigrafia e bordados. Além dessa iniciativa de desenvolvimento local, já foram capacitadas 50 pessoas em curso de panificação dentro da atividade capacitações em gastronomia. Do mesmo modo, o projeto vem executando atividades agrícolas, com ações que fortalecem sobremaneira a agricultura familiar, como a instalação de uma Unidade de Beneficiamento de Pimenta do Reino e capacitações tecnológicas em cultivo da Pimenta do Reino.

Para o cumprimento dessa meta, os recursos são provenientes do FMDC e da ADAP. Além desses, fazem parte do quadro resumo das atividades do projeto os cursos de capacitações gerenciais e sobre associativismo, manejo e cultivo de açaizais, capacitações gerenciais e tecnológicas de horticultura, capacitações em artesanato, marcenaria, informática básica e avançada. Ressalta-se que todas as ações⁸⁵ aqui mencionadas foram, segundo o SEBRAE/AP, amplamente discutidas com as comunidades e hoje fazem parte do projeto intitulado “Desenvolvimento territorial de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari”, incluso no Planejamento Plurianual (2009-2011) da instituição. Com isso, as Associações no município se organizam para buscar acesso aos recursos disponibilizados no FMDC.

⁸⁵ Para Serra do Navio o projeto contempla construção de espaço de inclusão digital, aquisição de trinta computadores, ar condicionado e móvel para montagem do espaço de inclusão digital, padronização de pontos de táxi e taxistas, etc.

ORGANIZAÇÃO	NATUREZA	PERFIL (INTERNA/EXTERNA)
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO – FMDC	ÓRGÃO PÚBLICO	INTERNA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA	ÓRGÃO PÚBLICO DE PESQUISA	EXTERNA
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
BANCO DO BRASIL – BB	AGENTE FINANCEIRO	EXTERNA
BANCO DA AMAZÔNIA – BASA	AGENTE FINANCEIRO	EXTERNA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
SECRETARIA DE ESTADO MEIO AMBIENTE – SEMA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI – PMPBA	ÓRGÃO PÚBLICO	INTERNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO – PMSN	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA PERIMETRAL NORTE – AEFAPEN	SOCIEDADE CIVIL	INTERNA
MINISTÉRIO PÚBLICO - MP	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
EMPRESAS DE MINERAÇÃO – ANGLO FERROUS BRAZIL	EMPRESA PRIVADA	EXTERNA
DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT (GTZ) GmbH	AGÊNCIA ALEMÃ DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	EXTERNA
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
SOCIEDADE CENTRAL DOS AGRICULTORES DO ESTADO DO AMAPÁ - SOCEAP	SOCIEDADE CIVIL	EXTERNA

Quadro 34 - Organizações com as quais a Associação dos Trabalhadores de Arrependido ATRA se relaciona.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Além do FMDC, a ATRA, APRCSI e AMPCR vêm, ao mesmo tempo, se relacionando com diversas instituições, executando projetos de fortalecimento da agricultura familiar. Ademais, o projeto de pesquisa do açaí da EMBRAPA tem unido a instituição de pesquisa junto a essas organizações; o RURAP, além da assistência técnica e extensão rural, desenvolve projetos e cursos de piscicultura beneficiando algumas famílias de Arrependido. Sobre esse programa, houve a introdução do tambaqui em 13 tanques, tanques medindo em média 12m x 17m, alimentados com ração, farelo, farinha de carne, frutas e restos de comida e milho. As três organizações, segundo relatos das famílias, acessaram igualmente linhas de crédito

do Banco do Brasil e Banco da Amazônia, porém criticaram fortemente os juros do financiamento.

Com a SDR, a relação é estabelecida com as organizações por meio do PPI, que é considerado pela Secretaria como um “arranjo produtivo que envolve o cultivo consorciado de culturas temporárias e permanentes, além de possibilitar a criação de pequenos e grandes animais numa mesma área” (AMAPÁ, 2010). Observa-se que é por meio do PPI que o território rural de Pedra Branca do Amapari participa do programa de territórios rurais do MDA, conforme já foi explanado no item 4.3 que trata da limitada atuação do PRONAT em meio as atividades produtivas da mineração e agricultura.

Com a Prefeitura Municipal de Serra do Navio, a ATRA constitui a capacidade de estabelecer laços fracos, estabelecendo pontes com outro município por conta da comercialização de vassouras artesanais feitas a partir do cipó títica, vendidas a R\$ 5,00 a unidade. Todavia, as famílias envolvidas nessa produção revelaram desconfiança para tratar deste assunto, pois a extração do cipó é proibida por lei e em decorrência disso são fiscalizados tanto pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) quanto pela Secretaria Meio Ambiente (SEMA). A ATRA diz ainda sustentar uma relação com a Associação da Escola Família Agrícola da Perimetral Norte (AEFAPEN). Embora as outras organizações não tivessem se referido a essa associação, constatamos que todas as organizações (inclusive externa ao território de Pedra Branca do Amapari) se beneficiam desse contato, pois além de ter facilidade para captar recursos de instituições públicas e privadas, é tida como instituição séria e responsável, tornando-se para o local uma importante referência para a educação rural desde 1989. Por conta disso, os filhos de muitas famílias produtoras estudam na escola, o que contribui, sobremaneira, com a formação dos jovens na atividade agrícola e pecuária. Destaca-se nessa escola a pedagogia da alternância, uma vez que a proposta pedagógica a diferencia das demais escolas localizadas nas áreas rurais.

Os alunos, na estrutura curricular, passam 15 dias em regime de internato, participando diretamente das atividades de ensino e aprendizagem e 15 dias na propriedade com seus familiares, compartilhando experiência sócio-profissional familiar. O principal objetivo da escola é promover o desenvolvimento sustentável a

partir de uma formação integral (profissional, humana, social e cultural) dos filhos de agricultores.

ORGANIZAÇÃO	NATUREZA	PERFIL (INTERNA/EXTERNA)
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO – FMDC	ÓRGÃO PÚBLICO	INTERNA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA	ÓRGÃO PÚBLICO DE PESQUISA	EXTERNA
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
BANCO DO BRASIL – BB	AGENTE FINANCEIRO	EXTERNA
BANCO DA AMAZÔNIA – BASA	AGENTE FINANCEIRO	EXTERNA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI – PMPBA	ÓRGÃO PÚBLICO	INTERNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO – PMSN	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA PERIMETRAL NORTE – AEFAPEN	SOCIEDADE CIVIL	INTERNA
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – IBAMA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
SECRETARIA DE ESTADO MEIO AMBIENTE - SEMA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
EMPRESAS DE MINERAÇÃO – ANGLO FERROUS BRAZIL	EMPRESA PRIVADA	EXTERNA
DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT (GTZ) GmbH	AGÊNCIA ALEMÃ DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	EXTERNA
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
SOCIEDADE CENTRAL DOS AGRICULTORES DO ESTADO DO AMAPÁ – SOCEAP	SOCIEDADE CIVIL	EXTERNA
MINISTÉRIO PÚBLICO – MP	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA

Quadro 35 - Organizações com as quais Associação de Mulheres Produtoras da Comunidade de Riozinho AMPCR se relaciona.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

A Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), especialmente no período que compreende os anos de 1996 a 2005 –, participou da rede de contatos com as organizações, inicialmente com o projeto intitulado “Desenvolvimento auto-sustentável da faixa compartilhada do entorno da terra Wajãpi no Amapá: uma alternativa de proteção dessa área indígena”, posteriormente com a construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Este último foi coordenado juntamente com a SDR, RURAP, Prefeitura, FASE e demais instituições públicas e privadas presentes. O Plano apresenta “a realidade da região, as ansiedades das suas comunidades, as necessidades e as perspectivas para obtenção do desenvolvimento local sustentável, sob as primícias do crescimento econômico compromissado com a responsabilidade ambiental e justiça social” (AMAPÁ, 2005, p.6).

O projeto mobilizou a participação das organizações dos produtores que puderam discutir assuntos pertinentes à própria organização e à viabilidade econômica do agro-extrativismo familiar para o desenvolvimento sustentável, especialmente do cipó titica, arroz em casca, farinha de mandioca, açaí em frutos e da polpa congelada de cupuaçu. Ademais, fizeram parte da composição dos estudos originados do diagnóstico, o zoneamento socioambiental, o que fez elucidar formas diferentes de apropriação e uso dos recursos naturais no território pelas famílias produtoras, sugerindo a classificação de quatro zonas homogêneas, segundo critérios agro-ecológicos e socioeconômicos, a saber: ribeirinha, Perimetral norte-zona pecuária, Perimetral norte-zona roceira e Perimetral norte-zona madeireira.

ORGANIZAÇÃO	NATUREZA	PERFIL (INTERNA/EXTERNA)
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO – FMDC	ÓRGÃO PÚBLICO	INTERNA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA	ORGAO PÚBLICO DE PESQUISA	EXTERNA
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
BANCO DO BRASIL – BB	AGENTE FINANCEIRO	EXTERNA
BANCO DA AMAZÔNIA – BASA	AGENTE FINANCEIRO	EXTERNA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI – PMPBA	ÓRGÃO PÚBLICO	INTERNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO – PMSN	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DA PERIMETRAL NORTE – AEFAPEN	SOCIEDADE CIVIL	INTERNA
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – IBAMA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
SECRETARIA DE ESTADO MEIO AMBIENTE - SEMA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
EMPRESAS DE MINERAÇÃO – ANGLO FERROUS BRAZIL	EMPRESA PRIVADA	EXTERNA
DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT (GTZ) GmbH	AGÊNCIA ALEMÃ DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	EXTERNA
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
SOCIEDADE CENTRAL DOS AGRICULTORES DO ESTADO DO AMAPÁ – SOCEAP	SOCIEDADE CIVIL	EXTERNA
WWF – BRASIL	ONG, NÃO-GOVERNAMENTAL AMBIENTALISTA	EXTERNA
INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL – ISA	ONG, NÃO-GOVERNAMENTAL AMBIENTALISTA	EXTERNA
CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL – CI	ONG, NÃO-GOVERNAMENTAL AMBIENTALISTA	EXTERNA
MINISTÉRIO PÚBLICO – MP	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA

Quadro 36 - Organizações com as quais Associação dos Produtores Rurais de Sete Ilhas (APRCSI) se relaciona.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

A APRCSI, além das instituições internas e externas relatadas acima, também participam do arranjo institucional organizações não-governamentais ambientalistas, por conta de o assentamento estar localizado no entorno do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque. A criação do Parque, em 2002, atraiu intervenções de ONGs como WWF-Brasil, Instituto Sócio Ambiental (ISA), Conservação Internacional (CI), entre outras de menor porte, o que tem beneficiado a comunidade com cursos de educação ambiental, gestão ambiental e outros temas voltados para o saneamento, como tratamento do lixo, água etc. Além disso, a comunidade tornou-se alvo constante de fiscalização do IBAMA, segundo relatos das famílias. Com o INCRA, a comunidade participa do PRONERA no que se refere à alfabetização de jovens e adultos. Vale lembrar que no assentamento 31% são analfabetos, 59% das pessoas possuem o ensino fundamental incompleto e 10% tem o ensino fundamental completo (COSTA, 2006).

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) realiza cursos tanto na comunidade de Sete Ilhas quanto na de Riozinho, dentre eles encontram-se o artesanato em cipó titica e pintura em tecido. O SENAC atua em capacitações na área de informática, especialmente.

Contudo, a retomada do ciclo da mineração no município desde 2004 tem atraído a vinda de instituições públicas e privadas, o que faz configurar um novo arranjo institucional para o território. A Divisão de Transportes e Terminais Rodoviários da Secretaria de Estado dos Transportes do Amapá (DTTR/SETRAP), por exemplo, disponibiliza dados de 2010 que mostram a participação de cinco empresas de transporte rodoviário fazendo linha para o município, com preço médio das passagens custando R\$ 20,00 (Quadro 36). Antes de 1998, apenas a EFA e uma linha de ônibus chamada “Estrela de Ouro” garantiam a mobilidade das pessoas ao local.

EMPRESAS	HORÁRIOS E SAIDAS		VEICULO
	MACAPÁ	INTERIOR	
Viação Macapá	07:00h, 11:00h; 11:45h; 20:00h (diariamente)	17:00h; 10:00h; 07:00h; 20:00h	Ônibus
Garra	07:00h; 07:45h (diariamente)	15:00h	Ônibus
Amazontur	15:00h; 15:45; 17:00h; 17:45h (alternados)	6:00h; 08:00h	Ônibus
Viação Santanense	15:00h; 15:45; 17:00h; 17:45h (alternados)	06:00h, 08:00h	Ônibus
Transamapari	10:00h; 16:00h (diariamente)	06:00h, 19:00h	Van

Quadro 37 - Empresas que operam com ônibus rodoviários.

Fonte: DTTR/SETRAP(2010). Adaptado pela autora (2010).

A DTTR confirma que somente a partir de 2004 é intensificada a demanda por transporte, ocasião da instalação da empresa MPBA para exploração do ouro. Nesse sentido, a instituição expõe a demanda por mais transportes rodoviários nessa direção por conta da retomada, a partir de 2011, da exploração de ouro pela MPBA, que paralisou suas atividades em 2009, além da permanência da Anglo Ferrous Brazil, operando na exploração de ferro há dois anos e com previsão de exploração para mais quinze anos. Do mesmo modo, a compra de cinco milhões de toneladas de manganês de baixo teor pertencente à ICOMI pela Indústria de Metal (ECOMETAL), são motivos que fazem a dinâmica econômica do local aumentar ainda mais, pois levarão pelo menos entre cinco a seis anos para transportar esse minério até a área portuária de Santana.

Além dos projetos e ações decorrentes da retomada do ciclo da mineração citados nos capítulos anteriores, o PDF é outro exemplo de que, no território, fazem surgir pequenos e médios negócios a partir do empreendimento mineral. O programa desenvolvido pela Anglo Ferrous Gold Brazil está criando oportunidades de negócios tanto para Pedra Branca do Amapari quanto para Serra do Navio. O gerente de Suprimentos da Anglo, Marcelo Tambasco, afirma: “com a contratação de fornecedores da região, o dinheiro circula na localidade, incrementando a economia. Um exemplo são os uniformes dos empregados do Sistema Amapá, que estão sendo confeccionados no próprio Estado”. Além do mais, o programa prioriza a contratação de fornecedores locais, desde que os produtos e serviços dos fornecedores atendam a requisitos de qualidade e preço, competindo em igualdade de condições com outras

empresas. Contudo, cabe ao Estado e município criar as condições estruturais que os atores econômicos provocam, orientando um entorno local de incentivo à produção, favorecendo o desenvolvimento local.

Ocorre do mesmo modo a expansão em serviços de hospedagem. A forma como o empreendimento mineral se instalou, sem a construção necessária de infraestrutura para seus funcionários, como fez a ICOMI ao construir a *company town*, fez com que os meios de hospedagens nos municípios de influência do projeto fossem construídos e ocupados rapidamente. Os alojamentos e pousadas existentes em Serra do Navio, por exemplo, foram os primeiros a ser ocupados, transformando a localidade em “cidade dormitório”. Portanto, nesse contexto, as empresas mineradoras passaram a conviver densamente com o tecido social existente no território e, com isso expandiu-se os empreendimentos para atender o contingente populacional, fazendo surgir serviços não somente no setor de hospedagem, mas no setor alimentos, saúde, transportes e lazer. Contudo, as obrigações tributárias originadas do empreendimento mineral, como a CFEM somadas ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), FPM, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) etc, faz de Pedra Branca do Amapari o segundo maior município em arrecadação do Amapá, conforme já foi mencionado anteriormente.

ORGANIZAÇÃO	NATUREZA	PERFIL (INTERNA/EXTERNA)
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO – FMDC	ÓRGÃO PÚBLICO	INTERNA
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE SETE ILHAS (APRCI)	ASSOCIAÇÃO	INTERNA
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES PRODUTORAS DA COMUNIDADE DE RIOZINHO (AMPCR)	ASSOCIAÇÃO	INTERNA
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DE ARREPENDIDO – ATRA	ASSOCIAÇÃO	INTERNA
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SÃO SEBASTIÃO DO CACHAÇO (APSSC)	ASSOCIAÇÃO	INTERNA
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CENTRO NOVO (APCN)	ASSOCIAÇÃO	INTERNA
COOPERATIVA AGRO-EXTRATIVISTA DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE PEDRA BRANCA (COOPERNORTE)	ASSOCIAÇÃO	INTERNA
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PRODUTORES AGRO-EXTRATIVISTAS DE ÁGUA FRIA E ARREDORES (AMPAAP)	ASSOCIAÇÃO	INTERNA
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO P.A MUNGUBA (APRAM)	ASSOCIAÇÃO	INTERNA
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO P.A MUNGUBA (ATRAM)	ASSOCIAÇÃO	INTERNA
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DO P.A. MUNGUBA (AAGAM)	ASSOCIAÇÃO	INTERNA
GRUPO DOS AMIGOS DE TUCANO II (GAT)	ASSOCIAÇÃO	INTERNA
ASSOCIAÇÃO AGRO-EXTRATIVISTA DOS PRODUTORES DO AMAPARI (AAPRAP)	ASSOCIAÇÃO	INTERNA
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL IRMÃ MARISA NICOLodi (VALE VERDE_MACAPÁ)	ASSOCIAÇÃO	EXTERNA
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES DOAMAPÁ-SETRAP	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ – RURAP	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
BANCO DO BRASIL – BB	AGENTE FINANCEIRO	EXTERNA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
COLONIA DE PESCADORES Z-1 (SANTANA)	SOCIEDADE CIVIL	EXTERNA
FEDERAÇÃO DE PESCADORES	SOCIEDADE CIVIL	EXTERNA
INSTITUTO DE PESCA DO AMAPÁ – PESCAP	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI – PMPBA	ÓRGÃO PÚBLICO	INTERNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO NAVIO – PMSN	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ – PMM	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA- PMS	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA FAMILIA AGRÍCOLA DA PERIMETRAL NORTE – AEFAPEN	SOCIEDADE CIVIL	INTERNA
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR	INSTITUIÇÃO DE DIREITO PRIVADO	EXTERNA
MEIOS DE HOSPEDAGEM EM SERRA DO NAVIO E PEDRA BRANCA DO AMAPARI	EMPRESAS PRIVADAS	INTERNA/EXTERNA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS – IBAMA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
SECRETARIA DE ESTADO MEIO AMBIENTE – SEMA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ (ADAP)	AGENTE FINANCEIRO	EXTERNA
DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT (GTZ) GMBH	AG.ALEMÃO DE COOP. TÉCNICA	EXTERNA
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
SOCIEDADE CENTRAL DOS AGRICULTORES DO ESTADO DO AMAPÁ – SOCEAP	SOCIEDADE CIVIL	EXTERNA
MINISTÉRIO PÚBLICO – MP	ÓRGÃO PÚBLICO	EXTERNA
MERCADOS DA CHINA, DO ORIENTE MÉDIO E EUROPA	EMPRESAS PRIVADAS	EXTERNA

Quadro 38 - Organizações com as quais a Anglo Ferrous Brazil se relaciona.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2008).

Com isso, emergem demandas no território para atender os atuais habitantes de Pedra Branca do Amapari. Conseqüentemente, o município acolhe uma diversidade de empresas, especialmente de serviços, que antes não eram ofertados. Todavia, a infraestrutura do local continua inadequada para essa nova realidade. O tecido social, sobretudo as Associações que antes eram ligadas por **laços fortes**, passam a se relacionar com diferentes instituições externas e internas, estabelecendo contatos, realizando pontes com atores antes impossíveis de realizar. É constante a disposição dos membros internos das organizações estudadas ajudarem-se, o que faz gerar estoques de capital social, traduzidos em reciprocidade e ajuda mútua. Os mutirões e até mesmo o simples fato de dividir um alimento proveniente da abundância dos recursos naturais do local, reproduz-se por meio das relações de laços fortes.

Na interpretação dos dados do questionário pertinentes as redes de relações, confiança e solidariedade, os membros das organizações foram orientados a responder quais são as três diferenças que mais frequentemente tornam as relações entre as pessoas difíceis. A resposta foi dirigida por meio de nove sugestões, a saber: diferenças de educação, diferenças de posse de terras, diferenças de riqueza/ posses materiais, diferenças de posição social, diferenças entre homens e mulheres, diferenças entre gerações mais jovens e gerações mais velhas, diferenças entre moradores antigos e novos moradores, diferenças de filiação política, diferenças de crenças religiosas. As respostas mais frequentes foram diferenças de educação, diferenças entre gerações mais jovens e gerações mais velhas, diferenças de filiação política, diferenças entre moradores antigos e novos moradores e diferenças entre homens e mulheres. A diferença social, de posse de terras e de riqueza/ posses materiais não foram apontadas por nenhum desses grupos, o que confirma o contato de laços fortes entre os membros das organizações, porque a intensidade dessas relações, sua principal característica, se dá pela imperceptível distância social entre eles.

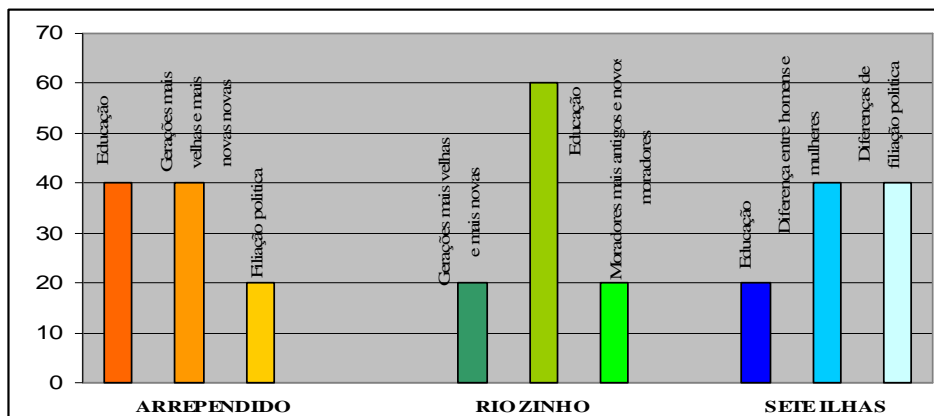


Gráfico 40 - Três diferenças que mais frequentemente tornam as relações entre as pessoas difíceis.

Fonte: Irani do S.F.C. Gemaque (2010).

Particularmente, as relações de laços fortes nas associações estudadas, tornam-se relevante no contexto em que há a localização de empreendimento mineral. Ressalta-se que as Associações ligadas em **laços fortes** são fundamentais para essas novas relações que estão surgindo no local: tanto a economia mineral quanto a agricultura familiar revitalizam-se, isso porque, por um lado a empresa mineradora faz valer sua responsabilidade social e tem evitado conflitar-se com a comunidade local, graças à intervenção da Promotoria Pública. Por outro lado, as associações motivam-se, emponderam-se porque encontram novos mecanismos de participação e de acesso a recursos antes inimagináveis. A ação, ao mesmo tempo, está desencadeando processos de cidadania quando esses atores (mineração e agricultura) passam a fiscalizar as prefeituras de Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio para que os recursos financeiros encontrados no FMDC possam efetivamente chegar até eles.

Da mesma forma, o exercício em torno das discussões de políticas de territórios torna-se proeminente, embora esse processo não tenha se iniciado unicamente pelo PRONAT, e sim por uma série de experiências anteriores que fez acumular aprendizagem, como os PED implantados em 1997, ocasião em que se estimulou por meio de capacitações o fortalecimento das organizações existentes e a formação de duas cooperativas: Cooperativa Agro-extrativista dos Produtores Rurais da Comunidade de Pedra Branca do Amapari (COOPERNORTE) e Cooperativa Agro-extrativista dos Produtores Rurais da Comunidade de Serra do Navio (COOPERSERRA), fundadas para gerir as duas agroindústrias para

beneficiamento da produção local. Mesmo com a paralisação dessas infraestruturas, o exercício produziu conhecimento, que somados a outros vem configurando a formação de uma rede social, capaz de articular-se interna e externamente para superar dificuldades. Ao mesmo tempo, as experiências conquistadas, gradualmente, podem suscitar políticas cada vez mais sustentadas em territórios rurais.

Constatou-se que as relações estabelecidas no interior das associações confirmam que a presença de capital social estabelecido em laços fortes e, por outro lado, constatou-se que as relações de laços fracos que ocorriam, antes da retomada do ciclo da mineração, se davam por meio da ação pública de serviços de ATER, especialmente com orientações de acesso ao crédito rural, assistência técnica e capacitação das organizações rurais. Desse modo, a circulação de informações entre as organizações estudadas somente era realizada para atender interesses dos associados para obtenção de aposentadoria⁸⁶. No entanto, o FMDC vem contribuindo com a integração de várias instituições locais, internas e externas, o que prevalece inferir que o Fundo é uma instituição que ocupa a centralidade dessa rede social e que propicia relações de laços fracos.

Destaca-se que são as relações de laços fracos que conectam grupos que não tem ligações entre si e, por isso expandem os limites da rede. Assim, é o FMDC quem possibilita uma variedade de contatos com instituições de perfil interno e externo. Além do mais, o FMDC promove ligações que não seriam possíveis de ocorrer com outros atores, porque ocupa uma posição mais vantajosa. Por terem muitas ligações, o FMDC possui formas alternativas para aproveitar os recursos da rede e, assim, possui menor dependência em relação a outros atores.

Sumariamente, o FMDC é quem vem mobilizando a atuação dos atores locais (instituições públicas, privadas e sociedade civil) aqui analisados, promovendo as articulações necessárias no território, dando forma a arranjos institucionais para ações empreendedoras de desenvolvimento local. Consequentemente, a perspectiva de redes sociais encontradas nas organizações de Sete Ilhas, Riozinho e Arrependido se caracterizam por contar com dimensões de capital social e são essas distintas combinações que estão produzindo os resultados ora apresentados, associados a este capital.

⁸⁶ Durante a pesquisa de campo, foi revelado pelos sócios das associações que o contato com as outras organizações era mantido apenas para atender o interesse na obtenção de documentos e declarações para que confirmassem a participação de seu associado nas atividades agrícolas perante aquela organização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das evidências encontradas, as hipóteses apresentadas na introdução da tese foram confirmadas. As evidências mostraram que a diversificação da atividade produtiva que envolve a agricultura familiar e a mineração se articulam num contínuo do rural-urbano, além de que a concepção de territorialidade adotada na tese permitiu dar visibilidade a relação de interdependência entre os setores econômicos e não-econômicos, conforme conclusões a seguir.

Como foi discutido no capítulo 3, o PRONAT coordenado pelo MDA emprega uma abordagem territorial e entende que o desenvolvimento deva ser centrado nas pessoas, assim como observa a integração produtiva e o aproveitamento competitivo dos recursos como meios que possibilitam a cooperação e co-responsabilidade ampla de diversos atores sociais. Nessa perspectiva, a abordagem territorial é vista como integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas de intervenção, por meio do qual pretendem alcançar a geração de riquezas com equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social e a inclusão social. Nesse sentido os Estados foram orientados a formar territórios rurais orientados por critérios que fizessem configurar um rearranjo do espaço nacional.

No Amapá, formaram-se quatro territórios: território rural dos Lagos, território rural do extremo norte, território da cidadania sul do Amapá e território rural do centro-oeste. Neste último território está situado Pedra Branca do Amapari, que participa da política por meio do PPI, que tem como objetivo “promover o desenvolvimento e garantir a sustentabilidade das famílias rurais, tendo como público-alvo agricultores familiares e as escolas famílias” (AMAPÁ, 2010). Dessa forma, o acesso aos recursos do PRONAT se dá pelo PPI, coordenado em nível estadual pela SDR e executado pelo RURAP, órgão responsável pelos serviços da ATER). Os critérios para seleção dos agricultores e das organizações rurais ao PPI seguem as orientações do PRONAT, que visa privilegiar os agricultores já organizados e que tem sua renda comprometida em pelo menos 80% em atividades agrícolas.

A análise que se faz do PPI é que, embora de forma tênue, algumas ações fazem ligação com a concepção de territórios rurais recomendado pelo PRONAT. Por exemplo, o PRONAT aposta na mobilização e capacitação dos atores sociais para o alcance de sua autonomia e à autogestão. O PPI quando avaliado em suas

ações, promove palestras e reuniões de incentivo as organizações rurais o que favorece as redes de relações entre as organizações e o processo de desenvolvimento local. No entanto, existem demandas provenientes da presença do empreendimento mineral no local que o PPI não está tirando vantagens, como por exemplo, a empresa que fornece 1.800 refeições por dia não adquire carne dos produtores locais por conta de não haver fiscalização sanitária e nem tampouco matadouro no município. As ações do PPI se articuladas com as atuais demandas provocadas pela retomada da atividade mineral no território passam a compor uma diversidade de atividades produtivas disposta no espaço rural. Torna-se proeminente compreender a formação de territórios rurais em relação com os espaços urbanizados, compondo um ambiente de identidade particular. Assim, quando se definem as áreas rurais com base em características sociais e territoriais valorizam-se as singularidades existentes, fortalecem as economias locais, a participação das organizações é garantida porque passam a cooperar entre si e o resultado é diferente do quadro desolador do rural atrasado.

Vale ressaltar a importância do FMDC no sentido de favorecer a aproximação dos diferentes atores sociais: as associações das comunidades de Sete Ilhas, Riozinho, Arrependido, a prefeitura e as empresas mineradoras. O FMDC, por integrar diversas instituições locais, ocupa uma posição central nas redes de relações sociais e favorece a integração das atividades agrícolas, de mineração e outras atividades em desenvolvimento como o extrativismo (cipó titica, açaí, madeira, atividades pesqueiras), as discussões coletivas tem favorecido projetos voltados para o desenvolvimento daquela localidade.

A importância de mapear a vida associativa dos atores sociais presentes nas atividades produtivas na localidade permitiu identificar como ocorrem os processos de conquistas coletivas: como, por exemplo, a aquisição de recursos para a construção de casas de farinha coletiva, anseio de todas as comunidades rurais pesquisadas. Foi também observado que alguns membros das comunidades que constituíam as primeiras famílias de agricultores que lá chegaram motivadas pela instalação do empreendimento mineral ICOMI, tinham vivenciado conflitos resultantes da ocupação da área por garimpeiros.

A densidade da vida associativa das famílias, no interior das organizações que as representam, mostra as vantagens que os grupos usufruem quando fazem parte de uma estrutura organizacional. Na análise dos dados para inferir a existência

ou não de capital nas organizações das comunidades de Sete Ilhas, Riozinho e Arrendido. Também, percebeu-se que os grupos possuem uma combinação de vantagens produzidas em relações de laços fracos e fortes que buscam de forma sinérgica reunir, como confiança, cooperação, solidariedade e reciprocidade.

Ao analisar a composição da renda familiar dos atores sociais, conferindo como a renda se distribui entre os agentes e suas atividades econômicas, inferindo a participação dessas no desenvolvimento local, constatou-se que a diversificação da produção familiar apresenta estratégias de organização da produção de renda familiar baseada em atividades agrícolas e não agrícolas. Ressalta-se que as atividades de caráter “agrícola” estão sendo apoiadas técnica e financeiramente pelo Estado e pelo FMDC, já as atividades de caráter não agrícola tem os recursos financeiros provenientes da venda da força de trabalho para o empreendimento mineral ali localizado, trabalhos como caseiro, pedreiro, funcionalismo público estadual e municipal, além de outras rendas provenientes do comércio (feirantes, mini-boxes). Notou-se, durante a pesquisa, a participação de diversos benefícios sociais (bolsa família, bolsa escola, auxílio gás, aposentadoria) na composição da renda das famílias.

Por fim, ao analisar os fatores externos e internos que influenciam no desenvolvimento das atividades produtivas, conferimos a interação entre a atividade mineral e a agricultura familiar garantida pelo FMDC, pois este é um mecanismo institucional criado para exercer a ponte de interação entre o Estado, município, o setor privado e as representações das organizações sociais, que se encontram sob influência da atividade mineral. No que se refere ao fortalecimento das organizações como fonte de capital social, as agências públicas – especialmente, o RURAP e a SDR, enquanto executores da política do PRONAT – exercem uma importância fundamental nos processos de desenvolvimento local e, portanto, atuam como fatores externo e interno capazes de influenciar no desenvolvimento das atividades produtivas e para a vida associativa do local.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **A formação do capital social para o desenvolvimento local sustentável**. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cietificos.htm> Acesso em: 15 mar. 2003.
- _____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v.28, n. 1,2, 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999. Disponível em: <<http://www.sda.ce.gov.br/categoria3/agricultura-familiar/Agricultura-familiar.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2009.
- _____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0702.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2008.
- _____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In:_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003. p. 83-100.
- _____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.
- _____. **Ruralidade e Desenvolvimento Territorial**. Disponível em:http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_jornal.htm>. Acesso em: 15 mar. 2003.
- AMAPÁ. **Programa de Desenvolvimento Sustentável**. Macapá: SEPLAN, 1995, 42 p.
- _____. **Atividades potencialmente dinâmicas para o desenvolvimento do Estado do Amapá**: relatório final. Macapá: Secretaria Especial de Desenvolvimento da Gestão; Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico, 2004
- _____. Secretaria de Estado da Agricultura, Pesca e Abastecimento. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável**: município de Pedra Branca do Amaparí. Macapá: SEAF, 2005. 154 p.
- _____. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Setor produtivo rural**. Macapá, 2010. Folder.

AMARAL FILHO, Jair. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**: planejamento e políticas públicas. Brasília, DF: IPEA, 2001. n. 23. p. 261-286.

ANDRADE, Luiz. **Tópicos de história do Amapá**. Macapá: Gráfica São José, 2000. 61 p.

ANGLO Ferrous Brazil comemora resultados de 2009 no Amapá. **Jornal do Dia**, 9 de jan. 2010. Disponível em: < http://www.jdia.com.br/pagina.php?pg=exibir_not&idnoticia=17889>. Acesso em: 5 fev. 2010.

ANTUNES, Marta. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: _____ (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 91-116.

APORTE financeiro liberado ao FMDC- Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio. **Jornal do Dia**, 15, dez. 2009;

ARÁGON, Luis E. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In: _____. (Org.) **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2005, p. 13-23.

BAENINGER, Rosana. Tendências das migrações internas no Brasil. **Ciência Hoje**, v. 37, p.35-39. 2005.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001. 280 p.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**. v.27, n.12, p.2021-2044, 1999.

_____ et al. **El programa de cofinanciamiento de Holanda y sus contribuciones al desarrollo rural en las zonas altas de Peru e Bolivia**. Informe de pesquisa. Boulder Colorado, set, 2002.

BERTALLANFY, L.V. Os sistemas estão em toda parte. In: _____. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 17 a 77.

BORDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: DIFEL, [1989]. p.107-132.

_____. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Le capital social**: notes provisoires. Actes de la recherche en sciences sociales, v. 31, p. 2-3, 1980.

_____. **O campo econômico**. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. et al. **Preliminares epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 9 - 86.

BRANDÃO, Carlos Antonio. **Economia política e dimensão territorial do Desenvolvimento**. Disponível em: < <http://www.sep.org.br/artigo/vcongresso12.pdf>>. Acesso em: 28 out. de 2010.

_____. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. **Revista Organização & Sociedade**. Salvador-BA, v.15, n.45, Abril/Junho, 2008. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/>>. Acesso em: 20 out. de 2010.

_____. **Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento**. Disponível em: < <http://www.sep.org.br/artigo/BRANDAO.pdf>>. Acesso em: 05 out. de 2010.

BRASIL. **Estatística do meio rural**. São Paulo: DIEESE; NEAD;MDA, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Diretrizes para o desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, DF, 2006.

_____. _____. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**: referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais Brasília, DF, 2005. (Série Documentos Institucionais, n.2).

_____. _____. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural no Brasil**. Brasília,DF, 2005. (Série Documentos Institucionais, n,1).

_____. _____. **Caderno temático do documento final da I CNDRSS**: por um Brasil rural com gente. Brasília, DF: MDA;IICA.

_____. _____. **Orientações para elaboração de projetos nos territórios rurais em 2004**. Brasília, DF: SDT; MDA, 2004.

_____. _____. **Proposta para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais**. Brasília, DF, 2003.

_____. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Projetos de Execução Descentralizada - 1994-1998**: relatório final. Brasília, DF: MMA; PNUMA, 1998. 284 p.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: guia para o planejamento. Brasília, DF: SDT; MDA, 2005.

_____. **Programa desenvolvimento sustentável de territórios rurais**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://sistemas.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=1237>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

_____. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=253>>. Acesso em: 21 mar. 2010.

_____. Territórios Rurais. **Caderno do Estado do Amapá**. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/caderno_estadual.php?ac=buscar&territorio=94®iao=&uf=A>. Acesso em: 10 dez. 2009.

BRITO, Liane. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro-oeste – Amapá** (versão preliminar). Brasília, DF: MDA; SDT, 2006. 35p.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: Metodologia de planejamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2006. 180 p.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000.

_____; _____. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural Brasileiro**: incorporando a noção de desenvolvimento local. 1999. Disponível em: <<http://www.dataterra.com.br>>. Acesso em: 16 set. 2001.

CAMPOS, Arnoldo; CARMELIO, Edna de Cassia. **Biodiesel e agricultura familiar no Brasil**: resultados socioeconômicos e expectativa futura. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

CAPRA, F. A Concepção sistêmica da vida. In: _____. **O Ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1986.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R. (Org.). **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, p. 53-75, out., 1998.

CARNEIRO, Patrício A. Silva. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.4, n. 8, p. 52-66, ago. 2009.

CARVALHO, A. C. A. **Valoração Econômica do cipó-titica (Heteropsis flexuosa) e seus efeitos na conservação das áreas protegidas do Estado do Amapá**. Macapá: Embrapa. 2004. 27p.

CASARA, Marques. **Mineração predatória na amazônia brasileira**: cinco décadas de irresponsabilidade social e ambiental no estado do Amapá. Observatório Social. 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/download/mineracao.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2008.

CASTELLS, M. Para o estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação. In: PEREIRA, Luis Bresser et al. **Sociedade e estado em transformação**. São Paulo: UNESP. p. 147-172.

CAUME, David José. Segurança alimentar, reforma agrária e agricultura familiar. **Revista da UFG**, v. 5, n. 1, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.proec.ufg.br/revistaufg/fome/seguranca.html>>. Acesso em: 12 jan.2010.

CESAR, Jorge. Anglo American planeja se destacar na produção de ferro com a aquisição da MMX. **Reportagem Jornal Cotidiano**, Macapá, 21 ago.2008. Disponível em: <<http://www.observatoriosocial.org.br/download/mineracao.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2008.

COELHO, Maria Célia Nunes. Política e gestão ambiental (des) integrada dos recursos minerais na Amazônia Oriental. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MATHIS, Armin (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local na Amazônia**: uma agenda de debate. Belém: NAEA, 2005

COLEMAN, J.S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, n. 94 p.95-120, 1998. (special supplement).

_____. **Foundations of social theory**. Cambridge, London. Belknap Havard, 1990.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA; NAEA: 2000. 355 p.

_____. O sentido econômico das capoeiras para o desenvolvimento sustentável. **Novos Cadernos. NAEA**, v. 7, n. 2, p. 111-158, dez. 2004.

_____. Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teórico para um programa de pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia. **Cadernos do NAEA**, n. 12. Belém. NAEA. p. 5-48. 1994.

_____. **Teorias de desenvolvimento e estratégia do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA, 2005. (Guia prático)

COSTA, José Newton et al. **Desenvolvimento auto-sustentável da faixa compartilhada do entorno da terra Wajãpi do no Amapá**. Macapá: SEAF; GTZ, 1997.

COSTA, José Newton. **Estrutura sócio-ambiental do assentamento da Perimetral no entorno do parque nacional das montanhas do Tucumaque**. 2006, 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais, Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2006.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 175 – 213.

DALLABRIDA, Valdir Roque; SIEDENBERG, Dieter Rugard; FERNANDEZ, Victor Ramiro. Desenvolvimento territorial: uma revisão teórica na perspectiva da territorialização do desenvolvimento. In: WITTMANN, Milton Luiz; RAMOS, Marília Patta. **Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 101-133.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agronômico do Paraná, 2002.

DIÁLOGO AMAPÁ. Publicação destinada às comunidades de relacionamento Anglo American. ano 1, n. 4. nov./dez. 2009.

_____. Publicação destinada às comunidades de relacionamento Anglo American. ano 1, n 5. jan/fev. 2010.

DOWBOR, Landislao. **O Desenvolvimento local e racionalidade econômica.** Disponível em: <<http://dowbor.org>>. Acesso em: 5 fev. 2010.

DRUMMOND, José Augusto. Natureza rica, povos pobres?: questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade.** ano v, n.10, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16885.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). **Amazônia: dinamismo econômico e conservação ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ENRIQUEZ, Maria Amélia. **Mineração: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira.** São Paulo: Signus, 2008.

FAZENDA, Isabel. **Empowerment e participação, uma estratégia de mudança.** Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF/EMPOWERMENT.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2010.

FAZITO, Dimitri. **A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade UFMG/Cedeplar, 2002.** Disponível em: <http://www.abeb.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_STI_Fazito_texto.pdf>. Acesso em: 1 de jan. 2008.

FERRÃO, João. Relações entre o mundo rural e meio urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Revista latino-americana de estudios urbano regionales.** Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2000.

FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI. Documento final. Amapá: Governo do Estado do Amapá; Comunidade Ativa; Agência de Promoção da Cidadania, 2002.

FRANCO, Augusto de. **Capital social: leituras de Toqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy.** Brasília, DF: Instituto de Política. Millenium, 2001. p 49-90.

_____. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília, DF: AED, 2002.

_____. **A revolução do local**: globalização, glocalização, localização. São Paulo: Cultura, 2003. 368 p. (Coleção para debater; v.2).

FREEMAN, Linton. Visualizing Social Networks. **Journal of Social Structure - JOSS**, Pittsburgh, v. 1, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://www.cmu.edu/joss/content/articles/volume1/Freeman.html>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

FREIRE, William. **Características da mineração e seus reflexos no direito minerário**. 2009. Disponível em: <<http://www.williamfreire.com.br/publicacoes/artigo.asp?cod=54>>. Acesso em: 21 mar. 2010.

FRIEDMANN, John. **Empowerment**: the politics of alternative development. Malden, MA: Blackwell Publishers; Cambridge, 1992.

FROEHLICH, José Marcos. O “local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 94, maio/dez., p. 87-96, 1998.

FUKUYAMA, F. **Capital Social e sociedade Civil**. Disponível em: <<http://www.portal.sociologia.hpg.ig.com.Br/fukuyama.html>>. Acesso em: 17 out. 2008.

_____. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GEMAQUE, Irani do S.F.C. **Por uma nova extensão rural sustentada nas bases da educação ambiental**. 2003. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

GOULARTI FILHO, Alcides. A questão regional no Brasil: uma introdução ao debate. In: THEIS, Ivo M.(Org.). **Desenvolvimento e território**: questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. p. 55-68.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, n. 78, 1973. p. 1360-80.

GUIMARÃES, Pedro Wilson. **Cadeias produtivas e desenvolvimento local**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmadiuOportunidades/futIndustria_206.pdf> Acesso em: 15 fev. 2006.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Universitária Argos, 2005. 263 p.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. Dinâmicas dos sistemas agroflorestais: o caso dos agricultores nipo-brasileiros em Tomé-Açú. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da (Org.). **Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável dos recursos naturais**. Belém: UFPA, NUMA, 1995. p.37-56.

HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. v. 8, n. 1 - p. 19-71, jun. 2005.

IAN, Falk; HARRISSON. **Indicators of social capital: social capital as the product of local interactive learning processes**. University of Tasmânia: Center for Research and learning in Regional Australia, 1998. (Discussion paper).

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ (RURAP). **Plano de Ação Local -2007 - Pedra Branca do Amapari**. Macapá: RURAP;SDR, 2007.

_____. **Plano de Ação Local -2009**. Pedra Branca do Amapari. Macapá: RURAP/SDR, 2009.

KITAMURA, Paulo Choji. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Brasília,DF: EMBRAPA; SPI, 1994. 182 p.

KLEIN, Julie Thompson. Interdisciplinary: **History, theory e practice**. Detroit: Wayne State University Press,1990. p. 11-39;75-104.

KLIKSBERG, Bernardo. Dez falácias sobre os problemas sociais da América Latina. In:_____. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

_____. TOMASSINI, L. **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. BID, 2000. p.20-58.

LAJANDRO, V.A; NORMAN, A.G. **Manual introductorio al analisis de redes sociales**, 2005.

LEF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 15 a 83.

LIN, Nan. **Building a network theory of social capital**. California: Duke University, 1999. Disponível em: <www.soc.duke.edu/dept/faculty.nalin.html>. Acesso em: 9 ago. 2007.

_____. **Social capital: theory of social structure and action**. Cambridge University Press, 2001.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, DF: UnB, 2002. (Série Antropologia, n. 220).

MANESCHY, Maria Cristina; KLOVDAHL, Alden. Redes de associações de grupos camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social? **Revista hispana para el análisis de redes sociales**. Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es>>. Acesso em: 15 maio 2010.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: Aplicação nos estudos de transferência de informação. **Ciência da Informação**, v. 30, n. 1, p.71-81, jan./abr. 2001.

_____; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n.3, p. 41-49, set./dez. 2004.

MARTINE, George. População, Meio ambiente e Desenvolvimento. In: _____. (Org.) **População, meio ambiente e desenvolvimento**. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 21-41.

MÁRTIRES, Raimundo Augusto Corrêa. **Informe Mineral Regional – Amazônia**. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivo=21007>. Acesso em: 19 fev. 2008.

MATHEUS, Renato Fabiano; SILVA, Antonio Braz de Oliveira. **Análise de redes sociais como método para a Ciência da Informação**. 2006. Disponível em: <<http://www.ibict.br/pcbiv/viewarticle.php?id=316&layout+abstract>>. Acesso em: 23 fev. 2008.

MATHIS, Armin. **Garimpagem e valorização do ouro:** a formação de relações de trabalho sob o quadrângulo mercado internacional, Estado nacional, região e natureza. Belém: NAEA,1998. (Paper, n.101).

MATTEI, Lauro. Pluriatividade e desenvolvimento rural na região do Vale do Itajaí: o caso do município de Blumenau. In: THEIS, Ivo M.(Org.). **Desenvolvimento e território:** questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. p. 52-185.

MENDONÇA, Paulo Leite. **Dividir para somar:** município de Pedra Branca do Amapari. Macapá: Valcan, 1997. 57p.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local:** lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Disponível em:<http://www.adm.ufba.br/apesqnepol_capital.htm> Acesso em: 13 fev. 2006.

MINERAÇÃO PEDRA BRANCA DO AMAPARI (MPBA). **Relatório de Sustentabilidade=Sustainability Report.** Macapá, 2007.

MIRANDA, Carlos; MATOS, Aureliano. **Desarrollo rural sostenible enfoque territorial: a experiencia del IICA em Brasil.** Brasília, DF: IICA, 2002. Disponível em: <<http://infoagro.net/shared/docs/a6/CT22.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2005.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, 2005.

_____. Mineração Industrial na Amazônia e suas Implicações para o Desenvolvimento Regional. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 141-187, jun. 2005.

MONZONI, Mauro et al. **Juruti sustentável:** uma proposta modelo para o desenvolvimento local (2008). Belém: FGV, ALCOA, FUNBIO, 2008.

MORAIS, João Rafael Gomes de; XAVIER, Maria Gilka Pinto Xavier. Territorialidade e agricultura familiar: uma experiência no agreste meridional pernambucano. In: CONGRESSO DA SOBER- CONHECIMENTO PARA AGRICULTURA DO FUTURO, 45., Londrina, 2007. **Anais...** Londrina, 2007.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Tradução de Eloá Jacobina. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MOURA, Hélio A. de; MOREIRA, Morvan M. As migrações na região norte em período recente: uma abordagem preliminar. In: ABEP, **Anais do encontro nacional sobre migração.** Curitiba: IPARDES/FNUAP, 1998. p. 139-188.

OLIVEIRA, Anelize Martins; MARIANI, Milton Augusto Pasquatto. **Capital sócio-cultural: repensar o desenvolvimento territorial pela gestão do turismo.** Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio/arquivo/anelize.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2009.

OSTROM, E. **The evolution of institutions for collective action.** Cambridge University Press, 1991.

PAIVA, Carlos Águedo. Re-regionalizar o RS para planejar o desenvolvimento endógeno dos territórios retardatários: um programa de pesquisa em curso. In: THEIS, Ivo M.(Org.). **Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. p. 208-229.

PERICO, Echeverri, Rafael; RIBEIRO, M. P. **Ruralidade: territorialidade e desenvolvimento sustentável.** Trad. Dalton Guimarães. Brasília, DF: IICA, 2005.

PINTO, Carla. Empowerment, uma prática de serviço social. In: BARATA, O. (Coord). **Política social.** Lisboa: ISCSP, 1988.

PORTO, Jadson Luis Rebelo. **Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas.** Macapá, 2005. (Série Percepções do Amapá. v. 3).

POUDÉ, João Luiz S. P. de Souza. **Processos de seleção, custos de transação e a evolução das instituições empresariais.** Campinas, 2000. 155 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 260 p.
RADOMSKY, Guilherme F. W. As redes sociais da economia local: um estudo de caso na Serra Gaúcha. **Perspectiva Econômica.** v.2, n, 2,p. 75 - 107, jul./dez. 2006

RATTNER, Henrique. **Prioridade: construir o capital social.** Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm> >Acesso em 13 fev. 2006.

REDE qualificada e Anglo Ferrous Brazil investe no futuro do Amapá. **Diálogo Amapá**. ano 1, n 4. nov./dez., 2009.

REGO, José Fernandes do. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Revista Ciência Hoje**, n. 147. 1999. Disponível em: < www.cienciahoje/ch/ch147/html>. Acesso em: 21 set. 2008.

ROCHA, Sonia. **Pobreza, desenvolvimento e política social**: o caso do Estado do Amapá. Relatório preparado para o Banco Mundial (Projeto Rain Forest) 2002. Disponível em: www.ceap.br/artigos/ART0112200905715.pdf. Acesso em: 28 dez. 2010.

RODRIGUES, Roberta Menezes. Empresas, Company Towns e Territorialização em Áreas de Mineração na Amazônia Oriental. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. **Publicação em Congresso**. Belém: UFPA, 2007.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. Introdução ao debate sobre empoderamento e direito no combate à pobreza. In: _____ (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 1977. p. 5-8.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006

SANCHÉS, Luiz Enrique. Mineração e meio ambiente. In: FERNADES, Francisco et al. (Edt.). **Tendências - Brasil2015 - Geociências e tecnologia mineral**. Rio de Janeiro: CETE, 2007. Cap. 6.

_____. Tendencias tecnológicas em mineração e meio ambiente. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE TECNOLOGIA MINERAL, Escola Politécnica da USP, 2006. Disponível em: <www.cetem.gov.br/eventos/cetem_2006_tend_tecnol_minma_rev1.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. Ciência e senso comum e Interdisciplinaridade e articulação das ciências. In: _____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Graal, 2003. p. 31 - 46.

_____. Metodologia e hermenêutica I. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Graal, 2003. p. 47 - 69.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá**. Macapá: Valcan, 2001. 88p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: razão e emoção, técnica, tempo. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica a da geografia a uma geografia nova. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 119p.

_____. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SEBRAE/PA. **Projeto**: desenvolvimento territorial de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. Macapá, 2009.

SEN, Amartya. A perspectiva da liberdade. In: _____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SERRAO, Emanuel Adilson. Desenvolvimento agropecuário e florestal na Amazônia: proposta para o desenvolvimento sustentável com base no conhecimento científico e tecnológico. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais. Belém: UFPA; NUMA, 1995. p. 57-104.

SERRA DO NAVIO. Prefeitura Municipal. **Fundo municipal de desenvolvimento comunitário**. Macapá, 2009. Folder.

SHNEIDER, S.A. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, Antonio Braz de Oliveira e et al. Análise de redes sociais como metodologia de apoio para a discussão da interdisciplinaridade na ciência da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 35, n. 1, p. 72-93, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a09.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2008.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Exploração dos recursos naturais no Norte brasileiro**: formas atuais apresentadas no Estado do Amapá. In: ENCUESTRO HUMBOLDT: RETORNO DE LA POLÍTICA. COLÓN (ENTRE RIOS), 8., Argentina, 2006.

SILVA, José Graziano da. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. 2002.

_____. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP; Instituto de Economia, 1999. (Coleção pesquisa, 1).

SILVERA, Caio Márcio. Desenvolvimento local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos. In: FISCHER, Tânia. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002. p. 239-244.

SIMÕES, Helena Cristina Guimarães Queiroz. A história e os efeitos sociais da mineração no Estado do Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais**. Amapá: UNIFAP, n.2, dez. 2009.

SORJ, B. As sete faces da sociedade brasileira. In: _____. **A nova sociedade brasileira**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

SUNKEL, Oswaldo. Globalização, neoliberalismo e reforma do estado. In: PEREIRA, Luiz Bresser. **Globalização, neoliberalismo e reforma do estado**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2007. Disponível em: www.eesp.fgv.br/_upload/publicacao/284.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2010

THEIS, Ivo M. Desenvolvimento e território: questões teóricas. Evidências empíricas – breve introdução. In: _____. (Org.). **Desenvolvimento e território: questões teóricas, evidências empíricas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 11-24.

TOMAÉL, Maria Inês; MARTELETO, Regina Maria. Redes Sociais: posições dos atores no fluxo de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n.3, p. 41-49, set./dez. 2004.

VALENTIM, Rosa. O capital social como um dos elementos que compõem a dinâmica do desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 245-261.

VALORIZA empresas amapaenses e benefício compartilhado. **Diálogo Amapá**. ano 1, n.5. Jan./fev., 2010.

VEIGA, J. E. da. **A dimensão rural do Brasil**. In: SEMINÁRIO, 4., 2004, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: http://econ.fea.usp.br/seminários/artigos/dimensão_rural.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2010.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: IEA; USP, v.15, n. 43, 2001.

_____. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL MESTRADO E DOUTORADO, 2., Santa Cruz do Sul, **Anais....** Brasil. set./out. 2004.

VEJA. São Paulo: Abril, n. 25, 23, jun. 2010. Encarte da Vale.

WASSERMAN, S; FAUST, K. **Social Network Analysis: methods and applications**. Cambridge: University Press, 1994.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: HUCITEC, 1986. 219 p.

WOOCOCK, M.;NARAYAN, D. **Capital social: implicaciones para la teoria, la investigación y las políticas sobre desarrollo**. Development Reseach Group The World Bank. Disponível em: <<http://www.worldbank.org.poverty/scapital.library.index.htm>>. Acesso em: 6 out. 2007.

XIMENES, Tereza. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. **Revista Ambiente & Sociedade**. 2008. 23 p. No prelo.

_____. A gestão de recursos naturais de uso comum e tipos de conflitos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3. **Anais...** Brasília, DF: ANPPAS, 2006.

_____; EMMI, Marilia. **Territórios rurais e o processo de desenvolvimento local**. Belém: NAEA, 2010 (Paper, n. 266.)

ZAPATA, Tânia. **Estratégia de desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/pcbiv/viewarticle.php?id=316&layout+abstract>>. Acesso em: 4 set. 2007.

ANEXO

**ANEXO A - REDES SOCIAIS E A PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO
LOCAL DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI⁸⁷**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NUCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE DOUTORADO DO TRÓPICO ÚMIDO**

.NOME DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL:.....

.COMUNIDADE ONDE FOI APLICADO O FORMULÁRIO.....

PARTE 1- IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

1.1 TIPO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL:

- Cooperativa () 1 Numero de membros.....
- Sindicato..... () 2 Numero de membros.....
- Associação..... () 3 Numero de membros.....
- Empresa..... () 4 Numero de membros
- Outra..... () 5 Numero de membros.....

1.2 ANO DE CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO.....

1.3 ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO/LOCAL ONDE SE REÚNEM.....

1.4 INFORMANTE (NOME).....

1 () Membro da diretoria – Cargo da diretoria (Presidente, secretário, tesoureiro, etc).....

2 () Associado

1.5 QUANTO TEMPO MORA EM PEDRA BRANCA DO AMAPARI.....

1.6 MOTIVAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO:

Decisão da comunidade () 1

Sugestão de fora () 2

⁸⁷ Questionário elaborado pela professora Tereza Ximenes no Projeto Estruturante do Sistema Estadual de CT&I-Pólos de inovação Tecnológica/ PITPARÁ/NAEA e adaptado para pesquisa de doutorado de Irani Gemaque, intitulada: Territorialidade, agricultura e mineração (Pedra Branca do Amapari-Amapá).

1.7 PRINCIPAIS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO:

- Agricultura. Qual(is) o(s) produto(s):.....() 1
- Extrativismo(mineral, fauna, flora). Qual(is) o(s) produto(s):.....() 2
- Movelaria() 3
- Pecuária..... () 4
- Criação de pequenos animais.....() 5
- Produtos medicinais (folhas, cascas, óleos,
raízes).Quais?.....(.) 6
- Outra.....

1.8 FINANCIAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- Os sócios.....() 1
- Doações pessoais.....() 2
- Doações de fora.....() 3

1.9 A PARTICIPAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO É FEITA POR:

- Convite() 1
- Escolha voluntária.....() 2

1.10 QUANTOS MEMBROS DESSA ORGANIZAÇÃO SÃO:

- Da mesma família.....
- Da mesma localidade.....
- Do mesmo partido político.....
- Da mesma religião.....

1.11 FORMAS DE ESCOLHA DOS DIRIGENTES DESSA ORGANIZAÇÃO

- Votos de todos os associados.....() 1
- Voto só da diretoria.....() 2
- A indicação vem de fora.....() 3

- 1.12 De quantas organizações você participa.....
- Nome das organizações.....

PARTE 2- INTERAÇÃO E NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO

2.1 ESSA ORGANIZAÇÃO TRABALHA OU INTERAGE COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES

- Não.....()1
 Sim, ocasionalmente.....()2
 Sim, freqüentemente.....()3
 Nunca.....()4

2.2 ENTIDADES QUE A ORGANIZAÇÃO JÁ TEVE CONTATO

- Banco do Brasil.....()1
 Banco da Amazônia.....()2
 Prefeitura Municipal.....()3
 SEBRAE.....()4
 SENAI.....()5
 SENAR.....()6
 SENAC.....()7
 EMBRAPA.....()8
 RURAP.....()9
 Universidade.....()10
 Outra.....()11
 Outra. Qual?.....()12

2.3- QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA RECEBER ASSISTÊNCIA TÉCNICA OU GERENCIAL DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E OUTRAS:

- Não conhece os serviços disponíveis.....()1
 Possui pessoal técnico qualificado para receber assistência.....()2
 Conhece os serviços, mas nunca os procurou.....()3
 Os serviços estão em locais distantes.....()4
 Encontrou dificuldades de acesso (burocracia, dificuldades de comunicação).....()5
 Não têm técnicos suficientes para atender as demandas.....()6

2.4 O QUE MAIS FALTA NA ORGANIZAÇÃO:

- Acesso à informação.....()1
- Acesso à educação.....()2
- Recursos materiais.....()3
- Outras (especificar.....()4

2.5 O QUE O GOVERNO PODERIA AJUDAR PARA MELHORAR A VIDA NA LOCALIDADE:

- Educação..... ()1
- Transporte.....()2
- Energia.....()3
- Financiamento.....()4
- Outra (especificar).....

2.6 PARTICIPA DE ALGUM PROJETO DO GOVERNO..... QUAL?.....

2.7 AS EMPRESAS DE MINERAÇÃO (MMX E MPBA) INTERAGEM COM A ORGANIZAÇÃO:

- Não..... ()1
- Sim, ocasionalmente.....()2
- Sim, freqüentemente.....()3
- Nunca()4

2.8 QUAL É O MAIOR BENEFÍCIO DE SE FAZER PARTE DESSA ORGANIZAÇÃO:

- É importante em situações de emergência.....()1
- Beneficia a comunidade()2
- Prazer/diversão()3
- Outras.....

2.9 QUAIS SÃO AS TRÊS FONTES DE INFORMAÇÃO MAIS IMPORTANTES:

- Parentes, amigos e vizinhos.....()1
- Mercado local.....()2
- Jornal local ou da comunidade.....()3

Jornal nacional.....	()4
Rádio.....	()5
Televisão.....	()6
Grupos ou associações.....	()7
Internet.....	()8

2.10 HÁ GRUPOS DE PESSOAS NA LOCALIDADE QUE NÃO CONSEGUEM TER ACESSO A ALGUNS DOS SEGUINTE SERVIÇOS?

1. Somente algumas pessoas 2. Menos da metade da localidade 3. Mais da metade da localidade	
Educação (escolas)	
Serviços de saúde	
Água tratada	
Rodovias	
Transporte	

PARTE 3- DIVERSIFICAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO NA COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR

3.1 GANHO FINANCEIRO POR MÊS

1 a 2 salários mínimo.....	()1
2 a 4 salários mínimo.....	()2
4 a 6 salários mínimo.....	()3
Acima de 6 salários mínimo.....	()4

3.2 QUANTO É PROVENIENTE DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Arroz		
Mandioca		
Milho		
Feijão		
OUTROS PRODUTOS		

3.3 QUANTO É PROVENIENTE DO EXTRATIVISMO VEGETAL

PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Madeira		
Cipó-titica		
OUTROS PRODUTOS		

3.3.1 Quanto é Proveniente do Extrativismo Animal

PRODUTOS	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Pesca		

Venda de animais silvestres		
OUTROS PRODUTOS		

3.3.2 Quanto e Proveniente do Trabalho Desenvolvido Nas Empresas Mineradoras (Venda Da Mão-De-Obra Familiar) Atuantes No Município

EMPRESAS	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
MPBA		
OUTRAS EMPRESAS		

3.3.3 Quanto é proveniente de atividades não-agrícolas

3.3.3.1 Comércio

COMÉRCIO		
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	
Feirante		
Lanchonete		
Mini-box		
Restaurante		
Quitanda		
Mercearia		

Boteco		
OUTROS		

3.3.3.2 Serviço público

SERVIÇO PÚBLICO (FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL)		
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Federal		
Estadual		
Municipal		

3.3.3.3 Benefícios sociais

BENEFÍCIOS SOCIAIS		
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Aposentadoria		
Pensões		
Previdência		
Bolsa-escola		
Bolsa-família		
Auxílio gás		
OUTROS		

3.3.3.4 Outros serviços

OUTROS SERVIÇOS		
ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Turismo (serviços de alimentação, hospedagem, artesanato etc)		

Cozinheiro		
Costureiro		
Pedreiro		
Eletricista		
Jardineiro		
Caseiro (sítios, fazendas)		
Vaqueiro		
Serviços de carpina em propriedades rurais vizinhas (fazenda, sítios), prefeitura, empresas, escolas etc		
Serviços de vigilância (instituição pública e/ou privada)		
OUTROS		

3.4 RELAÇÕES DA FORÇA DE TRABALHO

3.4.1 Compra mão-de-obra quando tem dificuldades na execução das seguintes atividades:

Preparação de novas

áreas.....() 1

Para estabelecimento de culturas

temporárias.....() 2

Preparação de novas áreas para estabelecimento de culturas permanentes() 3

Extrativismo de madeira.....() 4

Extrativismo de cipó-titica.....() 5

Extrativismo da pesca.....() 6

Outros.....

3.4.2 Vende mão-de-obra como forma de ampliar a renda familiar da seguinte forma:

Broca, derruba e coivara nos estabelecimentos vizinhos.....() 1

Derrubada de floresta para as empresas de mineração.....() 2

Limpeza de pastagem nas fazendas próximas.....() 3

Como pedreiro.....()4

Como carpinteiro.....()5

Como caseiro em sítios vizinho.....()6

Outros_.....

3.4.3 Realiza troca de mão-de-obra com outros agricultores?

Não.....()1

Sim.....()2

De que forma?.....

3.4.4 Recebe ajuda externa de outras instituições?

Não.....()1

Sim.....()2

-Qual (ais)?.....

-Valor.....

PARTE 4. REDES DE RELAÇÕES. CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE

4.1 CITE O NOME DE CINCO MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO COM QUEM VOCÊ TEM MAIS CONTATO:

a).....
.....

b)
.....

c)
.....

d)
.....

e)
.....

4.2 EM GERAL, VOCÊ CONCORDA OU DISCORDA DAS SEGUINTE AFIRMAÇÕES?

1. Concordo 2. Concordo em parte 3. Não concordo nem discordo 4. Discordo em parte 5. Discordo totalmente	
Pode-se confiar na maioria dos participantes do grupo.	
No grupo, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	
A maioria das pessoas nesta localidade estão disposta a ajudar caso você precise.	
Nesta localidade, as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado.	

4.3 VOCÊ CONFIA NAS SEGUINTE PESSOAS?

1.Confio muito pouco 2.Confio pouco 3.Confio muito 4.Confio totalmente	
Prefeito	
Vereadores	
Comerciantes	
Empresas de mineração (MMX e MPBA)	
Lideranças locais	
Representantes da Igreja	
Polícia	

4.4 SE DE REPENTE VOCÊ PRECISASSE VIAJAR POR UM OU DOIS DIAS, VOCÊ PODERIA CONTAR COM SEUS VIZINHOS PARA TOMAREM CONTA DE SUA CASA?

Definitivamente sim.....()1

Provavelmente.....()2

Provavelmente não()3

Definitivamente não.....()4

4.5 VOCÊ SENTE QUE TEM PODER PARA TOMAR DECISÕES IMPORTANTES, QUE PODEM ESTABELEECER MELHORIA NA SUA LOCALIDADE?

Totalmente incapaz()1

Um pouco incapaz()3

Capaz de mudar.....()4

4.6 NOS ÚLTIMOS 12 MESES, QUANTAS VEZES AS PESSOAS DA SUA INSTITUIÇÃO SE REUNIRAM PARA ENTREGAR CONJUNTAMENTE UMA PETIÇÃO A MEMBROS DO GOVERNO, OU LIDERES POLÍTICOS, PEDINDO ALGO EM BENEFICIO DA COMUNIDADE?

Nunca.....()1

Uma vez.....()2

3 a 5 vezes.....()3

Mais de 5 vezes.....()4

4.7 NA SUA LOCALIDADE, CONSIDERANDO A RENDA DAS PESSOAS ELAS SÃO:

Extremamente diferentes.....()1

Muito diferentes.....()2

Relativamente diferentes.....()3

Pouco diferentes()4

Muito pouco diferentes.....()5

4.8 QUAIS SÃO AS TRÊS DIFERENÇAS QUE MAIS FREQUENTEMENTE TORNAM AS RELAÇÕES ENTRE AS PESSOAS DA REGIÕES DIFÍCEIS?

- Diferenças de educação.....()1
- Diferenças de posse de terras.....()2
- Diferenças de riqueza/posses matérias.....()3
- Diferenças de posição social.....()4
- Diferenças entre homens e mulheres.....()5
- Diferenças entre gerações mais jovens e gerações mais velhas.....()6
- Diferenças entre moradores antigos e novos moradores()7
- Diferenças de filiação política.....()8
- Diferenças de crenças religiosas.....()9
- OBSERVAÇÕES COMPLETARES:**.....